

ESPAÇO ABERTO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

volume 3

número 2

julho/dezembro 2013

Copyright© 2013 Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFRJ

Coordenador: Scott William Hoefle

Vice Coordenador: Antonio José Teixeira Guerra

Apoio Técnico

Filipe Gomes Paulo

Jardel Correia da Silva

Agradecimentos

Ao Prof. Scott William Hoefle pela revisão dos resumos em inglês.

Apoio



Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Editor

André Figueiredo

Editoração Eletrônica

Luciana Lima de Albuquerque

Responsabilidade: O Programa de Pós-Graduação em Geografia e os editores não são responsáveis pelo conteúdo, argumentos e uso de informações contidas nos artigos, estes são de inteira responsabilidade de seus autores.

E77 Espaço Aberto / PPGG-UFRJ. – Vol. 3, n. 2 (2013) – Rio de Janeiro : Publit, 2013-
Semestral

ISSN 2237-3071

1. Geografia - Periódicos. I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-
Graduação em Geografia.

CDU 911

CDD 910

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Instituto de Geociências

Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Av. Athos da Silveira Ramos nº 274

Cidade Universitária, Ilha do Fundão

CEP 21941-916

Caixa Postal 68537

<http://www.ppgg.igeo.ufrj.br>

ACEITA-SE PERMUTA

EDIÇÃO DEDICADA À MEMÓRIA DE

Bertha Koiffmann Becker
1930-2013

Professora Emérita
Universidade Federal do Rio de Janeiro



Bertha Koiffmann Becker
Arquivo de família



Bertha Koiffmann Becker
Arquivo de família



Bertha Koiffmann Becker
Arquivo de família

Editorial

Passos e Encontros com Bertha Koiffmann Becker

Este número da revista Espaço Aberto é *in memorium* à Professora Emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Bertha Koiffmann Becker, que atuou junto ao Departamento de Geografia do ano de 1957 até o seu falecimento em julho de 2013. Iniciou-se na carreira de docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na época, Universidade do Brasil, como professora auxiliar de ensino e galgou todas as posições até o cargo máximo de Professor Titular. Em 1999, lhe foi conferida a distinção de Professor Emérito, em reconhecimento ao seu indiscutível e brilhante mérito acadêmico como professora e pesquisadora e à constante dedicação à instituição, tendo ocupado cargos administrativos e promovendo sempre a universidade no seu cotidiano acadêmico durante sua carreira.

Dedicamos a revista à professora Bertha não apenas por seu mérito profissional em todas as áreas em que atuou, mas também pela sua importância na formação de tantos profissionais, muitos qualificados diretamente sob sua orientação ou influenciados em projetos desenvolvidos em parceria. Profissionais que hoje ocupam posições com brio na área acadêmica, como também em outros setores públicos ou privados. De várias maneiras, a professora Bertha contribuiu com diferentes profissionais com seu espírito crítico, pensamento inovador e preocupação constante com os problemas e caminhos do país.

Isso se confirma nos depoimentos que abrem esta revista. Vários deles registram o tipo e a forma de trabalho que os diferentes autores tiveram com Bertha e o legado de sua contribuição seja no trabalho realizado conjuntamente, seja em suas posições pessoais, revendo e abrindo-se a novos questionamentos a partir de debates de novas ideias com Bertha. Os depoimentos de amigos, ex-colegas, ex-alunos e colaboradores em geral que são publicados nesta revista, também deixam transparecer a sua personalidade sempre alegre e otimista, sua sagacidade intelectual investigativa e propositiva e sempre aberta e atenta para incorporar mudanças e o novo na sua construção intelectual.

Toda a revista é um testemunho de homenagens à Bertha Koiffmann Becker, mas separamos o início da publicação com registros de um conjunto de textos que nos apresentam Bertha pelas suas características pessoais, seu jeito de ser e seu carisma na combinação da relação pessoal-profissional. Neste sentido, são os depoimentos de Paulo Cesar da Costa Gomes, Akinlawon Ladipo Mabogunje, Roberto Bartholo, Mariana Miranda, Adma Haman Figueiredo, Elimar Pinheiro do Nascimento, João Nildo Vianna e Pedro Pinchas Geiger. Cada um deles nos apresenta Bertha por um viés muito particular e por vezes curioso.

O texto de Paulo Cesar Gomes, professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é uma voz não apenas pessoal, mas que de certa forma representa e expressa o sentimento de muitos de seus ex-alunos - ex-alunos que no trajeto profissional tornaram-se colegas e amigos de Bertha. Para esses, é interessante destacar como Bertha é lembrada no início de suas vidas profissionais ainda como estudantes, como uma figura de professora impactante intelectualmente e por sua maneira de ser com uma marcante personalidade.

Mariana Miranda do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, colega de trabalho e grande parceira de pesquisa de longa data de Bertha, vem apresentar a prática e a preocupação constante com trabalhos de campo, estando suas pesquisas sempre associadas à apreensão e constatação dos processos da realidade empírica. Os trabalhos de campo, ao mesmo tempo em que traziam elementos para reflexão teórica e conceitual, também representavam uma fonte de aferição de ideias e corroboravam e fortaleciam, pelo conhecimento empírico adquirido, as parcerias da professora Bertha nos diferentes projetos e consultorias fora do âmbito da universidade. Os trabalhos de campo tinham ainda um forte caráter educacional, pois a professora estava sempre preocupada em envolver alunos nas atividades de campo, mesmo em áreas distantes como nos levantamentos na Amazônia. Inúmeros alunos de graduação e de pós-graduação tiveram a oportunidade de um aprendizado diferenciado ao participarem de trabalhos de campo junto com as professoras Bertha e Mariana, e outros professores engajados em projetos conjuntos.

Para aqueles que não tiveram a oportunidade de conhecer de perto a professora Bertha Koiffmann Becker, seu trabalho e seu papel na Universidade Federal do Rio de Janeiro, instituição em quem fez carreira e atuou por 56 anos, registrarmos seu memorial de concurso de Professor Titular de dezembro de 1993, tendo alçado à posição de Professor Titular em 1994. O memorial, em formato de artigo, mas mantendo a sua estrutura e sua redação original na íntegra, abre a sequência dos artigos da revista, sendo posicionado logo após os depoimentos livres de diferentes amigos e companheiros de trabalho. Pelo memorial pode-se conhecer em boa parte a trajetória profissional da professora Bertha, a sua opção pela Geografia, pela Geopolítica e pelos estudos sobre a Amazônia, suas principais linhas de atuação nas últimas décadas.

Lembramos que temos a contribuição da professora em dois números anteriores desta revista Espaço Aberto. A professora Bertha Koiffmann Becker nos prestigiou com uma entrevista por ocasião dos 40 anos do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, considerando que ela participou diretamente da criação desse programa. A entrevista está publicada na revista Espaço Aberto v.2, nº1, janeiro/junho de 2012. No mesmo exemplar encontra-se a republicação de seu artigo *O resgate da geopolítica*, selecionado por ela mesma para publicação na revista Espaço Aberto, considerando ser esse uma peça importante de suas publicações - originalmente publicado em edição comemorativa da Revista Brasileira de Geografia do IBGE.

Na edição da revista Espaço Aberto v. 3, nº 1, de julho/dezembro de 2013, tivemos novamente importante contribuição da professora com a publicação de artigos de sua autoria e de pesquisadores que participaram de um de seus últimos projetos de pesquisa sobre a Amazônia. Temos a honra e também a tristeza devido à perda da professora de termos esses registros na revista Espaço Aberto. A leitura da mencionada publicação nos põe um pouco mais em contato com Bertha Koiffmann Becker que manteve-se uma profissional extremamente ativa, mesmo aposentada por cerca de quatorze anos e próximo a completar oitenta e três anos de idade.

Retornando à presente revista, em seguida ao memorial da professora Bertha, seguem-se artigos de autores com contribuições próprias de suas pesquisas que de alguma forma conversam com o trabalho e a pessoa de Bertha. O artigo de Diógenes S. Alves, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, apresenta o diálogo de Bertha com

os pesquisadores do INPE, colocando no centro das discussões a reflexão da dimensão humana e da geopolítica nos estudos ambientais sobre a Amazônia naquela instituição.

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Jr. da Universidade Federal do Pará, assina o próximo artigo que analisa cidades selecionadas da Amazônia para entender a hierarquia urbana regional, com argumentos que se apoiam na interpretação de Bertha Koiffmann Becker que reconhece a Amazônia como uma fronteira urbanizada. Seguindo a teoria de fronteira urbanizada, o autor avança no entendimento das cidades amazônicas e do seu papel na região. A análise comparativa de diferentes cidades, aglomerações metropolitanas, cidades médias e, ainda, ribeirinhas e em rodovias demonstram a grande diversidade regional e urbana da Amazônia com cidades distintas em si pelas características internas e pelas relações que mantêm com a região.

Scott William Hoefle da Universidade Federal do Rio de Janeiro é autor do artigo seguinte e sua contribuição versa sobre questão ambiental na Amazônia, porém em outra direção. Parceiro de Bertha em projetos de pesquisas junto ao Laboratório de Gestão do Território da UFRJ e seguindo a vertente cultural de seus trabalhos, o autor, apoiado na história e nos ciclos de vida de camponeses de fronteira no oeste do Pará e em associação com processos inter-regionais, investiga a relação migração-pobreza-desmatamento. Analisa a mobilidade espacial de população nordestina para a Amazônia com contínua reprodução de pobreza e de degradação ambiental, o que requer ação política integrada na solução de problemas de sociais nas duas regiões, Amazônia e Nordeste.

O artigo seguinte é de Marcelo Campello que discute a questão ambiental na ótica de uma crítica geopolítica sobre as relações da política ambiental de ordem global impondo aos estados nacionais modelos de desenvolvimento sustentável e uma economia verde do tipo centro-periferia. Sua análise se apoia em estudo sobre a Amazônia, questionando mudanças estruturais e a manutenção de um modelo desenvolvimentista, sem reconhecimento do potencial da diversidade social e ambiental, gerando ambiguidades à região em si e sua população. Marcelo Campello, hoje professor do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, estudou e trabalhou por vários anos com a professora Bertha Koiffmann Becker, tendo sido por ela orientado em seu mestrado em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, concluído no primeiro semestre de 2013. No artigo, o autor avança em sua pesquisa a argumentação de ideias originárias de Bertha sobre a Amazônia no cenário político.

Geopolítica é a temática do próximo artigo de autoria de Ivaldo Lima, professor da Universidade Federal Fluminense. Todavia, diferente dos demais, este é um artigo teórico, no qual o autor contrasta geopolíticas clássicas com geopolíticas pós-modernas ou críticas. Constrói um debate epistemológico “dos contrários” como parte dos processos democratizantes, a “antigeopolítica”, a “contrageografia” os “contraespaços”, “a contraordem”, etc. que em si representam a voz e a ação política de grupos sociais excludentes. Bertha, não é apontada como participante desse movimento de contrageografia e antigeopolítica, mas é discutida e ponto de partida da argumentação do artigo, por ter precedido a discussão da antigeopolítica, uma vez que visualizou e buscou uma matriz de uma nova geopolítica pela interação da reestruturação tecnológica e dos movimentos sociais. No debate apresentado pelo autor, a presença, atuação e confronto dos movimentos sociais estão na base da(s) antigeopolítica(s), e sua discussão epistemológica contribui para uma renovação da geografia política.

Política por diferentes vieses epistemológicos está presente na maioria dos artigos. É também o foco do artigo de co-autoria de Céline Broggio e Martine Droulers, a primeira da Université Lyon III – Jean Moulin e a segunda da Université Paris III Sorbonne Nouvelle, ao tratarem de forma comparativa Brasil-França de questões atuais de organizações territoriais e tipos de governança. Investigam de que maneira territórios e sociedade se integram nos processos de democratização, descentralização e desenvolvimento, o que se reflete na regionalização desses dois países. Parcerias em projetos de pesquisas de cooperação internacional, estimulando discussões sobre a Amazônia e de temas como desenvolvimento sustentável, tecnologias e espaço, regionalização, descentralização e o papel do Estado aproximaram as autoras da professora Bertha Koiffmann Becker. O artigo de Céline Broggio e Martine Droulers nesta edição da revista Espaço Aberto revisita antigas temáticas desse diálogo com novos questionamentos pertinentes ao atual momento dos dois países.

O último artigo que compõe esta revista é de autoria de Ana Maria S.M. Bicalho e aborda o tema da integração sul-americana, questionando sobre os efeitos das rodovias transnacionais nas áreas de fronteira, no caso analisado, no estado do Acre, uma vez concluída a “Estrada do Pacífico”. A nova rodovia altera a posição do Acre nas relações do estado com outras regiões do país, com o Peru e a Bolívia e com portos do Pacífico. Dependendo da perspectiva adotada, o Acre torna-se ou ponto de passagem ou porta de saída e de entrada do Brasil com relação aos países andinos e aos portos que facilitam as ligações com a Ásia. A mudança de posição relativa traz implicações à dinâmica social e econômica do estado do Acre e é o foco do trabalho. O artigo foi proposto à revista como uma contribuição que se apoia em informações de um trabalho de campo realizado em 2011 no Acre e na fronteira Brasil-Bolívia-Peru que envolveu a participação da autora na equipe junto com à professora Bertha Koiffmann Becker.

Embora os artigos que estão publicados nesta revista tratem de temas sobre política, geopolítica e Amazônia, incluindo nestes a preocupação com desenvolvimento e ambiente, o legado de Bertha Koiffmann Becker, mesmo que amplo nessas vertentes, não se restringe a elas. O memorial, bem como o seu curriculum vitae resumido ao final daquele demonstram a diversidade da produção da professora. E a essa diversidade de temas e interesses, estiveram associados outros profissionais que direcionaram-se para outras áreas, temas de pesquisas e atividades, mas que levaram para o seu exercício profissional contribuições de Bertha.

Esperamos que o nosso propósito com esta publicação de guardar a lembrança de Bertha Koiffmann Becker, transmitir sua contribuição geográfica e acadêmica em geral, principalmente a quem pouco a conheceu e futuros profissionais, e ainda registrarmos as contribuições de artigos de pesquisadores próximos a ela tenha sido atendido. Desejamos uma boa leitura e confiamos que o legado da professora Bertha não será interrompido, mas que continuará a gerar frutos e a inspirar novos passos na investigação científica entre diferentes profissionais.

Os Editores

ESPAÇO ABERTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

volume 3

número 2

julho/dezembro 2013

Sumário

Editorial.....	9
<i>Passos e Encontros com Bertha Koiffmann Becker</i>	
Homenagem à Bertha K. Becker Sobre o Divino Brilho de uma Mente Inquieta	15
<i>Paulo César da Costa Gomes</i>	
Tributo à professora Bertha Koiffman Becker (Geógrafa Internacional por Excelência)....	19
<i>Akinlawon Ladipo Mabogunje</i>	
Escrevendo um Mundo – Breves notas sobre a Geografia Política de Bertha Becker.....	23
<i>Roberto Bartholo</i>	
Trabalho de Campo com Bertha Becker: Reminiscências de Experiência Compartilhada	33
<i>Mariana Miranda</i>	
Homenagem à Bertha Becker	37
<i>Adma Hamam de Figueiredo</i>	
Homenagem, Sempre.....	41
<i>Elimar Pinheiro do Nascimento e Joao Nildo Vianna</i>	
Geografias Vividas	43
<i>Pedro Pinchas Geiger</i>	
Memorial de Concurso para Provimento do Cargo de Professor Titular no Departamento de Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro	49
<i>Bertha Koiffmann Becker</i>	
A Ecologia como parâmetro da Geopolítica – O legado de Bertha Becker no Campo dos Estudos Ambientais na Amazônia.....	83
<i>Diógenes S. Alves</i>	

Uma Floresta Urbanizada? Legado e Desdobramentos de uma Teoria sobre o Significado da Cidade e do Urbano na Amazônia.....	89
<i>Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior</i>	
Colonialismo Carbônico na Amazônia?	109
<i>Scott William Hoefle</i>	
A Questão Ambiental e a Nova Geopolítica das Nações: Impactos e Pressões sobre a Amazônia Brasileira	131
<i>Marcelo Campello</i>	
A Geografia e o Resgate da Antigeopolítica	149
<i>Ivaldo Lima</i>	
Evolução da Organização do Território no Brasil e na França	169
<i>Céline Broggio e Martine Droulers</i>	
Estrada do Pacífico na Integração Sul-Americana e o Acre.....	185
<i>Ana Maria de Souza Mello Bicalho</i>	

Homenagem à Bertha K. Becker Sobre o Divino Brilho de uma Mente Inquieta

Tribute to Bertha K. Becker: The Divine Brilliance of an Avid Mind

Paulo César da Costa Gomesⁱ
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

O ano era 1977, o curso previsto era sobre a América Latina. Foi essa a primeira vez que a vi. Tudo fica, no entanto, um pouco ofuscado na lembrança pela potente marca deixada pela simples presença da “professora Bertha”, essa sim, fortemente impressa na memória. Tudo nela compunha um personagem: a voz, os vestidos sempre amplos para que pudesse negligentemente cruzar as pernas sobre a mesa, os óculos de variadas cores, os gestos quase teatrais, ajeitando o cabelo ou acendendo um cigarro e as máscaras faciais, tão explicitamente expressivas, que traíam a intenção de se apresentarem assim para não as levarmos muito a sério.

Foi para mim um encontro decisivo. O curso de Geografia imediatamente ganhou novas cores e interesse. Também outro sentido ganhou a ideia de uma aula na Universidade. A dinâmica do curso, sempre estruturado em forma de debates, a maneira de permanentemente colocar tudo em dúvida, de sempre engajar o outro por meio de perguntas que procuravam a aquiescência ou o contraponto – “Você não acha, não é?” Era uma espécie de Maiêutica provocadora. E ela parecia sempre pronta a recomeçar e, muitas vezes, quando não havia reações contrárias, ela mesma se incumbia de lançar dúvidas sobre o que tinha acabado de afirmar com convicção. Toda aula ou conversa, fosse sobre um assunto acadêmico ou pessoal, se transformava em um exercício de reflexão sobre um terreno movediço e instável. Por esse caminho, ela procurava chegar às ideias novas, gostava do desconforto da dúvida.

A originalidade também sempre foi um elemento cultivado e, por isso talvez, ela tenha aceitado orientar trabalhos que muitas vezes fugiam do padrão comum dos temas abordados pela Geografia e às vezes mesmo dos temas com os quais ela se ocupava. Esse foi o meu caso no Mestrado e quando eu procurava instituir um tom crítico, não sem uma ponta de competição com meus colegas, dizendo que ela só gostava de pessoas “esquisitas”, ela concordava como se isso fosse um elogio.

É preciso reconhecer que não fui o único a ser fortemente marcado pelo encontro com Bertha Becker. Ouvi muitos relatos da impressão impactante que ela exerceu e deixou sobre a vida e a carreira de muitos colegas, às vezes ajudando a definir direções que reorientaram definitivamente essas pessoas.

ⁱ Professor do Departamento de Geografia, pccgomes@yahoo.com.br

O raciocínio de Bertha tinha um brilho e uma vivacidade que nenhum texto ou registro que tenha deixado é capaz de inteiramente reproduzir. Ela era inquieta e tenaz. Tinha uma obstinação em problematizar, em perseguir um tema, uma questão. Gostava de construir sistemas e elencar pontos que anotava com a pequena caligrafia em folhas de papel que depois eram inteiramente picotadas e, posteriormente, os fragmentos colados em novas folhas, com novas emendas. Era muito trabalhadora e muito dedicada aos compromissos que assumia. Era, entretanto, também hedonista, nas reuniões em sua casa havia sempre a hora do café, a pausa que relançava logo depois o trabalho, mas no fim do dia aparecia o whisky e com ele a suspensão das tarefas e o momento onde brotava toda uma proximidade pessoal que não significava, no entanto, o abandono da vontade de perguntar, de questionar e de amenamente incomodar.

Foram assim muitas tardes e muitas conversas.

Evidentemente, há muitas outras formas possíveis de narrar os percursos de uma vida que foi preenchida por tantas atividades associada a tantos sucessos. Essa narrativa poderia tomar mesmo variadas direções. Novos sentidos seriam dados à trajetória da vida dela. Quando teve a oportunidade de escrever o memorial para o cargo de professora Titular do Departamento de Geografia da UFRJ, ela escolheu, por exemplo, a ideia do pioneirismo. Viu nos temas que estudou, nas áreas que escolheu e nas arenas pelas quais passou o traço fundamental de uma aventura que buscava o desafio do novo e a vertigem do desconhecido. Atribuiu isso à história da família, dos seus pais, migrantes vindos da Europa Central e da Rússia, desembarcados nessa estranha terra que os acolheu. Talvez por isso, por reconhecimento, Bertha tenha sempre mantido uma farta dose de otimismo e consagrado muita meditação aos assuntos que diziam respeito ao Brasil, sua organização política e produtiva.

Havia em todos os seus trabalhos uma ideia central, quase uma obsessão, o desenvolvimento nacional. Quando isso não aparecia de forma explícita, estava presente como pano de fundo, como sombra. Desde sempre essa ideia de desenvolvimento não se confundia para ela com o simples crescimento. A produção de riqueza e a geração de renda deveriam resultar no benefício do maior número possível de pessoas. Além disso, o desenvolvimento deveria ser concebido como um aproveitamento racional dos recursos de um território e colaborar para o equilíbrio entre as diferentes regiões. Reconhecemos esses traços desde os seus primeiros grandes projetos, inicialmente no Sudeste, na pesquisa sobre a bacia leiteira do Espírito Santo, depois com a Belém-Brasília em 1974 e na Amazônia desde então, com uma passagem pelo vale do Paraíba do Sul no começo dos anos 80.

O desenvolvimento ou a produção de riqueza para ela não deveria ser vista como uma ação que envolvesse poucas pessoas ou empresas. O desenvolvimento só teria significado positivo se fosse construído dentro de um quadro nacional. Nesse sentido, sua preocupação se filia às raízes mais profundas da economia política, na melhor tradição do desenvolvimento concebido como riqueza das nações (Montchrétien, Ricardo, Smith e Marx).

Não à toa, portanto, sua reflexão toma a forma de uma geopolítica. Sendo essa compreendida aqui como uma ação refletida e projetada de organização e gestão do território de um Estado e de sua relação com outros Estados. Por isso, segundo essa concepção, a geopolítica é uma reflexão que contempla diversas escalas espaciais e procura desvendar a coerência de diferentes programas e projetos públicos na condução de uma política territorial. Constitui também um tema que analisa criticamente o papel do Estado

em variados contextos históricos e reflete sobre a capacidade e os efeitos dos instrumentos postos em prática pelas políticas públicas para produzir uma ordem territorial que resulte em desenvolvimento.

A caixa de ferramentas utilizada por Bertha Becker para operacionalizar essas questões vieram da geografia política. Ela recorrentemente visitou a bibliografia geográfica clássica nesse campo: Friedrich Ratzel, Jean Gottmann ou Yves Lacoste foram, em diferentes momentos, fortes referências. Buscou, entretanto, também em outros autores não-geógrafos, como Gunnar Myrdal e John Friedmann sistemas de interpretação que contemplassem os processos de desenvolvimento em suas interações espaciais ou, alguns anos mais tarde, aqueles que fossem críticos destas relações como Henri Lefebvre e Immanuel Wallerstein.

Essa geografia política a conduziu para a construção de matrizes orientadoras de debates na área de planejamento regional e gestão do território. Nesse campo, suas preocupações eram muito amplas, indo das políticas públicas às ações estratégicas, da valorização da logística à discussão de novas tecnologias. Por meio desse amplo leque de debates Bertha Becker definitivamente abriu o diálogo com pesquisadores oriundos de muitas outras áreas de interesse.

Nesses diálogos, ela nunca perdeu de vista sua ancoragem na matriz territorial. Por isso, contribuiu tanto para difundir a imagem da Geografia como uma área do conhecimento relevante e útil na vida social. Sua eleição para a Academia Brasileira de Ciências e sua atuação na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência são provas inquestionáveis de que as fronteiras do reconhecimento de suas singulares competências se estendiam para áreas muito maiores do que o restrito ambiente acadêmico da Geografia. O reconhecimento dessa imagem positiva da Geografia produziu também como retorno o convite para que atuasse nas mais importantes instituições do Estado brasileiro. Durante muitos anos, por exemplo, ela deu aulas no Instituto Rio Branco, que forma os quadros da diplomacia brasileira e, por meio dessas aulas, certamente foi responsável pela divulgação da força e do mérito do raciocínio geográfico nesse importante segmento de funcionários de elite do Estado. Além disso, foi também por um longo período professora na Escola Superior de Guerra em um momento em que grande parte da doutrina política institucional era inspirada e ditada pelos militares.

Nos últimos anos, Bertha Becker veio progressivamente avançando para o campo mais direto da intervenção. Ela pensava que a análise e a crítica são muito úteis, mas podem sempre ficar refugiadas em um mundo protegido pela virtualidade, de algo que poderia ser sem se transformar em realidade. Por isso, para ela foi cada vez mais se tornando necessário enfrentar com coragem o risco da ação, da proposição. Assim, ela integrou, dirigiu e coordenou inúmeros grupos de trabalho, comitês e equipes e foi consultora em diversos programas e projetos para os Ministérios da Integração, do Meio-Ambiente, para a Secretária de Estado da União, entre outros.

Em síntese, objetivamente, a vida acadêmica de Bertha Becker foi muito rica: muitos projetos, cursos, pesquisas, consultorias, comitês, orientações, representações. Tudo é superlativo na vida dela, os quinze prêmios e honras que ela colecionou são uma eloquente prova disso.

Sem dúvida, ela foi uma das figuras mais representativas na articulação das ideias geográficas no Brasil, uma espécie de porta-voz da relevância e do interesse da espa-

cialidade junto aos outros campos do conhecimento. De fato, não apenas no Brasil. A vice-presidência da União Geográfica Internacional – UGI, os inúmeros convites para ministrar cursos na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos, no México, no Japão, os capítulos de livros e artigos publicados nos mais prestigiosos periódicos internacionais, tudo isso colabora para dizer que Bertha Becker é uma das imagens mais fortes da Geografia Brasileira no exterior. Sou testemunha de que seu nome é comumente evocado quando colegas estrangeiros procuram referências na comunidade geográfica brasileira. Sou também testemunha de que em distantes anfiteatros fora do Brasil ela fazia o mesmo que fazia em suas aulas no Departamento de Geografia da UFRJ, ou seja, se mantinha fiel ao mesmo carisma, interpelava a plateia, transformava os ouvintes em interlocutores, fazia caretas e graça, em uma mesa-redonda da UGI chegou a criar uma pequena canção com o que se dizia e dançou, para surpresa e delírio dos participantes. Ela era assim. Deixava um rastro de brilho por onde passava. Um brilho que era produto da originalidade e da força de suas ideias, mas era também fortemente incrementado pela empolgação que a movia e pela sedução que a habitava.

Por isso, quando surgiu uma oportunidade de homenageá-la em 2009, eu sugeri a expressão “divina” e expliquei que utilizava esse adjetivo não segundo uma acepção próxima daquelas divindades absolutas e implacáveis, características das grandes religiões monoteístas. Queria recuperar esse qualificativo “divino” dentro de uma concepção de divindade do tipo olímpica. Segundo Ferry, a etimologia da palavra “teoria” é em grego “eu vejo o divino” (*ta theia orao*) e para os estoicos a contemplação daquilo que é o divino funda toda a ciência do cosmos¹. Nas diferentes aventuras mitológicas legadas pela Antiguidade Greco-romana, as divindades são personagens paradoxais, são atravessadas por muitas emoções e vontades, altivas, mas próximas, extraordinárias, mas também comuns. Tão banais que chegam a ser simplesmente humanas. Só não o são completamente pois têm poderes, têm brilho. Elas frequentam assiduamente a vida cotidiana e intervêm displicentemente no curso dela. A deusa da discórdia estava sempre muito presente, nas guerras, mas também nas ações mais comuns e diárias, onde quer que houvesse conflitos e enfrentamentos. Também Hermes, por exemplo, impunha rotineiramente pequenos momentos de silêncio à sua passagem.

Bertha não era silenciosa, muito ao contrário. Digamos que seus poderes se expressavam quando fazia das questões geográficas um campo de debates, livre e aberto, quando impunha que pensássemos e que reagíssemos.

Por isso, nesse número especial da revista consagrado à sua homenagem, optei por não fazer um artigo que ofereceria à sua memória, como é o hábito mais usual nos rituais acadêmicos. Acredito, ou melhor, tenho a certeza de naquilo que me diz respeito, sua marca está e estará presente em tudo aquilo que de mais luminoso possa aparecer na geografia que fazemos.

Recebido em: 15/12/2013

Aceito em: 28/12/2013

¹ Ferry, Jules (2006) *Apprendre à vivre. Traité de philosophie à l'usage des jeunes générations*, Plon, Paris, p.35.

Tributo à professora Bertha Koiffman Becker (Geógrafa Internacional por Excelência)ⁱ

Tribute to Professora Bertha Koiffman Becker (International Geographer *par excellence*)

Akinlawon Ladipo Mabogunjeⁱⁱ
University of Ibadan
Ibadan, Nigéria

Meu primeiro encontro com Bertha foi em uma sessão das comissões da União Geográfica Internacional no Congresso Internacional de 1972. Fomos atraídos um ao outro, inicialmente, porque ambos éramos de países em desenvolvimento e precisávamos garantir que receberíamos alguma atenção da administração da União Geográfica. Eu estava liderando uma delegação nigeriana naquele Congresso e a delegação brasileira estava sendo liderada naquele momento pelo prof. Nilo Bernardes. A delegação brasileira era um grupo bem unido e não demorou que, por meio de Bertha, eu viesse a conhecer outros membros do grupo, especialmente Speridião Faissol e Pedro Geiger. Em pouco tempo, também nos juntamos a delegações de outros países em desenvolvimento e garantimos que a Comissão sobre Aspectos Regionais do Desenvolvimento, sob a presidência do prof. Nilo Bernardes e mantendo-se sob sua liderança, fosse aprovada para um segundo período de quatro anos durante a sessão plenária da União Geográfica daquele Congresso. Para mim, o processo político ocorrido para conseguir atingir esse resultado serviu para ligar-me a uma amizade de longa duração, não apenas com Bertha, mas também com Speridião Faissol e Pedro Geiger, amizades fortalecidas com os anos.

Uma das decisões da comissão naquele Congresso de 1972 foi a realização de uma conferência regional da América Latina no Rio de Janeiro, no Brasil, no verão de 1974. Como membro da comissão eu fui convidado para participar dessa conferência. Foi minha primeira visita ao Brasil, como também na América Latina. Fiquei hospedado com alguns outros delegados da comissão em um hotel no centro do Rio de Janeiro. O nível da poluição do ar na vizinhança teve um impacto tão negativo em minha saúde, que eu tive de ser realocado em outro hotel em Copacabana. Como Secretária da comissão, Bertha foi virtualmente nossa anfitriã. A conferência teve uma excursão à cidade de Vitória, que nos permitiu no trajeto apreciar a diversidade cultural da cozinha marinha, originária dos múltiplos fluxos de imigrantes que povoaram o Brasil. Em um evento social noturno no Rio de Janeiro, visitamos uma Escola de Samba que nos permitiu, a mim e à Bertha, apreciar ainda mais os laços culturais entre a Nigéria e o Brasil. O carnaval de 1974, evento anual pré-quaresma, teve a canção “O lê lê, O lá lá” popularizada, a qual com a apresentação da escola de samba serviu para ilustrar ainda mais a extensão desses laços culturais. Na verda-

ⁱ Texto original em inglês traduzido pelos editores.

ⁱⁱ Presidente da União Geográfica Internacional (1980-1984). mabogunje1931@yahoo.com

de, sendo eu um ioruba, estava ciente desses fortes laços culturais pelos muitos brasileiros descendentes de africanos, especialmente aqueles morando na Bahia, no Norte do país.

O aspecto acadêmico da conferência foi igualmente notável. Os membros brasileiros da comissão gradualmente se aderiam ao novo desenvolvimento teórico e quantitativo da Geografia, pioneiro nos Estados Unidos desde os anos de 1960. Como uma pessoa que tinha sido exposta a este desenvolvimento da Geografia por ter sido professor visitante da Universidade de Northwestern, em Evanston, estado de Illinois nos Estados Unidos, Bertha pensou que eu poderia ajudar a introduzir seus estudantes graduados nessa nova tendência da disciplina. Até os anos de 1970 o mais importante elo do Brasil era com a Geografia Francesa que não tinha tido até aquele momento aderido ao novo desenvolvimento. Por consequência, Bertha me perguntou se eu aceitaria um convite para retornar ao Brasil no inverno de 1975 para ensinar tanto geografia teórica quanto quantitativa na sua classe de pós-graduação na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Esses eram estudantes com relativa proficiência em inglês e puderem facilmente seguir minhas aulas. Foi o maior desafio de toda minha vida.

Retornei ao Brasil no início de julho de 1975 como professor visitante do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mesmo não sendo chefe do departamento, Bertha era responsável pelo programa de pós-graduação. Eu tive a mais frutífera sessão com os estudantes, cerca de 16. Para dois deles, o relacionamento foi mais enriquecido pelo trabalho que tiveram comigo no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde trabalhava o prof. Speridião Faissol. Ele conseguiu para mim um outro emprego de meio expediente para ajudar com o processamento de dados do, então, recente censo de população.

Entretanto, o que a relação de professor visitante fez para mim, foi permitir que eu percebesse quão bem apreciadas eram as pesquisas da prof. Bertha Becker no nível de governo do Brasil. À parte da continuidade de sua pesquisa na Amazônia e do impacto da mudança da capital para Brasília sobre esta região relativamente vazia, a especialização de Bertha em geografia política fez com que ela tivesse um contato quase que permanente com o Ministro de Relações Exteriores do Brasil. Claramente, o seu conhecimento científico não era apenas uma questão puramente de interesse acadêmico. Por meio de seu conhecimento acadêmico, ela impactou na vida socioeconômica e política do povo brasileiro.

Apesar de todos esses engajamentos e responsabilidades, Bertha permanecia com sua figura humana e maternal, especialmente para seus estudantes e colegas. Ela era uma pensadora entusiástica e imaginativa, sempre preocupada em como resolver um problema de maneira justa, sem prejudicar a capacidade da parte mais fraca para proteger seus interesses no conflito. Isso era bem evidente na sua abordagem no desenvolvimento da Amazônia, onde os grandes e ricos conglomerados tentavam, literalmente, pisar em cima dos direitos dos índios nativos. Bertha também era internacional, ficava contente em se engajar intelectualmente com indivíduos independentemente de onde fossem. Isso veio à tona no seu desempenho durante o longo termo em que foi Secretária nas comissões da União Geográfica Internacional. Eu aprendi muito com a professora Bertha Becker e vou sentir falta de seu calor humano e de sua convivência. Estendo minhas sinceras condolências para sua família e seus numerosos amigos brasileiros. Que sua Alma Descanse em Perfeita Paz. Amém.

Texto original: Tribute to Professora Bertha Koiffman Becke (International Geographer *par excellence*)

I first met Bertha at a session of one of the Commissions of the International Geographical Union at the International Congress of 1972. We were attracted to each other initially because we both came from a developing country and needed to ensure that we secured some attention in the management of the Union. I was leading the Nigerian delegation to that Congress and the Brazilian delegation was being led at the time by Professor Nilo Bernardes. The Brazilian delegation was a closely knit group and it was not long that through Bertha, I came to meet other members of the group especially Speridião Faissol and Pedro Geiger. Soon we also got delegations from other developing countries into our fold and ensured that the Commission on Regional Aspects of Development under the chairmanship of Professor Nilo Bernardes received a second term of four years during the plenary session of the Union at that Congress, still under his leadership. For me, the politicking that went with achieving this outcome served to bind me in a long lasting friendship not only with Bertha but also with Speridião Faissol and Pedro Geiger, a relationship which was to deepen over the years.

One of the decisions of the Commission at that 1972 Congress was to hold a Latin American Regional Conference in Rio de Janeiro, Brazil in the summer of 1974. As a member of the Commission, I was invited to attend that Conference. It was my first visit to Brazil or, for that matter, to any country in Latin America. I was lodged with some of the delegates in a hotel in the centre of Rio. The level of air pollution in the neighbourhood had such negative impact on my health that I had to be re-located to another hotel in Copacabana. As Secretary of the Commission, Bertha was virtually our hostess. The Conference had a one-day field trip to the city of Vitória which enabled us en route to appreciate the diversity of cultural aquatic cuisines arising from the multiple streams of migrants that populate Brazil. The evening social event which took us on a visit to one of the Samba Schools in Rio allowed Bertha and myself to further appreciate the cultural bond between Nigeria and Brazil. The annual pre-Lenten Rio Carnival of 1974 had popularized the song "O le le, O la la" which, along with the show put up for us at the Samba School, served to further illustrate the extent of this cultural bond. Indeed, as a Yoruba myself, I was aware of these strong cultural ties with many Brazilians of African descent especially those living in Bahia state in the north of the country.

The academic aspect of the Conference was, however, equally noteworthy. The Brazilian members of the Commission were gradually coming to grips with the new theoretical and quantitative development in Geography which was being pioneered by the United States since the 1960s. As someone who had been exposed to this development as a Visiting Professor at Northwestern University, Evanston, Illinois, United States, Bertha felt I could help induct her graduate students into this new trend in the discipline. Up to the 1970s, the primary disciplinary linkage of Brazil was with French Geography which had not at that point in time taken on this new development. In consequence, I was asked by Bertha to consider an invitation to come back to Brazil in the winter of 1975 to teach her post-graduate class at the Federal University of Rio de Janeiro in both theoretical and

quantitative geography. These were students who were relatively proficient in English and so could easily follow my lecturers. It was the challenging opportunity of a life time.

I returned to Brazil early in July 1975 as a Visiting Professor to the Department of Geography at the Federal University of Rio de Janeiro. Although Bertha was not the Head of Department, she was responsible for the post-graduate programme of the Department. I had a most fruitful session with the students, about sixteen of them. For two of them the relationship was further enriched by their work with me at the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) where Professor Speridião Faissol was employed. He had given me another part-time appointment to help with processing the data from their recent population census.

What the Visiting Professorship did for me, however, was to enable me realize how much the research activities of Professora Bertha Becker were well appreciated at the level of the Government of Brazil. Apart from her continuing research on Amazonia and the impact which the movement of the capital to Brasília was having on the development of this relatively empty land, Bertha's specialization in political geography had her almost on a permanent retainer with the Brazilian Ministry of Foreign Affairs. Clearly, Bertha's scholarship was not just a matter of purely academic interest. Through it, she impacted on the socio-economic and political life of the Brazilian people.

Yet, in spite of all these engagements and responsibilities, Bertha remained her humane, motherly figure especially to her students and colleagues. She was an enthusiastic and imaginative thinker, always concerned about how to resolve a problem in an equitable manner without impairing the capacity of the weaker party to protect its interests in the conflict. This was well indicated in her approach to the development of Amazonia where the big, rich conglomerates were virtually trying to trample down on the rights of the indigenous Indians. Bertha was also an internationalist, happy to engage intellectually with individuals irrespective of where they came from. This came out in her long-term role as Secretary in the Commissions of the International Geographical Union. I learnt a lot from Professora Bertha Becker and will miss her personal warmth and conviviality. I join in extending my sincere condolence to her immediate family and her numerous Brazilian friends. May Her Soul Rest in Perfect Peace. Amen.

Recebido em: 23/10/2013 Aceito em: 30/10/2013

Escrevendo um Mundo
Breves notas sobre a Geografia Política de Bertha Becker
Writing the World:
Brief Notes on the Political Geography of Bertha Becker

Roberto Bartholoⁱ
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

*Oh, give me land, lots of land, under starry skies above
Don't fence me in
Let me ride thru the wide-open country that I love
Don't fence me in*

Cole Porter e Robert Fletcher

Uma curta história de ensinamento da mística judaica de raiz hassídica, atribuída ao círculo do *rabi* Yaakov Yitzahk de Pijzha, diz:

Uma vez foi colocada ao rabi Yaakov a pergunta: o Talmud explica que a cegonha, em hebraico designada com a palavra hassida, que pode ser traduzida como a piedosa ou a afetuosa, por ela amar os seus, está classificada dentre os pássaros impuros, por que isso? E o rabi respondeu: porque ela somente dedica amor aos seus.

Falar de Bertha é fazer referência às fronteiras de um coração que não quer dedicar amor apenas aos seus.

Em seu memorial para provimento do cargo de professora-titular do Departamento de Geografia da Universidade do Brasil/UFRJ, Bertha Becker falou do sentido de sua trajetória acadêmico-profissional referindo-se a uma paixão e identificação pessoal pela grafia da Terra, não como simples descrição, mas como *design*, desenho e projeto. Para Bertha, a Geografia do Brasil é, pois, *design e projeto do Brasil como parte constitutiva do projeto Terra*.

Cito em seguida um fragmento do texto do Memorial:

... a pedra de toque que desencadeou a linha de pesquisa sobre a Amazônia foi a viagem de estudos que realizei com os alunos do Instituto Rio Branco. Viagem que correspondeu à minha insistente sugestão aos diretores do curso,

ⁱ Professor associado do Programa de Engenharia de Produção da COPPE – Universidade Federal do Rio de Janeiro. bartholo.roberto@gmail.com

tendo em vista a necessidade de colocar os futuros diplomatas em contato mais direto com a realidade do país. Em 1973, finalmente, a direção promoveu o Projeto Cisne, com vistas à observação da fronteira Brasil-Bolívia, e me convidou para dela participar. Empenhei-me com os alunos na preparação da viagem, inclusive na preparação dos questionários para captar as relações centro-periferia, meta frustrada pela interferência do Projeto Rondon, que estabelecera seu próprio programa, mas não conseguiu impedir meu encontro com a fronteira.

Foi fantástico o impacto dessa viagem por Corumbá, Cáceres, Guajará-Mirim (brasileira e boliviana), Porto Velho, Rio Branco e Manaus, onde tive contato com a magnitude da natureza, as rápidas, volumosas e amplas correntes migratórias que resultavam no inchamento da velha cidade de Cáceres ou se dirigiam para Rondônia via Vilhena, e com a estratégia do governo federal para a articulação do território.

(...)

A partir daí, dediquei meu esforço ao estudo da Amazônia, buscando captar a magnitude da escala e do ritmo de sua ocupação.

A obra de Bertha é palavra-ato, testemunho de empenho e compromisso que nos chega desde o lugar que lhe é próprio, sua morada institucional, a Universidade (mais particularmente a Universidade do Brasil/Universidade Federal do Rio de Janeiro). Como fio comum se desdobram a continuada produção do espaço brasileiro e a marcante presença das fronteiras (e, mais particularmente, de uma fronteira territorialmente determinada em desconcertante abundância e concretude: a Floresta Amazônica). Seus empenho e compromisso nascem de uma aposta de vida: a excelência acadêmica não se pode reduzir à mera resolução eficiente de problemas que não temos autonomia de estruturar. Ela pode se tornar espúria e estéril quando dissociada da ousadia e do risco de se ter por horizonte, para além da mera autonomia tecnológica, uma autêntica autonomia epistemológica.

Encontro denominadores comuns na trajetória de vida de duas mulheres que marcaram a cultura brasileira: Clarice Lispector e Bertha Becker. Em ambas as obras buscamos em vão referências *explícitas* ao enraizamento judaico. Para o percebermos é necessário um exercício de atenção: a escuta do silenciado.

Na obra de Clarice, como destaca Moacyr Scliar, não falta "...um componente judaico, representado principalmente pelo melancólico humor e por aquela sensação de desenraizamento, de marginalização".¹

Macabéa, a personagem central de seu derradeiro livro, *A Hora da Estrela*, sintetiza em si a condição feminina e judaica. É desse livro que retiramos a frase-chave: "... pensar é um ato. Sentir é um fato. Os dois juntos sou eu, que escrevo o que estou escrevendo".

As palavras de Clarice nos remetem, ao coração da obra de Bertha.

Como um elemento de identidade na diferença, encontramos em Clarice um tempo-espaço *indefinidos*, uma sintomática ausência de limites ou fronteiras, uma apologia do instante. Como nos diz Clarice em *Um Sopro de Vida*, "... este é um livro de não memórias. Passa-se agora mesmo, não importa quando foi ou é ou será este agora mesmo". Em Clarice, as referências aos lugares, às ruas, às cidades e aos bairros são feitas com indiferente provisoriedade, como expresso exemplarmente em *Perto do Coração Selvagem*:

“... às vezes seus passos erravam na direção, pesavam-lhe, as pernas mal se moviam. Mas ela se empurrava, guardava-se para cair mais longe”.

Ambas, Bertha e Clarice chegam ao Brasil filhas de correntes migratórias saídas das entranhas da Europa Oriental. Nas origens desta travessia está a inquieta pobreza das aldeias retratadas por Chagall, onde uma população judaica estimada em cerca de cinco milhões de habitantes no fim do século XIX, vivia sob o Império da Rússia dos Czares, confinada por lei em determinadas regiões, tendo por núcleo básico de convivência o *shtetl*. Essa palavra iídiche, idioma dos guetos centro-europeus, mescla de alemão e hebraico quer designar aldeia, pequena cidade e, antes de tudo, um lar. Como diz Moacyr Scliar: “... pobre e ameaçado, mas lar, em cujos telhados místicos violinistas tocavam as melodias melancólicas de um passado que se confundia com o presente”.²

Lar frágil e vulnerável às convulsões que abalaram o Império Czarista na virada dos séculos XIX e XX, culminando na derrota russa na guerra contra o Japão em 1905. Lar marcado pela sombra trágica dos *progroms*. Em *A Cidade da Matança* o poeta Chaim Nachman Bialik escreve o poema-testemunho do *progrom* de Kíshinev, na Bessarábia:

De ferro e aço frios e mudos
forja um coração, oh homem! – e avança.
Vem, vamos à cidade onde se fez a matança,
mira com teus olhos, toca com tuas mãos
nas paredes, nas portas, nas pilastras, nos muros
na madeira e nas pedras das ruas
as manchas de sangue negro e ressecado.

Decerto o fluxo migratório judaico para o Novo Mundo foi *mais um*, dentre tantos outros oprimidos, que vieram aqui aportar. Eloquente mensagem, a América comunica a Europa nos versos da poetisa judia Emma Lazarus, inscritos no pedestal da Estátua da Liberdade:

Dá-me teus exaustos, teus pobres...
O renegado refugio de tuas exuberantes plagas.

Nossa formação escolar brasileira tem ênfase no aprendizado de que o povo brasileiro tem origem no cadinho das três raças, o europeu, o índio e o negro. E arriscamos compreender essa proposição como se nossa história fosse “...um roteiro traçado pelo cristão colonizador no qual os demais não passam de coadjuvantes.³ A referência ao *cadinho* tem significativas omissões que silenciam *agendas particulares*, contribuintes à formação do Brasil.

Falando de Bertha e Clarice quero também romper com essa silenciosa omissão da perspectiva própria das populações judaicas e seu empenho por afirmar a identidade “em meio à intolerância – que modulou fortemente a *articulação*, (em vez de contribuição e participação) do judaísmo e dos judeus com a história do Brasil”.⁴

Em 1891, o Barão Maurice de Hirsch, milionário e filantropo, disponibilizou por meio da *Jewish Colonization Association* (JCA) fundos para a aquisição de glebas de terra na América destinadas à implantação de colônias agrícolas para as populações judaicas da Europa Oriental. Em cerca de 300.000 hectares nas províncias argentinas de Santa

Bartholo, R.

Fé, Entre Rios e Buenos Aires foram implantadas dezessete colônias. Mais tarde, a colonização foi estendida para o Rio Grande do Sul, onde a JCA adquiriu 5.776 hectares no Pinhal, município de Santa Maria, e implantou em 1904 a *Colônia Philippon*, onde se assentaram trinta e oito famílias judaicas oriundas da Bessarábia.

Visto desde o *shtetl* o Brasil podia ser um novo horizonte de expectativas e um novo espaço de experiências. A migração podia ser a travessia rumo à possibilidade de mudar a vida para melhor, mudando de lugar. E a imagem da promessa podia ser fixada em *prospectos* da JCA, tais como os que estiveram na origem da saga de Marcos Iolovitch, um judeu-russo que emigra para o Rio Grande do Sul. Seu romance autobiográfico *Numa Clara Manhã de Abril* se inicia com as seguintes palavras:

... Numa clara manhã de abril do ano de 19... quando a estepe começava a reverdecer à entrada alegre da primavera, apareceram em Zagradowka, pequena e risonha aldeia russa da província de Kersan, lindíssimos prospectos com ilustrações coloridas, descrevendo a excelência do clima, a fertilidade da terra, a riqueza da fauna, a beleza e exuberância da flora de um vasto e longínquo país da América, denominado BRASIL.

Segue-se uma significativa descrição da ilustração desse prospecto, nas palavras de Marcos Iolovitch:

Sob um céu límpido e distante, de um azul muito doce, um lavrador, chapéu de abas largas, camisa branca arremangada, empunhava, encurvado, as rabiças de um arado, puxado por uma junta de bois, revolvendo a terra virgem. Um pouco mais longe, no fundo, o ouro vegetal de extensos trigais maduros. Mais além, azulados pela distância, coqueiros, palmeiras e florestas misteriosas. E, no primeiro plano, destacando-se em cores vivas e fortes, um enorme pomar em que predominavam laranjeiras, à cuja sombra porcos comiam lindas laranjas caídas no chão.

Sérgio Buarque de Holanda já apontou como motivos edênicos animaram a colonização do Brasil, em um imaginário onde "... a crença na realidade física e atual do Éden parecia então inabalável", e não se fazia sentir "apenas em livros de devoção ou recreio, mas ainda nas descrições de viagens reais e fictícias (...) e sobretudo na obra de cosmógrafos e cartógrafos".⁵ Para a perspectiva dos que o viam desde a vulnerabilidade do *shtetl*, esse Novo Mundo era, como aponta Moacyr Scliar, simultaneamente *mais e menos* que os mitos edênicos. Era, por exemplo, a concretude material do açúcar e das frutas. Sendo que as laranjas do prospecto eram os próprios frutos da tentação, tão inacessíveis à inquieta pobreza da Europa Oriental. Como diz Moacyr Scliar, "...eram laranjas pois, e em profusão! Caídas no solo! E os porcos a devorá-las! Aliás, a presença de tais animais causa espécie. Ou Iolovitch não lembra bem, ou o ilustrador era um tanto descuidado. Talvez não dessem importância ao detalhe, ilustrador e/ou futuros colonos; ou talvez considerassem inocentes, não impuros os suínos do Novo Mundo".⁶

Desde a perspectiva do *shtetl*, os trópicos eram lugar de abundância, fartura e liberdade. E liberdade era o maior dos anseios. Liberdade de aspirar vida melhor, de não ter

medo, de educar os filhos. Mas como bem diz Moacyr Scliar: "...liberdade com açúcar, liberdade com laranja, banana e abacate é sem dúvida melhor".⁷

O uso identificar um enraizamento judaico *implícito* na palavra geográfica de Bertha, em sua recusa a se deixar fixar na estabilidade dos conceitos pré-configurados. Ela é palavra eficaz, palavra-gesto, palavra-ato, que não apenas serve de instrumento de captura conceitual do que designa, mas sim para *instaurar realidade*. É o *dabar* hebraico, palavra criadora proferida em meio às estruturas estabelecidas do saber universitário. O *dabar* de Bertha não apenas se afasta das certezas cristalizadas. Ele as desestabiliza e rompe. Mina as bases da tradição positivista hegemônica na geografia brasileira.

Na trajetória de Bertha emerge, em clara diferenciação com a de Clarice Lispector, a confrontação com tempo-espaço *definidos*. E sobressai um encontro decisivo, uma marcante presença: a fronteira. Nunca uma fronteira que se deixa conter em conceitos abstratos, incorpóreos. Sim a fronteira como presença concreta cuja palavra nos fere e cobra resposta. E com notável preponderância a *fronteira territorialmente definida na Floresta Amazônica, em sua desconcertante abundância e concretude*. Essa floresta se faz presente para Bertha como o Tu de uma relação dialógica, não o Isso de uma pré-determinação conceitual. Não há aqui um discurso que faça referência à floresta como mero campo de aplicação de verdades já sabidas. Há diálogo construído sob o primado da escuta. Uma construção em ressonância com o apelo primordial da tradição orante judaica: *Shemá!*

Martin Buber, notável voz judaica do século XX, aponta que o primado da escuta é condição de possibilidade da relação dialógica e requer uma aposta de vida, concretude, inteireza, disponibilidade para as imprevisibilidades de uma relação face a face, direta e imediata. Em sua relação com a Floresta Amazônica Bertha soube corresponder às condições dialogais buberianas, ultrapassando os contemporâneos modismos acadêmicos e jornalísticos da *deep ecology*. O diálogo de Bertha com as fronteiras desveladas na presença, inteireza e concretude da Floresta Amazônica se traduzem em testemunhos escritos que expressam seu encontro com o *Brasil profundo*. Neles, a floresta não é apenas um Isso, algo que cabe nas pré-concepções de um discurso técnico que pretende ser apto a explicá-la, porque supõe já tê-la feito cativa de esquemas conceituais de intermediação. A floresta para Bertha é lugar de encontro. Não com a pretensa pureza virginal de uma natureza intocada, mas com as fronteiras em transformação. Não com a fixidez do determinismo e da mesmice, mas com a dinâmica do possibilismo e da alteridade.

Testemunho documental desse processo é o artigo clássico *A Amazônia na Estrutura Espacial do Brasil*, publicado na Revista Brasileira de Geografia em 1974. Sendo que o livro *Geopolítica da Amazônia* (Zahar, 1982), reuniu diversos artigos dessa fase, e pode ser apontado como o mais notório testemunho de que Bertha, atualizando a tradição filosófica, assumia a *geopolítica* como espaço privilegiado de interlocução. A palavra-ato de Bertha foi subversiva das relações entre espaço e poder professadas pelos discursos das teorias hegemônicas de seu tempo, quer fossem elas de raiz neoclássica, quer de raiz marxista. Seu empenho foi por afirmar a necessidade de um duplo reconhecimento: i) do caráter multidimensional do poder, e ii) do território como argumento de base do discurso geográfico. Seu compromisso foi para com a escuta das alteridades. Seu empenho foi por responder à palavra ouvida, enraizada na circunstância do tempo-espaço das fronteiras.

A trajetória acadêmica de Bertha é exemplo edificante em meio ao crescimento de tantos desertos estéreis que enquadram a excelência acadêmica na cegueira cientométrica. Bertha não deixa que a razão interrogativa e crítica seja domesticada e soube dar ao reconhecimento internacional a justa medida. Confúcio disse que o sábio não se preocupa em ser conhecido, mas sim em que valha a pena que ele seja conhecido. Desde a perspectiva confuciana Bertha foi, certamente, sábia. Seu zelo e rigor intelectual encontraram o reconhecimento internacional, expresso pela *David Livingston Centenary Medal*, outorgada pela *American Geographical Society* para avanços científicos no hemisfério sul. Mas ela nunca perdeu a clareza quanto a seu lugar preferencial de vínculo, compromisso e interlocução.

Dito de modo simples: Bertha priorizou a publicação dos frutos de sua pesquisa como **livros** brasileiros, escritos em português e publicados em nosso país. Bertha não sucumbiu à quantofrenia acadêmica contemporânea, essa corrida cega atrás de indicadores quantitativos de produtividade de *papers* publicados em periódicos indexados, transformados em fins em si mesmos.

A sedução berthiana pelas fronteiras vai além da exuberante concretude amazônica. Ela inclui em si, como uma boneca russa *matriochka*, as fronteiras do conhecimento como lugares preferenciais de sua presença-palavra-ato. Ousar nomear os problemas que entendemos ser de enfrentamento prioritário é condição de autonomia ética. Isso implica ter por horizonte, para além da mera autonomia tecnológica, o empenho pela autonomia epistemológica. Fronteiras fisicamente tangíveis, como exemplarmente expresso na exuberante concretude da floresta amazônica entrelaçam-se com intangíveis fronteiras do conhecimento na presença-palavra-ato de Bertha. É assim que essa presença-palavra-ato faz morada em lugares onde não nos deixamos limitar pela mera *arte do possível* e a perenização de hábitos cristalizados.

Um dito atribuído ao *rabi* Nachman de Bratslav afirma que *tudo no mundo, onde quer que aconteça, e o que quer que seja, é um teste com o propósito de dar-lhe liberdade de escolha. Você deve, pois, escolher sabiamente.*

Viver nas fronteiras amplia os desafios da liberdade de escolha. Fronteiras são lugares onde supostos parâmetros logo se revelam variáveis e o desafio de responder à possibilidade de *fazer possível o impossível* pode se fazer pão nosso de cada dia. As fronteiras são, num sentido mais densamente judaico, lugares de travessia, passagem, *pessach*. Viver nas passagens das fronteiras é também experienciar a abertura para renovadas surpresas dos encontros face a face com presenças que não nos obedecem ao controle. E escutar seus apelos a nós dirigidos. Apelos para os quais a produção intelectual contemporânea tem revelado lamentável e crescente insensibilidade. Mas para os quais a vida e obra de Bertha expressam respostas tão comprometidas. Respostas que são inestimável referência para confrontarmos os efeitos perversos do contemporâneo *eclipse da erudição* de que nos alertou Lindsay Waters⁹, antigo editor da *Harvard University Press*.

Bertha soube ser referência para as novas gerações, propiciando-lhes caminhos críticos de aprendizagem e formação diante da perversa corrida cientométrica das universidades contemporâneas que empurra as novas gerações a escrever cada vez mais *papers* para publicação em periódicos científicos de circulação internacional, indexados e ranqueados segundo o cálculo de seus “fatores de impacto”. Mas não lhes oferece um minuto sequer para se perguntarem sobre as condições de produção (e comércio) de tais indicadores.

Bertha foi uma autêntica *scholar* cuja obra nunca se fez surda para a verdade da ácida ironia do Prêmio Nobel de física Wolfgang Pauli, nos dizendo: *não me importo com seu pensamento lento. O que me incomoda é você publicar mais rápido do que pode pensar*. Em síntese: a vida e a obra de Bertha dão testemunho para as novas gerações de pesquisadores, estudiosos e acadêmicos de que o x da questão não se resume ao dilema *publish or perish*, mas sim à possibilidade *to publish without perishing* como fruto do exercício da razão crítica.

George Steiner traça um diagnóstico sombrio do academicismo contemporâneo, dizendo que a humanidade instruída se vê abordada cotidianamente por milhões de palavras "... que aludem a livros que nunca serão abertos, músicas que nunca serão ouvidas, obras de arte sobre as quais nunca nenhum olhar vai pousar. Um murmúrio perpétuo de comentários estéticos, juízos improvisados e pontificações enlatadas inunda o ar. No plano da interpretação e valoração crítico-acadêmica, o volume de discurso secundário desafia qualquer inventário".⁹ Neste contexto "... o desequilíbrio entre o secundário e seu objeto, entre o 'texto' – em que incluo o objeto de arte, a composição musical ou a dança – e o comentário explicativo-valorativo que este gera, raia o grotesco. O discurso parasitário se alimenta de enunciados vivos; e como nas cadeias tróficas microbiológicas, o parasitário ao final se alimenta de si mesmo".¹⁰

A crítica de Steiner aplicada aos espaços universitários denuncia a esterilidade de exercícios formais de redação de *papers* apoiados nas "imunidades dos saberes indiretos".¹¹ Quando esta atividade se institui a si mesma como a pedra angular da excelência acadêmica passamos a habitar em um mundo onde palavras que não querem dizer algo a outros (...) sustentam um *palavrório irresponsável*. Isso permite que os espaços do diálogo acadêmico sejam sufocados por um "*marasmo cinzento*".¹²

É importante termos em mente que a crítica de Steiner não é dirigida contra as interpretações *per se*, e sim contra discursos estéreis e repetitivos, que somente aportam adições inócuas ao já sabido e se esgotam em confirmações repetidas de si mesmos, como um interminável jogo de espelhos.

Bertha nos apontou como o caminho para publicar sem perecer passa por um rigoroso entrelaçamento entre a leitura dos livros e a escuta do mundo. Daí, a inestimável importância em sua vida e obra da pesquisa direta, dos trabalhos de campo. Não como meros exercícios de confirmação do já sabido, mas sim como abertura e escuta dialogal ao não sabido (e talvez possível de se vir a saber). Assim, em sua atividade docente, levar os jovens ao encontro do Brasil profundo da floresta amazônica, foi elemento pedagógico de base.

A fecunda ousadia da obra de Bertha tem convergência de atitude com a mística judaica. Como aponta Esther Cohen¹³ para a mística judaica medieval o território do mundo pode ser identificado com o território do texto, "um espaço povoado por letras e palavras que no fundo são a natureza mesma".¹⁴ No livro Gênesis o uso do plural na palavra criadora divina indica que, situada em meio a uma Criação que tem caráter verbal, a pessoa humana recebe reiterados chamados a ler e interpretar um mundo inacabado. Ler o mundo criado é "situá-lo em perspectiva", interpretá-lo é "dar-lhe corpo e vida". É assim que "a mística judaica é uma hermenêutica da ação"¹⁵, onde a interpretação é uma forma privilegiada de agir no mundo. O mais notável aqui é que a interpretação não seja compreendida tão somente como um exercício cerebral de cunho lógico-racional. Ela é

Bartholo, R.

um empenho arriscado que exige a inteireza da pessoa, diz respeito a todo seu modo de vida e mobiliza todos os sentidos de seu corpo em um empenho dialógico, cujos rigores e exigências abrem a *Torah* para um mundo que é, ele também, escritura. E, ao fazê-lo, desvela a possibilidade infinita de recriá-lo interpretando-o, para então afirmar que “as novas interpretações sábias se convertem em novos firmamentos”. Fica assim expressa a estreita relação entre palavras e mundos possíveis, entre os atos de nomear e criar.

Escritura de novas palavras no mundo. Instauração de novos mundos. Geografia política berthiana.

Penso em Bertha e na Amazônia, em Ítaca e na Odisseia: as visitas às fronteiras da Amazônia/Ítaca são a odisseia berthiana. Em suas partidas ao campo, Bertha pareceu seguir conselhos do poeta Konstantinos Kavafis:

“quando você partir para Ítaca, deseje que o caminho seja longo, rico em peripécias e experiências. (...)

que numerosas sejam as manhãs de verão onde (com que delícias!) você vai penetrar nos portos vistos por primeira vez”.

A relação entre Bertha e sua Amazônia/Ítaca não é apenas fecunda por nos legar notável elenco de pseudo-filhos em forma de livros. Ela é também uma obra alquímica, tecida por ricas, mútuas e recíprocas interferências vivificantes. Bertha nos escreve livros amazônidos e sua Amazônia/Ítaca lhe inscreve palavras na alma. Relembro versos de Kavafis:

“Ítaca deu a você a bela viagem: sem ela você não se teria colocado a caminho. Ela não tem outra coisa para lhe dar. (...)

Mesmo se você a achar pobre, Ítaca não lhe enganou. Sábia como você se tornou depois de tantas experiências, você enfim compreendeu o que significam Ítacas”.

Viagens berthianas a Amazonas/Ítaca não são fixadas pelo determinismo e a mesmice. Elas transcorrem na dinâmica do possibilismo e das alteridades, belamente expressa por Cole Porter e Robert Fletcher em *Don't fence me in*¹⁶, epígrafe e mensagem final deste texto.

Recebido em: 6/12/2013

Aceito em: 10/12/2013

-
- ¹ Moacyr Scliar. *Memórias Judaicas*, em Ari Roitman (org.), *Entre Moisés e Macunaíma. Os Judeus que descobriram o Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000, p. 26.
- ² Moacyr Scliar. *Op. Cit.*, p. 10.
- ³ Luiz Antonio Aguiar, Prefácio, em Ari Roitman (org.), *Op. Cit.*, p. 10.
- ⁴ idem, p. 10.
- ⁵ Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do Paraíso*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, p. 167.
- ⁶ Moacyr Scliar. *Op. Cit.*, p. 34.
- ⁷ idem, p. 35.
- ⁸ Lindsay Waters. *Enemies of Promise. Publishing, perishing and the eclipse of scholarship*. Prickly Paradigm Press, 2004.
- ⁹ George Steiner. *Presencias reales*. Barcelona: Ediciones Destino, 2007, p. 38.
- ¹⁰ idem, p. 65.
- ¹¹ idem, p. 55.
- ¹² idem, p. 51.
- ¹³ Esther Cohen. *El silencio del nombre. Interpretación y pensamiento judío*. Barcelona: Anthropos Editorial, 1999.
- ¹⁴ Idem, p. 18.
- ¹⁵ Idem, p. 18.
- ¹⁶ Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=YHLr3FzgpOY>, na interpretação de Ella Fitzgerald. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=uuMvKNDuOuQ>, na interpretação de David Byrne.

Trabalho de Campo com Bertha Becker: Reminiscências de Experiência Compartilhada

Fieldwork with Bertha Becker: Reminiscences of Shared Experience

Mariana Mirandaⁱ

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

O trabalho de campo sempre se constituiu elemento essencial na pesquisa geográfica, e Bertha Becker sempre valorizou esse instrumental nas suas atividades de pesquisa. Conciliar o empírico com o teórico foi uma de suas preocupações e, nesse sentido, a busca da informação primária representava uma constante nos seus trabalhos e nos inúmeros projetos que desenvolveu com a participação de colegas e alunos de graduação e pós-graduação.

O objetivo deste depoimento é trazer memórias dessa vivência compartilhada em muitas décadas, destacando o espírito dominante em todos os momentos em que o trabalho de campo era realizado.

Esse espírito está profundamente enraizado naquilo que podemos apontar como características de sua personalidade: vida e animação por tudo que está à sua volta; ânsia na busca, apreensão e compreensão dos fatos; sensibilidade para captar os acontecimentos, o seu verdadeiro conteúdo; coragem para aceitar e enfrentar desafios e grande capacidade de trabalho.

Não é possível detalharmos aqui todos os acontecimentos vivenciados em comum nos inúmeros momentos que compartilhamos a experiência de campo. Destacaremos alguns considerados significativos e os aspectos a eles relacionados, seja em atividades ligadas diretamente à Universidade ou em atividades externas.

O ponto de partida de nossas reminiscências é o início dos anos 1970, antes do ciclo amazônico. Tratava-se do estudo da Bacia Leiteira do Rio de Janeiro, a área selecionada para a excursão foi o eixo mineiro da Rio-Bahia, com destaque para as suas áreas produtoras e distribuidoras de leite e derivados e foco em Governador Valadares e Teófilo Otoni.

Toda uma busca de conhecimento preliminar da área foi empreendida para elaboração de questionários e traçada a logística. Já não mais havendo a camionete do CPGGB (Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil), fez-se necessário alugar uma Kombi para levar os oito integrantes da equipe, da qual faziam parte cinco alunos da graduação. O primeiro desafio para testar a disposição da equipe surgiu quando a camionete quebrou bem antes da chegada ao destino. Não havendo possibilidade de conserto no local, o jeito foi convencer um caminhão a nos rebocar até Teófilo Otoni. Lá chegando, para que a equipe não ficasse parada, enquanto aguardava a chegada de outro carro, o tempo foi utilizado para contatos com as instituições locais em busca de apoio e informações do quadro regional.

ⁱ Professora Adjunta, pesquisadora do Laboratório de Gestão do Território – LAGET. cymamiranda@gmail.com

Levantamento de dados, entre eles as linhas de leite, aplicação de questionários com diferentes categorias de produtores leiteiros, entrevistas em Cooperativas foram as atividades em que todos se empenharam, estimulados por Bertha, para alcançar os objetivos propostos para a pesquisa nos lugares visitados.

A partir do fim dos anos 1970, começou toda uma nova experiência, naquilo que podemos chamar de ciclo amazônico, que durou 30 anos. Foram muitas as áreas pesquisadas: Norte de Goiás (Tocantins), Transamazônica, Norte de Mato Grosso, Sul e Sudeste do Pará, Rondônia, Corredor da Estrada de Ferro Carajás (Pará-Maranhão), Serra Pelada, Alto Solimões-Javari: Tabatinga, Benjamim Constant, Letícia (Colômbia), São Gabriel da Cachoeira (Rio Negro), Santarém, Parintins, Amapá.

Para todas essas viagens havia uma dinâmica comum no que tange à preparação, ou seja, definição da área, seu conhecimento preliminar, objetivos e questões de campo específicas, formulação de questionários, tópicos para entrevistas e busca de apoio logístico. Nessa fase, havia não só o trabalho em equipe, como no caso da preparação dos questionários, que constituía momento de grandes discussões na busca da forma ideal, nunca conseguida, mas sempre perseguida, como a divisão do trabalho no que se refere à busca pelo apoio logístico tanto para hospedagem como para a locomoção. Muitos foram os parceiros que, com persistência, foram solicitados e nos permitiram vivenciar todas essas experiências de campo: DNER, INCRA, Cia. Vale do Rio Doce, governos estaduais e prefeituras e Exército Brasileiro.

Um aspecto importante dessa experiência compartilhada que pode ser destacado é o encontro ao fim do dia de trabalho. Podemos dizer que era o momento simultaneamente de descontração, prestação de contas e avaliação do dia. Naquela hora, eram relatados os resultados obtidos, as dificuldades encontradas, avaliada a aplicação dos questionários e sugeridos itens para o relatório. Tudo isso de forma descontraída em torno de uma mesa, antecipando o jantar e acompanhado de uma caipirinha e/ou cervejinha.

Muitos foram os enfrentamentos pelos quais, com Bertha, tivemos de passar ao realizar entrevistas, na busca da informação, seja com grandes proprietários, madeireiros e até mesmo políticos.

As reminiscências não dizem respeito somente às “aventuras amazônicas” nem apenas ao contexto dos projetos por ela coordenados na Universidade. Nestes, merecem referência as pesquisas realizadas na região do Vale do Paraíba, vinculadas ao Projeto Tecnologia e Gestão do Território, muito enriquecedoras para todos que participaram.

Nas excursões aos Congressos, Bertha manifestava sempre seu aspecto inquiridor e não perdia a oportunidade de realizar entrevistas para captar a realidade local. Foi assim, em 1977, quando participávamos do Congresso em Paipa, Colômbia, e estivemos em Villavicencio, nos Llanos Orientais. Indagando a um cidadão local sobre a cidade, seu crescimento, suas atividades, Bertha formulou a pergunta que a inquietava: “Qual a atividade primordial de Villavicencio?”. A resposta veio de forma simples e concreta: “maryjuana”. Diante de tal objetividade, em que nada mais precisava ser dito ou inquirido, finalizamos nossa improvisada pesquisa de campo em Villavicencio.

Essas experiências aqui retratadas e compartilhadas com Bertha expressam, para nós, sua inquietude, sua persistência na busca de informações as mais completas e sua preocupação com as questões com as quais deparava nas pesquisas e para as quais o trabalho de campo foi sempre fundamental.



Foto1 – Grupo Trabalho de campo no Amapá – St. George d’Oiapoque, Guiana Francesa. Da esquerda para a direita: Júlio Valério, Philippe Lena, Mariana Miranda, Bertha Becker (Out./2002). Arquivo particular – Mariana Miranda.



Foto 2 – Bertha – Trabalho de Campo em São Gabriel da Cachoeira, Alto Rio Negro (Jul./2006). Arquivo particular – Mariana Miranda.

Recebido em: 27/11/2012

Aceito em: 15/12/2013

Homenagem à Bertha Becker¹

Tribute to Bertha Becker

Adma Hamam de Figueiredoⁱ
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Rio de Janeiro, Brasil

É com emoção que venho falar sobre o pensamento e o legado de uma amiga e mestra com quem tive o privilégio de um longo convívio. Antes de entrar no tema propriamente da minha comunicação sobre a contribuição de Bertha para o avanço conceitual/metodológico do zoneamento econômico-ecológico, um instrumento da política ambiental, gostaria de levantar alguns pontos centrais que nortearam seu pensamento em torno da relação entre ciência-política e desenvolvimento.

Em primeiro lugar, cabe ressaltar que a contribuição de Bertha foi além da produção *stricto sensu* do conhecimento sobre a realidade territorial da Amazônia brasileira, região merecedora preferencial de sua vida acadêmica.

A reflexão teórica para ela só se completava se viesse associada a proposições concretas que encaminhassem soluções aos problemas que afetam aquela imensa região do território nacional, que, para ela, possuía um valor geopolítico ímpar no mundo.

Para Bertha, a Amazônia constitui *um componente de poder para o Brasil enquanto Estado-Nação, de enorme importância econômica e geopolítica. Poder derivado da riqueza localizada – num mundo globalizado onde é dominante a riqueza circulante –, e de um horizonte que se alarga com a perspectiva de integração sul-americana, e de sua posição geográfica estratégica em relação não mais apenas à Europa e aos EUA, mas também à Ásia, sobretudo à China.*

Além da dimensão geopolítica sempre presente em suas reflexões, ela foi uma defensora ardorosa da relação entre a ciência e o desenvolvimento. Neste último, ela acreditava e não tinha medo de fazer da ciência e do avanço tecnológico a mola propulsora do desenvolvimento associado à melhoria nas condições de vida da população amazônica.

Dizia ela na proposta metodológica do Macrozoneamento da Amazônia Legal (2009/2010) que *a perversa interação – carência de desenvolvimento e de integração –, constitui grande perda de riqueza e riscos ao exercício da soberania brasileira sobre a região.*

E dessa certeza ela não abria mão quando pregava para o futuro da Amazônia a defesa da floresta e de seus povos por meio não do isolamento ou de um “abandono programado”, mas de um *novo modo de produzir – e de usar o território – baseado na ciência e na tecnologia que poupa ao máximo os recursos naturais... mas que expande e torna complexo o povoamento regional* (Macrozoneamento da Amazônia Legal, 2009/2010).

Ela não tinha medo de associar a preservação da Amazônia à ciência, e em busca desse objetivo lançava ideias como:

ⁱ Geógrafa do IBGE. adma.figueiredo@ibge.gov.br

- a da “Defesa do Coração Florestal”, isto é, da região de menor densidade e de domínio florestal, com base em atividades produtivas. Assim, para ela, a *estratégia de desenvolvimento do coração florestal não será alcançada por seu isolamento produtivo, mas sim pela utilização de seus recursos a partir de técnicas e práticas do século XXI que não destruam a natureza e incorporem e atualizem o saber milenar da população local*;
- a de fazer de Manaus *uma cidade mundial amazônica, capaz de se constituir na interface operacional da valorização dos serviços ambientais avançados consagrados na globalização*. Para ela, Manaus seria a *cidade mundial da marca “Amazônia”, bolsa de valores de serviços ambientais e portal tecnológico da Amazônia*;
- finalmente, ela pregava a criação de uma rede de cidades na Amazônia que, a partir de iniciativas inovadoras, reverteriam o uso predatório dos recursos naturais. Elas formariam o que chamava de *Cordão de “blindagem flexível” do Coração Florestal*.

Na escala nacional, a defesa do papel da União foi também uma preocupação geopolítica constante de suas reflexões: *Se zoneamentos ecológico-econômicos estão sendo implementados pelos estados amazônicos, o olhar macro da União é essencial porque transcende os interesses e as ações individuais dos estados e, sobretudo, porque deve estabelecer uma diretiva capaz de dar-lhes a necessária coesão de um federalismo cooperativo* (Macrozoneamento da Amazônia Legal, 2010).

Inserção da ciência na política ambiental – Zoneamento Ecológico-Econômico

Gostaria de me ater, de agora em diante, a considerações acerca da enorme contribuição de Bertha no sentido do avanço conceitual-metodológico do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) tal como é entendido na atualidade este instrumento da política ambiental brasileira.

Tendo participado da longa trajetória de construção e institucionalização do zoneamento no país desde suas primeiras propostas metodológicas ainda no fim dos anos 1980, sou testemunha da inovação representada pela interpretação conceitual-metodológica dada a este instrumento da política ambiental por Bertha.

Refiro-me aqui mais diretamente ao documento “Detalhamento da Metodologia do ZEE para os estados da Amazônia Legal”, de 1997, escrito em parceria com Claudio Egler. O ZEE foi então definido como instrumento político e técnico e, portanto, inserido na proposta de ressaltar as relações entre ciência e política como preocupação central na obra de Bertha.

Nesse sentido, as reflexões encontradas nesse documento acerca do objetivo do zoneamento para a Amazônia Legal constitui um ótimo exemplo de sua preocupação em colocar a ciência e a geografia, em particular, a serviço da fundamentação da boa prática política.

Dizia então o documento que a finalidade última do ZEE era *otimizar o uso do território e as políticas públicas*. Mais adiante, ele afirmava que essa otimização era alcançada pelas vantagens que esse instrumento oferece, enquanto:

- um instrumento técnico de informação sobre o território, necessário para planejar a sua ocupação racional e o uso sustentável dos recursos naturais;
- um instrumento político de regulação do uso do território;
- um instrumento do planejamento e da gestão territorial para o desenvolvimento regional sustentável. Significa que deve, portanto, ser considerado antes como um elemento ativo, estimulador do desenvolvimento, do que apenas corretivo.

Enfim, pode-se afirmar que o entendimento conceitual do ZEE enquanto campo privilegiado de se analisar e discutir cientificamente a proposta de alteração do uso do território brasileiro em múltiplas escalas e envolvendo múltiplos atores, significou a superação da forte compreensão biofísica do ZEE, que restringia em muito sua importância técnica e seu peso político no planejamento dos usos possíveis e recomendáveis do território nacional.

A superação da noção do zoneamento enquanto mera divisão do espaço físico segundo atributos selecionados pressupunha uma conceituação mais bem consolidada em torno do uso do território. Assim, enquanto instrumento da política pública ele iria entender não mais a questão da compartimentação da base física de uma região, mas as dinâmicas que diferenciam o território em seu uso histórico. O uso do território é que iria, a partir daí, nortear os zoneamentos.

Em termos operacionais, a compreensão de que o ZEE não era um fim em si mesmo, nem mera divisão física do espaço geográfico definidor de zonas homogêneas, simbolizou uma libertação da dificuldade que representava a elaboração do “mapa final”, sintetizador das relações estabelecidas entre a sociedade e os recursos naturais, como se isso fosse possível.

Nesse sentido, o ZEE passou a ser visto antes como uma pactuação entre interesses e atores diversos do que propriamente uma coletânea de mapas ou, pior, um único mapa. Apenas como exemplo, é bom lembrar que o que não estava representado fisicamente no mapa não merecia atenção nos estudos de ZEE, como é o caso das cidades e estradas. Nesse ponto, relegava-se simplesmente dos estudos de zoneamento a “ossatura do território”, isto é, um dos fatores centrais de entendimento da dinâmica envolvendo o uso da terra e da distribuição de atividades no território.

A elaboração do Macrozoneamento da Amazônia Legal, em 2009/2010, registrava novos questionamentos e respostas conceituais impostas pela passagem do tempo, não só sobre a realidade territorial concreta como em relação à própria evolução da análise geográfica sobre essa realidade.

Na Amazônia Legal, a intensificação da ação humana nas últimas décadas resultou em forte diversificação de atores e de usos do território. Nesse sentido, níveis crescentes de complexidade social e técnica requalificam esse espaço regional, demandando novos instrumentos de análise por parte da geografia e dos estudos voltados ao ZEE.

No documento de referência elaborado por Bertha para o Macrozoneamento da Amazônia Legal, afirma ela que *embora o conceito geográfico de zona continue válido, ele não pode mais ser aplicado às áreas onde a intensidade do povoamento, ou seja, a dimensão econômica do ZEE, impõe-se sobre a dimensão ecológica.*

No Documento de Referência do projeto, em 2009, Bertha chamou a atenção para a intensificação da conectividade global e de sua crescente importância como novo ele-

mento na formação do território e, portanto, nas análises do zoneamento da Amazônia Legal. Inserir as redes e o movimento de forma mais profunda e como elemento estruturador das unidades territoriais dessa região, foi o desafio conceitual, metodológico e operacional enfrentado na elaboração do Macrozoneamento da Amazônia Legal.

Definir nessa região as unidades territoriais ainda estruturadas pelo território-zona e aquelas dinamizadas pelo território-rede constituiu, a meu ver, o avanço conceitual-metodológico mais importante desse projeto.

Finalmente, dada a importância ressaltada pela autora nesse projeto do papel das instituições como cerne do desenvolvimento, gostaria de enfatizar que os documentos encontrados na internet foram elaborados pelo conjunto de estados que compõem a Amazônia Legal, por meio de suas respectivas equipes técnicas executoras dos zoneamentos estaduais, além das instituições públicas e privadas e de segmentos da sociedade civil envolvidos e interessados nas questões relativas à regulação do uso do território na Amazônia Legal (aí incluídas as discussões em torno da reformulação do Código Florestal).

Nesse sentido, o projeto concretizava, assim, mais um elemento-chave no pensamento político de Bertha, que era o da necessidade da participação mais ampla possível da sociedade amazônica e suas comunidades tradicionais no encaminhamento de soluções avançadas para os problemas daquela região tão importante para a nação brasileira.

Recebido em: 23/10/2013

Aceito em: 1/11/2013

¹ Texto apresentado em homenagem a uma grande cientista-geógrafa brasileira na 65ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – 16-26 de julho de 2013 – UFPE – Recife, PE.

Homenagem, Sempre

A Tribute, Always

Elimar Pinheiro do Nascimentoⁱ

Universidade de Brasília
Brasil

Joao Nildo Viannaⁱⁱ

Universidade de Brasília
Brasil

Quando a conhecíamos em uma palestra em Brasília, Manaus ou Rio, não importa, ela não nos parecia irreverente, como diziam. Ela era a irreverência. E começava dizendo que iria praticar a arte da irreverência, ou seja, a arte da sinceridade. E dizia o que pensava, fosse de acordo ou em desacordo com a maioria. Isso não era importante para ela, importava suas convicções nascidas de longas pesquisas, reflexões e debates com seus pares. Brilhava desde o início de sua fala. Primeiro, pela inteligência, ágil, provocante, fazia articulações de coisas para nós inarticuláveis, formulava conceitos desconcertantes, mas profundos. Segundo, pelo conhecimento. Cada assertiva tinha o peso de uma longa reflexão, o peso de uma pesquisadora de mérito. Como era reconhecida por seus pares no Brasil e alhures. E, por último, pelo humor. Sem a abundância das cachoeiras, mas parcimonioso como um fio d'água. Pouco, mas marcante, sutil, inteligente. Logo no início percebíamos que tinha porte de rainha, mas sem a formalidade britânica, e com a simplicidade norueguesa. Ninguém saía de suas conferências do mesmo jeito que entrara. Retirava-se de bem com a vida, feliz, iluminado pela inteligência da Bertha, reflexivo, repensando seus conhecimentos, refazendo suas avaliações. Ela era marcante. E marcava a vida de cada um de nós, que, rapidamente, tornávamo-nos seus admiradores. Por tudo isso, quando ela se despediu deixou o lugar da palestrante vazio. Mas, curioso, nossa imaginação teima em preenchê-lo, com sua figura de lutadora, de mulher alegre, sem ser frívola, de intelectual perspicaz, sem ser arrogante. Por tudo isso duvidamos, vez ou outra, se ela de fato nos deixou. Pois nossa imaginação não a deixa partir. E nosso coração a recria dioturnamente. Bertha Becker partiu?

Recebido em: 23/10/2013

Aceito em: 1/11/2013

ⁱ Sociólogo, professor do Centro do Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.

ⁱⁱ Engenheiro mecânico, professor do Centro do Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. vianna@unb.br

Geografias Vivas

Lived Geographies

Pedro Pinchas Geigerⁱ

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

No começo do ano de 1940 iniciei o curso de Geografia e História na antiga Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, hoje UFRJ. A faculdade funcionava em um nobre casarão do Largo do Machado, hoje ocupado por um colégio da municipalidade. Dois leões em pedra continuam ladeando a escadaria do velho prédio.

Leões não são nativos do Brasil e a sua representação tem a ver com antigas práticas aristocráticas vindas da Europa. O estudo, a atividade que era realizada naquele prédio, procede desde os inícios do processo civilizatório, quando a produção de excedentes passou a permitir que certos indivíduos, relacionados com a religião e com a formação de elites, se dedicassem a pensar. Assim, aqueles leões me transmitiam uma sensação de nobreza que envolveria o ato de estudar, que no passado era reservado às elites. E não era eu um exemplo daquele movimento de religiosidade e de elitismo? No Brasil de então, não era o estudo universitário uma atividade de elites?

Era verdade que a minha família, de imigrantes do Velho Mundo, era muito pobre, mas, por essa razão, guardava o comportamento de aristocratas decadentes. De um lado, esta família pertencia a um povo acusado de deícida, mas, que se dizia “povo eleito” por Deus; e, de outro lado, tivera ancestrais com títulos aristocráticos distribuídos pelo Imperador Francisco José do antigo Império Austro Húngaro. Por meio das tradições judaicas, a antiguidade estava sempre presente no lar, como se ela fosse de ontem. Do mesmo modo que o tempo, o espaço vivido da família também se estendia para além do Brasil, por causa das migrações de pais e avós para a Palestina/Judeia/Israel/Inglaterra/Áustria, e que se encontravam em Guerra desde 1939. Meu pai, anglófilo, vivera a Primeira Guerra Mundial, tendo assistido ao então maior centro capitalista conquistar a Terra Santa dos turcos e introduzir a modernidade.

Portanto, a representação de leões já me era familiar, vista nos brasões ingleses do passaporte do meu pai, nos bordados dos mantos dos rolos de pergaminho do Pentateuco e nas cortinas do armário da sinagoga em que esses rolos eram guardados. Aqueles leões foram aqui acolhidos, assim como o foram os cristãos novos que criaram este país, ou a família dos meus pais. Eles me pareciam falar de tudo isso. Também me faziam recriar a atmosfera da sacralidade que era reinante durante a era medieval.

A diversidade morava ao lado da faculdade. Nas oficinas de bonde da *Light*, que, em outro lado do Largo do Machado lembravam um país entrando na era da indústria e da tecnologia. Ao lado dessas oficinas, um outro ambiente era o do boêmio *Café Lamas*, com o seu grande salão de bilhar, frequentado por estudantes nos intervalos ou no fim das

ⁱ Professor visitante do programa de pós-graduação em Geografia da UERJ. pedro.geiger@gmail.com

aulas. Esses alunos não eram somente de adolescentes, uma vez que setores da cultura carioca afluíram para a nova faculdade, para receber a confirmação de suas atividades já praticadas por meio do diploma. Eram professores de ciências, artes, filosofia, história, sociologia, filosofia, matemática, literatura anglo-germânica, entre outras. Celso Cunha fora meu professor de português no Externato Pedro II, depois que o José Oiticica fora preso, e agora, levado por Newton Rodrigues, meu colega de turma; eu fazia parte do mesmo grupo; Cecília Meirelles é outro nome que lembro dentre os alunos já intelectuais conhecidos. Neste novo mundo que se abria para mim, iria conhecer a família Koiffman e as três irmãs, Fany, Liuba e Bertha. Esta última, em 1940 uma criança de 7 anos de idade.

Eu morava no bairro de Vila Isabel, ainda em um clima de Noel Rosa, à rua Barão de São Francisco, no trecho entre a praça Barão de Drummond, chamada popularmente de Praça Sete e o Morro dos Macacos. Quando o morro ainda era visto romanticamente como um local para se apreciar o “mar de estrelas”, e quando a Vila era conhecida por suas batalhas pré-carnavalescas de confete das ruas Santa Luiza e Dona Zulmira. O barão de Drummond instalara o Zoológico da cidade ali perto e introduzira o jogo do bicho. Portanto, era adequado chamar a Praça pelo número tido como o da mentira. Antes, eu morara em outra rua do bairro, a Teodoro da Silva, em uma vila, ao lado de uma outra, onde morava Noel Rosa. Conheci Noel Rosa em festas juninas em uma casa senhorial daquela rua. Conheci também a fábrica de tecidos Confiança, a dos Três Apitos, hoje um *shopping*.

Em Vila Isabel, tive as primeiras lições sobre centralidade e sobre a classe operária. Na esquina da avenida Vinte e Oito de Setembro com a Souza Franco ficava o Ponto dos Cem Réis. A avenida Vinte e Oito de Setembro era também chamada, no Rio de Janeiro, de *boulevard*. Servido que era de trilhos de bonde implantados sobre uma banqueta formando uma pista exclusiva de duas mãos, como é usual em cidades e metrópoles médias europeias até os dias atuais. Ponto, era o nome dado às paradas de bonde e o Ponto do Cem Réis era onde nova seção com tarifa de cem réis era iniciada. Por que a *Light*, detentora dos bondes, escolhera aquele ponto para marcar mudança de tarifa?

Muitas vezes assisti, quando morava na Teodoro da Silva, em certas horas, a multidões descendo a Souza Franco, para o Ponto Cem Réis, negros(as), mulatos(as) pintados(as) de manchas brancas. Enquanto outras, mas, com as pessoas sem manchas iam subindo a rua. Era a troca de turno de trabalho. Depois, descobri que as manchas brancas eram fiapos de algodão que grudavam no cabelo dos trabalhadores. Descobri, também, que era porque massas de trabalhadores subiam e desciam o bonde naquela esquina, vindo e indo nos dois sentidos, que ela se tornara um ponto de seção. A afluência maior de pessoas para aquele ponto influenciou para a concentração de atividades comerciais em torno daquela esquina, inclusive do café do “seu garçom” de Noel Rosa.

Tendo entrado na universidade, diariamente ia a pé da rua Barão de São Francisco até a Praça Sete, daí ao Ponto do Cem Réis, para tomar o bonde até a Praça Tiradentes (pela linha Vila Isabel – Engenho Novo), ou até o Largo do São Francisco (pela linha Lins de Vasconcelos). De um destes locais, caminhava até o *Tabuleiro da Baiana*, como era chamada a construção no Largo da Carioca, que servia de terminal de outro sistema de bondes, o que atendia à Zona Sul. Lá, tomava outro bonde até o Largo do Machado. A Zona Sul era acessível por trilhos colocados na rua do Catete e passando pelo Largo do Machado, por onde corria, por exemplo, o bonde Leme, e por trilhos traçados pela Praia do Flamengo, por onde corria, por exemplo, o bonde Ipanema.

Naquela época, as mulheres não estavam presentes em todo tipo de trabalho. O magistério era o que mais se lhes abria. Era grande a frequência feminina na Faculdade de Filosofia. Em minha turma, algumas marcaram presença na minha vida, como Regina Pinheiro Guimarães, depois Regina Rochefort; Lea Lerner, hoje Goldenstein; e Fany Rachel Koiffman, hoje Davidovich.

Esta última, da qual Bertha Becker era irmã, teve um papel decisivo em minha vida e, como me pareceu, também, na da Bertha.

Até a Segunda Grande Guerra, as sociedades judaicas eram divididas por todo o mundo ocidental em três partes. Uma parte da burguesia e das massas populares fora tomada pelo ideal sionista, socialista ou conservador. Outra parte seguia pelo caminho socialista, extremo ou progressista, e oposto ao sionismo. Um terceiro setor ignorava uma atividade política judaica própria. As duas primeiras linhas se hostilizavam intensamente.

Eu pertencia à camada popular e, pela origem familiar, sionista. Lea e Fany eram de famílias burguesas, a da Lea, socialista antissionista extrema, a da Fany, não sionista e de inclinação progressista. As famílias mais abastadas já haviam deixado os bairros do centro, como a Praça 11, ou da zona Norte, mudando para a Zona Sul. A família da Lea habitava o Flamengo, à rua Artur Bernardes, a da Fany, aguardava um apartamento em construção na rua Paissandu, no Flamengo. Habitava provisoriamente grandes dependências em um hotel que havia em uma área na mesma rua e demolido posteriormente para a abertura da praça José de Alencar.

De mesma idade, mas, sendo meninas, psicologicamente Fany e Lea eram bem mais maduras do que eu. Além de viverem já na modernidade, na cultura laica, mantendo relações sociais mundanas, participando de um grupo de jovens judeus, conhecido como grupo do Flamengo e frequentando um clube social chamado Cabiras. Eu, até então, não conhecia círculos de amizade, vida social mundana. Elas convidavam-me a participar e a visitar as suas casas e tentaram me politizar para a esquerda. Naquela época, não entendia pessoas de dinheiro, judias, sendo de orientação esquerdista e antissionista e me fechei ante esta tentativa. Somente aceitaria a politização vinda do Newton de Almeida Rodrigues. O meu primeiro passo político foi ser cofundador, no Brasil, do movimento juvenil *Hashomer Hatzair*, a Guarda Jovem, movimento comunista socialista, quando meu pai atuava no *Mizrachi*, o Oriental, um partido sionista de orientação religiosa. Por uma segunda fase de politização, menos festiva, eu iria passar quando já no trabalho, no IBGE.

Quando entrei na faculdade, meu distanciamento da modernidade era tal que ignorava a existência da música clássica, o máximo do meu conhecimento, além da música da litúrgica da sinagoga, era o Danúbio Azul. A Fany estudava piano e, na primeira vez em que fui ao seu apartamento, no tal hotel, lembro-a vestida de botas vermelhas, servindo-me de canapés, que recusava devido às práticas culinárias religiosas que ainda seguia, e tocando a Dança do Fogo de Falla, que concluiu com aquele passar do seu braço longo e elegante por todo o teclado e que me fascinou totalmente. Sua família era de origem russa e a via como se fosse da antiga alta classe russa. Naquela época, estava se formando a OSB, dirigida pelo maestro Szenker, um refugiado do nazismo, e ela me levou para assistir a um ensaio da orquestra na Escola Nacional de Música à rua do Passeio. Ensaivavam a Quinta de Beethoven e fiquei maravilhado. A Fany me abriu o mundo da música erudita. Ela também me fez aprender a dançar.

Por outro lado, fazia idealmente a Fany ocupar um lugar particular no meu judaísmo. O nome Rachel em hebraico significa ovelha. Quanto à Fany, vem de *Frume*, em *Yidish*, pessoa pia, *Frume Ruchel*. Na minha fantasia de garoto de 17 anos, Lea e Rachel eram como reencarnações das matriarcas bíblicas, e como Jacó me inclinei pela Rachel, que achava a mulher mais linda (como ela ainda é). No entanto, ainda garoto, muito tímido, sem traquejo nas relações sociais, sentindo-me pertencer à outra classe, nunca declarei os sentimentos românticos naturais em um adolescente.

A Fany passara a significar tudo para mim. Até os anos 50 eu tinha duas irmãs, uma dois anos e meio mais nova, a Sarah, que perdi em 1954, e outra 10 anos mais nova, a Eva. A Fany também tinha duas irmãs e com um mesmo distanciamento de idade. Esta simetria significava algo mágico para mim, o que hoje posso chamar de um sentimento da tríade, e nas minhas fantasias passei a vê-las como minhas irmãs.

Terminada a faculdade, Fany se casou com o engenheiro Paschoal Davidovich e se afastou da Geografia. Enquanto isso, eu passava de garoto (acho que tenho um ritmo lento, que me tem proporcionado uma relativa longevidade) para jovem adulto. Meus contatos com a Fany se tornaram esporádicos.

Todo esse passado voltaria torrencialmente em 1962, quando ela me procurou, pedindo para voltar à atividade geográfica. Com o Speridião Faissol, então Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia, conseguimos o seu ingresso no IBGE. Se o meu empenho por sua nomeação possa parecer uma retribuição pelo que me tinha dado, na realidade esta não foi absolutamente a motivação. Até hoje a Fany tem mostrado a sua capacidade criadora, que teve não apenas comigo, mas com a Geografia brasileira em geral. Grande mãe, o é também de um dos mais ilustres físicos brasileiros, Luís Davidovich.

Com o seu ingresso no IBGE, as minhas relações com a Fany passariam a centrar sobre uma reflexão e produção geográfica compartilhada, sempre com vistas da Economia Política. Também não faltariam ações políticas comuns, quando em um dia de 1968, saímos do prédio Iguazu, do Departamento de Geografia do IBGE, à avenida Beira Mar, abandonando o serviço, para o desfile pela avenida Rio Branco contra a ditadura.

Já crescidas, as irmãs da Fany passaram a participar desta comunhão. Bertha, particularmente por ter igualmente ingressado na Geografia. Até o fim de sua vida, quando a Bertha me ligava ao telefone, ela se identificava como “sua irmã mais nova”, ou, sua “irmãzinha”.

Terminado o curso, Bertha foi convidada para ser a segunda assistente do professor Hilgard O’Sterberg. A primeira fora Maria do Carmo Galvão. Por razões ideológicas, o Hilgard nunca me tolerou, enquanto mantinha forte amizade com o Nilo e a Lysia Bernardes, do IBGE. Eu me tornei mais ainda *persona non grata*, quando Regina se tornou Rochefort e aderiu ao marxismo. A Regina era prima da Carolina Lobo, ambas, também minhas colegas de turma na faculdade, sendo que a Carolina se tornou a esposa do Hilgard. A Regina, então uma Pinheiro Machado, não me suportava de tão reacionária que era. Tinha casado com um pintor acadêmico Frank Schaeffer, amigo de Hilgard. Como todo pintor ia a Paris, a Regina conseguiu que o pai dela, o almirante Spinola, representante da Marinha no Diretório Central do IBGE, arrumasse uma licença para ficar na França e estudar Geografia, enquanto acompanhava o marido. Se tive influência na conversão da Regina não sei. Ela era bastante inteligente para perceber também a arte acadêmica como decadente. O fato é que se separou do amigo do Hilgard, o que

o deixou furioso comigo. Quando a Regina voltou, por um tempo, ao Brasil, logo me procurou e trabalhamos juntos na Baixada Fluminense.

Portanto, neste quadro, com o Hilgard na UFRJ, minhas relações com a Bertha se mantinham atreladas às minhas relações com a Fany. Até que veio o golpe de 64.

O extremismo ditatorial que foi sendo assumido pelo regime militar, foi contribuindo para que setores brasileiros conservadores passassem crescentemente a se colocar contra o mesmo. Isto ocorreu também na área geográfica, na USP, na UFRJ e na PUC. A Bertha provinha de um meio progressista e pôde começar a expressar, progressivamente, as suas ideias socialistas.

O afastamento do Hilgard abriu as possibilidades para que a minha relação com a Bertha compreendesse crescentemente a vivência das atividades geográficas.

Havia uma diferença enorme entre Bertha e Fany quanto aos seus comportamentos ante o trabalho. A Fany manteve sempre uma separação muito definida entre sua vida social, que se desenrolava desde o seu passado, e sua vida de atividades geográficas. Nunca realizou eventos sociais geográficos em seu apartamento, não convidava geógrafos estrangeiros visitantes para o seu lar, como fazia o casal Bernardes, a Bertha Becker e eu mesmo. Não possuía ambições de projeção política nos negócios da disciplina. A Bertha, ao contrário, centralizou a instância geográfica fazendo com que todas as outras atividades sociais girassem em torno de sua profissão. Eu costumava criticar a Fany, observando certa atitude amadorista em seu comportamento, mas isso não a fazia mudar o seu modo de ser. A política produzida pela Fany se restringia a uma política a ser embutida no conhecimento geográfico e que deveria dar suporte a ideologias a serem praticadas pela população, ou a servirem de base para as gestões públicas do país. Para Bertha e para mim, uma participação mais pessoal na política do campo geográfico e nas lides da gestão pública era necessária, para que aqueles objetivos fossem mais bem alcançados. Hoje, quando penso sobre isso, pergunto-me se não era a nossa ambição maior o que nos diferenciava da Fany, que se mantém, até hoje, como a *Frume Rachel*, despida de certas vaidades. Ou então, se não era para não entrar em uma competição, que poderia acabar envolvendo a nós próprios, que ela ignorou a busca por posições no campo nacional e internacional de instituições geográficas.

Vejo como positivo o fato de que a convivência profissional com a Bertha nunca afetou o ambiente familiar que era mantido desde o passado. Nunca fomos meros colegas, ou amigos, nem a hierarquia normal de irmãos por idade, com as suas regras, deixou de ser mantida entre nós.

Em 1970, fiz parte da banca que a aprovou na Livre Docência da UFRJ. Depois, passamos a atuar na UGI. Bertha conquistou posições e a amizade de líderes internacionais da economia espacial, da Ciência Regional, como Arie Schachar e Akim Mabogunge. Nos anos 80, aposentando-me e já entrando na terceira idade, é ela quem passou a me ajudar, participando da oferta de convites para eu lecionar na pós-graduação da UFRJ, como professor visitante. Na década de 90, na direção da Comissão Nacional do Brasil da UGI, organizamos e publicamos *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*, de 1994, comemorativo da Eco Rio de 1992, editado pela Hucitec, São Paulo e pela Comissão Brasileira. Depois, tornei-me pesquisador associado ao Laboratório de Gestão do Território – LAGET, instituído na UFRJ por ela e por Cláudio Egler, com bolsa do CNPq. A seu pedido, contribuí com alguns estudos sobre o urbano amazônico. O tema regional e o

Geiger, P. P.

da Geografia Política foram áreas centrais no trabalho de Bertha Becker, que se tornou a pesquisadora brasileira maior sobre a geografia amazônica. Reconhecida, é chamada a ser consultora do poder federal para questões amazônicas.

O tempo erode tudo. Fany se aposentou e se afastou da rotina da atividade geográfica. Bertha perdeu o marido, vítima relativamente jovem de estranha doença, e acabou também doente. Trabalhou até os momentos finais de sua vida. Eu tive uma aluna na pós da UFRJ, a Mônica Sampaio Machado, que passou a se destacar como professora da disciplina da UERJ, e se lembrou de mim. Criou-se para mim um outro formato de relação, como que a ensinar sobre a inesgotabilidade do novo que a vida contém; do mesmo modo que o espaço geográfico o contém. Desde 2010, sou professor visitante da UERJ, com novos voos, embora “de galinha”, na Geografia. A relação com a Fany e com a Bertha ficou mais distante, embora resida no mesmo prédio da primeira. No entanto, como na última cena do filme “Cidadão Kane”, uma imagem permanece sempre dentro de mim, a do relacionamento com as irmãs Koiffman.

Recebido em: 24/12/2013

Aceito em: 28/12/2013

Memorial de Concurso para Provimento do Cargo de Professor Titular no Departamento de Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiroⁱ

Self Evaluation in the Selective Process for Full Professorship in the Department of Geography of the Federal University of Rio de Janeiro

Bertha Koiffmann Beckerⁱⁱ
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: O material aqui apresentado corresponde ao corpo do texto do Memorial apresentado pela Profa. Bertha Koiffmann Becker em Dezembro de 1993, por ocasião do concurso realizado para provimento do Cargo de professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nele consta seu relato sobre sua importante trajetória acadêmico-profissional, ressaltando, principalmente, as temáticas abordadas em suas pesquisas, seu papel no fortalecimento do Departamento de Geografia da UFRJ e sua significativa contribuição na implantação e dinamização do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG-IGEO/UFRJ), além de sua valiosa participação em setores do governo brasileiro e em inúmeras Universidades, Institutos e Organizações de Ensino e Pesquisa Nacionais e Internacionais, contribuindo de forma sempre rica, espontânea e, podemos dizer, brilhante à Ciência! Ao final de seu relato fizemos uma síntese de sua atuação profissional e suas inúmeras premiações e condecorações, demonstrando a salutar contribuição a Ciência de uma das mais preciosas Geógrafas brasileira que teve reconhecimento mundial.

Palavras-chave: Bertha Becker; Geografia do Brasil; Geopolítica; Amazônia; Meio Ambiente.

Abstract: This is the self-evaluation presented by Professor Bertha Koiffmann Becker in December, 1993, when she was selected for the post of Full Professor at the Federal University of Rio de Janeiro. In this document she describes her academic and professional career, giving emphasis to her research, her role in strengthening the Department of Geography and her key part in founding the Post-graduate Program in Geography (PPGG-IGEO/UFRJ) as well as her significant contribution to different sectors of the Brazilian government, innumerous national and international universities and research institutes, always offering rich, spontaneous and brilliant scientific insight. At the end of the text a résumé is added, presenting the professional accomplishments and numerous national and international prizes and medals received by one of the greatest Brazilian geographers.

Keywords: Bertha Becker, Brazilian Geography, Geopolitics, Amazon, Environment.

ⁱ Texto na íntegra do Memorial apresentado em Dezembro de 1993.

ⁱⁱ Professora Emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, Instituto de Geociências.

O Sentido de Minha Trajetória Acadêmico-Profissional

Porque a Geografia e a Geografia Política? Porque não aceitei convites de respeitados mestres para assisti-los na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil onde me formara, como Arthur Ramos e Djacir Menezes, mas aceitei, sim, o do Prof. Hilgard O'Reilly Sternberg, catedrático de Geografia do Brasil?

A escolha da Geografia se fundamenta numa paixão, verdadeira identificação existencial com essa disciplina. Pois que, no sentido etimológico, entendo a grafia da Terra não como descrição, mas como *desing*, desenho e projeto; não em uma consolidação estática, mas sim em contínua remodelação; não apenas a ser descoberto mas sim, também, a ser socialmente construído.

E paixão e identificação com a Geografia do Brasil que, por sua vez, me conduziu a conceber a disciplina como ciência política. Descobrir e participar da construção do projeto do Brasil como parte do projeto da Terra, eis o sentido de minha atuação acadêmico-profissional, profundamente imbricada à minha própria grafia.

Sentido que é explicado pelo contexto histórico em que vivi associado a características individuais. Sentido entendido como direção e significado, perceptível em múltiplas facetas que passo identificar para, a seguir, historicizar.

Auto perfil

O empenho pelo desenvolvimento do Departamento de Geografia (D.G) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) através do exercício do ensino, da pesquisa e da administração acadêmica, a seleção de problemas de pesquisa e de teses relevantes para a sociedade brasileira, a postura crítica em relação a adoção de modelos importados, a preocupação com a posição do Brasil no mundo visto a partir do Brasil, enfim, pensar o Brasil, são manifestações gerais da orientação básica de minha atuação.

Componente marcante do meu perfil é a opção pela Geografia não apenas como ciência social, mas sim como ciência política. Penso, assim, ter me afastado da tradição positivista dominante na Geografia brasileira. Aos olhos de hoje, em termos teóricos, minha atuação pode ser vista como o empenho em analisar e participar do processo de produção do espaço Brasil, em vários níveis de envolvimento. A questão central, que norteia esse empenho é como crescer por uma via de integração socialmente justa, capaz de respeitar a diferença. Ao nível existencial, trata-se da produção de um espaço próprio na sociedade, na Geografia e na Universidade; ao nível da atuação acadêmica, manifesta-se por um lado, na profunda identificação com o próprio desenvolvimento e o lugar a ser ocupado pelo Departamento de Geografia e a UFRJ e, por outro, na investigação do próprio processo de integração do território.

Processo de produção do espaço cuja condução, no período em que vivi, foi em grande parte realizada no Brasil pelo Estado. Decorre daí a Geografia Política, o meu compromisso com a autonomia nacional e o fato do Estado ter sido meu principal interlocutor. A partir da participação neste processo de sua investigação *in loco* junto à populações afetadas, identifiquei e questioneei as estratégias governamentais, denunciei suas arbitrariedades, mas sempre no sentido da necessidade de sugerir uma via de integração

social e territorialmente justa. Esta interlocução, bem sei, tem sido por alguns criticada. No entanto, ela gerou uma contribuição original; e não reconheceu Henri Lefebvre nesse período da História um verdadeiro modo de produção estatal, exagero que não aceitei mas que, corretamente, indica a importância do papel do Estado na economia e na sociedade até o início da década de 80? E que dizer desse processo no Brasil sob o nacional-desenvolvimentismo?

Associado a esse empenho está a temática privilegiada em minha atuação, a fronteira. Fronteira entendida como inovação, como eu mesmo a defini: espaço não plenamente estruturado e potencialmente gerador de realidades novas. A incessante procura do novo em seu próprio nascimento, como meio de captar a realidade complexa, o desbravamento como forma de integração manifesta na criação de disciplinas, de novos temas de pesquisa e na investigação da fronteira territorial, em si, corresponde a anseios próprios e a condições específicas do Brasil, de sua intensa transformação ocorrida em poucas décadas que tive o empenho e o privilégio de acompanhar.

Para tanto, pautei o ensino e a pesquisa na integração dinâmica empírico-teórico. Retomei num novo patamar a herança da pesquisa de campo em Geografia e reconheci a importância da teoria para o aprofundamento da disciplina. Atribuí ao contrato direto com a realidade um novo duplo significado: o reconhecimento das rápidas mudanças e de suas diferentes manifestações espaciais num país de dimensão continental, e o alimento para o teste e a revisão da teoria, imprescindível para impedir a aplicação mecânica de modelos. Partindo do impacto do crescimento urbano-industrial sobre o abastecimento das cidades, logo passei a acompanhar a abertura da fronteira agropastoril no início dos anos 60 e, na procura de um quadro de referência conceitual, me envolvi com o campo da Teoria e Política do Desenvolvimento Regional. A fusão da fronteira com o Estado, foi, então, inevitável, e se deu num território específico: a Amazônia. A linha de pesquisa então inaugurada persiste até hoje e, recentemente, deu origem a outra, sobre a fronteira científico-tecnológica aberta no Vale do Paraíba paulista, e à criação do Laboratório de Gestão do Território para estudo do impacto territorial das novas tecnologias.

Hoje, incorporo a preocupação ambiental de modo particular, inseparável da desordem global e da crise do Estado. Não será a questão ambiental uma nova fronteira de pesquisa e ação? E não será o ambiente o resultado da interação complexa da lógica da sociedade com a lógica da natureza, e a solução dos problemas ambientais a definição de uma via de integração?

Um terceiro e central componente é o autodidatismo, fruto igualmente do contexto histórico e de características próprias. Já estava casada quando me formei, foi difícil realizar a Pós-Graduação no exterior, e esta não estava institucionalizada no Brasil para a Geografia. Mas não se trata apenas do formalismo de não ter cursado a Pós-Graduação sob a orientação de um professor. Trata-se também do autodidatismo experienciado como liberdade de pensamento, elaboração de reflexão própria, não me prendendo a um só paradigma, uma só corrente de pensamento, uma só teoria ou um só autor mas, pelo contrário, a eles recorrendo na justa medida das respostas e argumentos que dão às minhas indagações centrais.

O preço pago por esse procedimento foi elevado. Além da insegurança, e da luta pelo reconhecimento na comunidade científica, inimigos e amigos frequentemente criticavam o meu não aprofundamento mediante vinculação a uma teoria e/ou corrente

de pensamento, e ao que chamavam de meu ecletismo. Na verdade, reconheço, o “não aprofundamento” constitui para mim, uma estratégia instintiva para assegurar a liberdade de pensamento e o enfretamento do novo e da realidade complexa, evitando a dependência a esquemas pré-estabelecidos. E hoje, o desfazer dos paradigmas que não dão conta da explicação do mundo, a negação do pré-determinado e a aceitação da diferença não atestam a sabedoria desse procedimento reconhecido por muitos como uma das regras do jogo de uma nova ciência?

Enfrentar e desbravar o novo e a complexidade, sem submissão a modelos e ao elevado custo de incertezas e angustias, exigem uma certa ousadia. O alerta constante para as novas tendências, e a mudança frequente e rápida de problemas pesquisados são manifestações dessa ousadia na minha produção científica que, embora certamente contendo muitas ambiguidades, não lhe retira a consistência. Afinal, esse procedimento não resultou num processo cumulativo de conhecimento original capaz de captar as múltiplas feições da formação territorial contemporânea do Brasil? E não será esse tipo de ousadia um dos traços de vitalidade da sociedade brasileira?

Finalmente, as relações externas, são também marca de minha atuação, significado a organização de redes de intercâmbio extra-geográfico com colegas de outros campos de conhecimento e outros segmentos da sociedade, além de geógrafos estrangeiros através da União Geográfica Internacional, a UGI. Por outro lado, tais relações podem hoje ser entendidas como uma estratégia institucional, ainda que sua prática tivesse sido intuitiva. Primeiro, para atender a minha curiosidade científica. Não tendo tido a oportunidade de estudar no exterior estas relações foram uma decorrência da necessidade de contato com os avanços da ciência geral, e da Geografia em particular. Segundo, para melhor compreender o Brasil penso que é fundamental o contato com a própria dinâmica da transformação do planeta. A participação constante em comissões e reuniões da UGI tem significado, pois que vem permitindo não só o intercâmbio com geógrafos de diferentes partes do globo, como também o contato com as diferenças que processos globais produzem nos lugares, na medida em que as reuniões se realizam em países distintos. Terceiro, essas relações foram uma condição de, através do reconhecimento ao nível externo, alcançar o reconhecimento nas comunidades geográfica e universitária brasileiras. Em outras palavras, a relação com o outro tem sido essencial à definição da posição do Brasil no contexto do sistema de Estados-Nação de minha identidade acadêmico-profissional. Já não dizia Gramsci que o nacionalismo fortalece seus vínculos com o exterior para permitir a afirmação nacional?

Contribuição resultante

No sentido de minha atuação reconheço quatro contribuições maiores. Uma delas é a formação de quadros do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A liberdade de pensamento, a ousadia na busca do novo e da complexidade, a associação empírico-teórico, a fronteira, enfim, o foco em problemas pertinentes de pesquisa sobre o Brasil, são potencialidades que, superando suas inerentes limitações, foram positivamente transmitidas através do ensino e da pesquisa a alunos muitos dos quais são hoje colegas. Do total de 25 professores do Departamento 12 são responsáveis

pela Geografia Humana, eu inclusive, e destes, orgulho-me em dizer que sete tiveram sua formação estreitamente a mim associada. Não me refiro à condição de aluno, mas sim de bolsistas integrantes de projetos de pesquisa que coordenei por vários anos e de orientandos no Mestrado, como é o caso de Lia Osório Machado, Leila Christina Duarte Dias, Cláudio Antônio Gonçalves Egler, Ana Maria de Souza Mello Bicalho, Julia Adão Bernardes, a que se somam Maria Helena Lacorte e Mariana P. de Miranda que, já como professoras, são fiéis companheiras desde os primeiros passos na pesquisa. Não é, contudo, o aspecto numérico o mais importante e sim, que essas qualidades permitiram alcançar o que efetivamente se almeja na Universidade: o crescimento e a autonomia de todos eles que, hoje, encontram seus próprios caminhos. E não se trata de algo do passado, este processo continua, fortalecido com a criação e coordenação do Laboratório de Gestão do Território, o LAGET.

Outra, é a contribuição para o conhecimento da Amazônia e do processo contemporâneo da formação territorial do Brasil, bem como sua posição no mundo, ou seja, a dimensão espacial da própria construção do Estado-Nação. Através de inúmeras viagens, tive o empenho e o privilégio de conhecer o Brasil e de acompanhar *pari passu* a expansão da fronteira até chegar à Amazônia e deixei registrado esse processo em muitos artigos e livro. Como uma imensa “ilha” cuja frágil economia era voltada para o exterior, a Amazônia permanecera, até a década de 1960, isolada física, econômica e mentalmente do restante do país. Analisei, precoce e exaustivamente, a estratégia territorial do governo federal e dos vários atores no processo de sua ocupação a partir dos anos 70, os impactos daí decorrentes e a variedade que este processo assumiu em suas diferentes partes que palmilhei durante anos. A redefinição da grande região foi detectada e creio ter sido eu a primeira a identificar a fronteira de recursos e formação de uma Amazônia Oriental, denominações que foram posteriormente consagradas. Mas tampouco a pesquisa é algo do passado. Desenvolvo hoje duas linhas de pesquisa cujas preocupações são coerentes com a veloz mudança na virada do milênio; a geopolítica da Amazônia, em que faço a leitura crítica do desenvolvimento sustentável, e Tecnologia e Gestão do Território, que focaliza a dinâmica territorial sob o impacto de novas tecnologias no Brasil.

A colaboração com a definição da política científica nacional e internacional, através da consultoria científica, de administração acadêmica e de participação em comissões internacionais, gerou a organização de redes de intercâmbio com a comunidade científica e constitui uma terceira contribuição que reverte em benefício do crescimento e da projeção do Departamento, da UFRJ e da Geografia.

A última, mas não menos importante, é a criação da moderna Geografia Política no Brasil mediante o resgate da Geopolítica e do conceito de Território. Apesar da Geopolítica ter sido uma prática constante e fundamental na História do Brasil, foi totalmente negligenciada e mesmo repudiada pela Geografia institucionalizada nos cursos universitários. Ultrapassada a fase dos estudos geopolíticos dos engenheiros-geógrafos e/ou militares que caracterizou as primeiras décadas do século, na Geografia, somente contribuíram para esse conhecimento Delgado de Carvalho e Terezinha de Castro, segundo uma concepção convencional. O resgate da dimensão política para a Geografia no Brasil, por mim iniciado nos anos 1960, se fez de forma original; ao contrário de enfatizar as relações agressivas entre Estados a partir de determinações geográficas, teve seu foco na instrumentação do território pelo Estado como forma de rápida e conservadora

modernização, isto é, na dimensão territorial do desenvolvimentismo. A este foco se acrescentou a análise das práticas de resistência dos grupos dominados, e hoje, a Geopolítica do Brasil na nova conjuntura mundial.

Não seria demais afirmar que sou reconhecida internacionalmente na linha de frente desse campo, da mesma forma que no Brasil, onde venho projetado a Geografia Política e a UFRJ através da produção científica, da assídua participação e organização de reuniões científicas multidisciplinares e da consultoria acadêmico-científica. Hoje, tenho a satisfação de ver a Geografia Política ter continuidade e aprofundamento no meu Departamento, e se difundir nos cursos e pesquisas geográficas das diferentes regiões do país.

Em suma, acredito que através de minha vida acadêmico-profissional, estreitamente vinculada ao Departamento a que pertencço, fui capaz de contribuir para a formação de uma escola brasileira de pensamento geográfico.

As raízes

O contexto histórico originário

O embrião do meu pensamento geográfico situa-se na condição de filha de imigrantes judeus pobres, mobilizados da Europa Oriental ainda na segunda década deste século - meu pai, originário da então Moldavia, veio para o Brasil em 1914, antes da guerra, e minha mãe, nascida na Ucrânia, aqui chegou em 1918. A saga dessa imigração relatada continuamente por meus pais e até hoje por minha mãe, ainda viva, marcou decisivamente o sentido de minha atuação. A fuga de uma Europa convulsionada para o Brasil estável, do ambiente estreito e sufocado de pequenas cidades ou aldeias para a capital de um imenso país, cuja tropicalidade era ao mesmo tempo ameaçadora e promissora, teve o significado de busca de ascensão social, de “fazer a América”, enfim, da migração para a fronteira, terra de ninguém onde haveria a possibilidade de ser alguém.

A ideologia teve também o seu papel. Na divisão que então se dava na comunidade de imigrantes judeus da Europa entre “sionistas” e “progressistas”, meus pais faziam parte do segundo grupo. Para os “progressistas”, a comunidade da Diáspora era tão importante quando o Estado de Israel no asseguramento da continuidade do judaísmo só possível num mundo socialmente justo. Sua proposta era, portanto, não a migração para Israel mas sim a integração/preservação, isto é, a participação plena na sociedade e no desenvolvimento dos países acolhedores, sem abdicar do seu patrimônio cultural. Esta proposta se materializou na criação de instituições culturais e assistenciais locais, particularmente escolas laicas onde se procurava transmitir os valores do judaísmo através do ensino do *íidiche*, língua universal, e não do hebraico. Meus pais participaram ativamente da fundação de varias instituições, e eu cursei uma dessas escolas até o terceiro ano primário.

O dilema de como ocupar um espaço integrando-se com liberdade, e o papel do pioneiro na resolução desse dilema foram internalizados e transpostos para o plano acadêmico-profissional orientando não apenas os temas que privilegiei para investigação, mas sim também o núcleo do meu pensamento e de minha atuação dirigidos para a integração “no e do Brasil” através da abertura de fronteiras.

As condições particulares do Brasil foram igualmente decisivas para o sentido de minha trajetória. A realidade ainda em grande parte desconhecida deste país imenso forjado historicamente numa economia de fronteira baseada na aproximação contínua de terras, e marcado por imensas desigualdades sociais e regionais, país em processo de construção, com amplo espaços pouco povoados, constituía em si um fantástico desafio científico e fortalecia sobremaneira a importância da fronteira e do pioneiro desbravador e construtor.

Ademais, nasci e vivi a maior parte de minha vida no contexto do nacional-desenvolvimentismo. Contexto marcado por amplas e rápidas transformações conduzidas por ação crescente do Estado, em que a integração do território teve papel crucial. O território não foi apenas usado como instrumento ideológico para fortalecimento do governo central, mas sim, foi também meta efetiva de modernização econômica e social, seja em períodos liberais, seja sob forte autoritarismo.

A “marcha para o oeste”; a participação do Brasil na guerra contra o nazismo (após hesitação); a criação da Cia. Siderúrgica Nacional; a luta pelo petróleo é nosso são *flashes* de minha infância e adolescência que, acumulados, me transmitiram enorme confiança no crescimento do Brasil. Fortaleceram o papel do território e da fronteira, e acrescentaram ao processo, ainda que inconscientemente, um elemento novo, o papel do Estado, certamente germes de minha orientação para a Geografia Política.

Não por acaso foram criadas nesse momento as instituições básicas de Geografia, os cursos universitários, a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que tiveram também o seu papel na minha formação. Ainda adolescente, através dos relatos de minha irmã mais velha, geógrafa Fanny Davidovich, então aluna da Universidade, entrei em contato com essa fase da constituição da disciplina, marcada pela influência dos mestres franceses. Através desses relatos travei contato com a primeira geração carioca de futuros grandes geógrafos, como José Veríssimo da Costa Pereira, Orlando Valverde, Carolina e Hilgard Sternberg; Pedro Geiger, Lysia e Nilo Bernardes, Elza Keller, entre outros. Tratava-se da origem da geografia científica brasileira caracterizada, então, por estudos para o reconhecimento do território. Através desses relatos viajei pelo Brasil participando das vicissitudes das excursões de Ruellan, o que contribuiu não só para ampliar a percepção do desafio científico constituído pelo Brasil como também para afirmar sua imagem de país-fronteira.

Os componentes primitivos dessa raiz que me levou à Geografia e ao sentido de minha trajetória, seriam lapidados na minha formação universitária.

Os aportes da formação oficial

A formação geográfica da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil colaborou para acentuar certos componentes assinalados e introduziu outros. Tratava-se, então, do Curso de Geografia e História e esta associação, e a influência da escola francesa, fortaleceram a visão humanista, e inscreveram definitivamente no núcleo do meu pensamento a noção primordial de processo e a relação espaço-tempo.

Isto não significou perda da concepção da disciplina como campo de conhecimento que investiga o resultado de integração complexa de múltiplas variáveis, sua característica específica. Pelo contrário, a diversidade de disciplinas ministradas por grandes

mestres pioneiros em seus campos de conhecimento como Josué de Castro, Arthur Ramos, Delgado de Carvalho, Francis Ruellan, Hilgard O'Reilly Sternberg, desvelaram a complexidade da Geografia e o seu valor como ciência de integração.

Por sua vez, a ênfase então atribuída à pesquisa de campo e a minha participação nas excursões como *Secrétaire de misère* do Prof. Ruellan e nas do Prof. Sternberg, me permitiram efetuar o reconhecimento de diversas partes do território, inclusive com a problemática do Nordeste numa excursão de um mês em que percorremos todo o estado do Ceará.

Mas a pesquisa de campo teve uma importância maior. Ela me introduziu nas bases de uma metodologia geográfica que reputo de grande valor, constituindo uma herança que incorporei também definitivamente na minha prática acadêmico-profissional, embora com um significado diferente daquele atribuído pelos mestres, como acima exposto.

A formação no contexto da chamada Geografia "tradicional", trouxe, portanto, vários aprendizados enriquecedores ao sentido de minha trajetória, que pude desenvolver num novo patamar.

E foi, sem dúvida, a figura do Prof. Sternberg a que mais me estimulou e com quem mais aprendi, através do contato com a realidade viva e o foco em problemas reais. Seus trabalhos, sobre as enchentes do Vale do Paraíba, sobre o problema da seca do Nordeste e configuravam como um dos pioneiros na pesquisa de problemas geográficos relevantes, e ele me revelou a importância das relações com os geógrafos internacionais.

Passo importante nessa direção foi seu convite para secretariar a Comissão de Recepção, presidida pelo Prof. Nilo Bernardes, do Congresso Internacional de Geografia da UGI por ele organizado no Rio de Janeiro em 1956, com a colaboração valiosa de vários geógrafos do IBGE e de outras Universidades.

Foi grande o impacto desse Congresso em minha formação. Reconheci, então, o grande potencial dos geógrafos brasileiros, manifestos nos Guias de Excursão ao Congresso que constituíram inestimável contribuição ao conhecimento do país. O contato com geógrafos internacionais famosos como Pierre George e Jean Tricart da França, Chauncy Harris dos E.U.A, e com geógrafos soviéticos, numa das primeiras vezes, senão a primeira, em que compareceram a um evento científico internacional após anos de fechamento, despertou a minha consciência quanto à importância dessa convivência para a atualização do conhecimento sobre a Geografia e o mundo. Esta consciência se fortaleceu com a oportunidade oferecida pelo Prof. Sternberg para secretariar o Curso de Altos Estudos Geográficos por ele organizado logo após o Congresso, ministrado por Pierre Deffontaines, Pierre Birot, Erwin Raisz, Orlando Ribeiro, a professores de geografia de vários Estados brasileiros, entre os quais, me lembro bem, Milton Santos.

O efeito desses eventos se desdobrou em duas novas situações fundamentais para a minha trajetória: o convite para ingressar na Universidade como Auxiliar de Ensino do Prof. Sternberg e o estabelecimento de laços com a UGI, situações das quais até hoje não me dissociarei e que balizariam também o sentido de minha atuação.

Livre Docência: a Luta pela Legitimação da Competência

No contexto desenvolvimentista de Kubitschek dinamizaram-se as atividades econômicas assim como as intelectuais. Na Geografia, uma certa divisão de trabalho se

verificava. O essencial da pesquisa era realizado no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ampliando o reconhecimento do território como subsídio à política governamental. A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) florescia com significativo papel na formação de pesquisadores através de suas reuniões anuais. À Universidade cabia sobretudo o ensino e a formação de pesquisadores.

Pesquisa e ensino, ambos, se exerciam no âmbito da Geografia “tradicional” – segundo as escolas das relações homem-meio e da diferenciação de áreas – caracterizando-se pela ênfase em estudos monográficos e descritivos, e pelo fechamento da disciplina em relação às demais. Embora a contribuição resultante fosse essencial para o reconhecimento dos lugares, penso que era insatisfatória para captar a dinâmica que então se processava no país.

Vejo hoje que para captar essa dinâmica e construir e legitimar competência naquele momento exigia vencer uma dupla batalha: desenvolver nova e independente abordagem capaz de incorporar os condicionantes econômico e político, e superar a hierarquia dos geógrafos *seniors* e dos chefes de cátedra e seus assistentes.

Intuitivamente decidi enfrentar a luta em várias frentes. Em fins da década de 1960, o positivismo lógico da “revolução quantitativa” contrapôs às limitações da Geografia tradicional a universidade metodológica mas, embora correto em sua crítica ao empirismo, tampouco dava conta dos processos em curso no meu entender.

Autonomia e aprofundamento foram então por mim assegurados através de dois núcleos de pensamento: a busca das bases da ciência geográfica no caso a Geografia Política e a aproximação com a teoria do desenvolvimento regional, extra-geográfica.

O empenho pelo ensino de graduação

Ao empenho no desenvolvimento da Graduação correspondeu a luta pela construção e reconhecimento da competência visando a integração efetiva no Departamento de Geografia e na Universidade do Brasil. Para tanto, palmilhei passo a passo todas as etapas da hierarquia estabelecida para ascensão na carreira universitária. De Auxiliar de Ensino (contrato anual em 1957 e efetivo a partir de 1958) passei a Instrutor e somente em 1965 assumi a posição de Assistente, em que permaneci por longos anos (até) devido à ausência de vagas para professor Adjunto no Departamento.

Em que pese a importância da formação institucionalizada, o meu aprendizado efetivo da Geografia esteve indissolúvelmente associado à minha prática acadêmica a partir de 1957 como professora. Tratou-se de um processo simultâneo de formação e de produção/transmissão de conhecimento, que contribuiu para consolidação do meu pensamento a partir de duas bases.

Primeiro, obedeci às diretrizes do Prof. Sternberg que previa para seus assistentes uma formação segundo a escola geográfica das “relações homem-meio”, para tanto os impulsionando a ministrar disciplinas as mais variadas, envolvendo Geografia física e humana, inclusive em outros cursos da Universidade onde a Geografia era parte integrante do currículo, como o de Jornalismo e de História, já então dissociado da Geografia.

Embora tal diversidade de disciplinas fosse penosa em termos de responsabilidade, reconheço que me privilegiou com uma base bastante sólida de conhecimento do Brasil,

ampliada por viagens de pesquisa e de participação em reuniões científicas. Potencialidades e limitações do território em termos de sua configuração, recursos naturais, população e base econômica, constituíram um substrato importante que, até hoje, referencia a minha compreensão sobre a dinâmica que ocorreu desde então.

Mas à segunda coube o papel central nesse processo simultâneo de formação e de produção/transmissão de conhecimento: a leitura de obras chave, por iniciativa própria. Obras geográficas, entre os quais a de Leo Waibel, Pierre Mongbeig, Orlando Valverde, Manoel Corrêa de Andrade, Lysia Bernardes, e obras não estritamente geográficas que não compunham a bibliografia usualmente recomendada. Trata-se do recurso a historiadores e economistas, sobretudo da obra de Caio Prado Junior que considero um dos baluartes de minha consciência geográfica. A Formação do Brasil Contemporâneo e a História Econômica do Brasil, foram leituras que me fascinaram e me deram o aprendizado sobre o sentido da formação do Brasil, elo capaz de articular o litoral, a vegetação a população, a economia, etc., temas que ministrava no Curso. Posteriormente, a obra de Celso Furtado teve papel semelhante.

Tal incursão extra-geográfica, associada ao autodidatismo e à ousadia, indicava a busca da “fronteira”, reforçada com o interesse e a atuação precoce na pesquisa sistemática, que entendi como condição essencial à vida universitária.

Alterando a orientação da pesquisa no Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil – CPGB

Também na pesquisa palmilhei os degraus hierárquicos do CNPq, mas, nesse caso, a autonomia e o reconhecimento foram muito mais rápidos. No hiato entre minha diplomação e o ingresso como professora na Universidade do Brasil (U.B.), tive bolsa-técnica do CNPq sob a orientação do Professor Sternberg no Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil (C.P.G.B.) passando à categoria de Iniciação Científica nos dois primeiros anos como professora.

O C.P.G.B. representara importante passo para a organização da pesquisa geográfica na U.B., assim como os trabalhos do seu diretor que denunciavam as práticas perversas de uso do solo. A abordagem “homem-meio” utilizada, contudo, deixava de lado a articulação da problemática à conjuntura econômica, política e territorial. Ainda em 1957, iniciei pesquisas individuais sobre o Nordeste do Brasil, uma delas sobre o clima, por sugestão do chefe da cadeira, mas outra sobre o significado dos Vales Úmidos (Anais da AGB, 1966) já por iniciativa própria em face de problemas observados em excursão de estudos, manifestando a preocupação com problemas regionais. Este momento coincidiu com a ida do Prof. Sternberg para Berkeley, a direção do C.P.G.B. passando às mãos da professora Maria do Carmo Corrêa Galvão, auxiliar mais antiga recém chegada de seu Doutorado na Alemanha.

Consegui, então, iniciar com mais autonomia estudos individuais sobre o abastecimento urbano, e logo passei à organização de uma equipe de pesquisas e orientação de bolsistas. Inaugurei o que hoje se denominaria de uma linha de pesquisa sobre o impacto do crescimento urbano-industrial na transformação do campo, particularmente a expansão da pecuária associada à migração do Sudeste do Brasil e já em 1960 passei à

condição de Pesquisador do CNPq. Participavam da equipe a Prof. Maria Helena Lacorte e as então alunas Lia Osório Machado e Maristela Britto, juntando-se depois ao grupo Sônia Bogado e Mariana P. Miranda.

A linha de pesquisa inaugurada trouxe contribuição original sobre a dinâmica territorial do país e se mostrou de grande proveito para o crescimento do grupo. Embora partindo da hipótese de que a mudança nos hábitos alimentares “consumo de carne e leite”, no caso era a responsável pelas alterações que se processavam na organização da produção agropecuária e do espaço, um tanto do modelo de Von Thünen, logo percebi que o processo de expansão da pecuária transcendia o mero mecanismo de mercado consumidor. Pesquisas de campo no norte de Minas Gerais, no Triângulo Mineiro e depois no Oeste de São Paulo, revelaram que tal expansão se relacionava à uma extraordinária valorização de criação de gado no contexto de crise/reestruturação econômica e política dos primeiros anos da década de 1960. A pecuária deixava de se restringir ao seu espaço histórico (campos e cerrado) e passava à condição de produto nobre, competindo com sucesso com a lavoura na abertura das áreas de mata.

Captamos, assim, através de pesquisas durante quase toda a década os primórdios e os elementos cruciais da mudança estrutural que ocorreu na economia brasileira, e a particularidade de modernização do campo. No interregno entre a perda de posição de café como produto rei e o desenvolvimento dos complexos agroindustriais, foi à pecuária que dominou, na medida em que o capital nacional encontrou rentabilidade na apropriação extensiva da terra, processo que se reproduziria posteriormente em novas bases na Amazônia.

Era o primeiro encontro com a fronteira. E o contato com os diferentes tipos de pioneiros que construíram essa história territorial foi, talvez, tão importante para o meu conhecimento do Brasil como a melhor das teorias. No norte de Minas Gerais, o “capitão” Eneas me causou incrível impacto. Antigo “macaco” de Lampião tornara-se empreiteiro da família Dorneles para a abertura da mata e implantação dos dormentes da estrada de ferro estendida de Belo Horizonte até Montes Claros. Bandido e mocinho, o capitão participou do crescimento de Montes Claros depois da chegada da ferrovia e, no computo final, o registro de sua atuação pesou para o lado positivo: a criação da Vila e do município com seu nome.

No Triângulo Mineiro eram diferentes os pioneiros “tradicionais” pecuaristas mineiros, que de tradicional nada tinham. É o caso dos irmãos Nava, jovens donos de fazendas e xarqueadas que, cientes das mudanças decorrentes do Plano de Metas introduzidas pela industrialização e as rodovias, transformavam sua xarqueadas em frigoríficos, especializavam-se na produção do gado fino e, em pequenos aviões, compravam e desbravavam terras de mata no Crixas, em Goiás. Vislumbrei, então o que viria a ser a expansão da grande fronteira na Amazônia, processo que verifiquei também no Oeste de São Paulo e que ratificava as notícias da ocupação da Belém-Brasília. E quem melhor para explicar porque, como e onde crescer, do que Tião Maia, que de simples tropeiro passara a grande fazendeiro e hoje é um dos reis da pecuária na Austrália?

Mas não foram só grandes figuras que escreveram e me ensinaram esta história da fronteira. Também a relataram os meeiros e parceiros expulsos das fazendas, proletarizados plena ou parcialmente e induzidos a migrar pelo Brasil afora. Tomei, assim, contato, com a mudança nas relações de trabalhos e a face perversa da modernização manifesta

no modo pelo qual os fazendeiros utilizaram o Estatuto da Terra e do Trabalhador Rural: queimando os casebres de seus trabalhadores.

A inovação representada por essa linha de pesquisa que detectava no seu nascimento as profundas mudanças em curso, não foi bem recebida pelos geógrafos *seniors* ainda embuidos da Geografia Tradicional. Pelo contrário, apresentada no II Congresso Brasileiro de Geógrafo (1965), foi violentamente criticada e considerada mesmo inverossímil, fato que me abalou profundamente mas não me fez dela desistir.

Formados os alunos que participavam da equipe, uma nova leva de bolsistas se integrou na pesquisa dentre os quais, lembro-me bem, Miguel Farah Neto, Leila Christina Dias, Ana Maria Bicalho, além de João Rua e Marilourdes Lopes Ferreira.

Numerosos trabalhos foram realizados e publicados sobre esse processo (Revista Brasileira de Geografia – R.B.G., 1966, 1969; Boletim da AGB, 1972; Boletim Geográfico do IBGE, 1974; Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Estado da Guanabara, 1974), dentre os quais destaco dois: “O mercado carioca e seu sistema de abastecimento”, publicado na R.B.G. (1966), na íntegra no Jornal do Brasil, e citado por Antônio Barros Castro nos seus Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira; e *Changing Land Use Patterns in a Developing Country* (R.G., 1969), trabalho da equipe apresentado no Congresso Internacional da Geografia realizado na Índia (1968), que não apenas foi selecionado para a publicação, como elogiado em periódico internacional de renome, o *Geographical Review*, como um dos melhores trabalhos do volume de Geografia Econômica.

No final da década de 1960, contudo, o Brasil mudava e meu interesse se orientava para outra direção. A pesquisa sobre a expansão da fronteira agropastoril ampliou sobremaneira minha visão sobre o Brasil. A expansão desta ampla reorganização do espaço não podia estar contida nos limites estreitos da teoria de Von Thünen. Algo mais do que as forças de mercado comandava a organização do espaço, cujas partes eram interdependentes. Nesse momento, na busca de uma melhor explicação, deu-se o encontro com os trabalhos de John Friedmann, com os quais tive uma enorme identificação. Sua Teoria do Desenvolvimento Polarizado (T.D.P.) oferecia um quadro de referência que respondia às minhas indagações, focalizando a interdependência espacial através das relações centro-periferia e o papel do planejamento no desenvolvimento espacial. A aproximação com a política territorial e o planejamento foi um passo importante na direção da análise sobre o papel do Estado, ainda que na época esta percepção não fosse clara. Para essa clareza, contribuiu uma nova frente de ensino e pesquisa que abri.

Uma nova frente de ensino e pesquisa: o Instituto Rio Branco e a Geografia Política

Um importante elemento de abertura, afirmação própria, e projeção do Departamento de Geografia foi o fato de assumir a responsabilidade pela cadeira de Geografia no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C.P.C.D.) do Instituto Rio Branco (I.R.B.), Ministério das Relações Exteriores, em 1966.

Esta cadeira havia sido ocupada por geógrafos brilhantes como os Profs. Sternberg e Arthur Weiss, precocemente morto. Recorrendo o I.R.B. à Universidade para preencher a

lacuna deixada, optou por aceitá-lo, por razões financeiras, é verdade, mas também pelo desafio do novo, a que novamente me levava a ousadia.

A experiência desafiadora foi vital para meu amadurecimento acadêmico com influência decisiva para o curso de Geografia da Universidade por vários motivos. Primeiro, porque significou o reconhecimento precoce como Titular fora do âmbito da hierarquia universitária, com plena autonomia. O C.P.C.D. exigia candidatos que já houvessem concluído o segundo ano de graduação e, ainda assim, se submetessem a rigoroso exame vestibular. Seus professores eram, “escolhidos dentre pessoas de reconhecido saber especializado em sua matéria” segundo parecer do Conselho Federal de Educação que, reconhecendo o alto nível do C.P.C.D., atribuiu ao I.R.B. a designação de estabelecimento de ensino superior.

Segundo porque logo no ano seguinte, em 1967, fui envolvida pelo movimento de modernização do ensino que então se iniciava, e que afetou também o I.R.B., colaborando com o novo diretor Embaixador Antônio Corrêa do Lago na reorganização do curso. Tornou-se claro para mim que o vasto programa de Geografia Econômica, Política e Humana até então vigente, pouco tinha de político, este sim, campo essencial para a formação dos futuros diplomatas brasileiros. Tive, então, papel que reputo importante implantei a cadeira de Geografia Política no I.R.B. criando um programa totalmente inédito no país, contrariando inclusive, a orientação técnica sugerida inicialmente pela direção do Instituto. Mergulhei na Geografia Política clássica, que não me satisfaz, e recorri às hipóteses geopolíticas e geoestratégicas sobre as relações entre os Estados, tomando pela primeira vez contato com obras clássicas de grandes geógrafos como F. Ratzel, H. Mackinder e J. Gottmann pouco ou nada referidos nos cursos universitários. Era o primeiro passo na opção pela Geografia Política cujo estudo e programa aprimorei com a teoria do Desenvolvimento Polarizado.

Terceiro, porque me ofereceu a oportunidade de um contato direto com a diplomacia, segmento fundamental do aparelho de Estado no contexto do Brasil “Potência”, significado a um tempo aprendizado crítico e contribuição para a formação de quadros. Convivi com alunos brilhantes vindos de diferentes regiões do país, que muito estimularam a minha reflexão e o avanço na construção da Geografia Política. Convivi também com vários embaixadores que se sucederam na direção do I.R.B. onde permaneci por dez anos, com quem aprendi um novo modo de ver o Brasil, favorecendo a minha análise crítica, capaz tanto de apreciar o esforço nacional pelo desenvolvimento como de apontar as perversidades da via escolhida para alcançá-lo.

Acredito ter tido influência nessa geração de diplomatas através de uma nova Geografia Política adequada aos novos tempos do sistema mundial e sobretudo do Brasil, que lhes permitiu compreender a enorme e rápida transformação em curso no país, com suas limitações e suas potencialidades, e a posição do Brasil no mundo. Quando da mudança do I.R.B. para Brasília em 1976, em enquete realizada entre os alunos visando a sua reorganização, a Geografia Política foi eleita como a melhor disciplina do curso, e o programa que criei permaneceu por vários anos em vigência.

Finalmente, porque essa experiência foi trazida para Universidade, permitindo enriquecer não só a minha atuação como o próprio curso. Ela me permitiu introduzir uma nova concepção da Geografia como ciência política através do ensino e da pesquisa que, gestada no I.R.B. floresceu na Universidade nas décadas de 1970 e 1980, terminando por

Becker, B. K.

se constituir como uma das faces que hoje individualizam o Departamento de Geografia da UFRJ na comunidade geográfica brasileira.

Ação junto à comunidade científica: a AGB e a UGI

A participação sistemática em reuniões científicas foi uma frente de atuação desenvolvida desde o início de minha vida acadêmica com o sentido de abertura, aprendizagem e de testar e validar a minha competência no seio da comunidade científica nacional e internacional.

Particpei ativamente das Assembleias e Congressos da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) desde 1958 e por toda década de 1960, e pude comprovar o verdadeiro papel de escola que exercia. Até 1964 fui tratada como aluna, participando de grupos de pesquisa organizados para reconhecimento da área onde se realizava a reunião sob a direção de um geógrafo renomado. Pude, assim, fortalecer a metodologia da pesquisa de campo e conhecer realidades diversas do país. A partir de 1965 minha posição mudou a duras penas; embora questionando minha pesquisa, atribuíram-me responsabilidades como secretária de Simpósio, co-dirigente de excursão e, finalmente, em 1968, a chefia de um grupo na área de Montes Claros, tendo em vista a pesquisa que realizara sobre a expansão da fronteira pastoril. Era o início do reconhecimento pelos pares, e ainda nesse ano tornei-me sócia efetiva da AGB, condição, na época, só oferecida a geógrafos de reconhecido valor.

Data dessas reuniões o estabelecimento de laços com geógrafos de outras universidades e do IBGE, como Lysia Bernardes, Mário Lacerda de Melo, Manoel Corrêa de Andrade, José Araújo Filho, Carlos Augusto F. Monteiro e Lea Goldenstein.

Com o mesmo sentido iniciei a construção da rede de relações com geógrafos internacionais através da UGI, participando de seus Congressos em toda a década. O congresso da Índia, em 1968, foi para mim um marco. Meus trabalhos foram selecionados para publicação, fui convidada a presidir uma sessão do Simpósio sobre População, tive contato com grandes geógrafos, como Brian Berry e ampliei as informações sobre a Teoria e Política de Desenvolvimento Regional, novo tema de meu interesse.

O reconhecimento de minha atuação foi selado com a criação na UGI, da Comissão Internacional sobre Aspectos Regionais do Desenvolvimento e a atribuição da sua presidência e secretaria a geógrafos brasileiros, respectivamente o Prof. Nilo Bernardes e eu. A partir daí, ingressei definitivamente na comunidade geográfica internacional como geógrafa brasileira da U.B.

Participação na reorganização da universidade. Enfim, a legitimação

O caminho autônomo e difícil trilhado para alcançar a competência e seu reconhecimento revelava-se frutífero da década de 1960. Sentia que vencera esta etapa; era titular no Rio Branco, chefe de Pesquisas pelo CNPq (1970), e reconhecida pela comunidade geográfica nacional e internacional através de uma crescente produção científica.

Vivia-se então no Brasil o movimento da modernização universitária e regularização ou implantação dos cursos de pós-graduação em moldes norte-americanos, como parte

da prioridade atribuída à C/T pelo governo e que culminou com a criação do SNDCT e do FNDCT na década de 1970. Criada a UnB e a U.B. transformou-se em Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Participei ativamente dos trabalhos de reorganização da Faculdade Nacional de Filosofia que terminaram por conduzir, contra a minha vontade e de vários colegas, à inserção da Geografia no Centro da Ciência da Matemática e da Natureza, compondo com a Geologia, Meteorologia e Astronomia, os quatro Departamento do Instituto de Geociências, então criado (IGEO).

Nesse momento cogitou-se da implantação do curso de Mestrado em Geografia na UFRJ, marco de uma nova etapa. Colocou-se então um dilema para mim como, em face da autonomia e competência conquistadas a duras penas e do potencial que possuía para colaborar nessa nova etapa, submeter-me à condição de aluna do Mestrado, pois segundo as novas regras somente Doutores poderiam compor o quadro de professores.

Foi nesse contexto que realizei o Concurso para Livre Docência no IGEO da UFRJ, concurso em que legitimou a minha competência pelo título de Doutor, necessário à continuidade e aprofundamento de minha vida acadêmico-profissional e ao desenvolvimento do Departamento de Geografia da UFRJ.

A possibilidade de realizar o concurso decorreu de um feliz e oportuno acaso. Coisas da Universidade. Nós da Geografia, soubemos por informação vasada, que o concurso para Livre Docência estava aberto no IGEO para atender à situação de alguns professores da Geologia, Departamento então liderado pelo Prof. Othon Henri Leonardo. A esta altura, faltavam três meses para o encerramento do prazo da inscrição, mas resolvi enfrentar o desafio, que representava a solução do meu dilema.

Como preparar uma Tese em três meses, prazo posteriormente dilatado para seis? Integrando os conhecimentos empíricos adquiridos na linha de pesquisa sobre a expansão da fronteira agropecuária, com o novo interesse pela teoria e política do desenvolvimento regional. Onde melhor aplicar esse conhecimento e o *know-how* adquirido? No norte do Espírito Santo, onde, segundo nossa hipótese, a política de erradicação do café estaria sendo acompanhada pela expansão da pecuária, num processo de reorganização e articulação do espaço sob o comando não mais do mercado externo, mas sim de um centro nacional. Desejo aqui registrar a minha gratidão a Lysia Bernardes, colega e amiga que me apoiou e estimulou a enfrentar esse desafio quando a maioria de meus colegas era cética quanto a esse concurso.

A hipótese mostrou-se correta e, com base em pesquisa de campo no município de Pancas, antiga zona contestada por Minas Gerais e Espírito Santo, quase em pé de guerra contra o Instituto Brasileiro do Café, instituição cuja prática conheci de perto, pude concluir a Tese em tempo hábil.

Toda a minha formação geográfica e as questões que a nortearam estão presentes nessa Tese (IGEO, 1970; R.B.G., 1973). O município de Pancas é analisado sob vários ângulos. Ao nível das relações sociedade-natureza, o que me permitiu identificar o que fora verificado por Humboldt e Troll na América Central e nos Andes a terra quente, temperada e fria, como integrações ecológicas complexas. Ao nível das formações territoriais contemporânea do Brasil e do papel da fronteira nesse processo, cada vez mais acelerado. O norte do Espírito Santo, em quarenta anos apenas, passou de fronteira à região deprimida e estagnada, de "Ilha" cafeeira voltada para a exportação, à área articulada ao mercado interno, fornecedora de carne e leite e, sobretudo, de mão de obra

para o crescimento metropolitano e para a abertura de matas na nova fronteira que se abria na Amazônia. Foi através de registros de um vereador local que pude construir fluxos do destino de emigrantes de Pancas expulsos pela crise do café, que, anos depois, emocionada, encontrei em Vilhena, MT, porta de entrada de corrente de imigrantes que se destinava à Rondônia!

Não por acaso a Tese recebeu o elogio do governador do Estado do E.S., que a considerou subsídio importante para os planos de desenvolvimento estadual. E ela foi passo fundamental para o avanço na construção de uma Geografia Política Brasileira.

Se a oportunidade do Concurso foi fortuita, seu significado, pelo contrário, foi amplo, profundo e consistente. Ele significou a consciência da responsabilidade para com o aprimoramento do ensino superior e da importância dos concursos públicos nesse processo. Significou também a conscientização do real valor desse título “Livre Docente” na tradição universitária, cujas raízes remontam à Universidade Alemã: liberdade acadêmica.

Múltiplas circunstâncias se cruzaram, assim, para a coerência de obtenção do meu título de Doutor através da Livre Docência, num concurso de quatro provas escrita, de aula “ambas com ponto sorteado”, de títulos e defesa da Tese pública no salão nobre da velha Escola de Engenharia do Largo São Francisco. Provas examinadas por Othon Henri Leonardo, Fábio Macedo Soares Guimarães, Pedro Geiger e Maria do Carmo C. Galvão.

Legitimada minha competência universitária, pude ingressar em nova etapa de produção acadêmica; agora, contudo, não mais buscando a fronteira, mas sim encontrando e abrindo fronteiras.

Abrindo Fronteiras na Universidade

A tentativa de dominar o vetor científico-tecnológico e a ocupação da Amazônia foram prioridades estratégicas de modernização conservadora dos anos 1970, com forte impacto na Universidade e no Território.

No período que se estende 1970 a 1985 fui solicitada a colaborar na implantação da Pós-Graduação, tanto no Departamento de Geografia como no Instituto de Geociências e na própria Universidade, no âmbito da Reforma Universitária. Tendo competência legitimada, pude participar amplamente nesse processo, abrindo fronteiras no ensino, na pesquisa e na administração acadêmica, como Diretora de Pós-Graduação e Pesquisa do IGEO por dez anos, e como membro do Conselho para Graduandos e Pesquisa da UFRJ (CEPG) por quatro anos. Simultaneamente, deu-se nesse período o encontro com a grande fronteira Amazônica e se firmou a minha orientação para a Geografia Política independente, portanto, das novas tendências que se definiram na disciplina: a quantitativa e, a partir de 1978, a Geografia crítica marxista. Aprendi, contudo, com a primeira a dar mais valor ao rigor da investigação e, com a segunda a fortalecer a visão crítica e dialética. Para esse aprendizado crítico em que despendi longos anos, muito contribuiu a obra geográfica de David Harvey em sua rápida, porém consubstanciada passagem do positivismo lógico para o materialismo dialético. Foi, porém, mais uma vez, em obras extra-geográficas que obtive os maiores subsídios para fortalecer o meu pensamento.

A fronteira no magistério: o mestrado em geografia

Merece registro o fato de ter permanecido como Assistente de 1965 até 1977 por falta de vagas. Em outras palavras, por 12 anos! Somente em 1976 foram liberadas duas vagas para o Departamento, e num concurso com três candidatos obtive o primeiro lugar.

Isto não impediu as inovações introduzidas no ensino, de vários tipos. Na graduação diz respeito à colaboração na reorganização do currículo, à iniciativa de criar um setor de Geografia Regional, envolvendo o mundo e a América Latina, e à implantação de novas disciplinas, um enriquecimento decorrente de minha experiência na pesquisa e no Instituto Rio Branco.

Mas a grande inovação se refere à implantação do Curso de Pós-Graduação em Geografia ao nível de Mestrado em 1972. Atuei não apenas no pequeno grupo que estabeleceu sua concepção e diretrizes entre 1970-72, constituído por Maria do Carmo Galvão, Lysia Bernardes, Terezinha Segadas Soares, Jorge Xavier da Silva e eu, mas sim em quatro cruciais níveis da prática do Curso.

Primeiro, na implantação e ministração de disciplinas inovadoras. Participando da disciplina chave do Curso juntamente com outros colegas, rumos atuais da Geografia, logo passei a ser única responsável por longos anos sob a denominação da Teoria da Geografia, de acordo com a Comissão de Pós-Graduação. Implantei disciplinas sobre o desenvolvimento regional, tema essencial a um país de dimensão continental com desigual nível de desenvolvimento. Essa iniciativa foi fruto da experiência integrada que havia acumulado através da pesquisa, do ensino IRB e da função de Secretária da Comissão sobre 'Aspectos Regionais do Desenvolvimento', da UGI. Programas inéditos foram estabelecidos, com base na 'Teoria do Desenvolvimento Regional' proposta por grandes nomes como Albert Hirschmarm, Gunnar Myrdal, Douglas North, John Friedman, visando sua análise crítica face aos países em desenvolvimento. Embora optativa, essa disciplina era cursada, em média, por 90% dos alunos tanto da área física como da humana.

Segundo, no asseguramento da qualidade do Curso em sua fase inicial, mediante o convite a professores visitantes selecionados, nacionais e estrangeiros. Pude, então, reverter para benefício direto do Departamento da Universidade, os contatos que estabelecera na minha rede de relações externas. Por minha iniciativa foram convidados professores do CEDEPLAR, da Universidade Federal de Minas Gerais, que lidavam com a economia espacial; foram também visitantes pesquisadores proeminentes da Geografia Internacional, como Walter B. Stöhr (do Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade de Economia de Viena), Akin Mabogunge (da Universidade de Ibadan, Nigéria), colegas da comissão da UGI em que atuava. Mais tarde, em 1982, aproveitando a realização da Conferência Regional da UGI no Brasil, organizei um curso intensivo de quinze dias com os Professores Miguel Morales (San José da Costa Rica), Edward Soja (U.C.L.A.), Arle Schachar (Jerusalém) e Walter B. Stöhr (Viena).

Terceiro, na iniciativa de organizar a publicação de trabalhos docentes e discentes realizados no Curso, sob a denominação de Cadernos de Mestrado.

Finalmente, mas da maior importância, na orientação das dissertações de Mestrado. Essa função se caracterizou pela grande diversidade de temas decorrente de necessidade de atender, nessa fase, aos próprios professores do Departamento que constituíram a

primeira leva de alunos do Curso, e que possuíam interesses diversos. Algumas dissertações, contudo, já se inseriam nas linhas de pesquisa que coordenava, a antiga, sobre a transformação agropecuária, e a nova, sobre desigualdade regionais e a Amazônia.

A fronteira na pesquisa

O encontro com a fronteira, literalmente, marcou essa fase da pesquisa, manifesta na investigação da Amazônia e na afirmação da Geografia Política, através das pesquisas sobre a estrutura espacial do Brasil e as desigualdades regionais do desenvolvimento.

A expansão da fronteira na Amazônia fora vislumbrada nas pesquisas sobre a expansão agropecuária. Passou a ser melhor compreendida pela 'Teoria do Desenvolvimento Polarizado', que já havia utilizado na Tese de Livre-Docência inaugurado uma nova linha de pesquisa difundida em inúmeras publicações (UGI, 1971; Conferência Nacional de Geografia e Estatística - CONFEGE, 1972; IPR, 1974, 1976, Geoforum, 1976, R.B.E.P., 1978). Considero o artigo "Crescimento Econômico e Estrutura Espacial do Brasil" (R.B.G., 1972) como a contribuição marcante desta fase; retratando a nova dinâmica espacial sob o comando do desenvolvimento do centro inovador localizado no Sudeste do país, identifica os tipos de regiões que compunham o sistema espacial nacional em substituição ao antigo "arquipélago" econômico, e já assinala a fronteira. Trata-se de um artigo com grande impacto e difusão no meio geográfico e não geográfico, sendo ainda hoje importante base de referência sobre o conjunto do espaço brasileiro.

Mas a pedra de toque que desencadeou a linha de pesquisa sobre a Amazônia foi a viagem de estudos que realizei com os alunos do I.R.B. Viagem que correspondeu à minha insistente sugestão aos diretores do Curso, tendo em vista a necessidade de colocar os futuros diplomatas em contato mais direto com a realidade do país. Em 1973, finalmente, a direção, promoveu o "Projeto Cisne" com vistas à observação da fronteira Brasil-Bolívia, e me convidou para dela participar. Empenhei-me com os alunos na preparação da viagem, inclusive na preparação de questionários para captar as relações centro-periferia, meta frustrada pela interferência do Projeto Rondon que estabelecera o seu próprio programa, mas que não impediu o meu encontro com a fronteira.

Foi fantástico o impacto dessa viagem por Corumbá, Cáceres, Guajará Mirim (brasileira e boliviana), Porto Velho, Rio Branco e Manaus, onde tive contato com a magnitude da natureza, as rápidas volumosas e amplas correntes migratórias que resultavam no inchamento da velha cidade de Cáceres ou se dirigiam para Rondônia via Vilhena, e com a estratégia do governo federal para a ocupação da região e para articulação do território. Vivia-se o momento do Brasil "Grande Potência", que claramente se inscrevia no território. Um artigo publicado em 1974, que se tornou clássico, reconhecido por colegas de outras disciplinas - "A Amazônia na Estrutura Espacial do Brasil" (R.B.G., 1974) - deu conta desse processo. Analisei em detalhe as forças política e econômica e as formas de sua atuação, os impactos decorrentes ao nível regional e o significado desse processo ao nível nacional. Uma nova oportunidade de pesquisa de campo em 1975 me foi oferecida como assessora do projeto sobre o Impacto da Belém-Brasília no Desenvolvimento Regional, do Instituto de Pesquisas Rodoviárias (IPR) e o PUR/COPPE quando, percorrendo toda a rodovia,

descobri feições específicas e novas da fronteira tais como o contexto urbano em que se expandia associado à mobilidade do trabalho.

A partir daí, dediquei meu esforço ao estudo da Amazônia, buscando captando a complexidade e a magnitude da escala e do ritmo do processo de sua ocupação. Organizei uma equipe de pesquisa já agora incluindo mestrandos. Lia O. Machado como mestranda e depois colega, foi colaboradora inestimável nessa fase, assim como Mariana Miranda, Maria Helena Lacorte, Júlia A. Bernardes, e outros alunos de graduação e pós-graduação. Em menos de uma década, entre 1974 e 1981, concentrando as pesquisas no norte de Goiás (hoje Estado do Tocantins), sudeste e sul do Pará, aprofundi a investigação incluindo a questão da terra e os profundos conflitos inerentes ao processo de integração.

O livro "Geopolítica da Amazônia", (Zahar, 1982) enfeixou os artigos elaborados e publicados nessa fase e marcou a mudança na minha orientação. Pela primeira vez assumi no título do último artigo e do próprio livro, o que já analisava há muito: a Geopolítica. O livro tem dois momentos nítidos, o primeiro capta elementos do processo conduzido pelas políticas governamentais, e o segundo repensa a fronteira com uma visão muito mais crítica, denunciando as inadequações dessas políticas e da teoria que lhe deu suporte, expressas na instabilidade dos pequenos produtores, no anulamento dos desejos, de potencialidades e criatividade das populações locais. Nesse segundo momento, entendi a necessidade de participar da discussão de questões fundamentais sobre a via de desenvolvimento do país numa aproximação maior com outros cientistas sociais, repensando a fronteira no contexto do atraso relativo da agricultura e da mudança das relações de trabalho. Verifiquei as contradições e as outras formas de poder atuantes em outras escalas que não apenas a do Estado-nação, e que nele atuam. Superei a visão funcional da T.D.P. substituindo-a por uma visão dialética.

Pesquisas no Mato Grosso e em Rondônia, por sua vez, revelaram a diversidade das formas da ocupação regional.

Dentre os numerosos artigos que se seguiram, destaco dois publicados em 1985: "Os desertados da terra – migrações e conflitos na Amazônia" (CH e CENEP 1986), contribuição para o conhecimento da mobilidade do trabalho ao nível teórico e empírico e "A fronteira em fins do século XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia" (Espaço e Debates e Avery/Gower 1987), que sistematiza os elementos específicos da fronteira no final do século, encerrando uma e iniciando nova etapa nessa linha de pesquisa.

Algumas das contribuições ao conhecimento e à desmistificação da fronteira, referenciadas ao debate que então se tratava, podem ser identificadas nessa fase. Primeira, a dimensão Geopolítica. Em contraposição às interpretações fundadas apenas na acumulação do capital, tornei evidente a articulação do processo regional a uma política nacional dirigida para a rápida modernização do país, em que o território foi instrumento chave (UGI 1978; Zahar 1982; Espaço e Debates 1985; *Cahiers des Sciences Humaines*, ORSTOM - CSH 1986; Croom Helm 1987). Segunda, em decorrência da primeira, o novo conceito de fronteira adequado ao novo momento histórico. Ao contrário de retaguarda, refúgio para certos grupos, ou mera frente territorial de expansão demográfica e econômica, a fronteira foi entendida como vanguarda, espaço onde se sucedem rapidamente inovações dirigidas pela estratégia estatal constituindo uma fronteira de recursos

nacional e mundial (UNESP 1978; Anuário do IGEO - AIGEO 1978; *Regional Dialogue*, UNCRD - RD 1980; *Ciência Hoje*, SBPC - CH 1982; *Centro Internacional de Formación en Ciencias Ambientales, Nações Unidas* - CIFCA 1983; *United Nations Centre for Regional Development* - UNCRD 1985).

Terceira, a negação da fronteira como *locus* do campesinato tradicional que, ao contrário de constituir um bloco monolítico, se diferencia no processo migratório para atender às exigências da modernização, às estratégias de sobrevivência e às aspirações de ascensão social, gerando conflitos igualmente diferenciados na apropriação da terra e entre o próprio grupo “camponês” (RBG 1978; UGI 1982; *Rural Systems* - RS 1985; UNCRD 1985; Sterling 1986). Quarta, a negação da fronteira agrícola apregoadada no discurso oficial; a Amazônia foi sobretudo uma fronteira urbana e sua ocupação se deu num contexto de urbanização associado à mobilidade do trabalho. Os núcleos urbanos foram a base logística, intencionalmente criada, para a atração de migrantes e sua transformação em mão de obra móvel necessária à implantação das atividades produtivas (RBG 1976, 1979, 1985; UGI 1980; *Boletim Carioca* - BC 1981; *Ciência Hoje*, SBPC - CH 1985; CENEP 1986).

Quinta, em que pese a perversidade do processo de ocupação, ele alterou a face da região. O afluxo demográfico, as atividades produtivas, os equipamentos territoriais e as redes de circulação e comunicação, em meio a intensos conflitos, resultaram em sua integração e, inclusive, numa nova regionalização interna (*Espaço e Debates*, NERU - ED 1985; *Encontro Nacional de Geografia Agrária* - ENGA 1985; *Associação Alemã de Pesquisas sobre a América Latina* - ADLAF 1986).

Tudo isto pude aprender através da leitura de forma específica da apropriação do território no Brasil, sua grafia, para a qual o contato direto com os atores dessa história foi fundamental. A fronteira tornou-se para mim o espaço privilegiado de pesquisa não apenas por sua relevância intrínseca, mas também por sua condição de espaço de projeção para o futuro. Nesse tipo de espaço, em redefinição, é possível captar antecipadamente, o processo de mudança em curso no país e os seus agentes com toda a crueza e a transparência em que regiões de povoamento mais complexo e cristalizado são mais difíceis de detectar.

A fronteira me conduziu à pesquisa sobre o Brasil como um todo, e a sua posição no mundo, esboçando-se uma nova temática de investigação. Através dessa pesquisa captei com grande antecipação, sem modéstia, a crise do Estado e sua manifestação territorial. No artigo “O Uso Político do Território: Questões a partir de uma Visão do Terceiro Mundo”, (UGI 1982 e UFRJ 1983), entro francamente no debate sobre a Geopolítica e coloco como questão básica do final do século XX a natureza e o destino do Estado. Aponto a insuficiência tanto da teoria neoclássica quanto da marxista para a análise das relações entre espaço e poder, lançando a necessidade de reconhecer que o poder é multidimensional e de resgatar o conceito de território negligenciado pelos geógrafos que estavam, então, empenhados em definir o espaço como objeto da Geografia. As novas estratégias da empresa e do Estado, seus conflitos, bem como a estratégia dos grupos sociais dominados são analisadas para revelar a emergência de novas territorialidades que tendiam a limitar e a fragmentar a ação governamental. Apontei, igualmente, a crise do planejamento e a tendência à descentralização num artigo complementar publicado no país e no exterior, “A crise do Estado e a Região: a Estratégia de Descentralização em Questão” (UFRJ 1984; *Environment and Planning D, Society and Space* - EPD 1985; RBG 1986).

Reputo estes trabalhos como constituindo uma contribuição importante para a Geografia Política em geral e do Brasil em particular, e sua temática vem sendo aprofundada em vários outros artigos e livros, até os dias de hoje.

A interação da pesquisa Fronteira-Brasil-Mundo, se manifestou por sua vez, no aprofundamento da investigação sobre a fronteira. Passei a compreender melhor o significado da Amazônia no contexto do Brasil e do mundo e procurar uma nova interpretação teórica que encontrei em A. Gramsci, M. Foucault, e, sobretudo na obra de Henri Lefebvre que contribuiu decisivamente para ampliar o núcleo do meu pensamento.

Afirmou-se também o reconhecimento da pesquisa, difundida em reuniões científicas e publicações, no Brasil e em periódicos nacionais e estrangeiros, e expressa na coordenação de projetos financiados pelo CNPq, pelo CEPG e pela FINEP.

A fronteira na administração acadêmica

Apesar de ter continuamente participado na administração acadêmica através da reforma universitária, implicando na organização de cursos e do próprio IGEO, na representação nos corpos deliberativos do Departamento e da Pós-Graduação em Geografia, na Câmara de Estudos Brasileiros e na suplência dos Livres Docentes na Congregação, nunca havia assumido o cargo formal de chefia o provavelmente por falta de empenho e também pela hierarquia existente.

Pulei rapidamente, no entanto, etapas nessa função. Em 1976, o Diretor do IGEO me convidou para assumir o cargo de Diretora Adjunta para Pós-graduação e Pesquisa do Instituto, envolvendo os seus quatro departamentos: Astronomia, Geologia, Geografia e Meteorologia.

Foi o início de uma nova frente de atuação na Universidade que quase me levou a fazer carreira na administração. Permaneci por dez anos nesse cargo, e mais, já em 1979 fui eleita no Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN) como sua representante no Conselho para graduação e Pesquisa (CEPG) da UFRJ, atestando o dinamismo que imprimi ao IGEO.

Estabeleci, então, uma estratégia deliberada para dinamização do IGEO. O passo inicial seria organizar e fortalecer a Pós-Graduação em Geologia, considerado pela UFRJ, CAPES, CNPq como o de maior valor estratégico e que, na ocasião estava totalmente desarticulado. E, nesse contexto, fortalecer a Geografia e os demais Departamentos e promover a integração do IGEO como instituto.

Os elementos dessa estratégia, plenamente cumprida, foram os seguintes. Primeiro através de contatos na administração superior na UFRJ, e na CAPES e no CNPq em Brasília, obtive carta branca para contratação de Doutores, inclusive do exterior, e vagas nos programas de Geologia e Geografia. Vários professores vieram então compor o quadro da Pós-Graduação em Geologia e na Geografia, pude obter a contratação e a colaboração inestimável de Milton Santos e Maurício de Abreu.

Segundo, recuperando o Programa de Geologia, mediante a integração de professores que se achavam completamente distantes e isolados, e reorganizando o currículo, os setores e os laboratórios de pesquisa. Terceiro, estabelecendo as normas e o regimento da Pós-Graduação no IGEO, com a colaboração essencial de Marcus Aguiar Gorini,

Becker, B. K.

além de Josué Alves Barroso e mais tarde Joel Valença. Quarto, iniciando projetos institucionais de pesquisa financiados pela FINEP, tanto para a Geologia como para a Geografia, que já recebera este auxílio, mas para a implantação do Curso, e a partir de então orientando-se para a pesquisa.

Finalmente, promovendo seminários internos interdepartamentais para apresentação das pesquisas, bem como publicações referentes a essas atividades: o catálogo de Pós-Graduação do IGEO, com auxílio de Prof.^a Maria Helena Lacorte, que teve duas edições, e o Anuário do IGEO que, após uma pausa, persiste até hoje.

Os resultados foram extremamente positivos. Ao nível interno, o IGEO passou a existir como uma unidade, na medida em que os professores dos diversos Departamentos passaram a se conhecer e se relacionar e a pesquisa a se desenvolver. Ao nível externo, foi recuperada com elogios, a imagem do IGEO e da UFRJ.

Nos últimos dois anos da minha função no cargo, contudo, já decidira que não seria esse o caminho mais forte da minha atuação. Sentia falta do aprofundamento na pesquisa, que só pode ser mantida nesse período, por uma grande força de vontade.

As frentes externas

Ao nível do magistério, além do I.R.B (até 1975), fui convidada a implantar a cadeira de Geografia Política e Econômica no Curso de Direito e Relações Internacionais, Legislação e Comércio Exteriores organizado pela Fundação Getúlio Vargas, cadeira que regii como titular durante três anos.

Ampliei a rede de relações com as instituições geográficas nacionais e internacionais e com instituições não geográficas. Fui membro do Conselho Diretor da AGB, participei de e colaborei com suas reuniões científicas até 1979, quando, por força da polarização ideológica passei a ser marginalizada juntamente com grande parte dos geógrafos. Participei da grupos de trabalho com o IBGE. Ao nível internacional, integrei como diretora da *Conference of Latin American Geographers* (CLAG) em 1978, e fui reeleita como Secretária da Comissão *Regional Systems and Policies Aspects of Development* (RAD).

Tornou-se mais clara uma frente de atuação referente à iniciativa de organizar eventos científicos, ampliando esse tipo de trabalho que já realizava no planejamento e coordenação de cursos e da pesquisa. Em 1971, em Vitória (E.S). Eleita Secretária da Comissão Nacional do Brasil da UGI em 1977, fui responsável pelo Programa Científico da Conferencia Regional Latino-Americana da UGI (1982), evento organizado com grande esforço frente à recessão econômica e ao boicote de geógrafos radicais. Devo registrar o elogio ao Programa Científico feito em respeitável período estrangeiro. Além disso, organizei um simpósio, a reunião da minha comissão em Belo Horizonte, com o apoio do Secretário de Planejamento Paulo Hadad e do Instituto João Pinheiro, e, imediatamente à Conferência, um curso de Altos Estudos com quatro professores estrangeiros para benefício da Pós-Graduação em Geografia.

Importante frente resultante desse evento, foi um convite de Jean Gottman para integrar um grupo de visando a criação de uma comissão de estudos na UGI. Sobre Geografia Política, que se concretizou com a denominação de *The World Political Map* em 1984, a que pertenço até hoje.

Ao nível da pesquisa, Três fatos foram marcantes. Primeiro, a participação com o IPR/PUR na pesquisa para avaliação do impacto da rodovia Belém-Brasília no desenvolvimento regional (já referida). Segundo, o convite do *United Nations Centre for Regional Development* (UNCRD) de Nagoya, Japão, para participar de um projeto de dois anos sobre *Rural Development Problems, Policies and Perspectives*, desenvolvido em nove países com o objetivo de estabelecer um novo desenho para o desenvolvimento regional. Os resultados de projeto foram amplamente divulgados, e o quadro de referência comparativo que ofereceu foi essencial para aprofundar a análise sobre Problemas do Brasil e sobre sua posição no mundo. Terceiro, o convite do Prof. Michael Dear para organizar um número especial do renomado periódico *Environment and Planning D, Society and Space* (EPD) sobre crise do Estado e do Planejamento, onde incluí textos do Simpósio que coordenei bem como de Otávio Velho e Conceição Tavares. Configurou-se ainda, outro tipo de iniciativa; a editoração em vários níveis; cadernos de Mestrado em Geografia, Catálogos de Pós-Graduação e Anuário do IGEO; dois volumes sobre Geografia Política: Um contendo as contribuições do simpósio que coordenei sobre o uso político do território ampliado pelo curso de altos estudos, seguido por outro, com várias contribuições docentes e discentes; o número do EPD.

A consultoria ao CNPq, CAPES, MEC foi igualmente iniciada como partes de frente que teriam continuidade em novos patamares. Percebo hoje, o significado desta atuação somada à administração acadêmica e à participação em comissões internacionais: colaboração na definição de política científica nacional e internacional.

O mesmo significado em novos patamares

A partir de meados da década de 1980, embora guardando o seu sentido original, minha atuação vem se modificando em decorrência do contexto histórico que aceleradamente redesenha o planeta e o Brasil, e do nível de maturidade alcançado. Trata-se da consolidação das fronteiras desbravadas como base para abertura de novas.

Tal mudança não pode ser dissociada da crise econômica e política do Estado transmitida ao tecido social no Brasil, e da desordem global caracterizada no final do milênio. Nesse contexto, a Geopolítica assume maior relevância, devido à dificuldade de explicar o mundo contemporâneo pelas teorias convencionais, e ao fato de no Brasil, o esgotamento do projeto desenvolvimentista, as lutas sociais e as tendências globais assumirem nítida manifestação territorial. Acresce que, superada a polarização ideológica, a comunidade geográfica passou a aceitar o pensamento pluralista, inclusive a Geopolítica.

Trata-se, pois de uma mudança em resposta ao esforço necessário de reflexão e ação para compreender a crise/reestruturação e definir uma projeto nacional a partir da nação. Assumi pensar o Brasil, com base no grande conhecimento adquirido através da leitura, do sem número de viagens para pesquisa, reuniões científicas, cursos, bancas de exame, etc. Assumi plenamente a Geopolítica, como a face ativa da Geografia Política, postura expressa no aprofundamento e diversificação da pesquisa mediante novas linhas e escalas de análise e a criação do Laboratório de Gestão do Território (LAGET). Assumi a vontade responsável de transmitir mais ampla e incisivamente o conhecimento adquirido, empenhando-me em lhe atribuir maior uso social mediante a pesquisa interinstitucional,

o diálogo com diferentes segmentos da sociedade; bem como a consultoria a organizações que detém o poder de decisão, ou seja, praticando geopolítica.

Criação Laboratório de Gestão do Território (LAGET)

A criação do LAGET (1988) assinala um novo patamar na pesquisa e no Ensino e na afirmação da Geopolítica. Para sua existência tem sido essencial a colaboração de Claudio A. G. Egler, ex-aluno e ex-mestrando, desde a ideia inicial à execução de projetos. Além da colaboração discreta, mas constante de Mariana Miranda.

A iniciativa surgiu em 1986 a partir do reconhecimento do relativo desconhecimento da dinâmica territorial recente viabilizada pelo desenvolvimento tecnológico, e de importância da contribuição geográfica para pensar o território e seu ordenamento num momento, justamente, em que os geógrafos se encontravam cindidos e, portanto, enfraquecidos. O primeiro passo foi, estabelecer um convênio entre os Departamentos de Geografia da UFRJ e do IBGE para criar um Grupo de Trabalho e um fórum de debate sobre a temática, consubstanciado na LAGET, sob minha coordenação.

Estabeleceu-se, assim, o LAGET com a finalidade de desenvolver estudos e análises sobre as rápidas e amplas transformações em curso no território brasileiro sob impacto das novas tecnologias de produção e gestão, e sobre o papel do Estado e dos agentes civis na criação de núcleos de alta densidade tecnológica. Dois seminários Nacionais, projetos e publicações consolidaram sua existência.

Associada à implantação do LAGET, uma nova linha de pesquisa sobre 'Tecnologia e Gestão do Território' foi inaugurada, complementar à Geopolítica da Amazônia, e um terceiro tema de investigação se consolida sobre a 'Geopolítica do Brasil', em continuidade aos estudos iniciados em 1982.

A matriz dos novos temas foi, sem dúvidas, a fronteira amazônica que, revelando o aparato técnico estatal utilizado em sua ocupação, induziu à busca da fronteira original da relação entre tecnologia e território. Por essa razão, a linha de pesquisa sobre Tecnologia e território focalizou, sobretudo, a fronteira científico-tecnológica implantada desde os anos 1950 na seção paulista do Vale do Rio Paraíba do Sul e seus arredores. Um artigo chave (Textos do LAGET - TL 1989; *Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine* - IHEAL 1992) e duas Dissertações de Mestrado (1992 a 1993) analisam a reorganização do território estreitamente vinculado às tecnologias de ponta desenvolvidas a partir de projetos estatais nessa área, inclusive das Forças Armadas. Hoje, a investigação nessa linha se orienta para a crise dessa fronteira, para a análise de riscos ambientais nela gerados a ser feita através da adequação tecnológica de sistemas geográficos de informação, objeto de projeto vencedor do PADCT-CIAMB em 1992, e para as novas tendências na área.

Na Amazônia, antes mesmo da criação do LAGET, a pesquisa focalizou a estratégia governamental em tempo de crise, sobretudo, Carajás. Ao contrário da maioria, não entendi esse 'Grande Projeto' apenas como meio de "rolar a dívida". O interpretei como uma estratégia do Estado para produção de espaço transnacional através da Cia. Vale do Rio Doce - C.V.R.D. (Revista de La Universidade de Zaragoza - RUZ 1987; RBG 1989). Por sua vez, a pesquisa de campo revelou a crescente autonomia da empresa, com sua

dupla face pública e privada, e a guerra social entre ela e os garimpeiros com suas estratégias territoriais próprias. Reputo este processo, registrado em publicações nacionais e estrangeiras, sobretudo, o artigo “Gestão do Território e Territorialidade na Amazônia Brasileira: a CVRD e os garimpeiros em Carajás como essencial para o conhecimento da região e do Brasil” (Croom Helm 1988; Espaço e Debates, NERU - ED 1988; *L'Espace Geographique* - EG 1989; Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG 1991; *Ática* 1990; UnB/UFRJ 1990).

Mobilidade pela crise nacional e pela pressão ambiental internacional em relação à Amazônia orientei a pesquisa nessa direção. Creio ter demonstrado que, em meio a desordem global, emergem tanto a consciência ambiental, legítima, quanto a ideologia ambiental como novo parâmetro geopolítico associadas às novas tecnologias, ambas atribuindo à Amazônia novos valores e a condição de área crítica no contexto geopolítico mundial. Em outras palavras, procuro a relação entre tecnologia-ambiente-geopolítica em dois níveis, o da gestão do território e o das relações internacionais (AL 1990; UFRJ 1992; UNESCO/UNAMAZ 1992; UNESCO/ISSC/EDUCAM 1992; UGI 1992).

Por sua vez, as duas linhas vem contribuindo para aprofundar a reflexão teórica sobre a Geopolítica global e do Brasil. Algumas contribuições dessa pesquisa podem ser assinaladas. Primeira, a identificação de um nexos entre as duas fronteiras – a Amazônica, de recursos e a do vale do Paraíba, científico-tecnológica – nexos que reside num projeto geopolítico para a modernidade no Brasil cujo objetivo foi o domínio do vetor científico-tecnológico para rápida modernização da sociedade e do território. Nesse contexto, a fronteira foi, sobretudo uma fronteira do Estado, definindo-se como espaço em que o Estado pode mais rapidamente induzir rupturas sem ameaçar a ordem hierárquica estabelecida.

Segunda, o aprofundamento do aparato conceitual da Geopolítica que implica não só sua compreensão como o conjunto das políticas e ações para adequar o território à lógica da acumulação e à legitimação do Estado, mas também a discriminação de níveis complementares de ação sobre o território. É assim que defino a gestão do território como a prática científico-tecnológica do poder no espaço; a territorialidade, como a estratégia que visa influenciar ações mediante o controle de uma parcela específica do espaço, preocupando-me hoje em repensar o planejamento do território.

Terceira, a participação no debate sobre a (des)ordem global através da análise das transformações contemporâneas da Geopolítica introduzidas pela velocidade que gera novas estruturas das relações espaço-tempo sustentando o movimento de globalização/fragmentação.

Quarta, a participação no debate sobre o destino do Estado afetado pelas novas tecnologias e pelos movimentos sociais que permitem a formação de novas territorialidades acima e abaixo da escala nacional, bem como pelos novos parâmetros geopolíticos internacionais tais como a dívida externa, a questão ambiental, os mercados supranacionais, as *shifting coalitions*.

Numerosos trabalhos registram essas contribuições ao mundo e ao Brasil (Textos do Laget - TL 1988; RBG 1988; Espaço e Debates, NERU - ED 1991; Imprensa Nacional - IN 1992; ABRASCO 1992; RBG 1992; Política Externa, USP/Paz e Terra - PE 1992). Mas as maiores expressões dessa nova linha de pesquisa em formação são o artigo “A Geografia e o Resgate da Geopolítica” (RBG 1988) e o livro “Brasil: Uma nova potência Regional”

Becker, B. K.

na *Economia-Mundo*" (Cambridge University Press - CUP 1992; Bertrand Brasil, 1993). Este livro, elaborado com a colaboração de Claudio A.G Egler, e tendo como referencial teórico I. Wallerstein, afirma a importância da geopolítica no Brasil desde a colonização até o projeto para a modernidade que, fundamentado no tripé, conduziu o país à posição semi-periférica. Desmistificando tanto o "Brasil Grande Potência" como o "Brasil Terceiro Mundo", analisa o legado da modernização conservadora e seus dilemas atuais, preenchendo, penso eu, uma lacuna quanto as obras que tratam o país como um todo, tanto no Brasil, como no exterior.

O conceito de 'Desenvolvimento Sustentável' e os riscos e oportunidades que oferece para o Brasil e a Amazônia vem sendo objeto de reflexão atual sob o ângulo da Geopolítica. Trata-se a meu ver, de uma tentativa de ordenar a desordem global através da regulação do uso do território (UGI, no prelo: Brasiliense, 1993; AGB 1993).

Associado ao LAGET um novo patamar na pesquisa se estabelece. Não se trata mais apenas do envolvimento de graduandos, mestrandos, doutorandos e professores, mas sim da pesquisa interdepartamental e interinstitucional consoante à necessidade de conjugar forças para vencer barreiras entre as disciplinas.

O próprio LAGET nasceu de um convênio com o IBGE. A linha de pesquisa sobre 'Tecnologia e Gestão do Território' e seu projeto inicial foram concebidas em conjunto com Roberto Bartolo Santos Jr. e Domício Proença, então da Área de Política Científica e Tecnológica da COPPE. Um convênio com o Centro de *Recherches et Documentation de l'Amérique Latine* foi firmado para pesquisar polos tecnológicos no Brasil e na França. O projeto vencedor do PADCT agrega pesquisadores do LAGET, das áreas de processamento de dados e de geomorfologia do Departamento de Geografia, do IPPUR e da Fiocruz. Da mesma forma, conexões estão em elaboração para formulações de projetos referentes à Amazônia.

Contribuição ao doutorado em geografia na UFRJ

Ao lado das inúmeras Teses em orientação no Mestrado em Geografia (cinco), acredito dar uma contribuição essencial ao Programa de Pós-Graduação através das linhas de pesquisa que desenvolvo.

Implantei duas novas disciplinas, Geopolítica da Amazônia e Geopolítica do Mundo Contemporâneo. O Doutorado em Geografia foi inaugurado no corrente ano (1993) com um "Seminário de Geopolítica" por mim coordenado para a área humana. E, dos cinco candidatos aceitos para esta área, três são por mim orientados.

Em suma, consolidou-se na área humana, a identidade do Programa com face a política da Geografia.

Novo significado das relações externas

A preocupação em pensar o Brasil e atribuir uso social ao conhecimento adquirido corresponde a um nível de intercâmbio mais profundo e à ampliação da rede de relações pelo diálogo com novos interlocutores.

Intensificou-se a produção científica incluindo livros, artigos em livros e periódicos, comunicações, bem como comentários em periódicos internacionais e editoração. Mas este é apenas um elemento do processo.

No meio geográfico, tenho contribuído para maior conhecimento sobre o Brasil através de diversas estadias no exterior em atendimento a convites. É o caso de quatro meses no MIT/DUSP, como *Visiting Scholar* onde fiz várias conferências; de dois meses na França como pesquisadora convidada da ORSTOM; de uma semana de um curso na Universidade Autônoma do México, de um mês de curso na Universidade de Paris X, Nanterre; do convênio entre o LAGET/CNPq e o CREDAL/CNRS; do convite do Prof. Peter Taylor para elaborar o livro sobre o Brasil para a Cambridge University Press, como parte de uma série de Geografia das grandes regiões do globo; do convite da Comissão organizadora do Congresso Internacional da UGI, em Washington, para participar de uma das seis sessões plenárias do evento, sobre *The Debt Crisis and the New Geography of Money*. Cumpre ainda registrar o reatamento das relações com a AGB após 10 anos de congelamento, e minha eleição a Presidência da Comissão Nacional da UGI.

A participação na organização de reuniões científicas extra-geográficas relacionadas à ECO-92, é um marco nesse contexto, destacando-se a colaboração como membro do Conselho Científico da Rio-92, organizada pela Academia de Ciências/ SBPC/UFRJ, com o grupo de Trabalho Nacional e com o Fórum Global.

Associada à essa nova feição, desenvolve-se um dialogo interdisciplinar mais íntimo, assim como a aproximação com outros segmentos de sociedade interessados no debate sobre a dimensão geopolítica das conjunturas amazônica, nacional e mundial. Trata-se, sobretudo, de: antropólogos (Museu Emílio Goeldi, PA e Museu Nacional, RJ); pesquisadores de diversas origens profissionais envolvidos na análise das relações entre tecnologia e Forças Armadas (COPPE, UNICAMP, ANPOCS); economistas dispostos a incorporar as relações de poder em sua análise (CORECON, CNE); arquitetos e urbanistas interessados na dinâmica territorial (ANPUR; IAB); médicos sanitaristas para quem a organização territorial em sua relação com o ambiente, constitui conhecimento básico (ENSP/FIOCRUZ), além de cientistas políticos, biólogos, etc. A participação no Conselho Diretor do Meio Ambiente da Associação Comercial do Rio de Janeiro e contatos com organizações não governamentais complementaram esse intercâmbio.

Ao mesmo tempo, se estabelece um efetivo diálogo com a Marinha (EGN), e o Exército (ECEME), alterando a natureza de uma relação formal antiga com a EGN na qualidade de conferencista. Mas penso que essa relação já se insere com outra frente de atuação, como será visto a seguir.

Praticando uma nova geopolítica

No bojo da reflexão sobre este memorial percebo que estou iniciando a praticar geopolítica através da consultoria a instituições que detêm poder de decisão. Uma nova geopolítica que expressa o contexto de transição em que vivemos e visa a formulação de um projeto nacional democrático para o Brasil.

Trata-se, sobretudo, de órgãos governamentais relacionados à questão ambiental, à Amazônia e ao Brasil, *cioso* dê definir uma política nesse difícil contexto de desregulação.

Becker, B. K.

É o caso dos “Macrocenários para a Amazônia” (SUDAM), do “Relatório Nacional” (UNCED), do “Zoneamento Ecológico-Econômico” (SAE), da leitura crítica da “Agenda 21” (SEMAM), da seleção de projetos de pesquisa (PADCT/SIAMB), da definição de prioridades de pesquisa na área sociocultural para a Amazônia (MCT/Programa Piloto), da avaliação do Programa Nacional do Meio Ambiente quanto à Amazônia (IBAMA/BIRD) e da reaproximação com o “Ministério das Relações Exteriores” da participação na retomada do planejamento regional (IPEA).

O conjunto desse esforço me conduziu a um novo patamar de atuação: o convite para integrar o *Internacional Advisory Group* que avaliará os projetos do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras, patrocinado pelo G-7 e a comissão da Comunidade Europeia e da Holanda, e coordenado pelo Banco Mundial. Convite que entendo como prestigiador da UFRJ. Desafio cuja ‘enfrentação’ exige a conjugação dos meus conhecimentos sobre Amazônia, o Brasil... e a Geopolítica.

Praticando a nova Geopolítica creio que poderei aprofundar minha atuação nos próximos anos na UFRJ, envolvendo a consolidação do Doutorado em Geografia e do LAGET, bem como a transdisciplinaridade e a consultoria a instituições governamentais. A questão do desenvolvimento sustentável parece ser o elo capaz de esclarecer a (des) ordem contemporânea em escala global, nacional e local, e de oferecer pistas para uma gestão democrática do Território.

Em suma, na oportunidade de avaliação que este memorial oferece, penso que minha contribuição acadêmica e científica até o momento tem um saldo positivo. A abertura de múltiplas frentes, via palmilhada com grandes lutas e grande investimento de trabalho, tempo e emoção, ganhou consistência em torno de um nexo central: a “Geopolítica do Brasil” ao nível doméstico e externo, e o papel específico nela representado pela fronteira. E afirmou-se a validade do sentido que a orientou: pensar e participar da grafia do Brasil, isto é, do seu projeto em constante remodelação.

Síntese do Curriculum Vitae de Bertha Koiffmann Becker

Atuação Profissional

1957/2013 – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.

1999/2013 – Professora Titular Aposentada.

1994/1999 - Professora Titular por Títulos e Provas.

1986/1993 - Professora Titular por Concurso de Livre Docencia.

1976/1985 - Professora Adjunta por Concurso de Títulos.

1965/1975 - Professora Assistente.

1961/1965 - Instrutora de Ensino Superior.

1957/1961 - Auxiliar de Ensino.

Coordenadora do LAGET - Laboratório de Gestão do Território (1987/2013); Disciplinas ministradas no PPGG/IGEO: Teorias do Desenvolvimento Regional, Geografia Política, Geopolítica, Geopolítica da Amazônia, Estado e Produção do Espaço no Brasil, Geopolítica do Mundo Contemporâneo, Amazônia, Significado do Território na (Des) ordem Global, Teorias em Geografia (1976/1999); Membro da Comissão Permanente de

Avaliação da UFRJ – COOPERA (1992); Coordenadora do Convênio FINEP - Pesquisas em Geografia (1989/1990); Diretor Adjunto de Pós-Graduação e Pesquisa (1976/1986); Coordenadora do Convênio FINEP para Pesquisas em Geociências (1980/1984); Membro do Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa (1977/1983); Representante do CCMN no CEPG (1979/1982); Membro para Implantação de Normas na UFRJ (1981); Coordenadora da Comissão de Auxílios e Bolsas (1980/1981); Coordenadora do Projeto Institucional FINEP para o IGEO (1977/1979); CEPG/IGEO - Presidência da Comissão para Reestruturação do Curso de Pós-Graduação em Geologia (1976); Membro da Comissão para Implantação do Núcleo de Planejamento Urbano e Regional (1968).

1974/2013 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil. Consultor Ad-hoc; Membro do Comitê de Avaliação de Projetos PADCT/CIAMB (1992); Representante do CNPQ na Comissão Nacional da UGI (1977/1978); Membro de comissão temporária - Projeto Aripuanã (1975); Membro de comissão temporária – PBDCT (1974).

1978/2013 - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Consultor Ad-hoc; Coordenadora Adjunta da Comissão de Consultores Científicos da Área de Ecologia e Meio Ambiente (1993); Membro do Comitê de Geociências (1978).

1990/2013 - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, FAPERJ, Brasil. Consultor Ad-hoc.

1993/2013 - Membro do Conselho; Membro do Comitê de Coordenação das Ações na Amazônia – *Large Scale Biosphere Atmosphere Experiment In The Amazon* (L.B.A.) (2006/2013); Membro do Comitê de Busca do Novo Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi (2005); Estudo envolvendo Proposta de Política de C&T para a Amazônia (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, SEPED) (2004); Coordenadora do Sub-projeto Dimensões Humanas da Mudança Ambiental Global - *Large Scale Biosphere Atmosphere Experiment In The Amazon* (2999/2004); Membro do Comitê de Busca do Novo Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia INPA (2001); Membro do Grupo de Avaliação dos projetos de PADCT/CIAMB (2004); Membro da CORPAM para Definição das Prioridades de Pesquisa na Amazônia (1993).

1999/2013 - *Large Scale Biosphere Atmosphere Experiment In The Amazon*, LBA, Brasil Experimento de Grande Escala Biosfera - Atmosfera na Amazônia; Membro do Conselho Científico.

2000/2013 - Escola Superior de Guerra. Membro Correspondente.

2000/2013 - Academia Brasileira de Ciências. Consultor Ad-hoc Implantação do Programa “Dimensões Humanas da Mudança Ambiental Global”.

2008/2013 - Agência Nacional de Águas (ANA). Consultor.

Becker, B. K.

1966/1976 - Instituto Rio Branco - Ministério das Relações Exteriores, MRE-IRB, Brasil. Professor Visitante Titular. Disciplina ministrada: Geografia Política.

1969/2000 - União Geográfica Internacional (U.G.I.). Vice-Presidente (1996/2000); Presidente da Comissão Nacional do Brasil (1992/1996); Membro da Comissão *The World Political Map* (1984/1988); Secretária Executiva da Comissão Nacional (1977/1985); Membro da Comissão Regional Systems and Policies (1976/1985); Presidente da Comissão de Temário da Conferência Regional Latina-Americana (1982); Presidente da Comissão Organizadora para a Comissão *Regional Systems and Policies* (1982); Membro da Comissão *Regional Aspects of Development* (1969/1976).

1973/1976 - Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil. Professor Visitante. Disciplina ministrada: Geografia Política e Econômica.

1974/1975 - Instituto de Pesquisas Rodoviárias do Rio de Janeiro. Consultora da Pesquisa Avaliação dos Impactos da Rodovia Belém-Brasília no Desenvolvimento Regional.

1978/1982 - *Conference Of Latin Americanists Geographers*. Membro da Diretoria.

1979/1981 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Financiamento de Estudos e Projetos (FINEP). Consultora para a Área de Geografia.

1980/1982 - *United Nations Centre For Regional Development Nagoia*. Professor Visitante do Programa de Pós-Graduação.

1985 - Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação. Participação de Comissão para o Diagnóstico e Avaliação do Ensino em Geografia.

1987 - *Organisation de Recherche Scientifique Des Territoires D'outre Mer*. Pesquisa e desenvolvimento.

1987/1988 - Financiadora de Estudos e Projetos, FINEP, Brasil Participante em Grupos de Trabalho: Efeitos do acidente do Césio em Goiânia (1988); Priorização de projetos em Carajás (1987).

1989 - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, Brasil. Cooperação SUDAM/PNUD/ BASA.

1989 - *Universidad Autonoma de Mexico*, UAM, México. Professor Visitante do Programa de Pós-Graduação; Seminário sobre a Amazônia. Disciplinas ministrada: Geografia Política.

1989/1993 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Membro Titular da Câmara Técnica de Geociências (1989/1993); Representante do CNPQ na Comissão Nacional de Planejamento e Normas Geográfico-Cartográficas CONPLANGE (1970/1972).

1991 - *Université Paris X Nanterre*, UPX, França. Professor Visitante do Programa de Pós-Graduação. Disciplina ministradas: Uso da Terra no Brasil.

1991/1994 - Associação Comercial do Rio de Janeiro. Membro do Conselho Empresarial para o Meio Ambiente.

1991/1992 - United Nation Educational, Scientific and Cultural. Cooperação UNESCO/ UNAMAZ/UNO/TWU.

1991/1992 - Secretaria do Meio Ambiente. Coordenação de Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Urbano e Desenvolvimento Sustentável para a AGENDA 21 (1992); Membro Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Sustentável preparatório da RIO 92 (UNCED) (1991).

1992 - Academia Brasileira de Ciências/Sociedade Brasileira de Progresso da Ciência. Universidade Federal de Rio Janeiro. Membro do Comitê Científico da RIO 92 (UNCED).

1992 - Secretaria de Assuntos Estratégicos, SAE/PR, Brasil. Consultora para o Zoneamento Ecológico Econômico da Amazônia.

1993 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Cooperação PNMA/IBAMA: Avaliação das Unidades de Conservação da Amazônia; Avaliação dos Órgãos Estaduais do Meio Ambiente (OEMAS) na Amazônia.

1993 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – DF. Consultora para o projeto O novo mapa da economia brasileira: desafios do planejamento regional.

1993/2004 - Programa Piloto Para Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras. Em 1993-1994 e em 2002-2004 (Membro do Programa). Entre 1995-2001 (Vice-Presidente); Participação em Conselhos, Comissões e Consultoria, G7 Banco Mundial Gov Brasil, International Advisory Group I.A.G. (1993/2004)

1994/1999 - Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, MMA, Brasil. Cooperação para o projeto 'Detalhamento da Metodologia para Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico pelos estados da Amazônia Legal' (Convênio LAGET/SAE/MMA/BIRD) (1999); Consultora para o projeto 'Cenários para o Desenvolvimento da Amazônia' (1999); Consultora para as 'Atuações dos Ministérios e Estados para Implementação da PONIAL (1997); Membro do 'Grupo de Trabalho para a Agenda Amazônica 21' (1997); Consultora para Ajuste da Metodologia do ZEE nos estados da Amazônia Legal (1996); Consultora para a 'Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal' (PONIAL) (1995).

1995/1997 - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Presidente da Associação.

Becker, B. K.

1998 - Presidência da República do Brasil. Participação no Relatório Nacional para a UNCED - RIO 92; Consultora do Projeto SIVAN em Dallas – EUA; Texto referente ao tema: Desenvolvimento Regional no Brasil (1991/1992).

1998 - Ministério das Relações Exteriores – DF. Coordenadora da área de Geografia do Encontro Brasil-Portugal comemorativo dos 500 anos do Descobrimento.

2000/2005 - Ministério da Integração Nacional. Consultora para o Plano para o Desenvolvimento Regional Sustentável da BR 163 (2005); Consultora para elaboração do Plano Amazônia Sustentável (2003); Consultora para Políticas de Desenvolvimento Regional (2000).

2000/2005 - *Political Geography Quarterly Elsevier*. Membro de corpo editorial.

2007 - *Loughborough University*, LBORO, Inglaterra. Professor Visitante do Programa de Pós-Graduação. Disciplina ministrada: Geopolítica.

2008/2009 - Secretaria de Assuntos Estratégicos. Consultor.

Premiações e Condecorações recebidas no Período de 1993-2013

2000 - Medalha Carlos Chagas Filho de Mérito Científico, FAPERJ.

2000 - Membro Honorário, Centro Internacional de Desenvolvimento Sustentável/ Fundação Getúlio Vargas.

2001 - *David Livingstone Centenary Medal* para Avanços Científicos no Hemisfério Sul, American Geographical Society.

2002 - Professora Emérita, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

2003 - Homenagem, Centro de Desenvolvimento Sustentável CDS/UnB (Iniciativa dos geógrafos franceses sediados no CDS).

2003 - Homenagem, Departamento de Geografia/UNESP-Rio Claro - SP.

2005 - Doutor Honoris Causa, Université Jean Moulin / Lyon III - França.

2005 - Prêmio Claudia 2005 CIÊNCIAS, Editora Abril.

2006 - Membro Eleito, Academia Brasileira de Ciências ABC-RJ.

2007 - Comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico, Ministério do Estado da Ciência e Tecnologia.

- 2007** - Conferencista Emérita da Escola Superior de Guerra, Escola Superior de Guerra.
- 2008** - Ordem de Rio Branco - Comendador Ministério Relações Exteriores - Brasília, Ministério Relações Exteriores.
- 2008** - Prêmio Jabuti da Área de Ciências Naturais e Ciências da Saúde atribuído ao livro "Dimensões Humanas da Biosfera-Atmosfera".
- 2009** - Homenagem do Ministério do Meio Ambiente no dia internacional da mulher, Ministério do Meio Ambiente.
- 2009** - Homenagem do Programa de Pós-Graduação em Geografia/Dep. de Geografia e Inst de Geociências da UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- 2009** - Prêmio Personalidade do Ano outorgado pelo Banco da Amazônia, BASA - Banco da Amazônia.
- 2011** - Doutor Honoris Causa, Universidade Federal de Roraima.
- 2011** - Homenagem da Associação de Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE), ANPEGE.
- 2012** - Membro da Delegação Brasileira à Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio + 20. Itamaraty - Ministério das Relações Exteriores e Ministério do Meio Ambiente.
- 2012** - Painelista do Diálogo "Florestas" da Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20. Itamaraty - Ministério das Relações Exteriores e Ministério do Meio Ambiente.

Memorial constante dos arquivos do Departamento de Geografia e disponível na biblioteca do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Obtido em 30/07/2013

A Ecologia como parâmetro da Geopolítica – O legado de Bertha Becker no Campo dos Estudos Ambientais na Amazônia

Ecology as a parameter of Geopolitics - The legacy of Bertha Becker in the Field of Environmental Studies at Amazon

Diógenes S. Alvesⁱ

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
São José dos Campos, Brasil

Resumo: Traçamos reflexões sobre o legado de Bertha Becker em nossas parcerias no Instituto de Pesquisas Espaciais na institucionalização de programas sobre a Amazônia. O envolvimento de nosso Instituto se iniciava com questões das ciências naturais ou técnicas, mas frequentemente condicionado por questões políticas e programáticas amplas. Bertha com suas ideias que nos deu referências para pensar nossos programas além de domínios de organização mais estritamente técnicos ao levantar questões sobre diferentes opções para introduzir o elemento humano em nosso campo de pesquisas. Ela colocaria em relevo a natureza política da temática das *dimensões humanas* das mudanças globais, em uma perspectiva que, até hoje, permanece original em nosso campo; ela permitiria dar maior relevância às condições políticas e sociais na própria Amazônia.

Palavras-chave: Bertha Becker, Geopolítica, Amazônia, Ecologia

Abstract: This article presents the legacy of the involvement of Bertha Becker in partnerships with the Instituto de Pesquisas Espaciais which resulted in the institutionalization of programs on the Amazon. The Institute usually is involved in issues from the perspective of the natural sciences but which are often subject to political and programmatic constraints. Bertha's ideas opened our horizons beyond biophysical techniques and stimulated us to think about how to introduce the human dimension into our field of research. Her emphasis on the political side of the *human dimensions* of global change is still novel for us today and permits giving greater relevance to political and social issues in the Amazon.

Keywords: Bertha Becker, Geopolitics, Amazon, Ecology.

A Amazônia e “a Geografia como Ciência Política”

Entender o legado de Bertha Becker não é tarefa simples, pois ele se insere em meio às transformações por que o Brasil passou durante mais de meio século.

Poderíamos, para começar, acompanhar a história da Universidade do Brasil, onde a estudante Bertha se graduou pela Faculdade Nacional de Filosofia, para ser, cinco

ⁱ Instituto de Pesquisas Espaciais. dalves@dpi.inpe.br

décadas mais tarde, professora emérita de um Departamento de Geografia pertencente ao Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Outro ponto de partida poderia ser o protagonismo de Bertha em uma época em que a consolidação de nossa academia se confundiria com as próprias fundações do Brasil de hoje, quando a institucionalização da universidade e do campo científico e tecnológico se defrontaria com os problemas dos números modestos de professores e instalações, de oferecer respostas para o desenvolvimento econômico e social e da ordenação do território, das rupturas políticas e institucionais, da recorrência desses problemas em cada nova fronteira aberta. Poderíamos, igualmente, tomar como fio condutor o próprio tema da fronteira, tão expressivo em um país em construção e em transformação, e que foi tão caro a Bertha (Becker, 1990; 1993).

As referências que Bertha nos legou são várias, mas o que conheço delas é pouco, é limitado apenas ao mais recente. Estas reflexões se inspiram nas contribuições que ela passou a nos oferecer quando, a partir do fim da década de 1980, nosso Instituto e seu Ministério buscavam caminhos para institucionalizar alguns programas sobre a Amazônia¹ e começamos a ter mais contatos com ela. Esse processo de institucionalização ainda está em curso e nossos estudos e projetos raramente puderam contar com reflexões críticas aptas tanto para sua concepção como para sua avaliação. Nossas reflexões sobre a contribuição de Bertha poderiam começar por aí, pelas ideias que nos ofereceu e que nos deram referências para pensar nossos programas além de domínios de organização mais estritamente técnicos, que tínhamos mais inclinação para tratar.

Em um primeiro momento, é possível que esperássemos que uma geógrafa nos ofereceria alguns fundamentos disciplinares, quem sabe quase técnicos, para nossos estudos na Amazônia. Sabíamos que a disciplina tinha o privilégio de uma história de congregação de especialidades físicas e humanas diferentes e esperávamos que suas referências espaciais deveriam ser as mesmas de nossos problemas mais “físicos” do clima, da ecologia, e mesmo da observação do desmatamento. As contribuições de Bertha, neste caso, poderiam estar relacionadas à nossa predisposição para absorver e interpretar referências no contexto espacial, inerentes aos estudos que desenvolvemos; também parece possível que, de alguma forma, acreditássemos que todos fôssemos geógrafos seguindo alguma forma de intuição.

Há, entretanto, dois aspectos de sua contribuição de que não teríamos podido suspeitar de alguma forma espontânea ou intuitiva e que quero postular entre seus legados mais valiosos para nós: o entendimento da *“grafia da Terra não como descrição, mas design, desenho e projeto; não em uma condição estática, mas sim em contínua remodelação; não apenas a ser descoberto, mas sim também, a ser socialmente construído”* e *“a opção pela Geografia não apenas com ciência da natureza ou ciência social, mas sim como ciência política”* (Becker, 1993; grifos meus). Esses aspectos se mostravam, na concepção de Bertha, inseparavelmente imbricados: falar de um projeto de construção do Brasil e refletir sobre o país em *“contínua remodelação [...] a ser socialmente construído”* significava colocar em evidência as dimensões políticas desse projeto; não menos importante, esses princípios também pressupunham uma opção política por *“crescer por uma via de integração socialmente justa, capaz de respeitar a diferença”* (Becker, 1993). Essas ideias extrapolavam em muito a ênfase nos aspectos mais técnicos e naturalistas de nossos programas, e, ao mesmo tempo, ofereciam referências valiosas sobre

como situá-los diante das diferenças e disparidades que encontraríamos trabalhando na Amazônia.

Minhas melhores oportunidades de colaboração com Bertha ocorreram no período entre 2000 e 2007, no contexto de programas científicos internacionais das dimensões físicas, químicas e ecológicas das mudanças ambientais globais (e.g. Becker *et al.*, 2007). Nessas ocasiões, comecei a perceber que sua concepção de geografia poderia servir para ampliar a temática de nossos programas. Ela poderia permitir, em particular, entender melhor a natureza interdisciplinar de nossos estudos ao levantar questões sobre diferentes opções para introduzir o elemento humano em nosso campo de pesquisas; ela colocaria em relevo a natureza política da temática das *dimensões humanas* das mudanças globais, em uma perspectiva que, até hoje, permanece original em nosso campo; ela permitiria dar maior relevância às condições políticas e sociais na própria Amazônia, ao postular a necessidade de “respeitar a diferença”.

O Preço dos Modelos é a Eterna Vigilância

Muito além de nos apresentar conceitos de sua disciplina, de que tentaríamos legitimamente nos apropriar para explorar as dimensões geográficas de nossos problemas ou para integrar a Geografia às nossas abordagens sistêmicas, Bertha Becker nos expunha constante e deliberadamente a seu método de olhar para a transformação do espaço geográfico a partir de sua concepção política para sua ciência.

Terminei por acreditar que era a partir desse posicionamento que ela participava de nossas infundáveis discussões programáticas sobre o papel da ciência diante dos desafios colocados pela Amazônia, em que nossa ênfase metodológica e programática estaria na abordagem sistêmica. Bertha declarava que “*o preço do uso de modelos é a eterna vigilância*”, apontando para um desafio metodológico duplo: de um lado, os modelos podem ser usados considerando-se que “*são sistemas simplificados correndo o risco de se distanciarem da realidade*”; de outro, era necessário saber reconhecer como desafio fundamental o de “*compatibilizar a expansão econômica com os princípios da sustentabilidade social e ambiental*” (Becker, 2001; grifos meus). Esse alerta não era uma crítica concebida na perspectiva de um jogo de soma zero, ele não procurava demonstrar que modelos eram desnecessários ou que as simplificações de nossa abordagem sistêmica eram inaceitáveis. O que estava em questionamento não era a verossimilhança das “previsões”, mas sim as opções pelos objetos e objetivos do projeto nacional e de deliberação.

Aos poucos, fui formando uma percepção de que as contribuições e a dedicação que Bertha nos oferecia eram oferecidas incondicionalmente, porém, eram irredutivelmente engajadas. Seus engajamentos disciplinares partiam de sua concepção política da Geografia; seus engajamentos diante de nossa problemática ambiental eram orientados pela valorização das dimensões políticas “[d]os princípios da sustentabilidade social e ambiental” e pela proposta de tomar a “*Ecologia como parâmetro geopolítico*” (Becker, 1996; grifo meu).

O Resgate da Geopolítica Diante das Questões Ambientais

Insistir nas dimensões políticas da Geografia, para Bertha Becker, significava conceber uma Geografia Política que, de um lado, permitisse “compreender ... a posição

do Brasil no mundo”, e, de outro, promovesse “o resgate da Geopolítica”, para melhor entender a “instrumentação do território pelo Estado [para] rápida e conservadora modernização” e a “dimensão territorial do desenvolvimentismo” (Becker, 1993).

Há pelo menos três traços dessa concepção que ficariam cada vez mais evidentes ao longo de nossas interações: sua preocupação com o caráter e “a estrutura transiciona[is] do Estado brasileiro”; o papel das inovações tecnológicas no bojo do próprio projeto de modernização conservadora; e, na Amazônia, o surgimento de novos atores no jogo político historicamente disputado entre o Estado central e as elites regionais (Becker, 1996). Durante nossas discussões e troca de ideias, comecei a entender como esses pressupostos influenciariam sua concepção da “Ecologia como parâmetro geopolítico”, e daí, seus engajamentos diante de nossa problemática ambiental.

Sua proposta de promover *o resgate da Geopolítica* apontava, antes de mais nada, para o problema de entender quais os atores e quais seus papéis tanto diante das opções de projeto nacional quanto de disputa de poder. Sua concepção da *Ecologia como parâmetro geopolítico* colocava a problemática ambiental como nova força mobilizadora no campo da Geopolítica, que incorporaria novos atores e novas forças ao jogo político tradicional, realinharia forças, mas não diminuiria a relevância do problema do projeto nacional e de suas dimensões políticas.

Ajudar-nos a perceber a necessidade de valorizar as dimensões políticas da temática ambiental pode ter sido um dos maiores legados de Bertha Becker para nosso campo. De forma mais imediata, esse legado nos leva a reconhecer que precisamos procurar continuamente por abordagens válidas para tratar das dimensões políticas de nossos projetos, parcerias, das formas de institucionalização de nossas pesquisas e dos nossos modelos de interação ciência-sociedade. Em contexto mais amplo, acredito que ele nos coloca diante de desafios interdisciplinares que permanecem e permanecerão atuais por transcenderem as dimensões institucionais e técnicas que já conhecemos e colocarem as questões ambientais em uma perspectiva de “*contínua remodelação*”.

De fato, da mesma forma que sua proposta de resgatar a Geopolítica implicava ampliar o entendimento do que constitui a Geografia, considerar as dimensões políticas da temática ambiental continua a oferecer um ponto de partida importante, tanto para tratar de problemas de institucionalização no campo científico-tecnológico, como para refletir sobre o que pode, finalmente, representar a ciência – e suas diferentes possibilidades de articulação interdisciplinares – diante das questões do desenvolvimento e sua relação com as questões ambientais.

As reflexões apresentadas são limitadas por uma colaboração efêmera, que não me permitira falar de uma parte significativa do muito que Bertha Becker nos deixou. Assim, é fora de um domínio estritamente temático ou disciplinar que quero concluir, postulando que todos os que trabalhamos com Bertha compartilharemos sempre a lembrança de sua personalidade viva, que nos motivava a refletir continuamente sobre nossos problemas sob novos e inusitados ângulos. Provavelmente, essa lembrança é nosso grande legado comum. Certamente, é o que nos motivará a persistir nas reflexões sobre a importância de seu trabalho.

Referências Bibliográficas

BECKER, B.K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990.

BECKER, B.K. *Memorial acompanhando o requerimento de inscrição em Concurso para provimento do cargo de Professor Titular no Departamento de Geografia* (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências), 1993.

BECKER, B.K. Significado geopolítico da Amazônia. Elementos para uma estratégia. In: PAVAN, C. (org.). *Uma estratégia latino-americana para a Amazônia*. São Paulo: Memorial/Editora da UNESP, 1996, p. 187-203.

BECKER, B.K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? *Parcerias Estratégicas*, 12, p.135-159, 2001.

BECKER, B.; ALVES, D.; COSTA, W. (orgs.) *Dimensões humanas da biosfera-atmosfera da Amazônia*. São Paulo: EDUSP, 2007.

Recebido em: 27/11/2013 Aceito em: 6/12/2013

¹ Esses programas eram representados principalmente pelo Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), pelo Subprograma de Ciência e Tecnologia do Programa-Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (SPC&T/PPG7), pelo *Large-Scale Biosphere-Atmosphere Experimento in Amazonia* (LBA), e pelo projeto de levantamento de áreas desflorestadas do INPE (PRODES). O envolvimento de nosso Instituto se iniciava com questões das ciências naturais ou técnicas, mas era frequentemente condicionado por questões políticas e programáticas amplas, que incluíam o tema chamado de dimensões humanas das mudanças ambientais nos grandes programas internacionais de pesquisa ambiental, as questões sociais e políticas da ordenação do território, as disparidades inter-regionais que se estendem ao campo científico e tecnológico, e as contingências políticas relacionadas ao acordo internacional do PPG7, ao desmatamento na Amazônia, e à institucionalização da questão ambiental no Brasil. Bertha Becker ofereceu-nos, de forma engajada, contribuições em todos esses domínios.

Uma Floresta Urbanizada? Legado e Desdobramentos de uma Teoria sobre o Significado da Cidade e do Urbano na Amazônia¹

An Urbanized Forest? Heritage and Continuities of a Theory about the Meaning of the City and of the Urban in the Amazonian Region

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júniorⁱ

Universidade Federal do Pará

Belém, Brasil

Resumo: A análise apresentada no presente artigo é inspirada nas reflexões teóricas elaboradas pela geógrafa brasileira Bertha Becker, notadamente em legado conceitual que associa diretamente a Amazônia a uma “fronteira econômica e tecnocológica” no contexto territorial brasileiro. Tendo em vista esse pressuposto, leva-se em conta a ideia de “fronteira urbana”, também proposta pela mesma autora, como um processo capaz de explicar, em grande medida, a atual dinâmica regional, assim como uma noção em potencial para compreender a Amazônia na sua diversidade e complexidade socioespacial.

Palavras-chave: Amazônia; Floresta Urbanizada; Urbanização; Fronteira Urbana; Bertha Becker.

Abstract: The discussion presented in this paper is inspired in theoretical reflections elaborated by the Brazilian geographer Bertha Becker, especially when theorizing Amazonian space in terms of the “economic and techno-ecological frontier” in Brazil. Based on this premise, the concept of “urban frontier” is shown to be quite useful for understanding regional dynamics in the Amazon today as well as socio-spatial diversity and complexity.

Keywords: Amazon; Urbanized Forest; Urbanization; Urban Frontier; Bertha Becker.

Introdução

De forma bastante recorrente, ao longo de suas obras, a geógrafa Bertha Becker falava da importância da cidade e do urbano para se compreender os novos conteúdos socioespaciais responsáveis por definir, em grande parte, a lógica territorial recente do espaço amazônico, chegando mesmo a se referir a essa região como sendo uma “floresta urbanizada” (BECKER, 1995). Mas, qual o sentido e a extensão dessa expressão?

A presente discussão busca retomar o entendimento dessa autora sobre a região, atentando para a noção de Amazônia proposta pela mesma, assim como para o papel

ⁱ Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará (UFPA). stclair@ufpa.br

que o fenômeno urbano assumiu no contexto de formação da fronteira econômica e tecnoecológica, conforme passou a denominar nas suas obras o extenso território amazônico.

Caracterizada por ser uma unidade regional não homogênea e por apresentar diversos processos de expansão, notadamente econômicos e sociais, mas com fortes implicações políticas e culturais, a Amazônia ficou conhecida como uma fronteira marcada por diferentes “fronts”, incluindo-se aquilo que Becker (1990b) identificou como uma fronteira urbana.

Essa é uma discussão que ganhou destaque dentre as suas proposições, tal a importância assumida pelas cidades e pelo fenômeno urbano na caracterização atual da região. É com base nesse pressuposto que buscaremos aqui compreender o sentido do urbano na fronteira de expansão do capital, conforme sugeriu Becker, assim como demonstrar o potencial desse legado teórico tendo em vista possíveis desdobramentos do empreendimento intelectual iniciado pela referida autora.

A Amazônia como Fronteira

Ainda que os números da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontem aproximadamente 70% da população da região Norte vivendo nas cidades e vilas, há necessidade de entender o processo de urbanização da região para além desses números, aqui identificados simplesmente como urbanização da população.

Essa necessidade parece se impor sob pena de reduzirmos a concepção de urbanização à sua natureza estritamente demográfica, populacional, portanto, e anular a riqueza das noções de urbanização como processo socioespacial. Alguns autores, preocupados em desmistificar aqueles números por considerá-los exagerados, argumentaram sobre a existência de uma urbanização estatisticamente descriteriosa, propondo, por um lado, não só um patamar populacional de 20.000 habitantes para diferenciar aglomerados urbanos e rurais na região, como também, por outro, estabelecendo a crítica à teoria da fronteira urbana, a exemplo do que fez Hurtienne (2001).

Diferentemente da noção de urbanização da população, a “floresta urbanizada” de que falava Becker não se apoia em simples dados estatísticos, ainda que não desprezasse o crescimento do número de cidades e da população urbana na região, mas sim na ideia de fronteira, noção bastante recorrente no domínio das ciências da sociedade.

Um dos entendimentos a respeito dessa teoria é exposto por Martins (1996) que, em uma perspectiva de natureza mais sociocultural, relaciona a noção de conflito social, identificando-a como um espaço por excelência da alteridade:

À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si... Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e do desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História (...). A fronteira só

deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o outro se torna a parte antagonica do nós. Quando a História passa a ser a nossa História, a História da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos porque somos antropofagicamente nós e o outro que devoramos e nos devorou (MARTINS, 1996, p.27).

Ainda que a ideia de conflito também esteja presente em Becker (1990a), as reflexões dessa autora enfatizam a dimensão econômica e geopolítica que a fronteira assume, articulando a configuração social e territorial dos processos às diferentes formas de poder e de controle político do espaço por parte dos agentes que aí se encontram e se desencontram, com especial ênfase ao papel do Estado (BECKER, 1990a; BECKER, 2004).

Segundo a interpretação inicial, que marca sua produção científica nas décadas de 1970, 1980 e início da década de 1990, a Amazônia tornou-se uma verdadeira fronteira econômica de ação do capital e de controle do Estado no processo de estruturação do território. Nesse sentido compreende que:

fronteira ... não é sinônimo de terras devolutas, cuja apropriação econômica é franqueada a pioneiros ou camponeses. É um espaço também social e político, que pode ser definido como um espaço não plenamente estruturado, potencialmente gerador de realidades novas (...) É, pois, para a nação, símbolo e fato político de primeira grandeza, como espaço de projeção para o futuro, potencialmente alternativo. Para o capital, a fronteira tem valor como espaço onde é possível implantar rapidamente novas estruturas e como reserva mundial de energia (BECKER, 1990a, p.11).

Trata-se, assim, de um espaço em estruturação em direção ao qual se expandem e tendem a se consolidar as relações capitalistas de produção, alterando-se, sobremaneira, a organização socioespacial anterior. Traz também implícita a ideia de ocupação de novas terras e de uma nova direção do processo de colonização e de incorporação de espaços à economia de mercado. É por essa razão que passou a falar da existência de diversas frentes compondo a fronteira econômica: a madeireira, a agrícola, a industrial, a energética, a urbana, dentre outras. A Amazônia, assim considerada, era tida como região de novas possibilidades, seja por parte do capital, na exploração dos recursos, seja pelo Estado, na forma de controle político, seja por parte, ainda, da força de trabalho, que definia novas formas de apropriação territorial e de sobrevivência no interior do espaço em estruturação² (BECKER, 1990a).

Distingue-se, portanto, de um “espaço vazio”, por se tratar de um tipo de movimento pioneiro de ocupação de um território já ocupado; movimento marcado por avanços de processos de reprodução capitalista em nova fase, que passaram a se dar notadamente a partir da segunda metade do século XX, inicialmente de forma descontínua e em extensões reduzidas, sob diferentes formas de exploração capitalista (BECKER, 1990a).

Esse processo de reprodução capitalista, ainda para a mesma autora (BECKER, 1990a) efetivou-se por meio de estratégias diversas, destacadamente pela implantação de redes

de integração espacial (rede rodoviária, de telecomunicações, de cidades, de usinas hidrelétricas etc.), pela superposição de territórios federais sobre os estaduais (subtração de territórios estaduais que ficaram sob controle do governo federal) e por subsídios ao fluxo de capital e indução de fluxos migratórios (mecanismos fiscais e creditícios; indução à migração visando ao povoamento e à formação da mão de obra).

Em obras mais recentes (BECKER, 1997; BECKER, 2001; BECKER, 2004), essa estudiosa do espaço amazônico buscou acrescentar àquela concepção as novas diretrizes atribuídas às políticas territoriais pautadas no modelo de desenvolvimento sustentável. O novo ordenamento territorial da região, assegurando uma vertente tecnocológica de desenvolvimento e superando a ideia de Amazônia como simples fronteira de recursos, incorporou também uma malha socioambiental, caracterizada, entre outras coisas, pela presença de Unidades de Conservação (UCs), de Reservas Extrativistas (RESEXs) e por uma política ambiental, com instrumentos que sugerem maior controle na exploração dos recursos.

É nesse sentido que, para Becker (2004), a grande fronteira assumiu não apenas um novo significado, como também uma nova escala. Aponta a transição para o novo padrão de inserção do Brasil no sistema mundial, que inclui, além do vetor técnico-industrial, responsável pela estruturação do espaço regional enquanto “economia de fronteira”, o vetor tecnocológico, que leva em conta o avanço tecnológico e o conhecimento da biodiversidade e dos recursos de maneira geral para a exploração e preservação dos atributos ecológicos do espaço.

A nova forma de considerar a região está presente em discursos de diferentes atores: populações tradicionais, movimentos ambientalistas, grandes empresas. Evidentemente que os interesses e as estratégias revelam retóricas diferenciadas, de acordo com cada um desses atores, a saber: a) o discurso ecologista, mais associado aos movimentos ambientalistas de conservação, b) a geopolítica ecológica, associada principalmente aos empreendimentos que têm o interesse de preservar recursos naturais para uma exploração futura, c) os projetos alternativos de desenvolvimento, mais ligados às demandas de pequenos produtores e de populações tradicionais (BECKER, 1997).

A concepção de fronteira, muito difundida e adotada, ainda assim recebeu críticas pela forma como buscou interpretar a Amazônia, a exemplo daquelas pontuadas por Nogueira (2001), que destacou elementos como: a) a vulgarização e a generalização do termo, que dificulta a compreensão da região e de sua articulação com o território nacional; b) o fato de ser uma noção construída de fora, e que não permite a leitura do espaço pelos atores sociais internos; c) a visão etnocêntrica, que traz embutida a ideia de uma centralidade exterior à região, por meio da qual a fronteira é assumida como periferia; d) o sentido pejorativo dado, em regra geral, por quem está no centro e que acaba sendo transmitido à sua população. Por outro lado, a adjetivação econômica também atribuída à noção de fronteira em um primeiro momento, parecia dar destaque a uma das dimensões da dinâmica regional.

Não se trata, entretanto, em hipótese alguma, de uma noção de pouco potencial explicativo. Além da econômica, as outras dimensões nela se fazem presentes e lançam em seu conjunto luzes para a compreensão de processos que se expressam dentro e fora da escala regional, notadamente aqueles decorrentes da expansão do modo de produção capitalista, como: a) as formas de apropriação e de configuração

do espaço pelo capital, b) o impacto do modo de produção capitalista e suas formas recentes de reprodução nas organizações socioespaciais anteriores, c) as implicações do desenvolvimento desigual e combinado no interior do território nacional, d) o controle geopolítico por parte do Estado, e) a alteridade, os embates e os conflitos sociais intensos.

É dessa forma que a noção de fronteira fornece pistas na obra de Becker, tendo em vista a interpretação do papel das cidades na região, e que desembocou na formulação da noção de fronteira urbana, associada ao de fronteira econômica e tecnocológica.

A Fronteira Urbana como uma das Expressões da Fronteira do Capital

Para Becker (1990a), a expansão da fronteira econômica, que se deu inicialmente, passou a ocorrer em um contexto urbano. O fluxo migratório não possuía um destino predominantemente rural. O urbano, como conteúdo socioespacial, tornou-se uma estratégia de ocupação do território sob uma nova lógica de reprodução econômica e social, resultando em uma complexa e dinâmica organização espacial.

O intenso processo de urbanização a partir da segunda metade do século XX foi destacado pela autora considerando também a intensa mobilidade da força de trabalho, ambos explicados pela expropriação e dificuldade de acesso à terra, mas também pela migração, tida como condição de povoamento e de formação da força de trabalho para as novas relações que se desenhavam em nível regional (BECKER, 1990a).

A precariedade dessa mesma força de trabalho – temporária, móvel e polivalente/versátil – também mereceu sua atenção, justificando uma forma de exploração que não pressupunha necessariamente a proletarianização automática, a exemplo de outros processos clássicos em que a expropriação e a expulsão do campo levavam linearmente à definição de um proletariado urbano vinculado às atividades das cidades (BECKER, 1990a).

Assim, o sentido do urbano na fronteira é bem definido por Becker (1990b) e não se limitava à simples urbanização da população, que a autora também constatou por meio do crescimento populacional de vilas e cidades da região e pela expansão e proliferação de aglomerados urbanos, principalmente por meio de estudos inicialmente referenciados na porção oriental e meridional da Amazônia. Para além disso, o urbano em Becker apresentava-se como base logística para a mão de obra móvel e polivalente e para as políticas urbanas, sobretudo definidas no nível federal, e que estabeleciam condições para a circulação intrarregional e para a ressocialização do migrante no espaço de destino.

Dessa forma, a mobilidade da força de trabalho passou a ser elemento explicativo para o sentido da fronteira urbana – um espaço de crescimento populacional urbano, de expressiva expansão de dimensões físicas das cidades, de proliferação de novos núcleos urbanos, mas igualmente da expansão de valores urbanos e de formas novas e renovadas de reprodução do capital e de controle social (Quadro 1) – e da própria condição de existência da fronteira de recursos e tecnocológica.

Quadro 1 – Papel dos núcleos urbanos na fronteira

PAPEL	EXPRESSÕES
Atração de fluxos migratórios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Zona Franca de Manaus: incentivos fiscais; ▪ “urbanismo rural” do Estado: agrovilas, agrópolis, rurópolis; ▪ Polamazônia: desenvolvimento urbano de polos selecionados; ▪ criação de núcleos planejados e investimentos em infraestrutura urbana.
Base de organização do mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> ▪ pontos de concentração e redistribuição da força de trabalho; ▪ residência e mercado de trabalho alternativo; ▪ espaço de concentração de comércio e serviços.
Lócus da ação política e ideológica com vistas ao controle social	<ul style="list-style-type: none"> ▪ sede do poder político e de outros aparelhos ideológicos; ▪ local de preparação da população para seu papel na sociedade (incorporação de valores necessários à reprodução social); ▪ lugar de ressocialização do migrante; ▪ espaço regulador das tensões advindas do campo.

Fonte: Becker (1990a). Organização: Saint-Clair Trindade Jr.

Para o capital, o espaço urbano significou uma base referencial por meio da qual se recrutava, distribuía-se e estabelecia-se um uso mais racional da mão de obra, minimizando também o tempo, dada a sua versatilidade e polivalência, de formação do trabalhador e elevando as necessidades de consumo. Se essas vantagens favoreciam o processo de reprodução capitalista em curso, para os trabalhadores sugeria: maior instabilidade e exploração, dificuldades de organização sindical e política e uma estratégia de sobrevivência da própria família camponesa (BECKER, 1990a).

Embora a urbanização hoje não seja a mesma daquela que se apresentou nos primeiros momentos de definição desse processo, ela não deixou de ser importante no momento em que a fronteira tecnocológica ganha expressão. Para Becker (2004), hoje as cidades: a) representam cerca de doze milhões de consumidores; b) são sedes de instituições políticas públicas e privadas; c) oferecem alternativa de emprego e renda, barrando a migração para a floresta; d) são base em potencial para beneficiamento local de produtos da floresta; e) são centros de distribuição de serviços para as populações das UCs e Terras indígenas; f) são, em potencial, centros dos assentamentos da reforma agrária nas áreas a serem recuperadas; g) possuem papel logístico na conexão de diferentes modais de transporte e redes de comunicação; h) assumem a condição de *relays* da unidade regional.

O entendimento desse processo de urbanização e do papel das cidades para pensar a Amazônia não pressupunha, todavia, a compreensão de uma Amazônia homogênea e de um processo generalizado e sem diferenciação do fenômeno urbano. Isso pode ser constatado quando reconhece pelo menos três grandes manifestações e adensamentos desse processo, a saber: áreas de urbanização elevada e com dife-

renciação interna (Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e Pará); áreas com urbanização elevada e pequena diferenciação interna (Acre e Amapá); áreas de baixa urbanização, com diferenciação interna (Maranhão, Amazonas e parte do Pará) (BECKER, 2001; BECKER, 2004).

Essa diferenciação da urbanização revelava, igualmente, um movimento de regionalização interna apresentado com o reconhecimento de várias “amazônias” dentro de um mesmo espaço regional (BECKER, 1990d). Inicialmente, foi proposta a existência de duas sub-regiões – a Amazônia oriental e a Amazônia meridional –, subentendendo-se a existência de uma terceira (a Amazônia ocidental), mas que, em um primeiro momento, não fora caracterizada explicitamente.

Somente nas obras da década de 2000 (BECKER, 2001; BECKER, 2004) a autora passou a regionalizar o espaço amazônico de forma mais complexa, reconhecendo três macro unidades sub-regionais, com várias subdivisões: a) a macrorregião de povoamento consolidado, subdividida em arco da embocadura, os núcleos de modernização do Leste e Sudeste do Pará, o corredor do Araguaia-Tocantins, as áreas intensivas em tecnologia agroindustrial e as áreas de agropecuária tradicional e de sistemas agrofloretais; b) a Amazônia central, subdividida em fronteira de preservação, vale do Amazonas, zona de produção familiar da Transamazônica e frentes de expansão (cunha do Tapajós ou Cuiabá-Santarém, Terra do Meio e Corredor do Madeira); e c) Amazônia ocidental, subdividida em fronteira de integração continental, alto Rio Negro, várzeas do Solimões, zona de Florestania, Manaus e seu entorno (Quadro 2).

A expressão dessa diferenciação interna já podia ser igualmente constatada nos diversos perfis de cidades e de conteúdos urbanos apresentados desde o fim da década de 1980 e início da década de 1990, conforme se verifica na tipologia dos padrões de urbanização (BECKER, 1990c). Esses padrões, com suas respectivas sub-regiões de maior ocorrência (Quadro 3), já anunciavam, na percepção da autora, uma Amazônia nada homogênea e bastante diversa do ponto de vista do fenômeno urbano.

O aprofundamento desses padrões de urbanização não se deu de forma igual na obra da autora. Em verdade, ela dedicou a maior parte de sua atenção às novas cidades e aos impactos das frentes de modernização do território nas cidades da Amazônia oriental e meridional, mas, sem dúvida, inspirou vários trabalhos sobre a cidade e o urbano em toda a região.

Quadro 2 – Macrorregiões da Amazônia segundo a configuração da fronteira tecnoecológica

MACRORREGIÕES	PARTICULARIDADES
Macrorregião de povoamento consolidado (Amazônia Oriental)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ arco de povoamento consolidado que se estende do sul ao leste da hileia sem mais o perfil de fronteira econômica e com grande acessibilidade por meio de redes técnicas; ▪ abarca grandes extensões de cerrado do Mato Grosso, Tocantins, Maranhão e áreas desmatadas do sudeste do Pará, de Rondônia e sul do Acre; ▪ forte comando da urbanização, à exceção de áreas de forte presença da pequena produção do Pará e Maranhão; ▪ mais altas taxas de renda per capita e IDH da região; ▪ coincide com o “Arco do Fogo” ou “do Desmatamento” ou das “Terras Degradadas”; ▪ representa o cerne da economia regional, integrado ao tecido produtivo nacional e onde a produção predomina sobre a conservação.
Amazônia Central	<ul style="list-style-type: none"> ▪ estende-se do norte do Pará à rodovia Porto Velho-Manaus-Venezuela; ▪ área a ser cortada pelo maior número de Eixos Nacionais de Desenvolvimento (ENIDs); ▪ sujeita à expansão da agricultura capitalizada, como no caso da soja (Santarém, vale do Madeira, rio Juma etc); ▪ possui grande vulnerabilidade, com presença de grande proporção de terras indígenas e unidades de conservação; ▪ passível de políticas conservacionistas e de zoneamento para compensação de impactos e de demarcação de espaços de usos diferenciados, mas também de estímulo à produção de mercado e de dotação de equipamentos urbanos e vicinais.
Amazônia Ocidental	<ul style="list-style-type: none"> ▪ corresponde aos Estados do Amazonas, Roraima e maior parte do Acre, com baixos índices de renda per capita e de desenvolvimento humano; ▪ fortemente marcada pelo ritmo da natureza e pela presença de recursos naturais relativamente ainda pouco explorados, sugerindo potencialidade para políticas de desenvolvimento sustentável; ▪ concentração econômica em Manaus, produção de Urucu e expansão de frentes de grandes produtores de soja no sul do Amazonas e de pecuaristas em direção a Boca do Acre. ▪ peso do narcotráfico e de agentes externos de um lado, e de índios, caboclos e militares de outro; ▪ vulnerabilidade das fronteiras e relativa ausência de Unidades de Conservação e de terras indígenas na sua parte central; ▪ passível de políticas de ordenamento territorial baseadas na circulação fluvial modernizada, no oferecimento de produtos para o mercado pautados na biotecnologia e na certificação ambiental (pesca, madeira, óleos e essências) e no fortalecimento da defesa das fronteiras visando à expansão orientada e à vigilância.

Fonte: Becker (2004). Organização: Saint-Clair Trindade Jr.

Quadro 3 – A fronteira urbana e os padrões de urbanização na Amazônia

TIPOS	AGENTES	CARACTERÍSTICAS	SUB-REGIÃO
Urbanização espontânea	grupos e agentes econômicos individuais, migrantes.	acompanha as frentes econômicas, mobilizando uma grande quantidade de mão de obra móvel e polivalente, responsável pelo surgimento e/ou crescimento de núcleos urbanos.	Amazônia oriental e meridional.
Urbanização dirigida pela colonização oficial	colonos, funcionários, comerciantes, extrativistas, nativos, burocratas, fazendeiros, migrantes diversos.	modelo de urbanismo rural do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que articula um sistema de núcleos urbanos configurados em localidades centrais hierarquizadas, por meio de novas estruturas urbanas e aproveitando a estrutura urbana pré-existente para a configuração de um sistema de cidades.	Amazônia oriental.
Urbanização dirigida pela colonização particular	colonos, funcionários, comerciantes, investidores.	comandada por relações econômicas baseadas em trabalho familiar e cuja configuração territorial assemelha-se ao urbanismo rural do INCRA.	Amazônia meridional.
Urbanização dos grandes projetos	empresa, Estado, pessoal técnico permanente, trabalhadores temporários, trabalhadores terceirizados, população local e migrantes.	ligada a projetos de grande escala, cuja dependência de uma base urbana para a sua instalação e funcionamento configura a logística de cidades-empresa, definidas como verdadeiros enclaves urbanos na rede de cidades da Amazônia.	Amazônia oriental.
Urbanização tradicional	oligarquia local, população local.	relacionada à pouca repercussão da expansão das frentes econômicas, tratam-se de cidades que apresentam uma configuração com pouca alteração do padrão tradicional à beira do rio e com forte ligação a um centro regional que não prescinde do padrão dentrítico.	Amazônia ocidental e central.

Fonte: Becker (1990c). Organização: Saint-Clair Trindade Jr.

Legado e Desdobramentos de uma Teoria Urbana sobre a Amazônia

O legado de Becker é aqui considerado não apenas no sentido de identificar diversas formas de cidades e de múltiplos tipos de urbanização na Amazônia, mas também por formas complexas de espaços que indicam a hibridização de relações definidas por contatos e resistências em face de movimentos de diferentes naturezas que chegam à região. É a teoria da fronteira urbana que nos sugere hoje pensar também nessa Amazônia complexa e diversa.

De início, cabe-nos reconhecer, inspirados na regionalização de Becker (2001), pelo menos três metrópoles regionais, a saber: Belém, Manaus e São Luís. Essas metrópoles podem ser facilmente identificadas levando-se em conta a regionalização proposta por Becker a respeito das macrorregiões (Quadro 4).

O interessante, ao propor essa diferenciação das metrópoles, é o fato de associá-las à diferenciação interna da Amazônia que se fez perceber desde a década de 1980. Cada macrorregião foi configurada em relação a um centro urbano de maior peso na rede urbana regional, tornando-se essas metrópoles regionais não apenas resultados dos processos que aconteceram em seu entorno e em suas áreas de influência, mas, igualmente, condições e meios para a existência e permanência das unidades sub-regionais.

Ainda que o fenômeno metropolitano confira similaridades entre elas, chama a atenção a diversidade de formação e sua estrutura, além da maneira como interagem com o entorno; fato este que lhes confere particularidades, ainda que situadas dentro de uma grande região.

O espaço metropolitano de São Luís se mostra ainda em formação e dinamizado por processos recentes, que marcam o dinamismo atual da Amazônia oriental, com destaque para o entorno da Estrada de Ferro de Carajás. Com sete municípios oficialmente reconhecidos na região metropolitana (São Luís, Alcântara, Paço do Lumiar, Raposa, São José de Ribamar, Bacabeiras e Rosário), apresenta uma metropolização menos consolidada, marcada por relativa continuidade do tecido urbano, bem diferente do que se verifica em Belém – também com sete municípios (Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Isabel do Pará e Castanhal) inclusos na Região Metropolitana de Belém (RMB) –, mas que já se mostra bem mais estruturada.

Além da conurbação entre os quatro primeiros municípios anteriormente identificados, esse aglomerado metropolitano mais antigo do espaço amazônico parece assumir um padrão mais contemporâneo de dispersão e de descontinuidade do tecido metropolitano, cuja unidade é dada menos pela contiguidade da forma espacial que pela articulação de fluxos intensos, decorrente do dinamismo verificado na Amazônia centro-oriental. Isso é constatado não apenas em relação aos três últimos municípios mencionados, como também em relação a Barcarena – onde se situa o novo porto de Belém, o de Vila do Conde –, que mesmo não sendo parte oficial da RMB, forma verdadeiramente uma unidade socioespacial.

Quadro 4 – Aglomerações metropolitanas na Amazônia: elementos caracterizadores

ELEMENTOS/ METRÓPOLES	BELÉM	MANAUS	SÃO LUÍS
Sub-região	Amazônia Central	Amazônia Ocidental	Amazônia Oriental
Indutores	modernização do terciário e desestruturação de estruturas agrárias e de sua hinterlândia	economia de aglomeração modernizadora da Zona Franca de Manaus	diversas frentes econômicas regionais e modernização econômica produtiva
Conexões globais	grande projeto econômico, sistema portuário exportador moderno	indústria de montagem, turismo globalizado	grande projeto econômico, sistema portuário exportador, turismo
Modais de articulação	rio - rodovia - aerovia	rio – aerovia	rodovia – ferrovia - aerovia
Relação metrópole-região	a região cresce mais que a metrópole – tendência à desmetropolização	a metrópole cresce mais que a região – metrópole macrocefálica	equivalência entre dinâmica metropolitana e regional – metropolização / desmetropolização
Estrutura interna	dispersa, descontínua e presença de cidades satélites conturbadas ou não	concentrada, contínua, tendência a conurbação (Manaus/ Iranduba)	dispersa, tendência à continuidade e à conurbação com cidades satélites
Padrão de segregação	centralidade de classes de alto poder aquisitivo, crescente suburbanização da pobreza, tímida definição de setores seletivos aprazíveis	centralidade de classes de alto poder aquisitivo, suburbanização da pobreza, definição de setores seletivos aprazíveis	centralidade de classes de alto poder aquisitivo, suburbanização da pobreza, definição de setores seletivos aprazíveis
Tecido urbano	malha urbana de dupla configuração (conurbada e descontínua), unificada por fluxos regulares	malha urbana única não conurbada, com recente tendência de conurbação	malha urbana em processo de conurbação, com tendência à continuidade do tecido
Região Metropolitana	mais antiga (década de 1970)	mais recente (década de 2000)	mais recente (década de 2000)
Recorte institucional metropolitano	menor que o aglomerado metropolitano de fato	maior que o aglomerado metropolitano de fato	relativa equivalência com o aglomerado metropolitano de fato
Planejamento territorial	limitado às circunscrições municipais, pouca permeabilidade intermunicipal	limitado à circunscrição municipal, com alcance metropolitano	limitado às circunscrições municipais, pouca permeabilidade intermunicipal

Elaboração: Saint-Clair Trindade Jr.

Mais diferente ainda é o espaço metropolitano de Manaus. Fruto de uma urbanização concentrada, que ratifica a importância da Zona Franca e o papel macrocefálico de Manaus em face da Amazônia ocidental, até o momento expressa uma forma metropolitana destacadamente circunscrita ao Município de Manaus, ainda que oficialmente tenha uma região metropolitana formada por oito municípios – Manaus, Iranduba, Careiro da Várzea, Manacapuru, Novo Airão, Rio Preto da Eva, Presidente Figueiredo e Itacoatiara – e a inauguração da ponte sobre o Rio Negro sinalize para os próximos anos uma expansão da malha metropolitana para Iranduba e mesmo para Manacapuru (SOUSA, 2013).

Também os estudos de Becker inspiram a pensar as cidades que apresentaram, a partir da segunda metade do século XX, destaque na rede urbana regional por causa da grande centralidade que as alçou à condição de centros urbanos de influência sub-regional, hoje facilmente identificadas não apenas como de porte médio (com população acima de 100.000 habitantes), mas verdadeiramente como cidades médias³, dada a importância econômica e política que assumem no contexto regional. Nesse perfil de cidade, pelo menos três tipos são facilmente reconhecidos (Quadro 5).

Quadro 5 – Cidades médias na Amazônia: elementos caracterizadores

ELEMENTOS/ TIPOS	RURÓPOLIS	CIDADES DE TRADIÇÃO RIBEIRINHA	CAPITAIS ESTADUAIS
Condicionantes	circulação rodoviária	circulação fluvial	papel burocrático - administrativo
Economia	forte peso agrícola	peso agrícola e extrativista	diversa, com importância aos serviços e comércio
Investimentos principais	governamentais e privados	governamentais e privados	governamentais
Importância	novos fóruns de decisão política	novos fóruns de decisão política	sedes governamentais
Exemplo	Marabá (PA)	Santarém (PA)	Boa Vista (RR)

Elaboração: Saint-Clair Trindade JR.

Não foi exatamente a densidade dos fixos que conferiu importância a essas cidades nos últimos anos. Falamos aqui de centralidade associando à importância dos fluxos (SPOSITO, 2001a), que muitas vezes se intensificam em decorrência de uns poucos fixos disponíveis. A centralidade é assim definida pela convergência de fluxos e pelo caráter centrípeto por eles exercidos em direção a um determinado ponto da rede urbana, nó da circulação de bens, pessoas e capitais, por causa de uma dada disponibilidade de infraestrutura e uma relativa densidade técnica de atividades econômicas, sociais e políticas que se concentram nesse ponto (TRINDADE JR. e RIBEIRO, 2008).

Referimo-nos aqui à construção de uma malha técnica, discutida por Becker (1997), que, em muitos casos, reforçou alguns laços já existentes e potencializou outros por meio de conexões rodoviárias e aeroviárias, a exemplo de Santarém, de forte tradição ribeirinha; ou que reduziu ao mínimo a experiência do rio, redirecionando a cidade para outras formas de articulação (rodoviárias, aéreas, ferroviárias), definindo-a como centro de

apoio à produção agrária e extrativo-industrial, como no caso de Marabá; ou ainda, pela centralidade outrora reafirmada pelo papel político de cidades-capitais, inicialmente de territórios federais e, depois, de novos estados da federação, como no caso de Boa Vista.

As contribuições de Becker (1990c) permitem-nos também pensar a diversidade das pequenas cidades da região. De imediato, três perfis principais podem ser reconhecidos: as cidades-empresa, as cidades rodoviárias e as cidades tradicionais.

Situadas principalmente na Amazônia centro-oriental e bases logísticas dos grandes projetos, as cidades-empresa, chamadas por Becker (1990a) de “*company towns*”, foram implantadas como “franjas urbanas avançadas” no interior da região, via de regra distantes das maiores cidades até então existentes. Em relação a essas cidades, três subtipos podem ser identificados (Quadro 6):

Quadro 6 – *Company towns* na Amazônia: tipos segundo a relação com o entorno

TIPOS	PARTICULARIDADES	EXEMPLO
Cidades Fechadas	interdição, controle, vigilância, espaços residenciais voltados para atender à demanda das empresas.	Carajás – Projeto Carajás (Município de Parauapebas – PA).
Cidades Semiabertas	menor controle, oferta de serviços, menos vigilância, oferta regular de alguns serviços para o entorno.	Vila Permanente de Tucuruí – Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Município de Tucuruí – PA).
Cidades Abertas	maior interação, sem guarita, aparentemente sem controle e interdição.	Vila dos Cabanos – Complexo Albras-Alunorte (Município de Barcarena – PA)

Elaboração: Saint-Clair Trindade Jr.

Esses três subtipos – fechadas, semiabertas, abertas – têm suas particularidades definidas em razão do controle exercido pelos empreendimentos nos quais as cidades se encontram inseridas, com maior ou menor possibilidade/facilidade de adquirir um lote ou uma unidade construída para fins de assentamento permanente (residenciais, comerciais etc.) por pessoas outras que não os funcionários das empresas; disponibilidade de oferta de atividades e serviços para as populações do entorno; assim como em relação à maior ou menor dificuldade para acessar o núcleo urbano, ali permanecer e/ou utilizar temporaria ou permanentemente a infraestrutura existente.

As cidades e os projetos aos quais se vinculam acabam por exercer também grande pressão sobre a floresta, uma vez que a lógica de implantação que as preside está associada à exploração de recursos ligados aos circuitos globais, como a exploração de ferro, de bauxita e da água para a produção de energia elétrica. Implicam, também, em distanciamento dos novos comportamentos difundidos em relação aos saberes e valores da floresta, responsáveis, em grande parte, pela atitude de preservação da vida e do ecossistema ali presentes. Essa mesma forma de articular o local com o global, negando aquele primeiro e seus conteúdos mais enraizados, é responsável, igualmente, por caracterizar esses núcleos urbanos como cidades pequenas, mas não necessariamente como cidades locais, dada a pouca interação e respostas às necessidades e demandas do entorno. É nesse sentido que a noção de “floresta urbanizada” é aqui validada para se referir à difusão de valores urbanos no interior da região e a partir dessas cidades.

Outro tipo de cidades pequenas que se diferenciam no conjunto regional amazônico são as cidades rodoviárias, associadas normalmente à presença de modernas atividades econômicas e locus de atividades urbanas diversas ligadas ao apoio de frentes de expansão. São assim definidas por causa da grande influência da dinâmica das rodovias, da lógica intencional do Estado (MACHADO, 1999) e à existência de uma mão de obra de forte mobilidade atraída para a região amazônica (BECKER, 1990a).

A presença de novos agentes econômicos e políticos chegados com as frentes migratórias passaram a definir não apenas o controle da vida econômica local, pondo em xeque o poder das antigas oligarquias existentes, como também confere um novo perfil à vida política do lugar, com redefinições de antigas territorialidades e o estabelecimento de novos controles do espaço local e sub-regional. Essas mesmas redefinições induzem a fragmentação do território, responsável, a partir do surgimento de núcleos urbanos ou do crescimento e expansão de antigos povoados, pela formação de uma nova malha municipal, cuja força política principal em nível local passou a ser formada por esses agentes recém-chegados. Neste caso, pelo menos três tipos de cidades rodoviárias podem ser reconhecidas (Quadro 7).

Quadro 7 - Cidades rodoviárias na Amazônia: tipos e particularidades

CIDADES	SUB-REGIÃO	INICIATIVA	AGENTES	ORIGEM CULTURAL
Colonização Oficial	Amazônia oriental	ação direta do Estado (INCRA)	colonos, funcionários, comerciante, extrativistas, nativos, burocratas, fazendeiros, migrantes diversos.	Nordeste brasileiro principalmente
Colonização Particular	Amazônia meridional	companhias colonizadoras	colonos, funcionários, comerciantes, investidores.	Centro-Sul principalmente
Espontâneas	Amazônia centro-oriental	ação indireta do Estado	grupos econômicos, agentes individuais.	diversa

Fonte: Parcialmente inspirado em Becker (1990c). Organização: Saint-Clair Trindade Jr.

As cidades da colonização oficial mais presentes na Amazônia oriental, foram originadas em decorrência da ação direta do Estado, por meio do INCRA, que definiu uma espécie de urbanismo rural, concebendo uma hierarquia de cidades – agrovilas, agrópolis e rurópolis – voltadas para a colonização agrária às margens das rodovias. Para essas cidades foi estimulada a vinda de pequenos produtores migrantes, especialmente nordestinos, aos quais se somaram outros agentes, como funcionários públicos, comerciantes, extrativistas, nativos, burocratas e fazendeiros (BECKER, 1990c).

Com especial presença na Amazônia meridional, as cidades da colonização particular surgiram e cresceram a partir da iniciativa de companhias colonizadoras privadas e com uma concepção de urbanismo rural não muito distante da proposta oficial

do Estado. A dinâmica dessas cidades, entretanto, é dada por colonos, normalmente com mais experiência no trato com a terra, funcionários das empresas, comerciantes, investidores etc.; agentes esses, em grande parte, originários do Centro-Sul do país (BECKER, 1990c).

Acompanhando esse processo de surgimento de cidades de forma mais induzida, pulverizaram-se por toda a Amazônia centro-oriental cidades que surgiram e cresceram de maneira mais espontânea, sempre seguindo a expansão de frentes econômicas, orientadas pela presença indireta do Estado, seja por meio de políticas de créditos e incentivos fiscais, seja pelas diferentes formas de atração de migrantes. De origem cultural diversa, a população dessas cidades é composta por diferentes agentes dispostos a vender sua força de trabalho ou a investir nas novas atividades que surgiram, assim como por grupos econômicos e investidores de diversas naturezas (BECKER, 1990c).

Responsáveis por difundir novas atividades e formas de exploração econômica, a dinâmica das cidades das rodovias estabelece uma relação nem sempre muito orgânica com o ambiente do entorno, e que, de certa forma, tende a negar o ecossistema florestal. Normalmente, os agentes aí presentes desenvolvem atividades associadas à exploração da madeira, à agricultura moderna e à pecuária, contribuindo para definir uma forte pressão sobre a floresta e seus recursos; prova disso é que um número relativamente significativo desse tipo de pequenos núcleos urbanos faz parte daquilo que se convencionou chamar de arco do desmatamento.

Da mesma forma, a cultura da rodovia implica difusão de outros valores pouco associados à importância do rio e da floresta vistos na sua multidimensionalidade. Por essa razão, não raro, essas cidades sofrem sérios problemas ambientais, causados pelas atividades do entorno, como a derrubada/queima da mata para o aproveitamento da madeira, a formação de pastos e a difusão da agricultura mais moderna. Sempre voltada para uma nova forma de reprodução econômica articulada a outros mercados, que não necessariamente os locais, a floresta, metaforicamente falando, parece também se urbanizar.

Em outro polo, as cidades situadas em regiões pouco ou apenas indiretamente impactadas pelas frentes econômicas tendem a estabelecer outras relações com o ambiente da floresta. São cidades tidas como tradicionais e consideradas pioneiras no processo de organização do território, posto que muitas remontam aos primeiros momentos da colonização portuguesa. Tais núcleos urbanos são dinamizados por atividades econômicas tradicionais, praticadas principalmente em seu entorno, mas que, internamente, imprimem-lhes dinâmismos e particularidades, tal a relação entre as dimensões do rural e do urbano nelas existentes.

Embora não apresentem um perfil homogêneo (Quadro 8), esses pequenos núcleos, diferentemente daqueles outros até aqui discutidos, não têm a figura do migrante como elemento marcante da dinâmica urbana. A população que neles se faz presente é, em grande parte, de origem local, o que sugere, igualmente, forte enraizamento cultural e poucas propostas de fragmentação da malha municipal do entorno, dada a coesão territorial e política que não foi abalada pela chegada de agentes provindos de outras regiões. Ademais, são cidades onde ainda é forte a influência das oligarquias locais, com tradição e relativa força econômica e/ou simbólica.

Quadro 8 – Cidades tradicionais na Amazônia: tipos e particularidades

CIDADES	PADRÃO DE OCUPAÇÃO	POPULAÇÃO	VÍNCULOS CULTURAIS
Cidades Ribeirinhas	várzea-igapó/rio/floresta	nativa	fortes enraizamentos
Cidades de Colonização Agrária Antiga	terra firme/ferrovia-rodovia/colônia agrícola	nativa, migrantes não recentes e descendentes	mesclagem cultural mais antiga
Cidades Hídricas	padrão multiforme	predomínio da população nativa	mesclagem cultural mais recente

Elaboração: Saint-Clair Trindade Jr.

Diferentemente de núcleos que reduziram sua relação com o rio a uma ou outra de suas dimensões, as cidades propriamente ribeirinhas são as mais representativas das cidades tradicionais, dadas as intensas relações com o rio; este que é visto em sua multidimensionalidade, como fonte de recursos e de representações simbólicas, via de circulação, espaço de uso doméstico e de prática de atividades lúdicas, e, ainda, elemento de lazer e de contemplação.

Além das ribeirinhas, há aquelas que não necessariamente estão ligadas à vida do rio, mas que guardam elementos de tradição em suas formas e em seus conteúdos espaciais com o ambiente do entorno. Referimo-nos às cidades com padrão de organização do espaço associado à colonização agrícola não recente, a exemplo daquelas da Zona Bragantina, no Nordeste Paraense – com estrutura e dinamismo espacial que vinculam a cidade à terra firme, à circulação ferroviária/rodoviária e à produção agrícola. São cidades que atraíram migrantes ainda na primeira metade do século XX e, por essa razão, reforçaram vínculos culturais que mesclam elementos mais locais a outros provindos de suas regiões de origem.

Por toda a região é comum, entretanto, reconhecer a presença de cidades tradicionais inseridas em diferentes processos de transformação, que lhes conferem um caráter híbrido, em que permanências de formas e conteúdos se misturam a elementos de mudanças mais recentes e onde há ainda certo predomínio de populações nativas da região, ainda que a floresta esteja aos poucos se urbanizando.

De qualquer forma, são as cidades ribeirinhas as que mais conservam valores e saberes da floresta e do rio, uma vez que, de todos os tipos mencionados, são as que expressam fortes relações orgânicas com o ambiente do entorno. A grande presença de atividades de agrossubsistências contribui para a pouca pressão sobre os elementos do ecossistema, reforçando-se a maior integração com a sub-região em que se inserem, sendo, *ipso facto*, cidades verdadeiramente locais.

À Guisa de Conclusão: a “Floresta Urbanizada”, um Legado Teórico

Com base no legado de Becker, e considerando a floresta como importante metáfora para sugerir o sentido da Amazônia como região é que se propôs, ainda que de forma preliminar, reconhecer a diversidade urbana na região. Busca-se, com isso, estabelecer um empreendimento na perspectiva de ver as formas e os conteúdos urbanos como produtos, meios e condições de processos socioespaciais em face da diferenciação intrarregional.

Nessa perspectiva, a floresta, e mais precisamente a região, é considerada em suas múltiplas dimensões, dentre elas a ecológica, a econômica, a lúdica, a funcional e, também, a das representações simbólico-culturais, onde se fazem presentes valores e saberes que a tornam parte da vida urbana que a ela se vinculam. É esse pressuposto que possibilita discutir o perfil das cidades, inseridas de maneira diferenciada no contexto regional.

Dessa forma, os diferentes tipos de cidades que aqui foram particularizados, inspirados em Becker, assumem configurações espaciais decorrentes de processos por meio dos quais a floresta e seus recursos (materiais e simbólicos) adquirem significados e importâncias particulares e singulares. Isso ocorre em razão da maior ou menor presença de frentes econômicas e migratórias e de lógicas de circulação e de reestruturas socioespaciais impostas à região amazônica em períodos mais recentes, conforme muito bem discutiu a autora.

A fronteira urbana, portanto, revela a importância e a pluralidade de cidades e de conteúdos urbanos na estruturação do espaço regional e não nos remete necessariamente ao domínio da cidade na paisagem, conforme afirmou Oliveira (2000). E é nesse sentido que a “urbe amazônica” (BECKER, 2013) expressa uma tendência, aquela da expansão e do crescimento das cidades e, principalmente, de uma forma de vida urbana que não se circunscreve ao interior das vilas e das cidades, mas que define relações e formas de reprodução econômica e social no interior da região; processo já nomeado por Lefèbvre (1999) como de difusão da sociedade urbana.

O urbano, assim considerado, é elemento propulsor e condição para a realização de processos e para a configuração de novas formas espaciais na Amazônia, elementos esses que nos fazem entender a validade da metáfora da “floresta urbanizada”, proposta por Becker, e que parece ganhar força, como legado, para a leitura dos novos processos e cenários que se apresentam para a região.

Referências Bibliográficas

BECKER, B. K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990a. (Série Princípios).

_____. Significado de uma fronteira urbana na Amazônia. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. (orgs.) *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: UnB, 1990b, p. 115-130.

_____. Fronteira e urbanização repensadas na Amazônia. In: BECKER, B.K.; MIRANDA, M.; MACHADO, L.O. (orgs.) *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: UnB, 1990c, p. 131-144.

_____. Fragmentação do espaço e formação de regiões na fronteira: um poder territorial? In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. (orgs.) *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: UnB, 1990d, p. 165-178.

_____. Undoing myths: the Amazon – an urbanized forest. In: CLÜSENER-GODT, M.; SACHS, I. (orgs.) *Brazilian perspectives on sustainable development for the Amazon region*. Paris: UNESCO, v. 15, 1995, p. 53-89.

Trindade Jr., S-C. C.

_____. Novos rumos da política regional: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M. (orgs.) *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 421-444.

_____. Revisão das políticas de ocupação amazônica: é possível identificar modelos para projetar cenários? *Parcerias Estratégicas*, 2001, nº 12, 2001, p.135-159.

_____. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. São Paulo: Garamond, 2004.

_____. *A urbe amazônida*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

HURTIENNE, T. P. A dinâmica da ocupação da Amazônia: uma análise dos dados populacionais. In: COELHO, M. C. et al. (orgs.) *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional*. Belém: Cejup, 2001, p. 216-283.

LEFÈBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MACHADO, L. O. Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia brasileira. *Cadernos IPPUR*, v. XIII, nº 1, 1999, p.109-138.

MARTINS, J. S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social*, v. 8, nº 1, 1996, p.25-70.

NOGUEIRA, R. J. B. Algumas questões sobre a Amazônia como “fronteira”. *Boletim Paulista de Geografia*, nº 1, v.77, 2001, p. 39-55.

OLIVEIRA, J. A. *Cidades na selva*. Manaus: Valer, 2000.

SOUSA, I. S. *A ponte Rio Negro e a Região Metropolitana de Manaus: adequações no espaço urbano-regional à reprodução do capital*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, 2013.

SPOSITO, M. E. B. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade urbana. In: SPOSITO, M. E. B. (org.) *Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média*. Presidente Prudente: UNESP, 2001a, p.235-253.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, M. E. B. (org.) *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. São Paulo: UNESP, 2001b, p.609-643.

TRINDADE JR. S-C; RIBEIRO, R. Marabá: novos agentes econômicos e novas centralidades urbano-regionais no sudeste paraense. In: TRINDADE JR., S-C.; CARVALHO, G.; MOURA, A.; NETO, J. G. (Orgs.) *Pequenas e médias cidades na Amazônia*. Belém: ICSPA-UFGA, 2009, p.333-359.

Recebido em: 30/11/2013 Aceito em: 15/12/2013

¹ O presente trabalho contou com o apoio financeiro do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) – uma entidade do governo brasileiro voltada ao desenvolvimento científico e tecnológico, por meio de projetos de pesquisa, “Cidades médias e reordenamento territorial na Amazônia: da centralidade econômica à centralidade política sub-regional” e “Cidades da/na floresta: horizontalidades e verticalidades na produção social do espaço e nas políticas de desenvolvimento urbano e regional na Amazônia”.

² Para a autora, a fronteira econômica caracterizava-se por: a) ser um espaço ainda não plenamente estruturado; b) tornar-se uma região estratégica, de expectativas e alternativas futuras; c) ser apropriada em escala e ritmos crescentes por uma pluralidade de agentes; d) ser território de mobilidade da força de trabalho, com diferenciação do campesinato; e) ser estruturada a partir das cidades e do modo de vida urbano; f) ser diferenciada internamente; g) constituir-se espaço de conflitos diversificados; h) apresentar dificuldades para a mobilização política da força de trabalho móvel e polivalente (BECKER, 1990a).

³ Cidades que assumem um determinado papel na estrutura urbana regional como centro sub-regional, não sendo simplesmente centros locais, mas núcleos urbanos com capacidade de polarizar e influenciar um número significativo de cidades menores e articular relações de toda ordem. Funcionam, assim, como anteparos e suportes às metrópoles regionais, não compondo junto com estas uma unidade funcional contínua e/ou contígua (SPOSITO, 2001b).

Colonialismo Carbônico na Amazônia?

Carbon Colonialism in the Amazon?

Scott William Hoefleⁱ

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: Processos inter-regionais de significância global envolvendo desflorestamento causado por camponeses de frentes de expansão da Amazônia são apresentados pelos olhos destes, que durante a vida passaram de frentes de expansão do Oeste do Maranhão para os garimpos do Oeste do Pará e retornaram às frentes de expansão na região de Itaituba. Desmascarando a retórica ambientalista, que culpa a agricultura de queimada das zonas tropicais do mundo por problemas globais com emissões carbônicas, a percepção local do modo de vida rural revela como os camponeses escaparam da pobreza aguda do seu lugar de origem, mas acabaram nas condições degradantes do garimpo de ouro e, finalmente, chegaram à situação atual como agricultores pobres, porém independentes nas frentes de expansão do Oeste do Pará. Contudo, essa melhoria relativa de vida é sustentada por sistemas agrícolas que provocam desflorestamento e esgotamento das terras em longo prazo, e, assim, acaba recriando os problemas socioambientais do Nordeste no Norte. Por causa disso, as propostas visando a reduzir a degradação ambiental e a pobreza na Amazônia também devem incluir medidas para solucionar o subdesenvolvimento do Nordeste, que leva tantos camponeses a sair de sua região de origem.

Palavras-chave: Amazônia; Modo de Vida na Fronteira Agrícola; Mobilidade Espacial; Desflorestamento, Colonialismo Carbônico.

Abstract: Regional trends of global significance involving frontier peasants in deforestation along the expanding frontier of the Amazon are seen through the eyes of those who produce them. During their lives thousands of frontier peasants from western Maranhão became gold prospectors in western Pará and then frontier peasants again in the region of Itaituba. Going beyond simplistic environmental rhetoric blaming slash-and-burn agriculture for global problems with carbon emissions, local perceptions of life paths and rural livelihoods are presented to show how settlers escaped from desperate poverty in their place of origin only to end up living in the degrading conditions of gold prospecting and finally arrived at their current situation as struggling but independent frontier farmers in western Pará. As this relative improvement in livelihood comes at a cost of deforestation caused by the unsustainable nature of frontier farming, the spatial mobility of frontier peasants risks recreating the social problems of the North-east in the North. Consequently, it is argued here that proposals for reducing environmental degradation and poverty in the Amazon should not be limited to merely promoting sustainable farming systems in the Amazon but also must include addressing issues of underdevelopment in the North-east in order to overcome the problems which compel so many peasants to emigrate from that region.

Keywords: Amazon, Frontier livelihoods, Spatial mobility, Deforestation, Carbon colonialism.

ⁱ Professor Associado do Departamento de Geografia, scotthoefle@hotmail.com

Bertha Becker e a Geopolítica do Ambiente na Amazônia

Bem no espírito cético de Bertha Becker, diante das intenções dos grandes atores ambientais de atuação global, critica-se aqui o colonialismo carbônico subjacente às políticas internacionais para a Amazônia, principalmente nos acordos de créditos carbônicos e de pagamentos para serviços ambientais. Bertha tinha uma rara capacidade de resumir e apresentar processos complexos de forma simples e didática para qualquer audiência, e, seguindo seu exemplo, a tese aqui apresentada é muito simples: as políticas internacionais de compensação carbônica são cortinas de fumaça que permitem aos países industriais e pós-industriais continuar expandindo suas emissões industriais e energéticas em troca de investimentos irrisórios em projetos de preservação de florestas tropicais, que acabam marginalizando camponeses pobres nas frentes de expansão agrícola.

A própria evolução intelectual de Bertha Becker nos mostra como é possível criticar as políticas ambientais e regionais e, ao mesmo tempo, sugerir outros caminhos. Meu primeiro contato com Bertha foi em 1975 em uma aula de pós-graduação sobre a teoria de desenvolvimento regional de John Friedmann. Naquela ocasião, um amigo que me levou à UFRJ para conhecer seu curso, em certo momento, assistindo à aula brilhante da Bertha, virou-se e comentou que aquele *show* de conhecimento estava direcionado a mim: o gringo ouvinte. Este era outro dom da Bertha: conseguir reunir de forma convincente argumentos baseados no estado da arte teórica do momento, demonstrando grande vaidade intelectual, mas sem exprimir arrogância. Foi assim que seu pensamento evoluiu de teorias de desenvolvimento com forte conteúdo de economia política às teorias de desenvolvimento sustentável com preocupação em preservar a Amazônia, principalmente para os brasileiros.

Assim sendo, este estudo oferece uma crítica às interpretações de processos de desmatamento na Amazônia quando baseadas apenas em dados agregados oriundos do sensoriamento remoto sobre áreas convertidas em uso agrícola e em estimativas de emissões de CO₂ geradas por queimadas, sem levar em conta as emissões produzidas por outros setores econômicos. Primeiro, as tendências agregadas de desflorestamento pelo tipo de uso da terra e ator social e as emissões produzidas por diferentes países são apresentadas para mostrar que os camponeses da Amazônia são tratados como bode expiatório.

Contra esta visão simplista, trata-se em detalhe a relação entre sistema agrícola, migração e desflorestamento na frente de expansão do Oeste do Pará, movida por relações inter-regionais que empurram camponeses cada vez mais para dentro da Amazônia. Argumenta-se que origem regional é de extrema importância para entender como camponeses de zonas desmatadas do Nordeste percebem a paisagem, suas práticas agrícolas e seu modo de vida em geral. Na última parte do trabalho, os programas de créditos carbônicos e de pagamento por serviços ambientais são criticados por serem pontuais, envolvendo apenas a chamada população “tradicional” da Amazônia, composta de ameríndios e ribeirinhos residentes em unidades de conservação, ignorando, assim, a dimensão inter-regional.

Camponeses de Fronteira, Desflorestamento e Emissões Globais

Em discurso ambientalista, a colonização agrícola com base na queimada para retirada da floresta primária em regiões tropicais do mundo é considerada uma das maiores causas da emissão de gases de efeito estufa, sendo responsável por 17% do total (GCP 2007), principalmente no Brasil e na Indonésia, onde se concentram 44% do desmatamento anual (BUTLER, 2010). Dos diferentes atores sociais engajados neste processo nas regiões tropicais do mundo, entre 2000 e 2005, 35% a 45% do desflorestamento foram provocados por pequenos produtores, 20 a 25% por fazendeiros de gado, 10 a 15% por produtores de *commodities*, 10 a 15% por madeireiras e 5% por outras atividades rurais e urbanas. A Amazônia brasileira é diferente, pois os pecuaristas têm um papel maior no desmatamento, provocando 66% da perda de florestas, enquanto os pequenos produtores são responsáveis por 23%, os produtores de *commodities* 8%, as empresas madeireiras por 2% e outras atividades por 1% (BUTLER, 2012).¹

Geralmente, na mídia apresentam-se cenas chocantes de tratores com correntes derrubando enormes áreas de floresta visando ao plantio de *commodities* ou pasto. Na verdade, esta cena é rara, sendo mais comum a expansão de pasto por intermédio de compra de áreas de pequenos produtores por fazendeiros. Existe, assim, uma relação íntima entre a agricultura móvel de pequenos produtores e a implantação de pasto. Desde os primeiros projetos de colonização dos anos de 1960, no Oeste do Maranhão, é sempre o camponês da frente de expansão que faz o trabalho duro da derrubada da mata primária.² Fazendeiros de gado chegam depois e adquirem por compra ou por usurpação ilegal a área que o camponês beneficiou. Durante os anos de 1970 e 1980 este processo foi bastante violento e muitas vezes o camponês foi simplesmente expulso por grileiro (FOWERACKER, 1981, HECHT e COCKBURN, 1990; IANNI, 1979, OLIVEIRA, 1991, SCHMICK e WOOD, 1994), mas durante os anos de 1990 o INCRA agiu para registrar as terras de posseiros com o intuito de evitar a violência. Hoje, a violência concentra-se nas paisagens desflorestadas em zonas de povoamento consolidados onde em lugares como El Dourado do Carajás camponeses lutam pelo acesso aos poucos recursos que restam (ALDRICH et al., 2012; BICALHO e HOEFLE, 2008; HOEFLE, 2006; SIMMONS, 2007).

As inter-relações regionais são ainda mais globais do que aquelas envolvendo posseiros e fazendeiros. A expansão da fronteira do agronegócio de *commodities* chegou às zonas de transição do cerrado à floresta amazônica, nos estados de Mato Grosso e Rondônia, levando à substituição do pasto por soja, milho e algodão, mas, por enquanto, essa tendência é rara no coração da Amazônia (BICALHO e HOEFLE, 2008; BROWN et al., 2004; HOEFLE, 2012).

Além disso, alega-se que o avanço da fronteira de *commodities* é provocado pela expansão do plantio de cana-de-açúcar para etanol na porção Sul do Centro-Oeste, empurrando a soja para o Norte da região. Isso, por sua vez, desloca a criação de gado para a Amazônia, pressionando os camponeses a levar a fronteira agrícola floresta adentro (WALKER, 2011). A cadeia de relações inter-regionais é ainda mais global, fato destacado por Brown (2009) e Grunwald (2008) em publicações de grande impacto internacional. A expansão de produção de etanol à base de milho no Meio-Oeste norte-americano,

retirando áreas de produção de soja e a crescente demanda por carne bovina na China, demandando maior produção de soja como matéria-prima para ração animal, acarreta a expansão da produção de soja na América do Sul (veja número temático da *Journal of Peasant Studies* a ser publicado em 2014).

Na enorme cadeia global de relações inter-regionais, este artigo foca o último ator na cadeia: o camponês de fronteira da Amazônia. Ele pode ser o ator rural com menor poder na rede de relações regionais, mas, como vimos anteriormente, seu deslocamento ao longo da fronteira agrícola tem implicações globais. Desde os projetos planejados de abertura de estradas e de colonização dos anos de 1970, o desflorestamento tornou-se uma grande questão ambiental, pois causa a perda de biodiversidade, interfere nos padrões de precipitação e descarga fluvial, e por meio da queimada libera dióxido de carbono, ao mesmo tempo em que reduz a capacidade de absorção deste (DAVIDSON ET AL., 2012).³ Contudo, a partir de 2004 o desflorestamento diminuiu no Brasil e o país nunca foi o maior vilão na liberação de gases de efeito estufa, particularmente considerando as emissões totais que abrangem todos os setores produtivos (Figuras 1 e 2). No país, a liberação de emissões sobe durante algumas semanas por ano, quando são realizadas as queimadas logo antes da estação de chuvas, produzindo cerca de 74% das emissões anuais, antes de retornar a níveis normais (MARENCO, 2008). Mesmo com o aumento no uso de usina térmica para gerar energia e o aumento na frota de veículos, o Brasil ainda produz poucas emissões em comparação a outros países, porque a base da matriz energética continua sendo hidroelétrica.

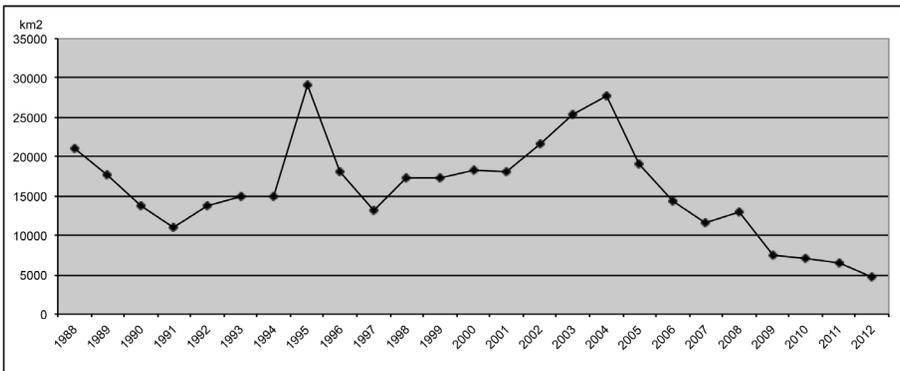


Figura 1 – Queda no desflorestamento na Amazônia

Fonte: INPE in Butler (2012).

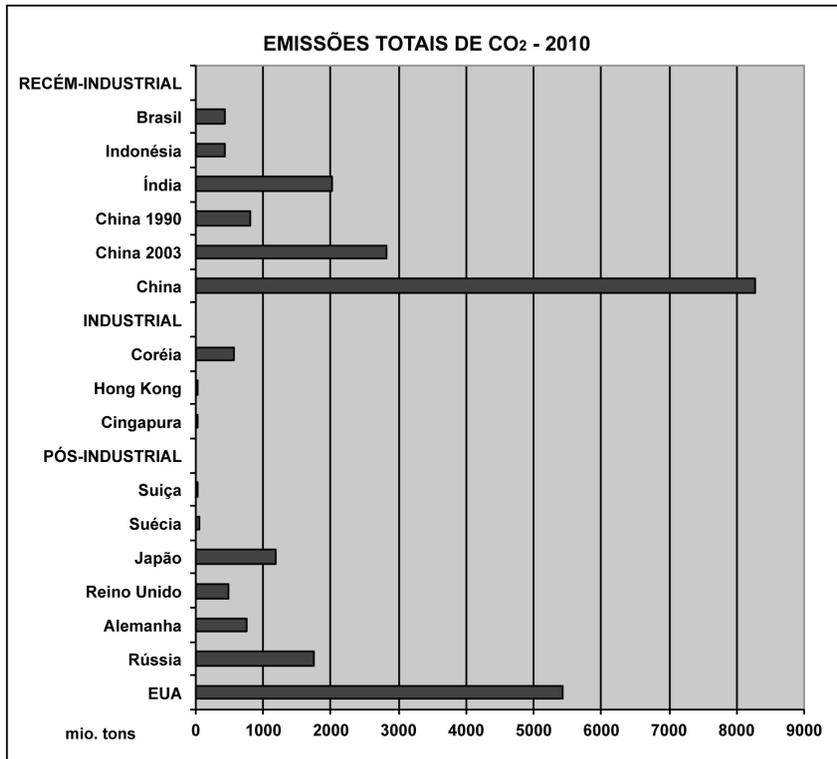


Figura 2 – Total anual de emissão de CO₂ por país, 2010

Fonte: World Bank (2013).

De fato, as emissões globais são geradas muito mais por novas atividades industriais na China e na Índia e pelo estilo de vida de certos países pós-industriais da Europa e da América do Norte do que pela queima de florestas tropicais. Foram citadas várias razões para preservar a Amazônia, mas a liberação de CO₂ não é a mais importante, ao menos que se ache que o Brasil tenha a obrigação de compensar pelas emissões do resto do mundo. Assim sendo, a pergunta inconveniente é: por que os camponeses da Amazônia devem ser sacrificados, por que outros países não têm a capacidade ou inclinação para reduzir suas emissões? Vista dessa forma, a questão ambiental se torna altamente colonial. O responsável pelas emissões é o camponês ignorante, e não os países desenvolvidos que querem manter seu estilo de vida. Deixe o camponês comer árvore, afinal, tem mentalidade de subsistência e está acostumado à pobreza.

Em vez de instintivamente pichar os camponeses da Amazônia como “inimigos do planeta” ou “camponeses patológicos com motosserra”, como fazem alguns ambientalistas e antropólogos especializados em estudos indígenas (cf. NUGENT, 2002, 171), este trabalho explora o relacionamento complexo entre sistemas agrícolas nas frentes de expansão, modo de vida rural, mobilidade geográfica e desflorestamento, facilmente observado pelo sensoriamento remoto, mas raramente explicado em termos das motivações

peçoais gerando o processo em terra. Assim sendo, o trabalho apresenta outra reação em cadeia em pouca evidência porque envolve os atores mais humildes da Amazônia: os imigrantes do Nordeste na sua passagem de camponês extremamente pobre na fronteira agrícola consolidada do Oeste do Maranhão (para onde, anteriormente, seus pais migraram fugindo da pobreza e das secas do agreste e do sertão), para décadas no garimpo no Oeste do Pará e, finalmente, de volta à condição de camponês de fronteira nas frentes de expansão do Oeste do Pará depois de 1990 (Figura 3). A ênfase aqui será cultural, indo além da estatística fria de fracasso econômico e migração subsequente, para espelhar como as pessoas percebem as vantagens comparativas de seu modo de vida no presente e no passado.

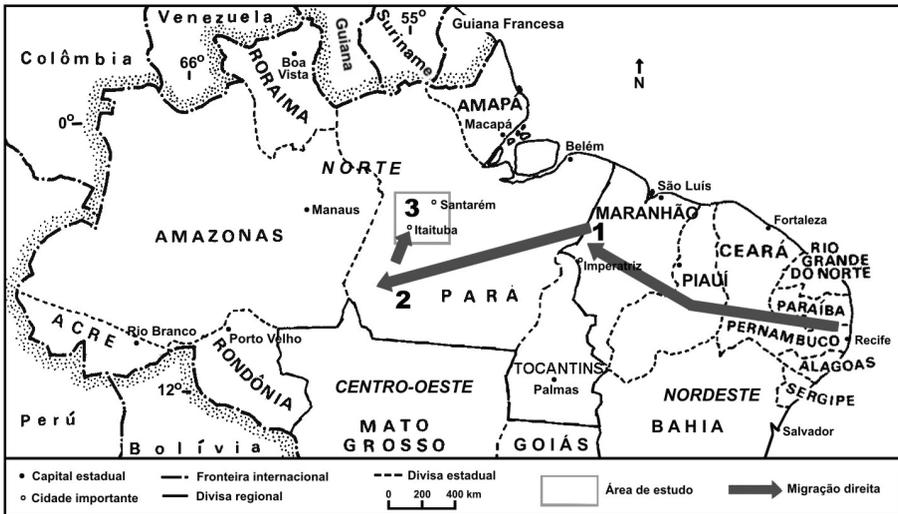


Figura 3 – Da agricultura campesina de fronteira no Oeste do Maranhão (1) à corrida do ouro de Itaituba (2) e de volta à agricultura campesina de fronteira no Oeste do Pará (3).

A ideia para construir este trabalho em torno dos trajetos de vida dos atores menos evidentes da fronteira surgiu em campo, depois de escutar basicamente o mesmo depoimento recorrentemente: a miséria de sua vida em Maranhão e a sordidez do garimpo na Amazônia, que fazem a situação atual de camponês pobre das frentes de expansão agrícola parecer uma enorme melhoria de vida. Em 2008, 2010 e 2013 foi realizada pesquisa de campo sobre o trajeto de vida de 120 camponeses de fronteira, camponeses ribeirinhos, fazendeiros e produtores do agronegócio nos municípios de Aveiro, Belterra, Itaituba e Santarém. O foco aqui será a comparação da vida passada e presente dos camponeses de frente de expansão no entorno do Parque Nacional da Amazônia, situados no ponto mais ocidental da fronteira agrícola da Amazônia oriental, com agricultores estabelecidos e localizados próximos à sede municipal de Itaituba (Figura 4). Além da pesquisa tipicamente socioeconômica sobre uso da terra, sistemas de trabalho, articulação a mercados, assuntos familiares, acesso aos serviços públicos e à política comunitária, a mobilidade espacial foi pesquisada em detalhe, investigando em que lugares o

camponês já morou desde seu nascimento; por quanto tempo em cada lugar; os tipos de trabalho desenvolvidos e as motivações para migrar de um lugar para o outro. Em cada entrevista realizada a última pergunta sempre abordou uma avaliação geral de sua vida atual e anterior, se o produtor achava suas condições de vida hoje melhores, piores ou as mesmas de antes e por quê. Esta pergunta provocou fortes emoções, ao caracterizar seu passado de explorado, vivendo na mais absoluta miséria, além das tragédias pessoais de cada um. A abordagem cultural adotada aqui confere uma cara humana às estatísticas sociais e econômicas que geralmente aparecem em estudos da Amazônia.

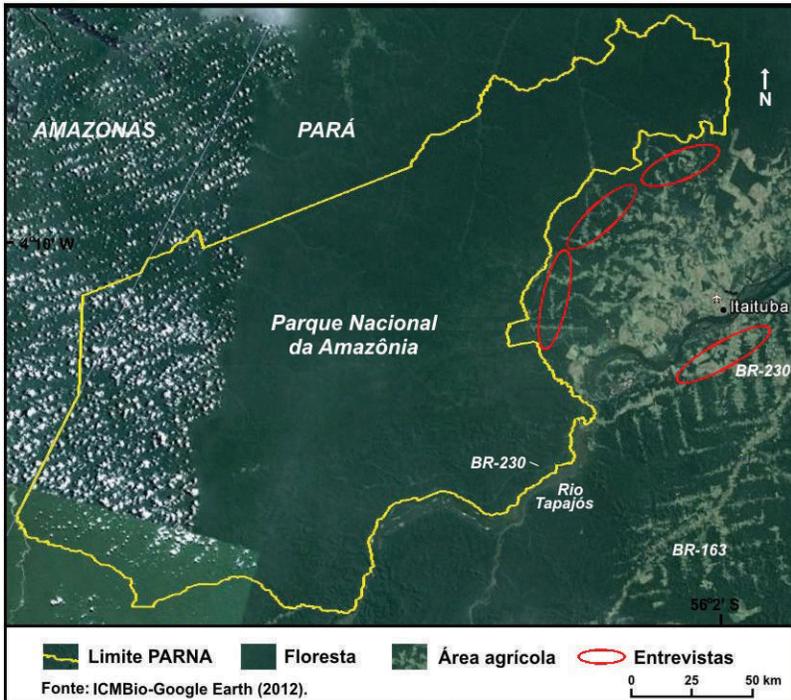


Figura 4 - A frente de expansão próxima ao Parque Nacional da Amazônia.

Fonte: ICMBIO – Google Earth, 2012.

O Fracasso das Políticas de Desenvolvimento Regional no Nordeste e a Reprodução da Pobreza na Fronteira Agrícola

Para entender por que através dos anos tantos nordestinos migraram para a Amazônia, é necessário fazer uma pequena retrospectiva do fracasso das políticas de desenvolvimento regional do Nordeste e, nesta seção, inspirada na aula da Bertha Becker assistida há quarenta anos. Apesar de sua grande importância no Brasil Colonial, a partir do século XVIII, o Nordeste entrou em longo processo de declínio, chegando a ser a região menos desenvolvida do Brasil moderno, hoje caracterizada por violentos problemas de pobreza e desigualdade social, êxodo rural, desemprego e subemprego rural e urbano.

Começando no fim do século XIX, a região foi objeto de vários programas de desenvolvimento regional, com destaque para as secas periódicas. Em meados do século XX, a SUDENE foi o primeiro órgão de planejamento regional no país, e com outras instituições regionais, como o Banco do Nordeste, o DNOCS e a CODEVASF, tentou-se repetir a experiência de desenvolvimento regional da Tennessee Valley Authority (BICALHO e HOEFLE, 1990; FURTADO, 1973; MINTER, 1973; PRADO JR., 1987; SOUZA, 1978).

A política de transferir a população “excedente” do Nordeste para a fronteira agrícola sempre fez parte de planos regionais para a região e para a Amazônia, particularmente durante os períodos de seca. No fim dos anos de 1950 e 1960, a recém-criada SUDENE embarcou no Projeto Maranhão, mais um programa para levar camponeses pobres do densamente povoado agreste e do ambientalmente problemático sertão para o Oeste do Maranhão, na zona de transição para a Amazônia. Além da agitação campesina do momento, que alguns temiam levar a uma revolução, mais uma vez a causa imediata foi uma grande seca, como foi o caso de outras transferências populacionais para a Amazônia durante o auge da borracha, no fim do século XIX e início do século XX (ANDRADE, 1973; BICALHO e HOEFLE, 1990; MINTER, 1973; PAGE, 1973).

A julgar pelos resultados sociais, o Projeto Maranhão só levou à reprodução da pobreza do agreste e do sertão no Oeste do Maranhão. Em uma ou duas gerações a fertilidade do solo foi exaurida pela prática insustentável da agricultura de queimada, por conta da prática de pousio insuficiente e da fragmentação por herança, que diminuiu o tamanho do estabelecimento rural, a ponto de não sustentar de forma adequada todos os herdeiros. Durante os anos de 1960 o arroz produzido pela fronteira agrícola do Maranhão foi importante para o abastecimento das cidades do Sudeste, mas posteriormente este mercado foi perdido a rizicultores do Sul e do Centro-Oeste (BESKOW, 1986). Ao mesmo tempo, fazendeiros de gado chegaram ao oeste do Maranhão comprando ou simplesmente empurrando os camponeses para as frentes de expansão do Sudeste do Pará (VELHO, 1972).

Os camponeses que conseguiram ficar para trás no que é hoje a fronteira consolidada do Oeste do Maranhão possuem pouca terra e trabalham como volantes, ganhando pouco, tendo regime alimentar inadequado, morando em favelas rurais e urbanas e sendo pessimamente atendidos por serviços públicos de saúde e educação. Hoje, o Maranhão é caracterizado pela menor renda per capita do país e pelo índice mais baixo de desenvolvimento humano, tendo a maior proporção de população inscrita no bolsa-família (Tabela 1). Nas palavras de uma mulher idosa, trazida pelo filho para morar na fronteira agrícola: “Pelo ver, (para os que ficaram em Maranhão), hoje sou rica”. Outro homem contou que quando levou as filhas para conhecer os parentes no Maranhão, elas ficaram tão chocadas com as condições de vida de lá que pediram para nunca mais voltar.

Tabela 1 – Renda e índices de qualidade de vida por estado e região no país.

Estado/Região	Renda per Capita Anual 2010 (R\$)	Famílias com Bolsa Família 2013 (%)	Índice de Desenvolvimento Humano 2010
Maranhão	7.852	56,5	0,639
Outros estados do Nordeste	7.835 a 12.536	39,9 a 52,6	0,631 a 0,684
Pará	11.493	44,3	0,646
Amazonas	18.244	42,5	0,674
Outros estados do Norte	11.782 a 17.659	26,7 a 45,4	0,690 a 0,708
Centro-Oeste	27.829	12,8 a 21,9	0,725 a 0,824
Sudeste	28.350	11,3 a 20,9	0,731 a 0,783
Sul	24.382	7,6 a 13,8	0,746 a 0,774

Fonte: IBGE (2013), PNUD BRASIL (2013), SAGI (2013).

Além dos fatores de expulsão dos maranhenses da fronteira do oeste do seu estado de origem, existem vários fatores de atração à Amazônia. Muitos estados da Amazônia oferecem terras de baixo ou nenhum custo, renda maior e serviços públicos relativamente melhores. Nas entrevistas, a resposta à pergunta de por que saíram do seu lugar de origem, sempre foi “para procurar terra”. Quase todos os migrantes do Maranhão encontrados na pesquisa saíram com a idade de 18 a 22 anos, ou seja, quando atingiram maioridade sem perspectivas de achar trabalho ou de herdar terra suficiente. Como as famílias variam em tamanho de cinco a quinze filhos, o resultado foi uma forte fragmentação fundiária. A lógica produtiva campesina da geração dos pais, de ter uma família grande, com uma escadinha de filhos em diferentes idades para sempre ter alguns filhos para ajudar na roça, foi a ruína da geração seguinte, que não herdava terra suficiente para se sustentar. A única opção era migrar para as novas frentes de expansão agrícola na Amazônia. Contudo, a lógica é calcada na constante disponibilidade de novas terras para os filhos que, em longo prazo, representa também a ruína da Amazônia (Figura 5).



Figura 5 – Família típica de maranhenses na Amazônia.

Fonte: Pesquisa de campo (1999).

Outro fator importante de atração à Amazônia foram as corridas de ouro das décadas de 1970, 1980 e 1990 que induziram os maranhenses a migrar diretamente aos campos do garimpo no Pará e em Roraima. Dos agricultores entrevistados, 73% são maranhenses ou passaram sua infância naquele estado e 62% são ex-garimpeiros. Contudo, a decisão de migrar para a Amazônia não era fácil e os perigos eram bem conhecidos, a ponto de aparecer na arte popular nordestina (Figura 6).

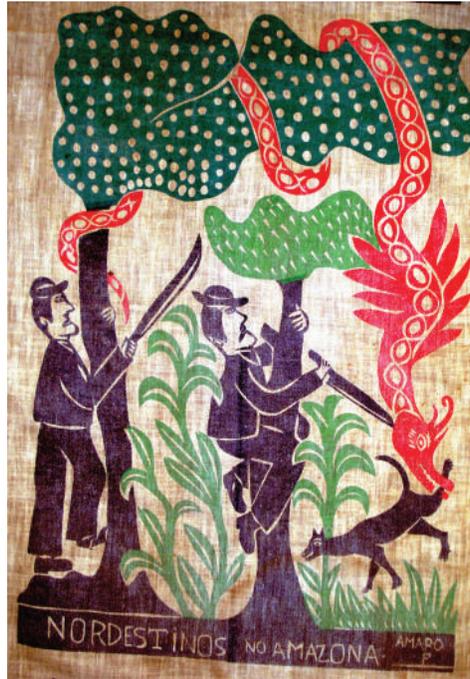


Figura 6 – A percepção popular dos perigos de vida na Amazônia.

Fonte: F. Amaro (s.d.), acervo Bertha Becker-LAGET.

Da Pobreza à Degradação Humana do Garimpo na Amazônia

Na segunda metade do século XX, ocorreram três grandes corridas ao ouro na Amazônia: 1) Itaituba (Pará), 2) Serra Pelada (Pará) e 3) o Território Indígena dos Yanomami (Roraima). A corrida de Itaituba foi a mais antiga e durou mais tempo, do fim dos anos de 1960 a 1990, seguida pela corrida da Serra Pelada nos anos de 1980 e de Roraima no fim dos anos de 1980 e início de 1990. Um estudo etnográfico sobre a Serra Pelada foi realizado por Cleary (1990) e outro sobre Roraima por MacMillan (1995), enquanto a corrida de Itaituba só foi tratada de forma sucinta por Mathis (1998) em um estudo histórico do garimpo da Amazônia e uma autobiografia foi publicada por um garimpeiro que participou da corrida ao ouro de Itaituba (RABELLO, 2006). A intenção aqui não é apresentar um estudo histórico detalhado da corrida ao ouro de Itaituba, mas sim focar as estórias dos ex-garimpeiros sobre a degradação humana nos campos de garimpo em comparação à sua vida atual como camponeses de frente de expansão.

O ouro foi descoberto nos tributários do rio Tapajós em 1958. Durante as três décadas seguintes, um enxame de garimpeiros foi atraído à região, trabalhando em mais de 300 campos, servidos por cerca de 200 pistas de aviação, espalhadas pela área remota em que o ouro se encontrava. A extração era com base no uso de equipamento de pressão d'água, destruindo as margens dos iguapés, peneirando a lama e separando o ouro com mercúrio, em um processo envolvendo considerável impacto ambiental na forma de assoreamento e contaminação dos cursos d'água. O impacto migratório foi desviar migrantes dos projetos de colonização do INCRA ao longo da rodovia Transamazônica (BR-230) e da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), atrasando por décadas a colonização agrícola nessa parte do Pará.

Nos campos viviam o “dono do garimpo” e os “peões” em condições piores do que àquelas no Maranhão. Ambos dormiam em redes embaixo de plásticos, comiam mal e irregularmente e sofriam da malária que infestava os campos. Como disse um ex-garimpeiro: “Quando caía um temporal no meio da noite, molhava tudo”. Outro homem se lembra gastar até um terço de sua renda com medicamento de preço exorbitante trazido por avião. Outro homem reclamou da alimentação à base de charque e farinha, ao mesmo tempo em que um dono de garimpo não economizava despesa para celebrar sua festa de aniversário, a ponto de mandar buscar *whisky* importado e comida de luxo. Fora isso, o único lazer após o serviço era beber cachaça barata. Havia algumas mulheres garimpeiras e uma comentou sobre sua vida atual em comparação com a anterior no garimpo nos seguintes termos, “este lugar é de paz, sou dona de minha terra e ninguém chega aqui à noite (*bebido*) para me incomodar (querendo relações sexuais)”.

Talvez a maior diferença na vida do dono do garimpo e seus peões fossem as condições de trabalho. O peão passava longas horas na água e na lama e era exposto ao contato direto com mercúrio. Também era obrigado a trabalhar dia após dia, mesmo quando doente, fato evidenciado em dois comentários sobre a vantagem de ser um agricultor independente: “Agora trabalho para mim mesmo e não para os outros, e ninguém me obriga a trabalhar quando estou doente ou quando está chovendo lá fora” e “Aqui ninguém vai me despedir porque estou doente”.

O garimpo de Itaituba entrou em colapso em 1990, sendo mais uma vítima da política econômica do confisco das poupanças no início do governo Collor. Da noite para o dia os compradores de ouro perderam acesso aos fundos que emprestavam para os donos de garimpo tocar suas operações. Além disso, os custos subiram e quando um dono de garimpo não lucrava, ele dava calote e fugia para Roraima. Alguns peões também foram para Roraima, mas outros ficaram no Oeste do Pará e se tornaram agricultores de frente de expansão.

Suprindo as Necessidades Básicas na Frente de Expansão

Os ex-garimpeiros, hoje camponeses de fronteira agrícola no Oeste do Pará, sofrem as mesmas limitações na produção comercial de outros agricultores ao longo das rodovias da Amazônia (veja BICALHO e HOEFLE, 2008; CALDAS et al., 2007 e GOMES et al., 2012, para maiores detalhes). A maioria das lavouras é colhida durante a estação chuvosa quando os ramais e as estradas principais se encontram intransitáveis. Para superar este impedimento, alguns pequenos produtores criam gado bovino que fica gordo

durante as chuvas e, se precisar, pode ser tangido ao mercado. Contudo, o tamanho do lote padrão do INCRA é de 100 hectares, dos quais só 20 podem ser explorados, sendo que essa área de pasto não suporta um rebanho grande suficiente para gerar renda suficiente. O limite de 20% é muito criticado pelos imigrantes porque eles são oriundos do Nordeste e o mais natural para eles seria limpar toda a área para a produção agrícola. Sua percepção do ambiente é fruto das paisagens domesticadas do seu lugar de origem, onde quase não há mais floresta e, conseqüentemente, sua ética ambiental carece dos elementos encantados dos ameríndios e ribeirinhos históricos da Amazônia de forma que não existe nenhum impedimento ideológico ao desmatamento.⁴

Em razão dos problemas de escoamento da produção perecível de maior valor agregado ao mercado, os agricultores plantam feijão, milho, mandioca e uma variedade frutífera para sua subsistência e arroz para mercados locais. Suínos e aves também são criados para o autoabastecimento e algumas reses de gado podem ser vendidas no mercado urbano limitado do Oeste do Pará, onde as cidades são poucas e muito distantes umas das outras. O principal produto comercial continua sendo o arroz, como no passado, no Maranhão, porém nos anos de 2000 apareceu um fungo que atracou a lavoura, constituindo-se em um problema perenal na Amazônia toda vez que se tenta explorar seu cultivo em escala comercial. Conseqüentemente, os produtores de frente de expansão ganham pouca renda monetária, geralmente vendendo madeira de lei e peles de animal de caça, que, obviamente, não são atividades sustentáveis, particularmente quando exploradas no Parque Nacional da Amazônia (Figura 7).



Figura 7 – Pequeno produtor com espingarda normalmente usada para caçar, mas nesta ocasião usada para se defender de uma onça rondando a vizinhança.

Fonte: Pesquisa de campo (2008).

Os problemas do camponês de fronteira podem ser realçados se comparados às atividades de pequenos produtores situados nos ramais de 50 a 70 quilômetros de distância de Itaituba, com os pequenos produtores localizados em áreas de colonização consolidada próximas à sede municipal. O segundo grupo se encontra em ramais com conservação razoável e tem acesso ao mercado urbano de mais de 72.000 consumidores (IBGE, 2012). Com tamanho médio do estabelecimento em torno de 126 hectares, este produtor tem 50% de terra a mais do que o produtor de ramal distante (Tabela 2). Possuindo um estabelecimento subpadrão, com apenas 84 hectares em média, o produtor de ramal distante enfrenta problemas monetários e acaba vendendo parcelas de suas terras. Um homem que vendeu todas as suas terras reclamou que também foi abandonado pela mulher, que se casou com outro proprietário local. Os estabelecimentos localizados próximos a Itaituba plantam maior área em lavoura e vendem mais produção. Contudo, ambos os tipos de produtor têm relativamente pouca área em pousio e isso representa uma ameaça à sustentabilidade em longo prazo. De acordo com estudos de agricultura de queimada em zonas tropicais do mundo, para manter a fertilidade do solo seria necessário um pousio de pelos menos cinco anos e idealmente mais de oito anos (BOSERUP, 1965).

Tabela 2 – Uso da terra entre pequenos produtores entrevistados no município de Itaituba (hectares).

Localização	Lavoura	Pasto	Pousio	Floresta	Total
Distante	4,6	7,2	3,3	69,5	84,6
Próxima	6,4	7,2	9,9	103,3	126,8

Fonte: Pesquisa de campo (2008).

A falta de sustentabilidade da agricultura de frente de expansão, por sua vez, causa altos níveis de mobilidade espacial, porque, depois de esgotar a fertilidade natural, o produtor passa para outro estabelecimento. Dos produtores situados nos ramais distantes, 57% deles já fizeram de cinco a oito mudanças de residência na sua vida e outros 16% de nove a quinze vezes. Boa parte das mudanças foi de garimpo em garimpo antes de 1990, mas as mudanças dos últimos vinte anos foram em função do esgotamento do solo na exploração agrícola.

Todos os produtores entrevistados próximos de Itaituba são do Maranhão e metade deles já foram garimpeiros durante a sua vida, de forma que esse trajeto de vida em si não causa o fracasso agrícola. São agricultores bem-sucedidos, que moram no seu estabelecimento atual em média a mais de quinze anos. Antes de se fixar no estabelecimento atual, 83% mudaram de residência apenas quatro vezes ou menos, bem diferente do comportamento dos produtores distantes, que moram em média oito anos no seu estabelecimento atual.

Além de problemas com o pousio, a mobilidade também é relacionada à insatisfação com a baixa renda agrícola. Como ocorre na Amazônia inteira, há um número relativamente grande de agricultores tentando vender seus produtos para mercados urbanos

limitados, fazendo com que eles acabem vendendo pouca produção. Os produtores próximos de Itaituba ganham mais do que o dobro da renda anual dos produtores dos ramais, R\$ 9.924,00 *versus* R\$ 4.511,00 em 2007, mas a renda é baixa para ambos grupos (Tabela 3). A grande dependência da renda de programas sociais é uma indicação das dificuldades de geração de renda agrícola nas frentes de expansão, com graves implicações para as políticas de conservação ambiental discutidas a seguir.

Tabela 3 – Fonte de renda dos produtores entrevistados no município de Itaituba, 2007

Tipo de Produtor e Trabalhador	Lavoura	Criação pequeno animal	Criação gado bovino	Trabalha fora da propriedade	Programa social	Total
Pequeno produtor próximo	5945	783	1050	0	2146	9924
Pequeno produtor distante	906	207	841	203	2354	4511
Trabalhador na lavoura	0	0	0	2325	374	2699
Trabalhador na pecuária	0	0	0	5236	0	5236

Fonte: Pesquisa de campo (2008).

É interessante notar que, apesar da baixa renda, a percepção do modo de vida dos produtores dos ramais distantes é favorável em comparação à sua vida no Maranhão e no garimpo. Quando indagados sobre sua vida anterior, 78% se consideram em condições melhores hoje. Entre as razões foram citados: a posse de terra, o trabalho com a família, a moradia e a alimentação. Um homem com 40 anos declarou: “Hoje tenho uma família e agora tenho o que comer”; um ponto de vista semelhante a outro homem com 52 anos que observou: “Quando eu era garimpeiro, passava muito tempo longe da família e hoje sempre estou com eles e trabalhamos juntos”. Geralmente, quando questionados sobre a vida no garimpo em comparação com a de hoje, quase todos começaram seus comentários dizendo: “Hoje moro em uma casa...”, que pode ser uma casa simples, mas é sólida, de alvenaria, com telhado de telha e um chão cimentado, o que é uma grande melhoria se comparado à vida acampando no garimpo. Com os comentários de, “Hoje como melhor” e “Agora sempre tenho comida”, os produtores expressaram o fato de que hoje têm uma alimentação variada à base de frango, porco, arroz, feijão, banana e fruta, cebolinha e, às vezes, alface.

O que falta aos produtores por via de renda monetária é compensado por pressão política das autoridades municipais, visando prover serviços de educação e de saúde. Tendo um trajeto de vida bastante similar do Maranhão, ao garimpo e, finalmente, ao camponês de fronteira faz com que eles tenham uma origem social que facilita a união política.⁵ Quando eram garimpeiros moravam no meio do nada, sem serviços de saúde e educação e havia alta mortalidade por malária. Hoje, a maioria mora em comunidades legalmente constituídas com água encanada, escola fundamental e posto de saúde. Comunidades bem organizadas podem montar projeto de moradia e conseguir a construção de casas bem acima do padrão normal da frente de expansão (Figura 8).



Figura 8 – Moradia e serviços básicos na comunidade de Nova Califórnia.
Fonte: Pesquisa de campo (2008).

Existem alguns ex-garimpeiros insatisfeitos com sua vida atual. Isso geralmente está relacionado à baixa renda obtida na agricultura em frente de expansão. Um homem lamentou que: “Quando era garimpeiro ganhei dinheiro mais rapidamente, mas o garimpo acabou e nada melhor apareceu”. Além disso, produtores que moram na zona rural, longe de comunidades, enfrentam maiores dificuldades no acesso aos serviços públicos.

Desflorestamento ou Colonialismo Carbônico?

Este trabalho poderia ter concluído com a interpretação relativista apresentada anteriormente. A flexibilidade do conceito de modo de vida sustentável permite aceitar o fato, o que parece pobreza para o pesquisador de fora pode ser considerado relativa prosperidade pela população local em comparação à miséria do Maranhão e à degradação do garimpo.

Contudo, a prática da agricultura camponesa por nordestinos nas frentes de expansão (Figura 9), junto à expansão de fazendas de gado e, mais recentemente, o agronegócio de grão, está devastando o Leste, o Sul e o Norte da Amazônia (Figura 10). Grandes fazendeiros e produtores de *commodities* são bastante evidentes, mas em anos recentes começa a destacar o papel dos camponeses de frentes de expansão e de assentamentos no processo maior de desflorestamento, bem como acontece em outras regiões do mundo. Vimos que isso acontece porque o tamanho do estabelecimento é inadequado, falta pousio, carecem de meios de transporte e os mercados locais são limitados. Consequentemente, se não interromper o processo, a maioria dos pequenos produtores migrará e continuará avançando contra a floresta primária, preparando o terreno para a expansão posterior de fazendas de gado e o agronegócio.

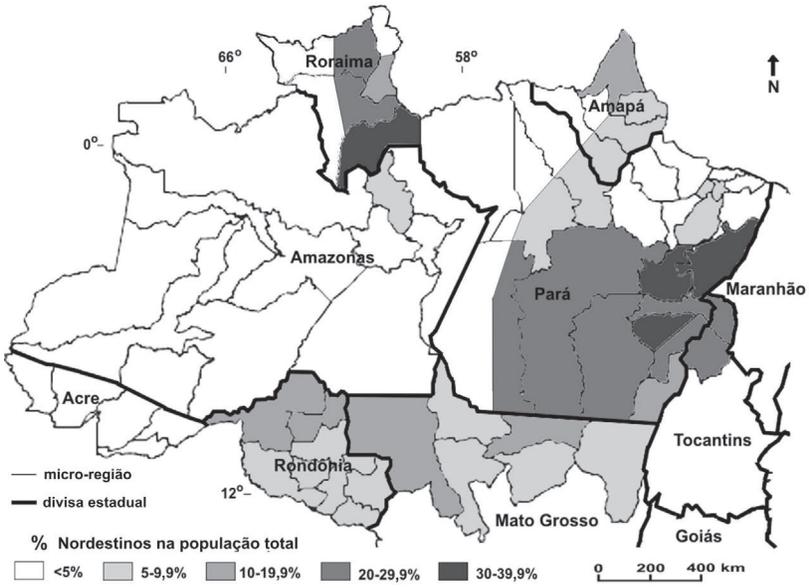


Figura 9 – Nordestinos na Amazônia
Fonte: IBGE (2000).

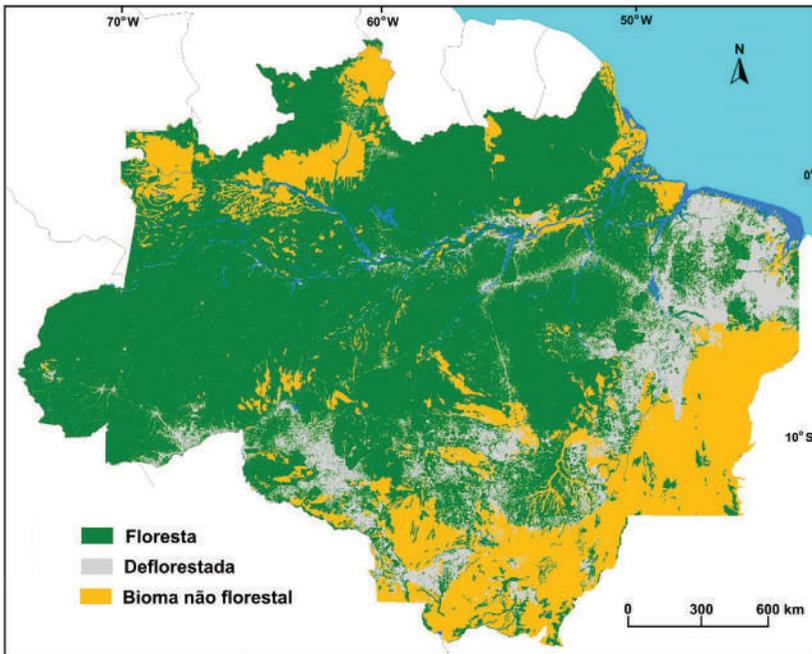


Figura 10 – Desflorestamento na Amazônia Brasileira
Fonte: IMAZON (2007).

Uma maneira para tentar fixar o pequeno produtor seria fornecer pagamento por serviços ambientais, fazendo com que a floresta valha mais do que como madeira e terra agrícola. Geralmente, esse tipo de pagamento faz parte de um sistema de créditos carbônicos visando a reduzir as queimadas e a liberação de emissões, sistema que surgiu nos acordos internacionais ratificados nas reuniões globais da Convenção sobre Mudança do Clima no Rio Cúpula da Terra de 1992, do Protocolo de Kioto de 1997 e da Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD) de Bali de 2007.

A lógica básica do sistema de créditos carbônicos envolve o financiamento de projetos de conservação em países em desenvolvimento para compensar as emissões nos países pós-industriais. O sistema gerou polêmica porque envolve colonialismo carbônico. As críticas mais comuns ao sistema REDD são: 1) grandes monoculturas de árvores comerciais podem ser consideradas como floresta, expandindo suas áreas em detrimento à população e à biodiversidade local; 2) estoques de carbono tornam-se *commodities* e os outros elementos de ecossistemas locais são ignorados; 3) o sistema permite que países pós-industriais continuem poluindo, porque (até 2008) só eles tinham os recursos para financiar projetos internacionais e 4) a soberania nacional, que pode ser ferida pela disputa de quem é o dono dos recursos protegidos (BUMPUS e LIVERMAN, 2011, p.201, 217-281).

Até o momento, o pagamento por serviços ambientais em um esquema REDD para agricultores pobres da Amazônia brasileira tem focado ameríndios e camponeses ribeirinhos presentes em zonas preservadas. Desde 2007, o governo do estado do Amazonas faz esse tipo de pagamento por meio do Programa de Bolsa Floresta. Até março de 2012, o programa expandiu para incluir 8.090 famílias residentes em unidades de conservação. Os beneficiados recebem R\$ 50,00 por mês e são desenvolvidos projetos comunitários para produtos da floresta, geralmente envolvendo beneficiamento da Castanha-do-Pará (FAS, 2007, 2012; VIANA, 2008).

Em 2011 o governo federal também deu início ao programa social Bolsa Verde, visando o mesmo tipo de população residente em unidades de conservação, mas localizada em outros estados da Amazônia Legal. O programa também contempla a população presente em outras áreas de importância ambiental, como os camponeses tratados aqui. O Bolsa Verde começou beneficiando 18.000 famílias da Amazônia e a meta é atingir 73.000 famílias rurais em todo o país até 2014. O pagamento é de R\$ 100,00 por mês, que pode ser combinado com o Bolsa-Família, que variava entre R\$ 32,00 e R\$ 76,00 por mês de acordo com o número de filhos (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2011; VIANA, 2011).

Os dois programas representam um avanço em relação à política neoliberal da Reserva Legal, que, na Amazônia, limita a área produtiva a 20% da área total de um estabelecimento, fazendo com que a responsabilidade para a preservação dos outros 80% da propriedade recaia sobre o produtor e não o Estado. Contudo, o pagamento mensal é muito pouco e muito aquém do valor da floresta para a extração de madeira de lei e a conversão em terra agrícola para gado e *commodities*, particularmente nas áreas fora das unidades de conservação, onde a maior pressão para o desflorestamento incide.

Também resta saber se os governos estaduais e federal manterão os programas de pagamento por serviços ambientais, já que a economia brasileira continua desacelerando e a União Europeia permanece em crise. O contexto econômico dos anos de 1990 foi bastante favorável para a implementação de novos programas ambientais, mas o

Hoefle, S. W.

contexto depois de 2000 deteriorou bastante, a ponto de apresentar resultados parcos nas sucessivas cúpulas globais. Desde os anos de 1990, a União Europeia foi um financiador ativo em vários programas ambientais no país, mas, a partir da crise 2008, o bloco teve de aplicar mais recursos aos seus próprios problemas. Neste contexto, fica difícil imaginar novas iniciativas ambientais. Sintomática da tendência negativa foi a última cúpula global, a Varsóvia Conferência sobre Mudança Climática de 2013, na qual o único avanço foi a expansão do sistema REDD, não havendo nenhum progresso na diminuição das emissões dos países industriais emergentes e pós-industriais. O colonialismo carbônico não podia ser mais claro.

Além disso, fica evidente, pelo exposto neste trabalho, que soluções restritas à Amazônia ignoram a questão da pobreza do Nordeste, que levam camponeses a migrar cada vez mais para o coração da Amazônia. O estado do Maranhão, em particular, é uma paisagem de desespero que pouco se beneficiou do fato de que seus políticos têm ocupado os cargos mais altos da República. Assim sendo, para reduzir o desflorestamento na Amazônia, não basta punir desmatamentos e desenvolver sistemas agrícolas sustentáveis à região⁶ ou pagar migalhas por serviços ambientais. Também é necessário atacar os problemas ambientais, econômicos, sociais e políticos do Nordeste.⁷ Para isso, fará muita falta na discussão das políticas socioambientais para a Amazônia, a visão maior de relações inter-regionais de Bertha Becker.

Referências Bibliográficas

ALDRICH, S.; WALKER, R.; SIMMONS, C.; CALDAS, M.; PERZ, S. Contentious land change in the Amazon's arc of deforestation. *Annals of the Association of American Geographers*, v.102, nº 1, 2012, p.103-128.

ANDRADE, M. C. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

BARRACLOUGH, S.; GHIMIRE, K. B. *Agricultural expansion and tropical deforestation*. London: Earthscan/UNISD, 2000.

BESKOW, P. R. *O arrendamento capitalista na agricultura: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Hucitec, 1986.

BICALHO A. M.; HOEFLE, S. W. Divergent trends in Brazilian rural transformation: cattle ranching in the agreste and irrigation in the sertão. *Bulletin of Latin American Research*, v.9, nº 1, 1990, p.49-77.

_____. From family feud to organised crime: a cultural economy of cannabis in North-east Brazil. *Bulletin of Latin American Studies*, v.18, nº 3, 1999, p.343-360.

_____. On the cutting edge of the Brazilian frontier: new and old agrarian questions in the South Central Amazon. *Journal of Peasant Studies*, v.35, nº 1, 2008, p.1-38.

_____. Economic development, social identity and community empowerment in the Central and Western Amazon. *Geographical Research*, v.48, nº 3, 2010, p.281-296.

BOSERUP, E. *The conditions of agricultural growth*. Chicago: Aldine, 1965.

BROWN, J. C.; JEPSON, W.; PRICE, K. P. Expansion of mechanized agriculture and land-cover change in southern Rondônia, Brazil. *Journal of Latin American Geography*, v.3, nº 1, 2004, p.96-101.

BROWN, L. R. Growing demand for soybeans threatens Amazon rainforest. Update 68 to Plan B 4.0: Mobilizing to Save Civilization. Earth Policy Institute. Disponível em: <http://www.earth-policy.org>, 2009.

BUMPUS, A. G.; LIVERMAN, D. M. Carbon colonialism? In: PEET, R.; ROBBINS, P.; WATTS, M. (orgs.). *Global Political Ecology*. London: Routledge, 2011, p.203-224.

BUTLER, R. A. *Threats from mankind*. Disponível em: www.mangabay.com, 2010.

_____. *Deforestation in the Amazon*. Disponível em: www.mangabay.com, 2012.

CALDAS, M.; WALKER, R.; PERZ, S.; ARIMA, E.; ALDRICH, S.; SIMMONS, C. Theorizing land cover and use change: the peasant economy of colonization in the Amazon Basin. *Annals of the Association of American Geographers*, v.97, nº 1, 2007, p.86-110.

CLEARY, D. *Anatomy of the Amazon gold rush*. Basingstoke: Macmillan, 1990.

COLCHESTER, M.; LOHMANN, L. (orgs.) *Struggle for land and the fate of the forests*. Penang: World Rainforest Movement, 1995.

DAVIDSON, E.; ARAÚJO, A.; ARTAXO, P.; BALCH, J.; BROWN, I.; BUSTAMANTE, M.; COE, M.; DEFRIES, R.; KELLER, M.; LONGO, M.; MUNGER, J.; SCHROEDER, W.; SOARES FILHO, B.; SOUZA, J.R.; WOFYSY, S. The Amazon basin in transition. *Nature*, v.481, 2012, p.321-328.

FAS (Fundação Amazonas Sustentável). *Criação e significado da Bolsa Floresta*. Manaus: Disponível em: www.fas-amazonas.org, 2007.

_____. *8090 famílias cadastradas na Bolsa Floresta*. Manaus: Disponível em: www.fas-amazonas.org, 2012.

FOWERAKER, J. *The struggle for land*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1973(1963).

Hoefle, S. W.

GCP (Global Carbon Project). *GCP – Carbon Budget*. Disponível em: www.globalcarbonproject.org/carbonbudget/07/index.htm, 2007.

GOMES, C. V. A.; PERZ, S. G.; VADJUNEC, J. M. Convergence and contrasts in the adoption of cattle ranching. *Journal of Latin American Geography*, v.11, nº 1, 2012, p.99-120.

GRUNWALD, N. *The clean energy scam*. Time, 04/07/2008.

HECHT, S. B.; COCKBURN, A. *The fate of the forest: developers, destroyers, and defenders of the Amazon*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

HINE, R. V. e FARAGHER, J. M. *The American West*. New Haven: Yale University Press, 2000.

HOEFLE, S. W. Nordeste: desequilíbrio econômico, autoritarismo e voto de cabresto. *Comunicação e Política*, v.7, nº 1, 1987, p.21-58.

_____. A permacultura e a sustentabilidade rural regional na Amazônia. In: BICALHO, A. M. e HOEFLE, S. W. (orgs.). *A dimensão regional e os desafios da sustentabilidade rural*. Rio de Janeiro: LAGET-UFRJ/CSRS-IGU, 2003, p.331-347.

_____. Twisting the knife: frontier violence in the Central Amazon. *Journal of Peasant Studies*, v.33, nº 3, 2006, p.445-478.

_____. Enchanted (and disenchanting) Amazônia: environmental ethics and cultural identity in northern Brazil. *Ethics, Place and Environment*, v.12, nº 1, 2009, p.170-192.

_____. Soybeans in the heart of the Amazon? *Horizons in Geography*, v.81-82, 2012, p.94-106.

IANNI, O. *Colonização e contra reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Censo Demográfico*. Disponível em: www.ibge.gov.br, 2000.

_____. *@cidades*. Disponível em: www.ibge.gov.br, 2012.

_____. *Contas regionais do Brasil – 2011*. Disponível em: www.ibge.gov.br, 2013.

IMAZON (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia). *Biomass and deforestation in the Amazon Legal* (map). Disponível em: <http://www.imazon.org.br>, 2007.

MACMILLAN, G. *At the end of the rainbow?* London: Earthscan, 1995.

MATHIS, E. Garimpagem de ouro e valorização da Amazônia. *Paper do NAEA*, nº 101. Belém: UFPA, 1998.

MINTER (Ministério do Interior). *Plano integrado contra os efeitos da seca no Nordeste*. Brasília, 1973.

MORAN, E. F. *Developing the Amazon*. Bloomington: University of Indiana Press, 1981.

_____. Farming systems in the Amazon. *Culture & Agriculture*, v.15, 1982, p.1-8.

MORENGO, J. A. *Measure of the impacts of vulnerability and adaptation to climate change in South America*. New York: United Nations. Disponível em: http://unstats.un.org/unsd/climate_change/docs/presentations/session3.pdf, 2008.

NUGENT, S. W. Whether o campesinato? Historical peasantries of Brazilian Amazonia. *Journal of Peasant Studies*, v.29, 2002, p.162-189.

PAGE, J. A. *The revolution that never was: north-east Brazil 1955-1964*. New York: Grossman, 1972.

PNUD BRASIL (Programa das Nações Unidas para o Brasil). *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013*. Disponível em: www.pnud.org.br.

PRADO JR., C. *História econômica no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987(1945).

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Lei que cria a Bolsa Verde é sancionada pela presidenta Dilma Rousseff*. Disponível em: <http://blog.planalto.gov.br/lei-que-cria-o-bolsa-verde>, 2011.

SAGI (Secretaria de Avaliação e Gestão de Informações). *Relatórios de Informações Sociais*. Disponível em: www.mds.gov.br, 2013.

RABELLO, E. L. *20 Anos nos garimpos do Tapajós*. Santarém, 2006.

SCHMINK, M.; WOOD, C. H. *Contested frontiers in Amazonia*. New York: Columbia University Press, 1992.

SIMMONS, C.; WALKER, R.; ARIMA, E.; ALDRICH, S.; CALDAS, M. Amazonian land war in the south of Pará. *Annals of the Association of American Geographers*, v.86, 2007, p.567-92.

SOUZA, A. *O Nordeste Brasileiro*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1978.

VELHO, O. *A frente de expansão*. Rio de Janeiro: Zarur, 1972.

Hoefle, S. W.

VIANA, V. M. *Bolsa Floresta*. Estudos Avançados, 22(64):143-153, 2008.

_____. *Bolsa Floresta e Bolsa Verde: semelhanças, diferenças e desafios*. Disponível em: <http://envolverde.com.br/ambiente/legislacao-ambiente/bolsa-floresta-e-bolsa-verde>, 2011.

WALKER, R. The impact of Brazilian biofuel production on Amazônia. *Annals of the Association of American Geographers*, v.101, nº 4, 2011, p.1-10.

WOLF, E. *Peasants*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966.

WORLD BANK. *CO₂ emissions by country 2004-2010*. Disponível em: <http://search.worldbank.org/data=co2+emissions+total+by+country>, 2013.

Recebido em: 6/12/2013 Aceito em: 28/12/2013

¹ Consulte Barraclough e Ghimire (2000) e Colchester e Lohmann (1996) para estudos sobre o relacionamento entre a estrutura agrária e o desflorestamento em diferentes regiões do mundo.

² Os imigrantes pobres do Maranhão são típicos camponeses de fronteira na clássica definição de Wolf (1966): pequenos produtores que praticam a agricultura de queimada móvel que se deslocam ao longo da fronteira agrícola para fugir do pagamento de aluguel e tributo às classes fundiárias no território consolidado de estados e impérios e entram em conflito com povos tribais cujas terras são usurpadas. O quadro de atores sociais na Amazônia, porém, é bem mais complexo do que a dualidade camponês *versus* ameríndio. Apesar de grande mortalidade indígena e dos deslocamentos espaciais do período colonial, existe hoje um degrade étnico desde ameríndios tribais em locais remotos, a ameríndios não tribais em lugares acessíveis, a ribeirinhos que já foram indígenas um dia e que ainda têm bastante em comum com os segundos e, finalmente, os camponeses de fora que, culturalmente, têm pouco em comum com os outros grupos. Desde 1975, o autor tem realizado pesquisa com todos os grupos e avocou em outro lugar (2009) uma abordagem inter-relacionada em vez da abordagem etnográfica, tipicamente essencialista, do “meu povo puro *versus* os outros”, que talvez seja mais uma construção mental do pesquisador do que a realidade amazônica.

³ Este artigo, publicado na renomada revista *Nature*, apresenta uma síntese dos resultados da LBA (Large-Scale Biosphere Atmosphere Experiment) na Amazônia e maiores detalhes sobre desflorestamento e mudança climática do projeto estão disponíveis no site <http://www.lbaeco.org/lbaeco>.

⁴ Veja Hoefle (2009) para um estudo comparativo da ética ambiental e identidade cultural na Amazônia.

⁵ Para um estudo comparativo de identidade social, empoderamento político e desenvolvimento comunitário na Amazônia central e ocidental, consulte Bicalho e Hoefle (2010). A origem regional da população nas frentes de expansão da Amazônia ocidental e central é mais complexa do que na Amazônia oriental. Na primeira, mais de a metade dos produtores ao longo de rodovias é de origem local enquanto os outros vêm de todo o Brasil. Bicalho e Hoefle (2008) tratam o Sul do estado do Amazonas e Hoefle (2003) a área ao Norte de Manaus. Alguns maranhenses estão presentes nestas frentes de expansão, mas não de forma massiva como na Amazônia oriental e no estado de Roraima, que é fruto das corridas do ouro no passado.

⁶ Moran (1982) e Hoefle (2003) tratam várias experiências com sistemas agrícolas alternativos que são mais apropriados às condições socioambientais da Amazônia.

⁷ Consulte Hoefle (1985) e Bicalho e Hoefle (1990, 1999) para mais informações sobre as políticas de subdesenvolvimento no Nordeste.

A Questão Ambiental e a Nova Geopolítica das Nações: Impactos e Pressões sobre a Amazônia Brasileira

Environmental Issues and the New Geopolitics of Nations: Impacts and Pressures on the Brazilian Amazon

Marcelo Campelloⁱ

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: Nas últimas décadas, a questão ambiental tornou-se um tema fundamental nas discussões travadas no sistema interestatal capitalista por razões com motivações político-ideológicas que ultrapassam o caráter ecológico. Percebe-se na relação entre os países industrializados avançados e os países periféricos, que existe uma clara tentativa dos primeiros, representados por suas corporações econômicas e organizações político-sociais, de impor ao restante do mundo padrões de desenvolvimento econômico, como o desenvolvimento sustentável e a economia verde. Para tanto, fez-se uma leitura das pressões e ambiguidades do ambientalismo político sobre a Amazônia brasileira na atual conjuntura do sistema interestatal. Constatou-se que não há, contudo, críticas tampouco mudanças estruturais no modelo de desenvolvimento ocidental. A sustentabilidade exigida pela comunidade global para a Amazônia, ancorada na dimensão ambiental e climática, não leva em conta a situação em que se encontra a população regional, muito menos, suas dificuldades econômicas e condições socioambientais. A Amazônia tornou-se um símbolo ecológico global. Mas, para quem?

Palavras-chave: Geopolítica; Questão ambiental; Amazônia; Desenvolvimento Regional.

Abstract: In recent decades, environmental issues have become key topics for discussing the Interstate Capitalist System for reasons of a political and ideological nature that go beyond ecology. In the relationship between the advanced industrialized countries and peripheral countries the former, as represented by their economic corporations and socio-political organizations, try to impose on the rest of the world new patterns of economic development, such as sustainable development and green economy. This perspective sheds light on pressures and ambiguities present in environmental politics for the Brazilian Amazon within the current Interstate Capitalist System. It argued here that when one looks beyond the rhetoric little has actually changed in the Western development model. The sustainability demanded by the global community for the Amazon, is anchored solely in the environmental and climate dimension and does not take the regional population into account thus ignoring their economic difficulties and environmental relationships. Without doubt the Amazon has become a global ecological symbol but the question is for whom?

Keywords: Geopolitics; Environmental Issues; Amazon; Regional Development.

ⁱ Mestre em Economia Política Internacional (IE/UFRJ) e Professor de Geografia do Colégio Aplicação da UFRJ. campellogeo@gmail.com

Introdução

Nas últimas décadas, a questão ambiental tornou-se um tema fundamental nas discussões travadas no sistema interestatal capitalista por razões com motivações político-ideológicas diferentes. Por um lado, no mundo contemporâneo, proliferam estudos científicos ecológicos difundidos por diferentes vozes, que afirmam que o aumento da escala de ação humana no planeta levou à ciência a nos reconhecer como uma força geofísica com elevado poder de transformação da ordem natural do meio e que, por causa dos crescentes impactos antrópicos “ecoagressivos” à Terra, o futuro da humanidade está em risco. A outra motivação, justificativa teórica deste artigo, colocou o meio ambiente no centro de um debate geopolítico global e surge por razões que ultrapassam o caráter ecológico. A questão ambiental tornou-se, também, um tema geopolítico transdisciplinar com importante relevância na agenda de Estados nacionais e de atores econômicos, sobretudo políticos com influência global.

Propõe-se brevemente, neste artigo, apresentar a hipótese de uma imposição geopolítica ambientalista sobre o Brasil – um dos países semiperiféricos emergentes em uma ordem mundial baseada em múltiplos polos de poder econômico –, especificamente na Amazônia brasileira, região de maior biodiversidade planetária e símbolo ecológico de um contexto global de “ambientalização”.

A região, por um lado, apresenta sérios riscos de sofrer ingerências externas por meio de uma “onda” global de mecanismos e ideologias que buscam reconhecê-la como a principal portadora da biodiversidade e com papel decisivo na regulação climática do planeta. Por outro lado, o Estado brasileiro poderia aproveitar esta oportunidade política e incentivar um pleno desenvolvimento amazônico, pautado no conhecimento da natureza, algo que não vem sendo feito, para fortalecer o interesse e a presença nacional e também a soberania de outros Estados nacionais que compõem a bacia.

O Brasil poderia, assim, ser uma voz ativa e uma nova liderança mundial em um cenário diplomático repleto de paradoxos e contradições políticas de um futuro que já se faz presente. Além disso, tais ações poderiam representar os pilares para um padrão de desenvolvimento autônomo e de integração regional sob a liderança política do Brasil.

A Questão Ambiental como Paradigma Geopolítico

Os primórdios dos movimentos ecológicos e da discussão ambientalista sob uma perspectiva geopolítica confundem-se com as primeiras reuniões engendradas pelo Clube de Roma, na década de 1960. O Relatório *The Limits of Growth*, de 1972, foi o embrião das discussões sobre a relação homem e o ambiente, na qual se abordou a situação presente e o futuro dos homens. Esse relatório, em uma perspectiva neomalthusiana, apontou elementos limitantes ao crescimento dos países relacionados a cinco pontos centrais: i) crescimento demográfico; ii) produção alimentar; iii) ritmo de crescimento industrial; iv) níveis de poluição; v) e consumo de recursos naturais (MEADOWS *et al.*, 1972). A ecologia tornou-se uma preocupação global no desenrolar dessa discussão durante esse contexto, especificamente na Conferência de Estocolmo, em 1972.

Não por acaso, essa discussão veio à tona em uma conjuntura de estagnação e recessão econômica dos países centrais pós-crise de 1973 e 1979, período em que alguns países periféricos revelavam-se como ameaças aos interesses do bloco hegemônico. O meio ambiente por meio de um processo descrito como “ambientalização” já aflora como uma estratégia política na agenda global dos Estados nacionais.

Após algumas décadas do surgimento deste debate, sobretudo com as diversas Conferências das Nações Unidas Sobre a Temática, como as de 1972, 1992 e 2012, os pressupostos ideológicos lançados pelas grandes potências não questionam a essência do capitalismo e elegem a tecnologia como a ferramenta salvadora do planeta, podendo perpetuar a divisão internacional do trabalho. A tecnologia, condição necessária para uma economia de baixo carbono, pode minimizar de maneira significativa o antropogenismo global, mas não resolve.

Becker (1992) ao revelar que a questão ecológica é tecnológica, geopolítica e, conseqüentemente, ideológica, já temia o processo de *apartheid* tecnológico, que poderia acentuar a nova ordem mundial simbolizada pela oposição Norte/Sul.

Uma das mais importantes questões políticas no final do século tende a ser, portanto, a acentuação das desigualdades entre centros e periferias. Na medida em que a disputa Leste/Oeste desaparece, o mundo passa a ser dividido entre o rápido e o lento a partir da posse do conhecimento científico e das redes de comunicação. Trata-se da era do *apartheid* tecnológico (BECKER, 1992, p. 192).

As estratégias de poder e a mercantilização dos elementos da natureza fazem parte de um “jogo” denominado Porto-Gonçalves (2006) como “geopolítica da biodiversidade”. Tais mecanismos regulatórios e conceitos portadores de verdades “universais”, como o desenvolvimento sustentável e a economia verde, devem ser inseridos na lógica de construção de um neoliberalismo de caráter ambiental. O mesmo autor, ao relacionar a ligação entre tecnologia, poder e meio ambiente, aponta como as implicações da privatização do mundo da ciência e da técnica repercutem na estreita relação entre o grande capital e os líderes na esfera política mundial. A mercantilização dos elementos da natureza por meio de mercados fictícios em bolsas de valores e o controle de patentes “tecno(eco)lógicas” por corporações de nações poderosas vêm contribuindo para a persistência do abismo existente entre o centro e a periferia na atual conjuntura global.

Na virada do milênio inicia-se o uso do capital natural reservado na década de 1990, acentuando-se a vertente da acumulação em contraposição à vertente capitalista. Observa-se um processo de mercantilização de elementos da natureza transformados em mercadorias fictícias, pois não foram produzidas para venda no mercado – que geram mercados reais, cuja regulação está em curso nos grandes fóruns globais (BECKER, 2005, p. 36).

A revolução tecnocientífica reconfigurou o sistema interestatal capitalista e o colocou em sua fase globalizante e monopolista-financeira. Como forma de recuperar o sistema de uma crise financeira do modelo neoliberal, pretende-se, também, mercantilizar

os elementos da natureza, inclusive por uma nova solução promovida pelo mundo corporativo atendendo pelo nome de economia verde (CALDAS e QUINTELA, 2011).

Seguindo essa perspectiva analítica, a questão ambiental passa a ser uma ferramenta política utilizada por países centrais, organizações multilaterais e corporações econômicas. A partir do interesse econômico-nacionalista, Caldas e Quintela (*Op. Cit.*), colocam:

De fato, é impressionante a capacidade criativa que as grandes empresas e instituições financeiras têm de se reinventar e auferir ainda mais lucros nos momentos de instabilidade política, de grandes tragédias sociais e catástrofes naturais (CALDAS e QUINTELA, 2011, p. 16).

A privatização e financeirização da natureza não surgem de uma vontade explícita de transformação do modelo de organização socioeconômica no qual vivemos há séculos. Pelo contrário, por meio de mecanismos regulatórios como o “mercado de crédito de carbono” e o REDD (*Reduced Emissions for Deforestation and Degradation*), a já díspar divisão internacional do trabalho pode ser agravada e os impactos antrópicos serem, agora, legitimados e exclusivos daqueles que podem pagar pelo direito de poluir em favor do bem-estar social de uma minoria do planeta. Quando, na verdade, o modelo de desenvolvimento sustentável deveria se afirmar por meio do pagamento de quem polui e, principalmente, de quem já poluiu!

O REDD, por exemplo, não só mantém como contribui para aumentar os processos de apropriação destrutiva da natureza e de destruição de sua organização ecológica.

Os mecanismos de pressão idealizados pelos principais atores e líderes do sistema interestatal capitalista atuam sob uma falsa bandeira ecológica e possuem interesses implícitos dos Estados-economias nacionais que lideram o sistema há séculos. Tais ações tornarão os países subdesenvolvidos e, principalmente, as camadas mais oprimidas de suas populações, como os povos indígenas, camponeses e outras populações tradicionais, fornecedores de um novo tipo de trabalho remunerado (CALDAS e QUINTELA, 2011, p. 16). Suas florestas e reservas naturais, imobilizadas para absorver gases emissores de efeito estufa (GEEs), virarão uma mercadoria, e a natureza, elemento estratégico no novo biocapitalismo baseado na genética, um serviço ambiental aos países centrais.

Sob a égide do chamado “desenvolvimento sustentável”, esse “esverdeamento” do capitalismo está diretamente relacionado ao aumento exponencial da apropriação dos recursos naturais, da expropriação de pessoas e comunidades de suas terras e territórios e, finalmente, da exploração de agricultores e comunidades tradicionais, que, mediante contratos públicos ou privados, passam então a ser considerados “prestadores de serviços ambientais” (CALDAS e QUINTELA, 2011, p. 16).

A Amazônia como Símbolo Ecológico Global

A maior floresta tropical, a maior fonte de água doce, a maior biodiversidade, muito se fala da Amazônia como bioma, como fonte de riqueza natural e diversidade ecológica. Intensa bibliografia e literatura abarcam esta temática. Todavia, as especificidades

internas amazônicas e a invisibilidade das questões socioeconômicas, no meio urbano e no meio rural, são pouco debatidas na pesquisa acadêmica e nos grandes fóruns políticos e ambientais globais.

Quando abordamos a questão ecológica na Amazônia, a desideologização do meio ambiente como algo utópico é uma premissa. A visão ambientalista dominante coloca a Amazônia – o bioma – como guardião do futuro climático mundial. Não se pode negar a importância da Amazônia como patrimônio natural e cultural da humanidade, mas há que se pensar a região de forma crítica, para observar que, nela, a maioria da população vive em péssimas condições, inclusive sanitárias e ambientais, o que repercute negativamente em sua economia, no padrão de vida de seus habitantes e, principalmente, na saúde da população, além de contribuir para um círculo vicioso de impactos ao próprio ambiente.

Com o latente questionamento acerca do aquecimento global e das mudanças climáticas, além da possível escassez futura de água potável, uma diversidade de atores e grupos, nacionais e internacionais, lutam pela defesa da região em uma visão estritamente utópica e sem levar em consideração as especificidades regionais, as distintas realidades dos países amazônicos e, muito menos, de seus habitantes.

A partir de análises produzidas em Campello (2011) em relação ao espaço ambiental urbano amazônico, constatou-se que a disponibilidade de serviços básicos de infraestrutura sanitária fornece indicadores importantes a respeito da qualidade de vida da população, pois as condições de saneamento interferem diretamente nos impactos causados na saúde pública e no ambiente das cidades regionais. Tais contradições, de certa forma, são invisíveis aos olhos dos mesmos atores que lutam pelo meio ambiente com objetivos circunscritos em uma consciência-ecológica “primeiro-mundista” e tampouco por aqueles com interesses voltados à mercantilização e apropriação dos elementos da natureza.

A Amazônia é extremamente diversificada do ponto de vista ecológico, social e ambiental, e a compreensão de seu espaço como algo homogêneo é um entrave às políticas públicas e ao pleno desenvolvimento. As questões relativas à Amazônia são complexas, por ser ela uma região que carrega consigo mitos e dilemas que perduram da era colonial até os dias de hoje, agravados, principalmente, em decorrência dos seus processos históricos, políticos e econômicos, e, no mundo contemporâneo, por fatores que extrapolam a ecologia legítima.

Por tudo isso, falar em meio ambiente no território de maior biodiversidade global é contraditório. Como aceitar que há escassez de água potável em cidades inseridas na Bacia Amazônica? No caso nacional, muitas dessas cidades ainda possuem os piores números na questão do abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto, de internações por malária, e de doenças veiculadas pela água, como as diarreias. Apesar da relativa melhora em alguns pontos, ainda possuem números que correspondem à alta taxa de mortalidade infantil, além de outros indicadores relacionados ao saneamento básico e ambiental e à saúde pública (CAMPELLO, *Op. Cit.*).

A região, para alguns, é um espaço geopolítico estratégico como regulador das possíveis mudanças climáticas e, para outros, uma fronteira econômica amplamente cobiçada pelas metrópoles brasileiras e por potências e corporações internacionais.

Szwarcwald *et al.* (1992) sustentam que a preocupação com o futuro comum do planeta e a almejada sustentabilidade não passam de uma retórica, se antes não enfrentarmos, com seriedade, a situação de penúria em que se encontram dois terços da

humanidade, e no caso brasileiro, parte considerável da população, principalmente dos complexos regionais Nordeste e da Amazônia, recorte espacial de análise em questão.

A modernização perversa no Brasil teve e ainda tem impactos na reprodução humana das camadas mais oprimidas da população, sobretudo das regiões mais pobres do país (GIFFIN, 1992). Na Amazônia, o processo de ocupação a partir de uma economia de fronteira e do predomínio de tipos de atividades econômicas predatórias decorrentes das necessidades do mercado externo são fatores que devem ser considerados para entender a urgente questão ambiental, ou melhor, socioambiental, que aflige verdadeiramente a região e os seus habitantes. Além disso, o processo de concentração de terra e renda no espaço agrário gerou processos de urbanização acelerados e excludentes que, dentre outros impactos, trouxeram para o espaço amazônico um fenômeno conhecido como a 'urbanização da pobreza' e deterioração da qualidade de vida (MACHADO *et al.*, 2008; BECKER e EGLER, 1992).

A sustentabilidade exigida pela comunidade global para a Amazônia, ancorada na dimensão ambiental e climática, não leva em conta a situação em que se encontra a população regional, muito menos suas dificuldades econômicas e condições socioambientais. Os interesses implicitamente colocados na atual conjuntura do sistema interestatal capitalista estão voltados para o capitalismo globalizante neoliberal. Hess (2007, p. 22) insinua que "muitas vezes as elites econômicas e políticas veem suas ações como representando os melhores interesses da sociedade".

Sustentabilidade é sustentar ao máximo, ao longo do tempo, não somente os recursos econômicos, mas também os valores ambientais, sociais, culturais e, sobretudo éticos, conforme sugere Nogueira-Neto (1994).

Desse modo, para entendermos como a Amazônia se transformou em símbolo ecológico, é preciso remontar a meados do século passado.

Becker (2010) assinala que:

A partir dos 1970 a revolução científico-tecnológica valorizou duplamente a natureza amazônica, como capital natural e como condição de sobrevivência do planeta. Ao mesmo tempo, a crescente velocidade e a incerteza dos processos globais tornam difícil discernir o significado efetivo dos projetos propostos para seu desenvolvimento. A difusão ampla e veloz dos perigos do aquecimento global e da economia verde como uma solução, dificultam uma reflexão maior sobre o interesse nacional e regional na adoção dessas proposições (BECKER, 2010, p. 1).

Somente depois da década de 1970, por meio de uma mudança de contexto geopolítico e também pela luta e o "empate" dos seringueiros pela preservação de seu modo de vida baseado na exploração sustentável dos recursos florestais, liderados por Chico Mendes, que a atenção da comunidade internacional voltou-se aos sangrentos conflitos pela posse da terra (grileiros x posseiros) e no avanço cada vez maior da agropecuária nos moldes da *plantation* e da extração ilegal de madeira. Nos anos 1980, em face da escala de grandes projetos, inclusive madeireiros, que atuavam diretamente sobre vastas extensões de florestas, foram atingidas diretamente as comunidades indígenas e extrativistas. A região, ainda na década de 1980, tornou-se cenário para as discussões ambientalistas pela preservação das florestas tropicais.

Observa-se que a natureza, desde então, foi dissociada da sociedade, e as cidades e os homens como que situados fora do meio ambiente. A questão ambiental surge, portanto, como um tema político e, nessa perspectiva, a vida dos amazônidas e as mazelas sociais regionais não mereceram tanta ênfase.

Szwarcwald *et al.* (1992, p. 251), apontam que a “consciência da preservação ecológica só pode ser interiorizada e reproduzida quando as sociedades e, em particular, os indivíduos que a compõem se sentirem atores na construção de uma ordem social que os considere e os inclua”. As características da utopia ambiental ora em voga excluem as camadas mais pobres e os países periféricos da sociedade de consumo em nome do bem-estar global que, contraditoriamente, não os atinge.

Certamente, é preciso conter o desflorestamento que exerce impactos negativos na saúde da população e nas possibilidades econômicas futuras da Amazônia, que perde os serviços de saúde que os ecossistemas podem oferecer, como a cura de doenças e tratamentos fitoterápicos, e sofre os efeitos da poluição e vinda de vetores e pragas para o ambiente urbano. O mero ambientalismo “fundamentalista” não protege a natureza, tampouco impede o avanço das *commodities*, que na lógica de economia de fronteira, derruba florestas e dá lugar a pastos, especulação e conflitos fundiários, inaugurando o apogeu do agronegócio na política nacional (como a polêmica do *Código Florestal* no Congresso Nacional que se arrastou durante anos).

A ideia de defesa das florestas tropicais, em especial da Amazônia, reside em sua dupla função. De pé, ela retém GEEs, tornando-se um verdadeiro sumidouro de carbono; e se for derrubada e queimada, pelo contrário, constitui-se em forte emissora desses gases (BECKER, 2010). Não se pode negar a importância da luta ambientalista, mas é impossível controlar e evitar o uso da terra em tão gigantesca região sem criar alternativas econômicas viáveis que forneçam perspectivas e geração de renda para a população. É de fundamental importância o debate sobre novas propostas para a preservação do patrimônio natural da Amazônia, mas com o pensamento que considere, além de determinados aspectos do bioma, a questão social evidenciada pelo fato de que a Amazônia brasileira abriga em seu interior vinte e cinco milhões de habitantes, dos quais mais de 70% vivem em cidades.

A visão dominante ambientalista, além de não levar em conta os danos ambientais históricos dos países centrais sobre os recursos naturais e a saúde humana, torna-se uma imposição estratégica aos países periféricos e emergentes. Tal pressão ainda não revelou sua verdadeira face: ingerência externa, pacto climático, interesse nos recursos naturais e culturais.

O Mercado de Carbono e o REDD são exemplos de pressões políticas insustentáveis do ponto de vista político, socioeconômico e, principalmente, ambiental. Para os países que possuem grandes áreas de biodiversidade, isso representa uma verdadeira imobilização e ingerência externa aos parques naturais com enorme potencial estratégico a ser explorado, apenas para proveito de outros, que podem poluir ao comprar créditos de carbono. Na questão social, mantém-se a perpetuação das desigualdades regionais entre os grandes proprietários de terra e o restante da população. Sobre a ameaça das mudanças climáticas, não transforma a origem do problema; apenas coloca limitações de crescimento aos mais pobres. Becker (2011b) complementa que a proposta REDD mantém as florestas improdutivas, envolve as florestas nativas, não possui clareza quanto a quem

recebe o financiamento e não atinge as causas do desflorestamento, isto é, a mudança no padrão de produção e consumo do sistema interestatal capitalista.

Sendo a Amazônia alvo de interesses de muitos países, corporações e pessoas externas à região, caberia ao Brasil, como maior detentor desse bioma, identificar os problemas regionais e propor soluções que viabilizassem o seu desenvolvimento. Entretanto, o desenvolvimento sustentável que se pretende para a Amazônia deve ser entendido como algo além de um representativo crescimento de setores da economia, como um desenvolvimento tecnocientífico das estruturas produtivas aliado às melhorias sociais e à universalidade da saúde, que envolve também o acesso à cultura e a representação política em consonância e harmonia com o meio ambiente. Assim sendo, tal desenvolvimento deve ser condicionado para a melhoria nas condições de vida dos verdadeiros protetores da floresta, a população regional. Contudo, diversos conflitos de interesses dificultam a utilização de concepções e ações adequadas para esse desenvolvimento regional (BECKER, 2005).

É preciso definir um novo padrão de desenvolvimento regional para a Amazônia, que considere não só a dimensão ambiental, mas também o problema social. Além disso, “A Amazônia já é verde. Precisa mesmo é de uma base econômica que assim a mantenha” (BECKER, 2011a). Em outras palavras, a defesa da floresta apenas funcionará com base em atividades produtivas que valorizem e utilizem o patrimônio natural e cultural regional.

Pois, independentemente dos interesses externos na região, evitar o desflorestamento é necessário, pois a floresta recicla mais da metade da água que circula no ecossistema regional (que contém 20% de água doce do planeta), representa 50 bilhões de toneladas de carbono e contém boa parte das espécies conhecidas no mundo. Seu potencial econômico é imenso e o desflorestamento, de fato, é o “suicídio” do bioma.

Algumas questões que permeiam o debate ambientalista global são colocadas a seguir.

A ênfase no desflorestamento, decorrente do receio que a destruição significará perda da biodiversidade e efeito estufa, é uma prioridade dos países desenvolvidos – bem diversa da nossa. O conflito de prioridades revela a complexidade da questão ambiental. Ela não envolve apenas a questão ecológica, mas também a ideologia ecológica; não envolve apenas a gestão autoritária do território nacional, mas também interesses associados às rápidas transformações no cenário internacional, que configuram uma questão tecno(eco)lógica e conferem à Amazônia uma posição de área crítica no contexto geopolítico mundial (BECKER, 1992, p. 143).

O conceito dominante de desenvolvimento sustentável extremamente abstrato é, por isso, amplamente difundido na academia e no público em geral. O Relatório Brundtland *et al.* (1987) o define como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades”. A noção de sustentabilidade deveria ser ampliada para algo que ultrapasse os aspectos econômico e energético e envolva a melhoria da qualidade de vida da maior parte da população, sem colocar em risco a sobrevivência humana no planeta.

A Amazônia precisa ter um caminho autônomo para o desenvolvimento. Não há um modelo ou estratégia únicos, mas apenas princípios básicos: poupar recursos eliminando desperdício, articulação insumo-produto na produção, valorização da diferença para

obter complementaridade, envolvimento da população no processo (BECKER, 2011b). Esse tipo de desenvolvimento deve ser produtivo.

Há conhecimento e produção suficientes para alcançarmos de fato uma “aldeia global”, no entanto, no atual modelo de desenvolvimento não há distribuição alguma das benesses do capitalismo. Com a globalização perversa, alguns, para continuarem em posição de destaque, necessitam da exploração de populações e de territórios alheios, das diferenças de oportunidades e de consumo, e da perpetuação da divisão internacional do trabalho (SANTOS, 2000).

As pressões sobre a região atuam por meio de diferentes meios. Atuam através do discurso da desestatização, de uma complexa relação de ONGs com objetivos ecológicos suspeitos, da relação duvidosa de grupos empresariais com a mídia, da imposição do modo de uso dos territórios nacionais, da retração de crédito das principais organizações financeiras globais para projetos considerados “poluentes” etc. Sobre os riscos associados às tais imposições, Becker (1992) assinala que:

A questão tecno(ecol)ógica é, antes de tudo, uma questão nacional. O ponto de partida para enfrentá-la é reconhecer e reafirmar que a Amazônia não é a Antártida – parcelada pelas grandes potências mundiais –, ela é o patrimônio essencial da nação brasileira (BECKER, 1992, p. 193).

A globalização colocou o desafio ecológico como questão de sobrevivência da humanidade, e a Amazônia é um símbolo desse desafio. Entretanto, a questão amazônica é social, e aceitar as imposições “ambientalistas” oriundas do “Norte” é retirar mais da metade do território produtivo nacional e consolidar a pobreza na região. O Brasil é uma potência média semiperiférica, posição alcançada com altos custos ambientais e sociais. É, portanto, injustificável negar à sociedade brasileira o direito ao uso dos seus recursos e ao produto do seu trabalho acumulado, vitais para a redinamização de sua economia e para a redução das desigualdades sociais e regionais.

Como os países amazônicos podem, de uma maneira soberana, buscar a simbiose de um modelo que utilize o biovalor como estratégia de desenvolvimento aliado à manutenção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos? A estratégia pode ser a de tornar a floresta um laboratório vivo e avançado em ciência, tecnologia e inovação (CT/I), com foco na cura de doenças, nos tratamentos preventivos naturais e na produção de fitoterápicos. O futuro do capitalismo se reconfigura em sua forma “bio”, isto é, como biocapitalismo. Com a concorrência interestatal em CT/I, o biocapital poderá abrir possibilidades de extração de biovalor e uma tentativa de reinvenção do capitalismo. É com base nessa perspectiva que Acero (2011) argumenta que, com o sistema de patentes cada vez mais se tornando uma ferramenta estratégica, o biocapital se expande para todos os âmbitos da produção e da reprodução social.

Mota (2006), por sua vez, sustenta que a valorização de recursos naturais resume-se em um conjunto de métodos úteis para mensurar os benefícios proporcionados pelos ativos naturais e ambientais, os quais se referem aos fluxos de bens e serviços oferecidos pela natureza às atividades econômicas e humanas.

Na perspectiva de valorização de uma economia verde autônoma para a Amazônia, conciliar o aproveitamento econômico com a sustentabilidade ambiental é um dos

grandes desafios da sociedade e do Estado brasileiro. Para a região, a valoração econômica dos recursos naturais é a estratégia de defesa de sua própria natureza.

A Amazônia tornou-se um símbolo ecológico global. Mas, para quem? Os habitantes da região, sobretudo das cidades amazônicas, e não os “palestrantes e gestores do Norte”, são os que mais sentem a verdadeira questão ambiental que atinge o bioma, principalmente pela omissão ou pelas tentativas desastrosas de ocupar, povoar e dinamizar a região patrocinadas pelo Estado brasileiro nas últimas décadas.

Inegavelmente, conter o desflorestamento deve ser uma política de Estado, mas a não utilização do patrimônio natural e a privatização de grandes áreas florestais em troca de “créditos de carbono” obtidos pela mercantilização e financeirização dos elementos da natureza pode ser um risco gigantesco para o país. Risco pelas tentativas de apropriação do banco genético regional e por perdermos uma oportunidade de investir em uma “moderna economia florestal” baseada no conhecimento da natureza e em investimentos em P&D e em CT/I. E também pela omissão política por manter milhões de pessoas e a maior parcela do território brasileiro em uma “eterna” condição, sob o *status* de periferia nacional.

Um Desenvolvimento Autônomo para a Amazônia como Resposta ao Ambientalismo Político

A Amazônia necessita urgentemente de um padrão de desenvolvimento regional que possa alterar a dinâmica econômica dominante baseada na exploração predatória de recursos naturais e fornecer aos seus habitantes os benefícios e as inúmeras possibilidades de utilização de seu patrimônio natural de uma maneira autônoma e integrando processos políticos comuns por meio da inauguração de uma escala de ação nacional-continental.

A utilização dos recursos naturais por meio de métodos racionais, a valorização de cadeias produtivas das populações tradicionais e a formação de novos processos econômicos que levem em conta as especificidades naturais da Amazônia podem, por um lado, garantir a sustentabilidade da floresta e, por outro, evitar ingerências externas sobre a região sob um discurso amplamente contraditório. A contradição se instala pela promulgação de padrões de desenvolvimento pré-concebidos em fóruns globais pelos principais agentes político-econômicos do sistema interestatal capitalista que visam à mercantilização dos elementos da natureza e à “solução” dos problemas ecológicos, sobretudo nos resquícios de biodiversidade global presentes nos países periféricos e semiperiféricos, pelo domínio de tecnologias “verdes”, da imobilização de grandes espaços naturais e da possibilidade de apropriação do patrimônio genético regional pelas grandes corporações econômicas dentro de um contexto capitalista de “neoliberalismo ambiental”.

A imobilização do patrimônio natural não corresponderá à “solução” dos problemas ecológicos da região. A criação de parques e reservas naturais pode ser um meio fundamental para a manutenção de pontos da biodiversidade, mas não solucionam a questão socioeconômica e ambiental que atinge a Amazônia e seus habitantes. Faz-se necessário implantar modelos produtivos que aproveitem as vantagens naturais e o conhecimento

das populações tradicionais e criar mecanismos políticos que modifiquem a histórica estrutura produtiva conservadora e “ecoagressiva” da região.

A simples imobilização de grandes reservas florestais reduzirá as possibilidades de utilização da grande biodiversidade regional, que se constitui como um dos grandes trunfos de um sistema capitalista “esverdeado”, e não trará benefícios profundos aos amazônidas e ao bioma. A região precisa de uma base econômica que sustente a floresta em pé, agregue valor aos seus produtos e distribua os benefícios de sua utilização à população regional (BECKER, 2011b).

Entretanto, as práticas históricas “ecoagressivas” patrocinadas pelo Estado brasileiro sobre a Amazônia revelam a falta de capacidade de lidar com tão complexa região, tornando o bioma vulnerável aos impactos antrópicos e fornecendo elementos para a crítica de um discurso “ecológico” vazio, que não questiona o próprio modelo capitalista de produção e de organização social, e dando margem, também, às ingerências políticas globais sob um pretexto da ameaça das mudanças climáticas. As próprias mercadorias do modelo agroexportador brasileiro, baseado em uma economia de fronteira, são produzidas por métodos arcaicos e de relações capitalistas de trabalho que perpetuam as desigualdades.

O futuro ecológico da Amazônia e o desenvolvimento socioeconômico da maior parte da população regional, que não estão incluídos no modelo econômico predatório vigente, dependem de uma nova forma de inserção da Amazônia na economia-mundo. Desenvolver o patrimônio natural ou explorar o território no ritmo do agronegócio e na exportação de *commodities*? Repensar a forma de utilização do patrimônio natural amazônico como estratégia de defesa e soberania nacional-continental, e a promoção de justiça socioambiental à população, constituem-se como os principais desafios para a região.

A Utilização do Patrimônio Natural como Estratégia de Defesa e Desenvolvimento para a Amazônia

Nas últimas décadas, a disputa por recursos naturais travadas por grandes conglomerados internacionais e nacionais, a demanda por *commodities* e a utopia ecológica polarizaram a discussão sobre o futuro da região.

Na passagem do milênio e com a emergência da ameaça das mudanças climáticas, introduziram-se a biodiversidade e os serviços ambientais como elementos de um novo modelo (BECKER, 2007). Trata-se de uma novidade histórica que valoriza as funções dos ecossistemas e não mais apenas sua estrutura, sinalizando para o novo modo de produzir baseado na informação e no conhecimento como fonte de riqueza, capaz de utilizar sem vilipendiar o patrimônio natural (BECKER, 2009).

Becker (2001; 2005) resgata Polanyi (1944/1980) e aponta a mercantilização da natureza como a novidade histórica e a grande transformação do nosso tempo. Os serviços que a natureza pode oferecer são colocados no mercado (mercado do carbono, mercado do ar, mercado da água etc.) como mercadorias fictícias buscando, principalmente, a redução de emissões de gases do efeito estufa, a regulação climática e a manutenção da biodiversidade e da função das florestas tropicais.

Na visão deste trabalho, tal discussão encabeçada, sobretudo pelo mecanismo REDD e pelo mercado do carbono, não pode ser desprezada, mas não seria a melhor e nem a única solução para os amazônidas, que são os verdadeiros protetores do bioma. Ambos se mostram incapazes de alavancar o desenvolvimento regional autônomo e de garantir a defesa do patrimônio natural. Além disso, corre-se o risco de ingerência externa e privatização (e imobilização) de grandes áreas florestais.

A população tradicional da Amazônia – nações indígenas, ribeirinhos, pequenos agricultores – ficaria à margem do processo de acumulação de riqueza. O pagamento pelo direito de poluir manteria as históricas desigualdades fundiárias na região. Isto é, seria uma premiação ao modelo latifundiário.

A valoração econômica pode ser uma estratégia de defesa do capital natural (MOTA, 2006), mas é preciso conciliar também o aproveitamento de cadeias produtivas a partir do conhecimento tradicional dos diferentes grupos culturais da região, além de inserir a população nesse processo, buscando a promoção do bem-estar e da justiça socioambiental.

Buscar um modelo que utilize a natureza como estratégia de defesa e desenvolvimento aliado à manutenção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos é uma das formas de modificar as pressões mercantilistas, ideológicas e utópicas sobre a região. Os Estados nacionais que estão inseridos na Bacia Amazônica devem ter o controle deste território e serem os principais agentes de transformação. O conhecimento e o inventário dos bens e serviços que a natureza pode oferecer têm de ser uma política pública de Estado, independentemente da natureza do governo. O patrimônio natural, hoje, é um valor estratégico e, por essa razão, deve ser parte do interesse nacional-continental, já que o desenvolvimento regional depende de ações conjuntas e complementares dos Estados nacionais.

A estratégia pode ser a de tornar a floresta um “laboratório vivo” e CT/I, com foco na cura das próprias doenças e enfermidades que afligem a população regional, nos tratamentos preventivos naturais e na produção de fitoterápicos, inclusive com a criação de uma empresa pública plurinacional sul-americana no setor farmacêutico.

Como uma importante inovação institucional, a criação de empresas interestaduais de gestão conjunta dos países amazônicos para a questão do desenvolvimento do patrimônio natural é uma das alternativas viáveis a serem discutidas na atual conjuntura global ambientalista com foco e pressões sobre a Amazônia. Uma das premissas para isso seria a criação de universidades em áreas de fronteira para formar mão de obra qualificada em uma região continental tão carente de infraestrutura física e de pessoal. A criação de tecnopolos, *company towns* e empresas estratégicas incentivaria a vinda de outras, que aproveitariam as vantagens locais e naturais do território.

O conhecimento regional deveria ser preservado e explorado pela ciência e tecnologia (dos Estados nacionais) na criação de produtos extrativistas para produção de fármacos, fitoterápicos, cosméticos, alta gastronomia, artesanato, arte etc., agregando valor à produção regional e formando cadeias produtivas locais competitivas, inclusive com a distribuição de *royalties* pela utilização desse conhecimento.

Qualquer que seja o resultado do debate sobre o modelo de desenvolvimento e/ou de preservação em andamento, sabe-se que hoje os custos ecológicos e socioeconômicos do modelo atual recaem sobre grupos populacionais que não participam dos

benefícios decorrentes da imensa acumulação de riquezas do modelo exportador de *commodities* agrícolas e minerais, tampouco da privatização de milhões de hectares de florestas em proveito de grandes conglomerados empresariais externos à região e de especuladores do mercado financeiro.

O desenvolvimento deve ser entendido como algo além de um representativo crescimento de determinados setores da economia. Precisaria ser um desenvolvimento econômico aliado às melhorias sociais e baseado na universalidade da saúde, que envolve o também acesso à cultura e à representação política inclusiva e em consonância e harmonia com o meio ambiente.

Para isso, a sustentabilidade deve estar aliada a um imperativo ético reformista. O sistema interestatal capitalista necessita se reinventar para evitar sua autodestruição, tanto do meio ambiente quanto dos homens!

Historicamente, o capitalismo se recicla e se reconfigura. Em seu estágio atual, os rumos que as biotecnologias seguirão podem determinar a perpetuação ou a solução de alguns dos problemas da relação do homem com a natureza. A partir de um enfoque amazônico, a questão climática, da saúde humana, do acesso a bens e serviços, além da promoção da justiça socioambiental são os principais pontos que se colocam neste início de milênio.

Considerações Finais

Uma interpretação crítica da atual conjuntura do sistema interestatal capitalista favorece o entendimento de que o contexto no qual aparece a questão ambiental não obedece exclusivamente a uma constatação de base ecológica, mas sim imbuídos de caráter político e econômico. A preocupação ambientalista, sobretudo de países centrais e de corporações transnacionais poderosas não surge somente em razão de um sentimento legítimo devido aos impactos antrópicos ao crescente esgotamento dos recursos naturais, à possível escassez de água potável ainda na primeira metade desse século, à degradação de terras agricultáveis e à ameaça das mudanças climáticas que levou à ciência a reconhecer o *Antropoceno* como uma nova era geológica (BOFF, 2011; SACHS, 2011; ABRAMOVAY, 2013). Não obstante, também é repleta de interesses geopolíticos para frear o crescimento econômico da periferia, manter o *status quo* e a divisão internacional do trabalho, controlar vastas áreas estratégicas e como forma de dominação político-ideológica e econômico-financeira em uma ordem mundial caracterizada pela emergência de novos polos de poder.

Por meio de um contexto civilizatório contraditório e que conta com uma visão polarizada sobre o futuro ecológico global sob a constante ameaça das mudanças climáticas, inclusive com estudos difundidos por grande parte da academia sem a necessária comprovação científica, o meio ambiente e também a Amazônia foram colocados no centro do debate.

A ecologia, neste século, é um novo parâmetro da geopolítica mundial, que, por meio de mecanismos ideológicos e pressões políticas variadas, tenta impor o ambiente como um projeto nacional aos países periféricos (BECKER, 1992). Salienta-se que os países periféricos e os semiperiféricos, incluindo aí o Brasil, possuem fontes de biodi-

versidade de incalculável valor estratégico e econômico, elevadas taxas de crescimento econômico e redefinem a economia global neste início do terceiro milênio.

Percebe-se na relação entre os países industrializados avançados com os países periféricos do sistema interestatal capitalista que existe uma clara tentativa dos primeiros, representados por suas grandes corporações econômicas e organizações político-sociais de, novamente na história, assumirem a liderança de um novo processo, chamado aqui de “ambientalização”. Há uma imposição ao restante do mundo de padrões de desenvolvimento econômico, como o desenvolvimento sustentável e a economia verde, e também a mercantilização de elementos da natureza na lógica da globalização financeira neoliberal, como o REDD e o Mercado de Crédito de Carbono, que podem favorecer o enriquecimento daqueles que já possuem melhores condições socioeconômicas e já erradicaram a fome e a pobreza há mais de um século, que detêm elevado grau de industrialização e estão na ponta das inovações científicas e tecnológicas.

Investigou-se a imposição geopolítica ambientalista sobre o Brasil – um dos países semiperiféricos –, especificamente na Amazônia brasileira, região de maior biodiversidade planetária e símbolo ecológico de um contexto global de “ambientalização”. Constatou-se que a sustentabilidade exigida pela comunidade global para a Amazônia, ancorada na dimensão ambiental e climática, não leva em conta a situação em que se encontra a população regional, muito menos suas dificuldades econômicas e condições socioambientais, apontando para os outros interesses envolvidos nesta discussão, que ultrapassa uma consciência ecológica-legítima.

Atualmente, contudo, é consenso que a questão da preservação do meio ambiente depende, necessariamente, da erradicação da pobreza, do domínio de novas tecnologias e de uma ruptura total com o modelo de organização socioeconômica no qual vivemos.

O ambientalismo foi apropriado pela geopolítica dos Estados nacionais e das corporações econômicas. As Conferências das Nações Unidas sobre a temática formam um complexo debate entre os interesses dos Estados economias-nacionais e suas diferentes percepções na questão ecológico-econômica. O desenvolvimento sustentável, no fim dos anos 1980, e a economia verde, proposta a partir dessa década, são formas de readaptar o sistema capitalista às novas demandas ditas sustentáveis, evitando, contudo, modificar a raiz da questão da acumulação de poder. Não há respostas consistentes, tampouco mudanças estruturais no modelo de desenvolvimento ocidental.

Nesse sentido, o Mercado de Carbono e o REDD são exemplos de políticas ambientais insustentáveis do ponto de vista político e socioeconômico sob a luz da globalização financeira e também do ambiente. Ambas representam políticas e mecanismos regulatórios vinculados à mercantilização dos elementos da natureza. Para os países que possuem grandes áreas de biodiversidade, representam uma verdadeira imobilização e ingerências externas nos parques naturais com enorme potencial estratégico a ser explorado, apenas para proveito de outros que podem poluir e se desenvolver ao comprar créditos de carbono. Na questão social, mantém-se a perpetuação das desigualdades regionais entre os grandes proprietários de terra e o restante da população. Sobre a ameaça das mudanças climáticas, não transforma a origem do problema, apenas coloca limitações de crescimento econômico aos mais pobres.

Tal imposição sobre a Amazônia vem ocorrendo por variadas formas de pressão, que passam pela ideologia, envolvem a economia, a própria ciência e os movimentos sociais,

e também os organismos multilaterais, como as Nações Unidas. Buscou-se apresentar os riscos associados destes mecanismos regulatórios difundidos e as ambiguidades do ambientalismo político sobre a Amazônia brasileira na atual conjuntura do sistema interestatal capitalista.

Entretanto, o Brasil, por meio de suas ações “ecoagressivas” e por históricas tentativas desastrosas de ocupação e “desenvolvimento” regional, tornou-se um dos cinco maiores emissores de GEEs, dos quais, ano a ano, cerca de 60% resultam da mudança no uso do solo (tais como o desmatamento e as queimadas). Deste total, 67% ocorrem na Amazônia (IPAM, 2013).

Estas ações, por um lado, apontam para a incapacidade nacional de lidar com tamanha e tão complexa região, o que repercute negativamente no bem-estar de sua população por causa dos seus baixíssimos indicadores socioeconômicos e sanitário-ambientais. Por outro lado, a falta de um padrão de desenvolvimento que agregue valor à floresta em pé fornece subsídios a uma crítica ambientalista utópica e “primeiro-mundista” que, na lógica do pagamento para continuar poluindo em troca da captação de carbono, não rediscute e legitima as ações do modelo de produção hegemônico.

Dessa forma, o Brasil precisa imprimir saltos qualitativos em seu desenvolvimento autônomo e equilibrado com as necessidades socioambientais nacionais, elegendo a Amazônia como símbolo de um novo processo de desenvolvimento. A apropriação do patrimônio natural a partir de uma revolução socioeconômica amazônica, pautada no conhecimento da natureza, constituem formas autônomas de promover a salubridade ambiental e o bem-estar dos habitantes da região, amplamente esquecidos na discussão que colocou o bioma como guardião do futuro climático global.

Além disso, a Amazônia pode contribuir para o desenvolvimento regional por meio de um novo modelo de desenvolvimento, de autonomia e de defesa da floresta que valorize o patrimônio natural e sociocultural. Uma integração regional sob a liderança brasileira poderia fortalecer um novo modelo de desenvolvimento que se contraporá à pressão ambientalista que reina sobre a região. Contudo, como visto, o que se expande é a devastação patrocinada pelos Estados nacionais sul-americanos. Considera-se, nessa investigação, urgente uma ruptura como o atual modelo econômico da região baseado na exportação de *commodities*.

O capitalismo se mantém forte e se reinventa por meio de um neoliberalismo “esverdeado” ou por um “*global new green deal*”. A atual fase do sistema capitalista, a da globalização financeira, busca afirmar modelos de desenvolvimento capitalistas de realidades alheias – o desenvolvimento sustentável repaginado de economia verde exige necessariamente domínio de tecno(eco)logias – e implantá-los na periferia mundial como forma de mercantilizar os elementos da natureza, perdurar as perversidades e os ganhos exorbitantes da especulação do capital financeiro, controlar recursos estratégicos e se apropriar da biodiversidade dos países menos desenvolvidos, e, por fim, manter as disparidades da divisão internacional do trabalho. Não há, contudo, críticas, tampouco mudanças estruturais no modelo de desenvolvimento ocidental.

É preciso reconhecer que a Amazônia tornou-se um símbolo ecológico global. A questão é pensar “para quem” serve esse símbolo e o que está por trás da sua construção.

Agradecimentos

A longa orientação acadêmica e a amizade fraternal estabelecida com a Professora Emérita Bertha Koiffmann Becker (*In Memoriam*) foram questões que transformaram e, de certa forma, sempre resplandecerão em minha prática profissional. Bertha me deu a honra de ser minha orientadora de graduação e de mestrado e através de oito anos de contato pude aprender questões que ultrapassam os elementos teórico-metodológicos discutidos na relação orientador-orientando. O exemplo de vida, o papel enquanto intelectual, o poder crítico, a capacidade de inovação, a visão holística geográfica e o incansável profissionalismo foram algumas das heranças que esta incrível personalidade irradiou a todos aqueles que tiveram a felicidade de conviver com uma das maiores expoentes do pensamento geográfico contemporâneo. A ela dedico este simples artigo.

Referências Bibliográficas

ABRAMOWAY, R. O antropoceno e os limites da Terra. Artigo: Valor Econômico, 05 de março de 2013. Disponível em: <http://www.valor.com.br/cultura/3031108/o-antropoceno-e-os-limites-da-terra#ixzz2MfyQAZZn>

ACERO, L. *Pesquisas e terapias com células-tronco: governança, visões sociais e o debate no Brasil*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

BECKER, B. Repensando a questão ambiental no Brasil a partir da geografia política. In: LEAL, M; SABROZA, P; RODRIGUEZ, R; BUSS, P. (orgs.). *Saúde, ambiente e desenvolvimento. Uma análise interdisciplinar*. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1992, v. 1, p. 127-152.

_____. Síntese do processo de ocupação da Amazônia – lições do passado e desafios do presente. In: FLEISCHFRESSER, V. (org.). *Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia*. Brasília: MMA, 2001, v. 1, p. 5-28.

_____. Amazônia: nova geografia, nova política regional e nova escala de ação. In: COY, M; KOHLHEPP, G. (coords.). *Amazônia sustentável: desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 15-22.

_____. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, I.; GOMES, P.; CORRÊA, R. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 271-308.

_____. Articulando o complexo urbano e o complexo verde na Amazônia. In: BECKER, B; COSTA, F; COSTA, W. (Orgs.). *Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições*. 1ª ed. Brasília, DF: CGEE, v. 1, 2009, p. 39-86.

_____. *Ciência, tecnologia e inovação. Condição do desenvolvimento sustentável da Amazônia*. Série Tecnologia e Sociedade (MCT), v. 15, 2010, p. 15-34.

_____. *Ed. Especial Amazônia*. National Geographic Brasil, nº 134, 2011A.

_____. *Defendemos uma atuação social e ambiental responsável*. Entrevista: CSN, 2011B.

BECKER, B; EGLER, C. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

BOFF, L. *Cuidar da Terra, salvar a vida: como evitar o fim do mundo*. São Paulo: Record, 2011.

BRUNTLAND, G. *et al. Nosso futuro comum*. ONU: 1987.

CALDAS, A; QUINTELA, S. Esverdeando o capitalismo: a farsa das corporações para a Rio+20. In: Suplemento Especial. *Sustentabilidade e desenvolvimento: o que esperar da Rio+20?* Le Monde Diplomatique Brasil. 2011.

CAMPELLO, M. *A questão ambiental urbana e seus reflexos na saúde pública na Amazônia brasileira*. Especialização em Engenharia Sanitária e Ambiental: ENSP/Fiocruz, 2011.

GIFFIN, K. A modernidade perversa e a reprodução humana no Brasil. In: LEAL, M; SABROZA, P; RODRIGUEZ, R; BUSS, P. (Orgs.). *Saúde, ambiente e desenvolvimento. Processos e consequências sobre as condições de vida*. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1992, v. 2, p. 99-122.

HESS, D. *Alternative pathways in science and industry: activism, innovation, and the environment in an era of globalization*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2007.

IPAM. *REDD no Brasil: um enfoque amazônico: fundamentos, critérios e estruturas institucionais para um regime nacional de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal – REDD*. 3ª ed. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2011.

MACHADO, L; PEITER, P; ROJAS, L. Doenças transmissíveis na faixa de fronteira amazônica: o caso da malária. In: MIRANDA, A; BARCELLOS, C; MOREIRA, J; MONKEN, M. (Orgs.). *Território, ambiente e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008, p.257-272.

MEADOWS, D *et al. The limits of growth*. New York: Universe Books, 1972.

MOTA, J. *O valor da natureza: economia e política dos recursos naturais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

Campello, M.

NOGUEIRA-NETO, P. *Os grandes problemas ambientais do mundo contemporâneo*. São Paulo: IEA, p. 1-11, 1994.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1ª ed.1944. Edição de 1980.

PORTO-GONÇALVES, C. *Paixão da terra: ensaios críticos de ecologia e geografia*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

_____. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SACHS, I. Os desafios da Segunda Cúpula da Terra do Rio de Janeiro. In: Suplemento Especial. *Sustentabilidade e desenvolvimento: o que esperar da Rio+20?* Le Monde Diplomatique Brasil. 2011.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.

SZWARCWALD, C; LEAL, M; JOURDAN, A. Mortalidade infantil: o custo social do desenvolvimento brasileiro. In: LEAL, M; SABROZA, P; RODRIGUEZ, R; BUSS, P. (Orgs.). *Saúde, ambiente e desenvolvimento. Processos e consequências sobre as condições de vida*. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1992, v. 2, p. 252-278.

Recebido em: 29/11/2013 Aceito em: 15/12/2013

A Geografia e o Resgate da Antigeopolítica

Geography and Anti-geopolitics

Ivaldo Limaⁱ

Universidade Federal Fluminense
Niterói, Rio de Janeiro – Brasil

Resumo: No presente artigo, sistematizamos os lugares argumentativos mais relevantes que marcam os contrastes entre as geopolíticas clássicas e aquelas denominadas pós-modernas ou críticas. Essa sistematização evoca uma epistemologia crítica implicada na renovação da geografia política contemporânea. Apresenta-se a perspectiva antigeopolítica no escopo epistêmico das geopolíticas críticas como uma potencialidade e uma possibilidade de construção de contraespaços, da emergência criativa de contraordens espaciais democratizantes, de *contra geografias* do poder. Destarte, a justiça territorial se insinua como o horizonte ético que baliza as antigeopolíticas, exemplificadas, neste texto, por algumas dinâmicas latino-americanas contemporâneas. A presença intelectual da Prof.^a Bertha K. Becker segue orientando o texto e o contexto do resgate geográfico dessas antigeopolíticas.

Palavras-Chave: geografia política, geopolítica crítica, antigeopolítica, justiça territorial

Abstract: The aim of this article is to contrast classical and critical postmodern geopolitics using critical epistemologies which renew contemporary political geography. An anti-geopolitics perspective is presented with the epistemological purpose of proposing critical geopolitics with the potential for constructing counter-spaces, democratic spatial counter-orders and counter-geographies of power. Hence, territorial justice arises on an ethical horizon which stakes out a position of anti-geopolitics and examples of territorial dynamics in contemporary Latin America are used to illustrate this kind of approach. The intellectual presence of Bertha Becker guides the text and provides inspiration for a Geography of anti-geopolitics.

Keywords: political geography, critical geopolitics, anti-geopolitics, territorial justice

A geopolítica é filha da geografia
(LOROT, 1995:7)

Introdução

As seguintes reflexões do geógrafo Bernat Lladó, nos servem como ponto de partida para escrever sobre geopolítica e, simultaneamente, reverenciar a intelectualidade da professora de geografia política, nossa orientadora de mestrado e de doutorado e amiga

ⁱ Programa de Pós-Graduação em Ordenamento Territorial e Ambiental, Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense (UFF). ivaldogeo@ig.com.br

Bertha K. Becker. Trata-se de reconhecer os traços de vidas acadêmicas discípulas que Bertha – essa grande formadora de quadros – proporcionou a tantos pesquisadores, dentro e fora da Geografia:

Existem poucos professores com os quais ainda hoje, depois de muitos anos de não assistir a suas aulas, inclusive de não vê-los, posso dialogar mentalmente com eles. Às vezes, me surpreendo perguntando-me o que diria tal professor ou tal outro sobre esse livro ou sobre aquele artigo, sobre um tema ou sobre uma ideia. O melhor que pode acontecer a um professor é fazer-se presente mediante o diálogo mental ao longo de uma vida discipular (LLADÓ, 2013, p.8).

A geografia e o resgate da geopolítica. Esse foi o título escolhido por Bertha Becker para o seu artigo publicado em 1988 na Revista Brasileira de Geografia¹ e do qual nos beneficiamos, neste momento, parodiando-o. Naquele ano, o IBGE celebrava o cinquentenário desse periódico, editando dois tomos, sendo o segundo deles reservado às contribuições inéditas dos cinco geógrafos convidados que mais haviam contribuído para a exitosa trajetória da revista. Nele, encontra-se o seminal artigo escrito pela mais proeminente geógrafa política brasileira, única mulher dentre os cinco autores convidados. O texto da professora, como sói ocorrer, continha reflexões magistrais, dentre as quais destacaremos uma que traduz fidedignamente três das mais brilhantes características de Bertha: a) a inteligência fina; b) a percepção arguta; e c) a comunicação cristalina. Características que só fizeram aflorar com grandiloquência o conhecimento científico dessa geógrafa política, registrado em seus artigos e livros.

A reflexão que destacaremos de seu texto: “a nova geopolítica resultará da interação entre dois processos: a reestruturação tecnológica e os novos movimentos sociais”. Em que pese a incontestável relevância do vetor tecnológico na formulação e implementação de renovadas práticas geopolíticas, ressaltamos o segundo vetor apontado pela autora, respaldados na ideia de que os novos movimentos sociais compõem o núcleo duro do que se denomina, atualmente, de antigeopolítica. Nesse sentido, anunciamos o objetivo duplo deste texto, qual seja: i) explicitar o relevo da contribuição de Bertha para o avanço da geografia política, em especial devido às análises que nos brindou sobre a geopolítica e ii) apresentar concisamente os aspectos próprios da antigeopolítica.

Nossos apontamentos, de caráter francamente sistematizador e didático, giram em torno da questão: quantas são as novas geopolíticas? Ou para empregarmos uma expressão do filósofo Michel Serres (CABALLERO, 2013, p.36), como se reconfiguram, na atualidade, as densidades geopolíticas? Para tanto, o texto se estrutura em três partes principais. Na primeira parte, abordaremos a inter-relação das imaginações geográfica e geopolítica em face da renovação da geografia política e seu novo horizonte como geografia política e geopolítica críticas. Na segunda parte, apresenta-se a leitura atual do conceito e da prática antigeopolítica como prenúncio do resgate da geopolítica acrescida de outros referenciais para o século XXI. Por fim, contamos com uma terceira parte na qual são mencionados alguns exemplos presentes dessa prática antigeopolítica, com ênfase na empiria latino-americana.

Os Horizontes Epistemológicos da Geografia Política

Sabemos que muita tinta, muito papel e muito talento já foram gastos para se escrever sobre a geografia política e a geopolítica clássicas e sua crise (COSTA, 1992; CLAVAL, 1994; BECKER, 1995; RAFFESTIN, 1993 [1980], 1995; LOROT, 1995; MELLO, 1999; TAYLOR, 2000 [1985]; VESENTINI, 2000; AGNEW, 2002). Os célebres nomes de F. Ratzel, R. Kjéllen, H. Mackinder, K. Haushofer, A. Mahan, O. Maull, A. Dix, N. Spykman, C. Vallaux, J. Ancel, I. Bowman, V. Vivens, para citar alguns, fazem parte da longa listagem através da qual se deslindam as histórias da geografia política e da geopolítica desde o seu nascimento no final do século XIX até meados do século XX. Dessa evolutiva histórica – sem a menor pretensão de resgata-la *in totum* –, destacamos o redelineamento do realismo político como o paradigma que, sem margem a dúvidas, orientou a geografia política e a geopolítica clássicas ou tradicionais.

Acerca dessa orientação paradigmática, escreveu Bertha Becker:

Se necessário for definir um paradigma para a Geopolítica desde que se constituiu como disciplina, certamente este seria o de realismo, no campo das relações internacionais. Realismo que pressupõe o Estado como unidade política básica do sistema internacional, cujo atributo principal é o poder. (BECKER, 1995, p.273)

Esse paradigma clássico das relações internacionais se encaixa sem folgas tanto na geopolítica quanto na geografia política tradicionais, denominadas por isso mesmo de “estadocêntricas”, nos termos de Claude Raffestin; autor que se vale da abordagem de Ratzel para evidenciar tal encaixe quando afirma que, para Ratzel, “tudo se desenvolve como se o Estado fosse o único núcleo de poder. (...) Dessa forma, Ratzel introduziu todos os seus ‘herdeiros’ na via de uma geografia política que só levou em consideração o Estado ou os grupos de Estados” (RAFFESTIN, 1993, p.15). E não apenas Ratzel poderia ser mencionado nessa evidenciação, mas o próprio Sir Halford Mackinder, que publica sua famosa hipótese geoestratégica sobre o poder mundial, com o seu conceito-chave de *heartland*, no ano da morte de Ratzel, em 1904, numa “concepção realista e masculinista do mundo” (AGNEW, 2002:83, grifo nosso). Desse encaixe paradigmático, resulta a captura da imaginação geográfica por uma imaginação geopolítica moderna, esta última definida como:

[...] um sistema de visualização do mundo com profundas raízes históricas no descobrimento europeu da totalidade do mundo. Trata-se de uma imagem elaborada do mundo e não de uma imagem simples e espontânea que nasça de uma mera contemplação do mundo desde o “senso comum”. A imaginação geopolítica moderna, ao ser um sistema de teoria e prática, não existiu nem existe no vácuo. (AGNEW, 2005:7, grifo no original)

É justamente essa imaginação geopolítica moderna, ancorada na escala internacional – realista e masculinista -, nascida da experiência euro-americana e projetada mundo afora desde o fim do século XV e início do XVI até o presente, que está passando pelo crivo de uma revisão epistemológica crítica, como de resto são revisados os paradigmas da geografia moderna que passa por “um grande debate crítico sobre os rumos do seu

pensamento, que hoje se amplia com novas tendências” (MOREIRA, 2006, p.9). A imaginação geográfica, concebida como consciência espacial, para empregar os dizeres de David Harvey, experimenta bifurcações, redirecionamentos, regenerações, enfim, superações criativas. De fato, estão sob avaliação rigorosa as ponderações do renascimento da geopolítica a partir de meados da década de 1970, no plano epistemológico; e as do surgimento de uma nova era geopolítica global, a partir dos anos 1990, no plano prático das relações intra e interestatais. Está em jogo uma espécie de descolonização da imaginação geográfica forçada por uma nova imaginação geopolítica que se empenha na “reumanização do mundo, situando outra vez as pessoas comuns no centro da geopolítica, em vez das ‘forças da natureza’ que afirmava a geopolítica tradicional” (AGNEW, 2005, p.XVIII).

Nesse contexto, nos diz o geógrafo político:

A situação atual coloca a necessidade de abandonar o compromisso *a priori* com as escalas global e nacional-estatal que em certo modo monopoliza todas as possíveis influências causais na política mundial. (...) O que se necessita é uma imaginação *geográfica* que leve a sério os lugares como cenários da vida humana e que trate de interpretar a política mundial desde o ponto de vista da repercussão que tem no bem-estar material e na identidade dos povos de distintos lugares. (AGNEW, 2005, p.153, grifo no original).

Esse renovado ambiente teórico e empírico conduz autores como C. Raffestin, D. Lopreno e Y. Pasteur ao reconhecimento de uma “pós-geopolítica”, admitindo que se trata mais do que um simples *remake* de discursos geopolíticos anteriores, antes, se trata de “vontades científicas para melhor compreender um mundo em profunda transformação” que justificariam o prefixo “pós”. (RAFFESTIN et al., 1995, p.304). Ainda que esse renascimento ou ressurreição tanto da geografia política como da geopolítica seja um momento epistemológico coroado pelas obras de Yves Lacoste, “A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra”, de 1976; Paul Claval, “Espaço e poder”, de 1978; e Claude Raffestin, “Por uma geografia do poder”, de 1980, alertamos para o fato de que, no bojo desse movimento, alguns métodos e teorias geopolíticas reapareceram, configurando o reforço de geopolíticas conservadoras, reafirmando-se “geopolíticas neoclássicas” (MURPHY et al., 2004 *apud* DAHLMAN, 2012, p.92), ao mesmo tempo que renovações radicais da imaginação geográfica ocorreram, pavimentando o terreno para o resgate, o reconhecimento e a consolidação de geopolíticas críticas.

No fundo, novos rótulos são propostos no afã de que deem conta das tendências que se prenunciam no final do século XX e início do XXI. Contudo e talvez, os rótulos mais compreensivos, nesta empreitada terminológica, sejam os de geopolítica e geografia política críticas. Decerto, o vocábulo crítica, quando adjunto ao termo geografia, indica duas direções: uma epistemológica, fazendo referência às raízes do pensamento geográfico; e outra sociopolítica, implicando uma prática científica orientada à transformação da realidade (VACÁRCEL, 2008, p.30). Assim, geografia crítica torna-se expressão familiar aos geógrafos contemporâneos, preocupados com a ampliação dos horizontes da própria disciplina. Outras expressões, não tão familiares, como metageografia clássica e crítica, também ampliam esses horizontes, quando se entende a metageografia como uma mediação entre uma geoestrutura e suas representações, ou seja, quando a metageo-

grafia é concebida como um conjunto de sistemas sêmicos mobilizados para assegurar a representação da geoestrutura, criando-se, desse modo, variados geogramas (RAFFESTIN, 1983:17-18). Emerge, nesse escopo, a possibilidade de uma nova geografia política:

Nesta nova geografia política de elevado componente crítico, as conexões com a geografia social e cultural são evidentes e se estabelecem em boa medida através de um conceito-chave, o de identidade (...). O resultado tem sido uma geografia política crítica que, como metodologia, implica uma análise até certo ponto heterodoxa dos fenômenos e fatos geopolíticos em relação a outras perspectivas [mais tradicionais]. (...) Essa geografia política crítica tenta desconstruir os discursos de poder institucionalizados e, portanto, construir novas visões políticas das relações socioespaciais (...). O desafio da nova geografia política – uma geografia política que recuperou e reconsiderou a fundo o papel da identidade, da cultura e do lugar na construção do espaço social – consiste em oferecer visões da realidade alternativas às do pensamento único dominante. (NOGUÉ, 2006, p. 211-214)

A geografia política crítica se traduz nos esforços de decifração do mundo contemporâneo, a partir da flexibilização da relação espaço – poder que passa a ser desdobrada em toda sua potencialidade e complexidade, escapando da armadilha do estadocentrismo através da reabilitação crítica de antigas temáticas, da incorporação de temas e questões inéditos e, sobretudo, da atualização do escopo de seu *corpus* teórico. Acresce a esse desdobramento uma reflexão teórica e uma abordagem prática mais ampla sobre a escala geográfica, concebida como uma arena política, que não se restringe, obrigatória e exclusivamente, à escala mundial. Em suma, emerge um renovado e muito bem-vindo repertório teórico-metodológico que inclui uma densa e diversificada geopolítica crítica referente às mais distintas escalas geográficas.

Como nos alertou oportunamente Dalby (1991, p.274):

Construir geografias políticas críticas é argumentar que não devemos limitar nossa atenção ao estudo da geografia da política dentro de espaços do senso-comum, tomados como garantidos e pré-dados, mas investigar a política das especificações geográficas do político. Isto é praticar geopolíticas críticas.

Por seu turno, Cairo (2005, p.XII) nos recorda que a “expressão ‘geopolítica crítica’, designando um enfoque particular da disciplina, foi utilizada pela primeira vez na tese doutoral escrita por Ó Tuathail sob a orientação de John Agnew, e defendida em 1989”. Estamos conscientes de que as abordagens da geopolítica clássica e da geopolítica crítica não se desenham numa linearidade cronológica simplista, mas, ao contrário, se forjam em meio a descontinuidades, argumentações e contra-argumentações que caracterizam um ambiente acadêmico fértil e vivaz. E, em decorrência dessa consciência, apontamos alguns traços fundamentais e diferenciadores dessas duas abordagens. Nesse sentido, baseado nas ideias de John Agnew, sobre o estranhamento do familiar, Kuus (2011, p.525) esclarece que,

[...] enquanto os escritos da geopolítica tradicional tentam fazer com que as complexas realidades sociais pareçam familiares encaixando-as em vários modelos, as geopolíticas críticas buscam o oposto. Estas últimas tomam as

estruturas do familiar senso-comum, como o sistema de Estados, por exemplo, e as tornam não-familiares, analisando-as como processos histórico-espaciais contestados, contraditórios e complexos.

Registramos, todavia, que o autor da citação acima, mesmo reconhecendo a relevância das geopolíticas críticas, ainda as remete majoritariamente à escala mundial, acompanhando o raciocínio do mesmo John Agnew. Assim, encontramos o seguinte apontamento: “estudar geopolítica é analisar os modos pelos quais atores políticos entendem e praticam política internacional em termos espaciais – através de concepções espaciais e geográficas de poder, identidade e justiça.” (KUUS, 2011, p.523). Ou ainda, as considerações de Atkinson e Dodds (2000, p.11): “no cerne das geopolíticas críticas, contudo, está a crença de que as representações geopolíticas da política global merecem séria atenção”. Por isso, seguem as preocupações com análises de discursos, no rastro foucaultiano da tensão formada entre poder e saber (KUUS, 2014).

Ecoando essas ideias, Kelly (2011, p.512) adverte que as geopolíticas críticas pós-modernas problematizam as generalizações hegemônicas do “Grande Poder”, operacionalizadas no discurso e na prática, e questionam a “geopolítica [clássica] como uma ferramenta a mais no estabelecimento da dominação”. Já na opinião de Ó Tuathail (1996a, p.8), “a geopolítica crítica não deve ser entendida como uma teoria geral de geopolítica nem uma negação intelectual autoritária dela”. Segue o autor: “Em contraste à ambição estratégica da geopolítica imperial (...), a geopolítica crítica é uma forma tática de conhecimento” (Ó TUATHAIL, *idem, ibidem*). Arrematamos e enfatizamos, ainda, que levar em conta as escalas geográficas distintas da nacional e internacional é fundamental para a compreensão das geopolíticas críticas, especialmente, no que tange às antigeopolíticas, como se verá adiante.

Propomos o quadro abaixo, contrastando os traços marcantes da geopolítica tradicional com os da geopolítica crítica, inspirados no trabalho de Ó Tuathail e Dalby (1998) ao qual aditamos os quatro últimos traços contrastantes.

Quadro I

Geopolítica Tradicional	Geopolítica Crítica
Soberania nacional	Globalização
Territórios fixos	Fronteiras simbólicas
Burocracia estatal	Redes/Interdependência
Territórios inimigos	Perigos desterritorializados
Blocos geopolíticos	Ambientes virtuais
Cartografia e mapas	Sistema de Informação Geográfica
Binarismos prevalentes	Ambivalências reconhecidas
Masculinismos impostos	Feminismos propostos
Autarquia territorial	Justiça territorial
Lógica da dominação	Lógica das identidades

Fonte: Adaptado de Dodds, 2005, p.9

A geopolítica crítica, no singular ou no plural, apresenta uma “orientação pós-estruturalista, aporta um interesse específico nas análises e na desconstrução dos discursos geopolíticos, deslocando sua atenção prioritária desde os fatos para as suas representações e para as narrativas que pretendem justificar as políticas de poder” (MÉNDEZ, 2011, p.14). Para Painter (2008, p.65), “as geopolíticas críticas emergem durante os anos 1990 como um meio de repensar o conceito de geopolítica deslocando-o para além das teorias realistas tradicionais e da polarizada confrontação política Leste-Oeste da Guerra Fria”. No bojo das geopolíticas críticas, encontrarão acolhimento variados temas outrora marginalizados, enfoques inéditos e tratamentos metodológicos sofisticados, abrindo-se, desse modo, espaço de debate e interação sobre geopolíticas feministas (SHARP, 2003, 2005; KOFMAN, 2008), verdes (LUKE, 2000; AGNEW, 2002; DALBY, 2003), espirituais (Ó TUATHAIL, 2000), populares (SHARP, 2000, DODDS, 1998, 2005), das emoções (MOÏSI, 2009), *inter alia*.

Na concepção de Atkinson e Dodds (2000, p.11), a “geopolítica crítica deve, então, interrogar a visualização do mundo pelos ‘experts’ geopolíticos, para assegurando que suas pretensões de verdade e de ideias privilegiadas sejam expostas como parciais e subjetivas”. Nesse sentido, consoante Preciado e Uc (2012, p.79):

A geopolítica crítica contribui a pensar que todo processo social expressado espacialmente supõe levar em consideração o binômio linguagem-poder, e, com ele, o reconhecimento das diversas representações do mundo que se encontram contidas – cooptação ou omissão – nos espaços que constroem as geografias do poder dominante: principalmente os do Estado-nação.

Muito embora conscientes dessa variedade de geopolíticas críticas e de seus alcances, cerraremos nosso foco nas denominadas antigeopolíticas, recuperando, no escopo deste trabalho, pré-ideias que lhe proporcionaram definições de prestígio acadêmico, bem como as trajetórias históricas e intelectuais que lhe correspondem, especialmente com referência aos movimentos sociais. Routledge (1998a, p.241) é cristalino ao afirmar que “uma importante área de investigação dentro das geopolíticas críticas é o papel dos movimentos sociais em desafiar o poder do Estado e das instituições internacionais para ativar programas políticos e econômicos particulares”. Vejamos mais de perto as definições conceituais e os casos analisados.

A Antigeopolítica: Percursos de uma Ideia Eticamente Situada

Partimos do suposto oferecido por Cairo (2006, p.20) de que “existem diversas formas de desafio à imaginação geográfica dominante e projetos de imaginar novas contratopografias e territorialidades que reflitam a aspiração a uma reconquista dos espaços nos quais se desenvolvem contrapoderes”. Estaríamos, assim, situados no domínio intelectual e prático do que Sassen (2003) denominou de *contrageografias*. Esse suposto remete à constatação de que existem circuitos alternativos de ideias às representações e práticas geopolíticas hegemônicas que nos permitiriam aplicar a imaginação geográfica a movimentos dissidentes, quais sejam aqueles construtores de novas espacialidades do político. Daí, autores contemporâneos renovarem a abordagem temática das dissidências

e das resistências em geografia, que se podem traduzir como práticas antigeopolíticas, ao considerarem que, nesse contexto das geografias dissidentes, “todos compartilham compromissos políticos para superar relações de poder e de opressão dominantes” (BLUNT e WILLIS, 2000, p.X). Nessa mesma direção, encontra-se a coletânea organizada por Pile e Keith (1997), abordando os espaços (as geografias) de resistência na contemporaneidade, bem como a precisa análise de Zibechi (2008) sobre a dinâmica intraurbana na América Latina.

Estáramos, por conseguinte, tratando da problemática dos contraespaços e de suas possibilidades de realização em um mundo tão controverso quanto hegemonicamente regulado, seguindo uma formulação dialógica de causa e efeito entre a controvérsia e a regulação. A antigeopolítica trata da construção de contraespaços como alternativas sociopolíticas criativamente antagônicas à ordem geopolítica dominante. A antigeopolítica aborda a (des)construção de espaços de resistência, entendida esta última como a prerrogativa social de uma existência distinta da que presentemente experimenta a maioria dos segmentos sociais. A antigeopolítica trabalha com a equação propositiva de que um outro mundo é possível somente quando o mundo do outro é possível. Daí o seu caráter flagrantemente ético, cujos horizontes são a justiça e a felicidade. Nesse sentido, é oportuno recordar que o outro também é uma categoria político-geográfica, conforme atesta o recente trabalho de Mountz (2012), o que, por seu turno, nos reconduz ao horizonte mais específico da justiça territorial (LIMA, 2012).

Segundo Dodds (2005, p.172), a antigeopolítica nega que “o argumento geopolítico prático das elites nacionais reflita os interesses e desejos de indivíduos e da sociedade civil”. Portanto, trata-se de descolonizar o discurso geopolítico do ponto de vista hegemônico, numa busca por novos olhares, ou a ruptura com o “ocularcentrismo” moderno, nas palavras de Ó Tuathail. Outrossim, essa antigeopolítica aporta um modo de deslocar o centro das atenções do Estado territorial para outras formas de entidades políticas como os movimentos sociais, grupos anticoloniais e ativistas antiglobalização, arremata Klaus Dodds. Por esse motivo, recuperamos o que Bertha Becker afirmava, já em 1988, sobre a relação formada entre os movimentos sociais e a nova geopolítica, conforme destacado na apresentação deste texto. Bertha captara a faceta de uma realidade que se configurava e consolidava, sem, contudo, nomeá-la de antigeopolítica, embora disso, efetivamente, se tratasse. Aqui reside um dos aspectos que comentamos sobre a inteligência fina dessa geógrafa: a sua percepção arguta.

Apresentamos uma ponderação similar em relação à contribuição de Jacques Lévy quando ele se refere à “desgeopolitização” do mundo, ou seja, ao ofuscamento de uma certa geopolítica e, sobretudo, de uma certa imaginação geopolítica. Seguindo um caminho analítico oposto ao de Bertha Becker, o geógrafo francês emprega a expressão “lógicas antigeopolíticas” para explicar essa “desgeopolitização”, sem, contudo, aprofundá-la ou relacioná-la diretamente aos movimentos sociais, uma vez que o autor se preocupava em assinalar um deslocamento do foco da análise dos grandes blocos geopolíticos para a dinâmica da vida política interna das sociedades, genericamente, como quem contrapõe política externa à política interna (LÉVY, 1994: 112-113). De ambas as ponderações, a de Becker e a de Lévy, concluímos preliminarmente que esses autores prenunciam, cada um a seu modo, uma realidade que mais tarde seria teorizada, historiografada e analisada empiricamente sob o preciso rótulo de antigeopolítica. Com esses dois autores e

suas ideias, registramos um momento inicial do percurso ainda em desbravamento das antigeopolíticas. Em suma: Bertha Becker identifica e analisa a tendência antigeopolítica, mas não a rotula; anos mais tarde, Jacques Lévy nomeia a tendência sem analisá-la.

Seguindo com as definições, atentemos para o que nos diz Paul Routledge sobre a antigeopolítica:

As histórias de resistência podem ser caracterizadas como “geopolíticas de baixo para cima” emanando de posições subalternas (i.e. dominadas) dentro da sociedade e que desafiam a hegemonia cultural, econômica, política e militar do Estado e de suas elites. Esses desafios são lutas contra-hegemônicas nas quais se articulam resistência e força coercitiva do Estado – no âmbito da política doméstica e externa (...). Eles são expressão do que eu denominaria de “antigeopolítica” (ROUTLEDGE, 2003, p.236).

O autor acima retoma os apontamentos do dissidente húngaro George Konrad para sublinhar que o conceito de antigeopolítica consiste numa força cultural, política e ética dentro da sociedade, derivando esse conceito de um outro: a antipolítica. Konrad (1998, p.283) nos informa que a “antipolítica é o *ethos* da sociedade civil e que a sociedade civil é a antítese da sociedade militar. (...). Assim, a sociedade militar é a realidade e a sociedade civil é a utopia”, complementando que a “antipolítica baseia a política na consciência do medo e da morte. Ela reconhece que nós somos uma espécie homicida e suicida, capaz de conceber inúmeras explicações morais para justificar nossas tendências homicidas e suicidas”. Em síntese, contrapondo uma política do Estado à outra do espírito, o autor húngaro conclui que a antipolítica é uma força moral. É nesse sentido que insistimos que a antigeopolítica pode e deve ser guiada, em última instância, pela busca da justiça territorial em detrimento de horizontes sociais que geram e/ou agudizam a opressão (e os espaços opressores) nas múltiplas faces que ela pode assumir, recorrendo à discriminação que Iris Marion Young nos oferece para tratar a opressão desde o exemplo da exploração, passando pela marginalização, a carência de poder, o imperialismo cultural até aquele da violência, sendo esta última a sua face mais desumana (YOUNG, 1988).

A antigeopolítica, de acordo com Routledge (2003, p.237), “pode assumir uma miríade de formas, desde os discursos oposicionistas de dissidentes intelectuais até estratégias e táticas dos movimentos sociais (embora, frequentemente, aqueles caminhem lado a lado com estes)”. Historicamente, consoante Routledge (1998b), as antigeopolíticas podem ser tipologizadas como i) coloniais e da Guerra Fria; e ii) da Nova Ordem Mundial e da globalização. Textos canônicos ilustrativos dessa sequenciação histórica são os escritos por E. Saïd, sobre o orientalismo; F. Fanon, sobre a violência; M. Luther King, sobre o rompimento do silêncio; V. Havel, sobre os desempoderados; E. P. Thompson, sobre a guerra; G. Konrad, sobre a antipolítica; A. Farmanfarmaian, sobre a raça e a sexualidade; e Subcomandante Marcos, sobre os movimentos antiglobalização, todos recompilados em Ó Tuathail et al. (1998). À parte dos textos retrocitados, inúmeros outros surgiram, especialmente a partir dos anos 1990, para abordar casos específicos das resistências da Revolução do Nepal, o caso do zapatismo em Chiapas (ROUTLEDGE, 1997, 1998a), ou para explicitar o denominado “olho antigeopolítico” presente no

trabalho da jornalista Maggie O'Kane sobre a cobertura da guerra na Bósnia, 1992-1993 (Ó TUATHAIL, 1996b), dentre outros.

A resistência constitui o núcleo duro da antigeopolítica, ou seja, a categoria de análise chave para o entendimento das práticas antigeopolíticas. Resistência que não se deve confundir com quaisquer outras circunstâncias em condição de exterioridade às relações de poder, mas, antes de tudo, como parte imanente dessas relações mesmas, acatando-se a famosa proposição de Michel Foucault: onde há poder, há resistência. É essa resistência que atua como o contra fluxo que retroalimenta o próprio fluxo do exercício do poder. Logo, não se trata meramente de uma contra ofensiva às manobras do polo dominante numa dada relação de poder, mas trata-se, isso sim, da contra face do exercício de poder constituído por múltiplas, simultâneas e assimétricas ofensivas estratégicas.

Sabemos que, para Foucault, segundo a síntese feita por Revel (2005, p.75-76):

A resistência não é anterior ao poder que ela enfrenta. Ela é coextensiva a ele e absolutamente contemporânea. A resistência deve apresentar as mesmas características do poder, tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele, distribuindo-se estrategicamente. As resistências podem, por sua vez, fundar novas relações de poder, tanto quanto novas relações de poder podem, inversamente, suscitar a invenção de novas formas de resistência. Não é, portanto, fundamentalmente contra o poder que nascem as lutas, mas contra certos efeitos de poder, contra certos estados de dominação, num espaço que foi, paradoxalmente, aberto pelas relações de poder.

Nunca seria demais lembrar que essas resistências são desencadeadas e propulsionadas pelos mais diversos vetores sociais, destacando-se, dentre eles, a identidade de um ator ou conjunto de atores sociais em relação a um determinado território, o que levou A. Chauprade (*apud* HUISSOUD e GAUCHON, 2013, p 30) a falar de “uma ‘libido territorial’ e de uma ‘territorialização das identidades’, nas quais se situa o fundamento da geopolítica”. Diríamos, em acréscimo: nas quais se situa um dos fundamentos da antigeopolítica. Boron (2012, p.232), ao se referir à atual *geopolítica dos movimentos sociais* (denominação extensa para antigeopolítica?) na América Latina, reconhece que “a resistência dos povos – e de alguns governos – tem sido formidável e tem recolhido bastantes resultados”.

Concebida a antigeopolítica como uma abordagem eticamente situada, podem-se identificar pelo menos duas direções de seu desenvolvimento. Uma delas se refere à importância concedida à presença do Outro na cena política e na busca de espaços políticos que não se restrinja apenas à guerra e à ordem, mas também à legitimidade. Portanto, trata-se de romper com a invisibilização dos sujeitos corporificados, reconhecer o *Homo situs*, do qual nos fala Hassan Zaoual, ou o *Homo geographicus*, dissertado por Robert Sack, revendo o mundo social como uma realidade datada e situada, constituída e construída por todos em condição de desfrutar plenamente dos direitos sociais. A antigeopolítica deve, pois, trabalhar com a noção de reconhecimento, no rastro do pensamento de Axel Honneth. A outra direção, como sumariza Painter e Jeffrey (2009, p.217) versa sobre a “[auto]crítica da geopolítica crítica” – e das antigeopolíticas academicamente abordadas – que aponta para o exercício da ética profissional, na medida em que se questionam as condições sob as quais os próprios geógrafos políticos críticos

avaliam suas posições de classe, de gênero etc. na feitura de seu trabalho, bem como se esses profissionais não estariam focalizando excessivamente suas análises nos textos e nos discursos, às expensas da materialidade espacial.

Então, as antigeopolíticas se inserem na perspectiva de uma geografia da ação, do movimento, contextualizada historicamente, à moda de Yves Lacoste. É lícito reconhecer a contribuição de Lacoste para o renascimento da geografia e da geopolítica e relembrar a sua convicção de que “não podemos fazer uma análise geográfica e ainda menos uma análise geopolítica sem se referir à história” (LACOSTE, Y. em entrevista a ZANOTELLI, 2005, p.97). O eminente geógrafo francês afirma que “o termo ‘geopolítica’, utilizado em nossos dias de múltiplas maneiras, designa na prática tudo que é relacionado às rivalidades pelo poder ou pela influência sobre determinados territórios e suas populações” (LACOSTE, 2009, p.8). Embora o neologismo antigeopolítica não conste do dicionário de geografia elaborado por Lacoste (2003), como tampouco do léxico de geopolítica organizado por Sopplesa et al. (1988) ou das cem palavras geopolíticas escolhidas por Huissoud e Gauchon (2013), a preocupação com a inserção da análise geopolítica numa dinâmica histórica mais ampla, não descarta a plausibilidade do neologismo.

É assim que chegamos à história do tempo presente repleta de práticas antigeopolíticas ou contraespaciais; uma história entremeada de *contra-geografias*. Por conseguinte, na concepção de Jaime Preciado e Pablo Uc (2012, p.77), “analisar as geografias do poder dos movimentos sociais implica tanto o estudo de seu potencial antigeopolítico, expressado em discursos e práticas contraespaciais, como de suas estratégias de vigilância e negociação com os poderes instituídos”. Para esses autores, “pensar nas geografias do poder dos movimentos sociais e dos Estados significa reconhecer a disputa fundamental para controlar a produção de espaços” (PRECIADO e UC, 2012, p.79).

A Antigeopolítica e a América Latina: Apontamentos Expressos

Do exposto até aqui, repercutimos a pergunta de Preciado e Uc (2012, p.78): “Quais são os novos desafios que enfrentam os movimentos sociais [latino-americanos] para construir novas geografias do poder alternativas às dos Estados e às do capital transnacional?”

Segundo os autores acima, na realidade contemporânea da América Latina,

[...] os contraespaços buscam reincorporar o imaginário do nacional mediante novas iniciativas constitucionais de descentralização territorial que enunciam o reconhecimento de formas diversas de autonomia (Bolívia, Equador, México, Colômbia etc). (PRECIADO; UC, 2012:82)

Destarte, Preciado e Uc (2012, p.86-88) identificam três tendências atuais na relação Estado / movimentos sociais na América Latina, a saber:

1. Tendência convergente e capacidade de negociação e pacto. Mencionam-se os casos da Bolívia, Equador, e, em menor medida Venezuela.
2. Tendência de convergência baixa, conflituosidade ativa com espaços específicos de negociação e alta capacidade de cooptação por parte do Estado. Mencionam-se os casos do Brasil e da Argentina.

3. Tendência de convergência nula, conflituosidade permanente e estratégias violentas de submissão. Mencionam-se os casos do México e da Colômbia.

Igualmente, Boron (2012, p.190-191), baseado em autores como Raúl Zibechi, sistematiza uma série de traços em comum que compartilham os atuais movimentos sociais latino-americanos, a saber: a) a base territorial; b) a autonomia dos movimentos; c) a revalorização da identidade e da cultura dos povos e dos diversos sujeitos sociais; d) a capacidade para formar seus próprios intelectuais; e) o novo papel social das mulheres; f) a reorganização do trabalho; e g) a apelação a novas formas de luta. Esses traços sinalizam e confirmam as tendências de reestruturação dos movimentos sociais na América Latina.

Dessas tendências, podemos partir para uma seleção de casos a serem comentados mais detidamente. Embora seja vasta a bibliografia que contempla a análise dos movimentos sociais na América Latina, no que diz respeito à perspectiva de análise antigeopolítica, destacaremos o conjunto da obra do geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves, afinado com a epistemologia crítica de um pensamento descolonial, como em Porto-Gonçalves (2002, 2004, 2006) e sinalizaremos o trabalho monográfico de duas geógrafas, a brasileira Manuela Silveira (2011), com sua análise sobre o Equador, e a mexicana Valeria Pérez-Gil (2011), com sua análise sobre o estado de Oaxaca, no México.

Segundo Porto-Gonçalves e Quental (2013, p.180-81), na América Latina,

[...] há uma tensão territorial de novo tipo em curso e já não se trata mais do territorial confundido com a escala do Estado (uni)nacional. (...). Observe-mos que os movimentos camponeses e indígenas (...) passam a ter um papel relevante, sobretudo a partir de 1990-1992-1994, atualizando uma história de longa duração e trazendo outras questões para o debate contemporâneo. Não é sem sentido que politizam o conceito de território, haja vista que o momento primeiro do sistema- mundo moderno-colonial foi justamente a invasão de seus territórios, sua (des)territorialização.

Claro está, que situações várias poderiam ser aqui expostas para ilustrar as práticas antigeopolíticas latino-americanas, bastando citar o caso dos zapatistas em Chiapas, em seus trinta anos de atuação. Tendo-se em conta, para tanto, que o texto do próprio Subcomandante Marcos integra a coletânea de Ó Tuathail (1998), na seção dedicada à antigeopolítica e, principalmente, o fato de se tratar de uma movimento social com forte ancoragem territorial, um movimento contrário às políticas neoliberais em curso naquele país, cujos rebeldes zapatista souberam usar o território para construir uma sólida resistência, fazendo com que o território zapatista se entrelaçasse com a divisão política formal do território mexicano (ADDOR, 2014). Porém, insistiremos nos exemplos dos trabalhos das duas geógrafas mencionadas.

A análise crítica de Porto-Gonçalves acerca dos movimentos sociais e os territorialismos na América Latina inspirou, por seu turno, as investigações científicas de duas jovens geógrafas, em suas teses de mestrado em ordenamento territorial e ambiental no PPGEO/UFF, por nós orientadas. Valeria Pérez-Gil procede a uma análise minuciosa sobre a realidade mexicana na região do Istmo de Tehuantepec, no estado de Oaxaca. Pérez-Gil aprofunda uma investigação sobre a tensão entre múltiplas territorialidades

presentes na região do Istmo, envolvendo camponeses, pescadores, indígenas, empresas energéticas, organizações sociais, e agentes do governo. Para esta autora:

Essa tensão, representada por conflitos territoriais, se deve à divergência dos diferentes interesses territoriais que existem entre os grupos de agentes, atores e sujeitos que interatuam na região ante à nova presença dos parques eólicos de empresas estrangeiras, as quais oferecem o discurso do “desenvolvimento” através do manejo de “energias renováveis”, como a energia eólica, convertendo o Istmo de Tehuantepec em uma região estratégica para o capital. (PÉREZ-GIL, 2011, p.3)

A análise crítica do confronto de discursos – hegemônicos e contra-hegemônicos – bem como das práticas estratégicas que incidem em Oaxaca, conduz Pérez-Gil à conclusão que a complexidade territorial deve conduzir as ações (geo)políticas ancoradas no reconhecimento multicultural e pluriétnico do estado mexicano com a maior proporção de população originariamente indígena, levando-se em consideração os usos e costumes dessa população, ou seja, de sua comunalidade, que inclui o direito ao território e a promoção da justiça territorial. A autora trata, com efeito, de movimentos de resistência que reivindicam contraespaços, através de mecanismos que reforcem a cultura regional, como as festas *Las Velas*. Insinua-se um contradiscurso calcado nas horizontalidades que permitiriam às comunidades oxaquenas o direito a continuar (re)existindo.

O exemplo estudado por Pérez-Gil coaduna com as antigeopolíticas da qual tratávamos há pouco. A autora buscou decifrar as estratégias e táticas sociais que se expressam na luta pelo direito ao território e que promovem *contrageografias* em face da pressão política exercida pelo Estado mexicano e pelas empresas estrangeiras, especialmente no contexto do Plano Puebla-Panamá, que atinge a estratégica região do Istmo. Ainda que a autora, à época, falasse de um futuro incerto e desolador para as populações de Oaxaca, nada nos impede de pensar nas marchas e contramarchas do tempo-espaço e suas emergências sistêmicas, isto é, em renovadas possibilidades.

Outro exemplo de práticas antigeopolíticas na América Latina nos é trazido à baila por Silveira (2011). A autora parte de uma perspectiva descolonial para proceder a uma leitura crítica sobre o padrão moderno-colonial que funda o ordenamento territorial do Equador. À imposição da malha territorial estatal equatoriana, Manuela Silveira contrarrestará a perspectiva territorial do movimento indígena equatoriano, analisando suas estratégias de resistência e suas propostas para a refundação do Estado. Trata-se de uma análise do território estatal em processo e as tensões provocadas entre territorialidades de um Estado plurinacional.

Segundo Silveira(2011, p.154), trata-se de do:

[...] início de um novo ciclo do movimento indígena equatoriano que – a partir do qual a luta pela igualdade se alia à luta pelo direito à diferença (aqui incluídas as consequências territoriais e políticas dessa associação) – deita raízes em processos históricos de longa duração, relacionados às inúmeras ações de resistência empreendidas desde tempos da colonização para a manutenção e a defesa de sua forma de vida ancestral.

A autora dirige uma análise crítica ao não reconhecimento estatal da autodeterminação dos povos indígenas equatorianos, de sua filosofia ancestral do *Buen Vivir*, base para a instauração de um novo modelo civilizatório. Embora a autora reconheça que a plurinacionalidade e as demais reivindicações indígenas enfrentem muitos e fortes obstáculos, elas devem permanecer como um horizonte a ser buscado, a servir de guia para as ações. Destacamos que, como no caso da análise de Pérez-Gil, encerra-se aqui também uma abordagem crítica das práticas antigeopolíticas de amplos segmentos sociais subalternizados em sua busca por espaços legítimos.

Uma Breve Conclusão

As geopolíticas críticas representam um enorme potencial de ampliação epistêmica e de construção do conhecimento político-geográfico empírico. As densidades e variedades geopolíticas do mundo contemporâneo nos instigam à decifração de tensões, contradições, conflitos e enfrentamentos inerentes à produção do espaço. Nessa empreitada, a perspectiva das antigeopolíticas parece indicar um caminho seguro, do ponto de vista teórico-metodológico, para a consecução de análises geográficas consistentes e condizentes com o horizonte da justiça territorial, portanto, eticamente balizadas. Inobstante, advoga-se a legitimidade das *contrageografias* do poder. A antigeopolítica nos convida à reflexão sobre a convergência desejável entre territórios legítimos e territórios justos cujos núcleos são a emancipação e a dignidade humanas. E é pela análise do afrontamento de estratégias que essa reflexão avançará.

Nesse texto, esperamos ter alcançado dois objetivos implícitos. Um deles é reconhecer a vida discipula que, generosamente, nos legou a professora e amiga Bertha Becker. O outro é oferecer uma estrutura teórico-conceitual que gere e regenere a relevância e o encantamento da geografia política e da geopolítica. Da conjugação desses objetivos resulta, irrenunciavelmente, a esperança de fazer valer a mensagem da epígrafe deste texto, resgatando-se a geopolítica através da geografia, como filha legítima da geografia. Das vilipendiadas concepções da geopolítica como “filha dos fascismos”, “catecismo do imperialismo” ou “pseudociência”, partiríamos para a sua renovação dignificante como uma abordagem política crítica, eticamente assistida.

Referências bibliográficas

ADDOR, F. Sensibilizando sem tomar o poder. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ano 7, n. 81, abr. 2014, p. 26

AGNEW, J. *Making political geography*. Londres: Arnold, 2002

_____. *Geopolítica: una re-visión de la política mundial*. Madri: Trama, 2005

AGNEW, J.; DUNCAN, J. (Ed.) *The Wiley-Blackwell companion to human geography*. Malden: Wiley-Blackwell, 2011

AGNEW, J. et al. (Ed.). *A companion to political geography*. Londres: Blackwell, 2003

ATKINSON, D. e DODDS, K. Introduction to geopolitical traditions: a century of geopolitical thought. In: Doods, K. e Atkinson, D. (Ed.). *Geopolitical traditions. A century of geopolitical thought*. Nova York: Routledge, 2000

BECKER, B. A geografia e o resgate da geopolítica. In: *Revista Brasileira de Geografia*, n. especial, vol. II, Rio de Janeiro: IBGE, 1988

_____ A geopolítica na virada do milênio. In: Castro, I. et al. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995

BLUNT, A.; WILLIS, J. *Dissident geographies*. An introduction to radical ideas and practice. Harlow: Pearce Education, 2000.

BORON, A. *América Latina en la geopolítica del imperialismo*. Buenos Aires: Luxemburg, 2012.

CABALLERO, O. El mundo es delpulgar. *La Vanguardia*. Cultura, 04 mar. 2013

CAIRO, H. Re-pensando la geopolítica: la renovación de la disciplina y las aportaciones de John Agnew. In: Agnew, J. *Geopolítica: una re-visión de la política mundial*. Madri: Trama, 2005.

CAIRO, H.; PASTOR, J. (Comp.). *Geopolítica, guerras y resistencias*. Madri: Trama, 2006.

CLAVAL, P. *Géopolitique et géostratégie*. La pensée politique, l'espace et le territoire eau. XXe.síècle. Paris: Nathan, 1994.

COSTA, W. *Geografia política e geopolítica*. São Paulo: Hucitec, 1992.

COX, K.; LOW, M.; ROBINSON, J. (Ed.). *The Sage hand book of politicalgeography*. Londres: Sage, 2008.

DALBY, S. Critical geopolitics: discourse, difference, and dissent. *Environmentand Planning D: Society and Space*, 9, 1991, pp. 261-83.

_____ Green geopolitics. In: Agnew, J. et al. (Ed.). *A companion to political geography*. Londres: Blackwell, 2003.

DAHLMAN, C. Geopolitics In: GALLAHER, C. et al. *Key concepts in political geography*. Londres: Sage, 2012 [2009].

DODDS, K. Enframing Bosnia. The geopolitical iconography of Steve Bell. In: Ó Tuathail, G. e Dalby, S. (Ed.). *Rethinking geopolitics*. Nova York: Routledge, 1998.

Lima, I.

_____ *Global geopolitics. A critical introduction*. Londres: Prentice Hall, 2005

DODDS, K; ATKINSON, D. (Ed.). *Geopolitical traditions. A century of geopolitical thought*. Nova York: Routledge, 2000.

GALLAHER, C. et al. *Key concepts in political geography*. Londres: Sage, 2012 [2009]

HUISSOUD, J-M. e GAUCHON, P. (Coord.). *Las 100 palabras de la geopolítica*. Madri: Akal, 2013.

KELLY, P. Geopolitics - Part I. In: Agnew, J. e Duncan, J. (Ed.) *The Wiley-Blackwell companion to human geography*. Malden: Wiley-Blackwell, 2011.

KOFMAN, E. Feminist transformations of political geography. In: Cox, K.; Low, M. e Robinson, J. (Ed.). *The Sage hand book of political geography*. Londres: Sage, 2008.

KONRAD, G. Antipolitics: a moral force. In: Ó TUATHAIL, G.; DALBY, S.; ROUTLEDGE, P. (Ed.). *The geopolitical reader*. Nova York: Routledge, 1998.

KUUS, M. Geopolitics – Part II. In: Agnew, J. e Duncan, J. (Ed.) *The Wiley-Blackwell companion to human geography*. Malden: Wiley-Blackwell, 2011.

_____ *Geopolitics and Expertise: knowledge and authority in European diplomacy*. London: Wiley-Blackwell, 2014.

LACOSTE, Y. *De la géopolitique aux paysages*. Dictionnaire de la géographie. Paris: Armand Colin, 2003.

_____ *Geopolítica. La larga historia del presente*. Madri: Síntesis, 2009.

LÉVY, J. *L'espace légitime*. Sur la dimension géographique de la fonction politique. Paris: PFNSP, 1994.

LLADÓ, B. *Franco Farinelli*. Del mapa al laberinto. Barcelona: Icaria, 2013.

LIMA, I. Entre a geopolítica do sentido e a justiça territorial. Bogotá: *Simpósio Internacional Geocrítica*, 2012.

LOROT, P. *Histoire de la géopolitique*. Paris: Economica, 1995.

LUKE, T. Toward a green geopolitics: politicizing ecology at the World watch Institute. In: Dodds, K e Atkinson, D. (Ed.). *Geopolitical traditions. A century of geopolitical thought*. Nova York: Routledge, 2000.

MELLO, L. *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: EDUSP, Hucitec, 1999.

- MÉNDEZ, R. *El nuevo mapa geopolítico del mundo*. Valencia: TirantLoBlanch, 2011.
- MOÏSI, D. *A geopolítica das emoções*. São Paulo: Campus, 2009.
- MOREIRA, R. *Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MOUNTZ, A. The other. In: Gallaher, C. et. al. *Key concepts in political geography*. Londres: Sage, 2012 [2009].
- NOGUÉ, J. Geografía política. In: Hiernaux, D. e Lindón, A. (Org.). *Tratado de geografía humana*. México D.F.: Anthropos, 2006
- Ó TUATHAIL, G. *Critical geopolitics*. The politics of writing global space. Nova York: Routledge, 1996a
- _____. An anti-geopolitical eye: Maggie O'Kane in Bosnia 1992-1993. *Gender, Place and Culture*, 3(2), 1996b, pp. 171-85
- _____. Spiritual geopolitics: Fr. Edmund Walsh and Jesuit anti-communism. In: Dodds, K e Atkinson, D. (Ed.). *Geopolitical traditions*. A century of geopolitical thought. Nova York: Routledge, 2000
- Ó TUATHAIL, G.; DALBY, S. (Ed.) *Rethinking geopolitics*. Nova York: Routledge, 1998
- Ó TUATHAIL, G.; DALBY, S.; ROUTLEDGE, P. (Ed.). *The geopolitical reader*. Nova York: Routledge, 1998
- PAINTER, J. Geographies of space and power. In: Cox, K.; Low, M. e Robinson, J. (Ed.). *The Sage hand book of political geography*. Londres: Sage, 2008.
- PAINTER, J.; JEFFREY, A. *Political geography*. Londres: Sage, 2009.
- PÉREZ-GIL, V. Tensão das múltiplas territorialidades na região do Istmo de Tehuantepec, no estado de Oaxaca, México, pela presença do Plano Puebla-Panamá. *Dissertação de mestrado*. 2011. Programa de Pós-Graduação em Ordenamento Territorial e Ambiental, Departamento de Geografia, UFF: Niterói.
- PILE, S.; KEITH, M. (Ed.). *Geographies of resistance*. Nova York: Routledge, 1997.
- PORTO-GONÇALVES, C. *Geografías, movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad*. México D.F.: Siglo XXI, 2001.

Lima, I.

_____ Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: Ceceña, A. e SADER, E. (Org.) *La guerra infinita: hegemonia y terror mundial*. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

_____ *Geografando nos varadouros do mundo*. Brasília: Ed. IBAMA, 2004 [1998].

_____ A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: Ceceña, A. (Org.) *Los desafíos de la emancipación en un contexto militarizado*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C.; QUENTAL, P. América Latina e colonialidade do poder. In: Haesbaert, R. (Org.) *Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo*. Niterói: EDUFF, 2013.

PRECIADO, J.; UC, P. As geografias do poder dos movimentos sociais em um período de crise. In: Gohn, M. e Bringel, B. (Org.) *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Vozes, 2012.

RAFFESTIN, C. Introdução In: Raffestin, C. (Org.) *Geografía política: teoríe per un progetto sociale*. Milão: Unicopli, 1983.

_____ *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993 [1980].

RAFFESTIN, C et al. *Géopolitique et histoire*. Paris: Payot, 1995.

REVEL, J. *Foucault*. Conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

ROUTLEDGE, P. A spatiality of resistances. Theory and practice in Nepal's Revolution of 1990. In: Pile, S. e Keith, M. (Ed.) *Geographies of resistance*. Nova York: Routledge, 1997.

_____ Going global. Spatiailty, embodiment, and mediation in the Zapatista insurgency. In: Ó TUATHAIL, G. e DALBY, S. (Ed.) *Rethinking geopolitics*. Nova York: Routledge, 1998a.

_____ Introduction. In: Ó Tuathail, G. et al. *The geopolitical reader*. Nova York: Routledge, 1998b.

_____ Anti-geopolitics. In: Agnew, J. et al. (Ed.) *A companion to political geography*. Londres: Blackwell, 2003.

SASSEN, S. *Contra geografías de la globalización*. Género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos. Madrid: Traficantes de sueños, 2003.

SHARP, J. Refiguring geopolitics: the Reader's Digest and popular geographies of danger at the end of the Cold War. In: Dodds, K e Atkinson, D. (Ed.). *Geopolitical traditions. A century of geopolitical thought*. Nova York: Routledge, 2000.

_____. Feminist and postcolonial engagements. In: Agnew, J. et al. (Ed.). *A companion to political geography*. Londres: Blackwell, 2003.

_____. Guerra contra el terror y geopolítica feminista. *Tabula Rasa*, 3, 2005, pp. 29-46.

SILVEIRA, M. Estado plurinacional: tensões de territorialidades no processo de refundação do Estado-nação equatoriano. *Dissertação de mestrado*. 2011. Programa de Pós-Graduação em Ordenamento Territorial e Ambiental, Departamento de Geografia, UFF: Niterói.

SOPPLESA, J. et al. *Lexique de géopolitique*. Paris: Dalloz, 1988.

TAYLOR, P.; FLINT, C. *Geografía política*. Economía-mundo, estado-nación y localidad. Madri: Trama, 2000 [1985].

VALCÁRCEL, J. La geografía para el siglo XXI. In: Romero, J. (Org.). *Geografía humana*. Procesos, riesgos e incertidumbre en un mundo globalizado. Barcelona: Ariel, 2008.

YOUNG, I. Five faces of oppression. *Philosophical Forum*, 19, n. 14, 1988.

ZANOTELLI, C. Yves Lacoste: entrevistas. São Paulo: Annablume, 2005.

ZIBECHI, R. *Territorios en resistencia*. La Paz: Textos rebeldes, 2008.

Recebido em: 10/12/2013 Aceito em: 28/12/2013

¹ Este artigo de Bertha K. Becker foi republicado, com concordância do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na Revista Espaço Aberto, volume 2, número 1 (Jan./Jun. 2012), p.117-150.

Evolução da Organização do Território no Brasil e na França

Evolution of Territorial Organization in Brazil and France

Céline Broggioⁱ

Université Jean Moulin
Magellan, Lyon, França

Martine Droulersⁱⁱ

CNRS – IHEAL – CREDA
Paris, França

Resumo: A organização do território foi um tema central da obra da professora Bertha K. Becker, que alimentou nossos diálogos para o entendimento das mudanças no mundo contemporâneo. O texto a seguir é um testemunho do tipo de numerosas conversas que tivemos com ela sobre os temas da regionalização, da descentralização e do papel territorial do Estado, a fim de entender melhor a dinâmica do binômio estado/regiões. Mais particularmente, a relação que as sociedades francesa e brasileira mantêm com seus territórios, uma visão cruzada da evolução das organizações territoriais e dos tipos de governança nestes dois países. O propósito será mostrar em que medida a democratização e a descentralização acompanham a adaptação dos territórios e das sociedades na atual fase de desenvolvimento e também como a cultura particular de cada país marca o modo pelo qual essa regionalização ocorre e/ou encontra obstáculos.

Palavras-chave: organização do território, regionalização, descentralização, Brasil e França.

Abstract: Territorial organization was a central theme in much of the work of Professor Bertha K. Becker and stimulated debate concerning change in the contemporary world. This text is based on numerous conversations with her about regionalization, decentralization and the territorial role of the State which permitted a better understanding of State-regional dynamics. Here we are concerned with the relationship which Brazilian and French societies maintain with their respective territories and comparative perspective is used to trace the evolution of territorial organizations and types of governance in each of these two countries. The objective is to show how democratization and decentralization accompany the accommodation of territories and societies to their current phase of development as well as how the specific culture of each country influences the way that regionalization occurs and/or encounters obstacles.

Keywords: territorial organization, regionalization, decentralization, Brazil, France.

ⁱ Université Lyon III – Jean Moulin. celine.broggio@univ-lyon3.fr

ⁱⁱ Geógrafa do Centro Nacional de Pesquisa Científica e diretora do CREDAL – Centro de Pesquisa e Documentação sobre a América Latina da Universidade Paris III. martine.droulers@gmail.com

Introdução

A organização do território foi um tema central da obra da professora Bertha K. Becker, que alimentou nossos diálogos com ela. Os encontros com Bertha foram sempre amigáveis, estimulantes e enriquecedores. Com uma aguda acuidade a perceber e analisar as evoluções da governança nos territórios, ela abriu muitas dicas para entender as mudanças no mundo contemporâneo. O texto a seguir é um testemunho do tipo de numerosas conversas que tivemos com ela sobre os temas da regionalização, da descentralização e do papel territorial do Estado, a fim de entender melhor a dinâmica do binômio estado/regiões. Bertha Becker apreciava a cooperação com os geógrafos franceses, no nosso caso desde o primeiro programa de pesquisa conjunta sobre os tecnopolos franceses e brasileiros (1990-93) até a grande cerimônia da recepção da distinção *Doutor Honoris Causa* da Universidade Jean Moulin de Lyon em 2005, passando por colóquios e seminários sobre questões de desenvolvimento regional, local e sustentável na Amazônia.

Nesse texto, mais particularmente nós interessaremos, pela relação que as *sociedades francesa e brasileira mantêm com seus territórios* e tentaremos uma visão cruzada da evolução das organizações territoriais e dos tipos de governança nestes dois países. Nosso propósito será mostrar em que medida a democratização e a descentralização acompanham a adaptação dos territórios e das sociedades na atual fase de desenvolvimento e também como a cultura particular de cada país marca, de maneira profunda, o modo pelo qual essa regionalização ocorre e/ou encontra obstáculos.

Periodização do desenvolvimento e governança da França e do Brasil

A dinâmica do desenvolvimento dos territórios, tanto no Brasil quanto na França, é marcada pela *passagem de uma democracia social centralizada a uma democracia mais descentralizada e responsável*, que corresponde à fase atual do desenvolvimento. Ao periodizar os modelos de desenvolvimento econômico francês e brasileiro, observam-se evoluções comparáveis da fase 1, aquela da decolagem industrial com governança autoritária e centralizada em um quadro nacional, à fase 2 das políticas de redistribuição em uma “democracia social centralizada” (Estado providência), depois à fase 3 de regionalização em um quadro de “democracia descentralizada e responsável” (Quadro 1). Nota-se também que a defasagem no tempo conduz a uma aceleração da passagem de uma fase a outra no caso brasileiro. Percebe-se que a fase 2, mais condensada, não parece responder a um episódio claramente identificável, mas recobre o período do governo dos militares e se desenvolve em seguida com a democratização, ao mesmo tempo em que se instauram formas já descentralizadas de governança.

Quadro 1 – Desenvolvimento, governança do território na França e no Brasil. Elementos da periodização

Fases de desenvolvimento	Dinâmicas territoriais	Tipo de governança	Exemplos « geohistóricos » FRANÇA (alguns marcos)	BRASIL
1. Preparação e « decolagem » industrial	<i>Centralização</i> Constituição seguida da expansão do território «reserva de recursos» Relações centro/periferias (exploração), desiguais social e espacialmente.	<i>Autoritário</i> Mediação do Estado Condição de decolagem Projeto nacional forte Polos de desenvolvimento	2º Império 1852-1870 3ª República 1871-1940 Mobilização do território «recurso» nacional, colonização ultramarinha.	1ª substituição de importações (G. Vargas) « Desenvolvementismo » J. Kubitschek 1956-1960 « Brasil Grande » do governo dos militares 1964-1984
2. Dinâmica econômica mediante <i>integração</i> espacial e redistribuição social	<i>Ordenamento do território</i> Constituição do território como « mercado interno » Investimento em infraestruturas, novos polos. Relações centro/periferias (integradas), forte, integração territorial	<i>Democracia social</i> (centralizada) Papel central do Estado com integração progressiva das categorias sociais e regionais marginais Regulação principalmente monoescalar nacional (política, econômica e social)	« Trinta gloriosos » 1945-1975 Democratização General de Gaulle 1958-1969 Fim da colonização Pacto socioespacial nacional redistribuidor	« colonização interna », fronteira interna Democratização e descentralização 1985
3. Dinâmica econômica por regionalização e diferenciação territorial; mundialização	<i>Descentralização</i> Maior autonomia para os territórios, desenvolvimento territorial (novos centros dinâmicos, diferenciação e competitividade dos territórios)	<i>Democracia de mercado descentralizada</i> Transferência de competências Diferenciação e territorialização das políticas públicas Regulação multiescalar (disjunção do político, do econômico e do social)	V. Giscard d'Estaing 1974-1981 Primórdios da descentralização institucional F. Mitterrand 1981-1995 N. Sarkozy 2007-2012 Reformas estruturais	F. H. Cardoso 1995-2002 L.I. da Silva, « Lula » 2003-2010 Políticas redistribuidoras e reformas estruturais

Aprofundamento da democracia em curso

Portanto, a descentralização é hoje a receita do mundo inteiro. A governança democrática se revestia com novos adornos ao se descentralizar; o papel preponderante do Estado parece ter de diminuir ou se curvar, enquanto instâncias de regulação ou iniciativas locais se instalam tanto para o estímulo às atividades produtivas quanto para a gestão dos programas sociais e a proteção atenta do meio ambiente.

A descentralização visa assim a satisfazer a maior quantidade de habitantes ao valorizar a “participação” cidadã local, ao mesmo tempo em que permite uma maior *responsabilização econômica e fiscal dos territórios*, possível pela aproximação dos eleitos locais de seus eleitores – mas, principalmente, de seus contribuintes. A descentralização produz seus efeitos somente nessa condição. Ela pode, ao mesmo tempo, permitir uma governança que implique em uma quantidade múltipla de atores, favorável à inovação e à competitividade dos territórios, sem se excluir – ao contrário – a hipótese de diferenciação destes. É sob o conjunto desses aspectos que a descentralização entende representar uma aplicação do princípio de responsabilidade e garantir uma maior durabilidade do desenvolvimento.

Em situações de mudança, até mesmo de crise, cada nação do mundo industrializado desenvolve seus próprios métodos para se aclimatar às mutações tecnológicas e se adapta para gerir as consequências sociais das mudanças de modelos (STOFFAËS, 1987). Tratar-se-á aqui de ver como as sociedades brasileira e francesa, que têm como ponto em comum o papel importante que o território (nacional) desempenhou – e desempenha ainda – na formação da liga social, reagem à descentralização e a realizam desde meados dos anos 1980. Constatar-se-á que os dois países permanecem marcados por hábitos culturais adquiridos e que a descentralização ainda não parece atingir profundamente, sob muitos aspectos, nem a sociedade e seus territórios, nem os aspectos mais fundamentais da dinâmica social.

Verdadeira Democratização, Fraca Descentralização no Brasil

Culturalmente, o Brasil permanece marcado pelo forte laço que sempre o caracterizou entre dinâmica social e dinâmica espacial. Suas reservas de espaços e de recursos disponíveis, sua “fronteira” interior ainda aberta, a vastidão do território permitido à mobilidade (grande como a UE) dá ao cidadão brasileiro, desde muito tempo, a possibilidade de tentar realizar uma trajetória de mobilidade e de ascensão sociais que se identifica frequentemente com uma estratégia de mobilidade espacial. O Brasil conserva, a esse respeito, as práticas sociais e espaciais de um país “novo” (no mesmo sentido dos Estados Unidos). Esse modelo *bandeirantes* é fortemente consumidor, até esbanjador, do recurso espacial, incluindo recursos naturais não renováveis; um aspecto da cultura brasileira, ainda hoje, claramente perceptível.

Será que a democratização e a descentralização – que, no Brasil, instalaram-se ao mesmo tempo – favorecem dinâmicas contínuas e até reforçadas de consumo de espaço? Tal observação se aplica, inclusive, às políticas públicas, mesmo quando estas visam principalmente a objetivos sociais mais que ao desenvolvimento territorial. Então elas conservam, apesar de tudo, essa dimensão de utilização do recurso territorial para o desenvolvimento social (um exemplo da política de distribuição de terras, o movimento dos “sem-terra”), preferindo assim se apoiar mais sobre transferências de bens naturais que de rendas.

E quando as políticas sociais se orientam para transferências de rendas, o que tende a ser cada vez mais frequente – mais do que de bens naturais –, elas permanecem largamente pilotadas pela escala federal, estando realmente não descentralizadas. Esse segundo ponto resulta, sem dúvida, menos de uma característica própria à tradição brasileira do que da aproximação, no tempo, entre a fase redistributiva, conduzida preferencialmente em nível nacional, e a fase descentralizadora da governança (superposição parcial das fases 2 e 3). Todavia, ela constitui certa limitação à aplicação da descentralização, como veremos também no caso da França.

Políticas públicas ainda largamente apoiadas sobre o consumo de espaço e bens naturais. Desde os anos 1980, a democratização brasileira, apoiada sobre a descentralização, não modifica, até reforça, um aspecto da cultura particular do povo brasileiro em relação ao seu território, o consumo renovado de espaço. Vários elementos interagem uns com os outros, para se chegar a esse resultado, elementos de ordem política, institucional, econômica e social que, à sua maneira, têm cada qual consequências em matéria de ocupação do território.

Evocaremos primeiramente a continuação de um forte movimento de territorialização observável durante os últimos anos; em seguida, abordaremos os efeitos da aplicação de algumas políticas públicas por meio do caso emblemático da política de distribuição de terras ou ainda da reforma do setor energético.

O movimento de ocupação do território brasileiro não se desacelera, até mesmo se intensifica. Constata-se, de fato, a busca de um forte movimento de territorialização a partir dos anos 1980, enquanto a dinâmica demográfica do país e o ritmo do crescimento se desaceleraram com relação ao período do “milagre econômico”. Mesmo levando em conta o fato de que a dinâmica demográfica apresenta ainda diferenças no plano regional, não se pode afastar a hipótese de atribuir tal constatação, ao menos em parte, aos próprios efeitos da evolução da governança. A democratização e a descentralização favorecem a ocupação do território? Provavelmente sim, se considerarmos que elas encorajam a expressão dos níveis locais de organização do território em que se enraíza, por exemplo, a dinâmica dos partidos, que reencontrou todo seu lugar na vida pública desde 1985. O movimento de constituição de novos municípios abre novos espaços às estratégias espaciais de conquista do poder pelos partidos, ao passo que essas novas unidades territoriais formam fortes pontos de apoio ao aumento do número e, se possível, da bancada de seus eleitos na representação. Foi dessa maneira que o PT ganhou uma dimensão nacional (DROULERS & VELUT, 1997). No total, os cargos eletivos, boas fontes de recursos, elevam-se a 63.000 no nível municipal, 1.113 no nível estadual e 596 no nível federal, além do número de colaboradores que não para de crescer passando de 470.000 em 2004 para 625.000 em 2009 (LOUAULT, 2009).

O ritmo acelerado de criação de novas entidades municipais traduz bem esse forte movimento de territorialização e essa nova dinâmica institucional ligada à democratização. Desse modo, entre 1988 e 2000, não menos de 1.410 novas municipalidades foram criadas no território nacional, para finalmente totalizar 5.567 municípios. Pois, esse movimento foi freado, mesmo se a população brasileira continua a se espalhar, tanto nas periferias urbanas quanto nos territórios do interior até então pouco valorizados no espaço nacional

A consequência dessa territorialização – ainda mais em um contexto descentralizado, que confere competências de desenvolvimento territorial às entidades municipais – é

induzir uma **multiplicação dos pontos de partida pelos quais as dinâmicas de desenvolvimento se organizam**. As autoridades locais, compreende-se facilmente, desejam desenvolver atividades em *seu* território e, ao, fazê-lo, aumentar a base de seus recursos fiscais, satisfazendo ao mesmo tempo a população local (logo, seus eleitores); para isso, elas procuram valorizar os recursos territoriais disponíveis no local, assim como obter a melhoria de seus equipamentos, notadamente as vias rodoviárias, começando muitas vezes pelo asfaltamento, que acelera, em contrapartida, os processos de ocupação. Nesse ponto, o Brasil, que dispõe apenas de 212.000 km de rodovias asfaltadas, num total de 1,7 milhões, tem margem para densificar a ocupação do seu território.

O mesmo valor agregado, produzido no quadro de uma organização difusa do povoamento sobre o território, pode ter como efeito uma demanda e um consumo acrescido (infraestruturas, deslocamentos, custo, sistema) assim como um aumento da extração de recursos naturais. Ao contrário, no plano nacional, esse espraiamento pode constituir também um motor do crescimento geral, a medida que alimenta um bom número de canteiros urbanos (“indústria das capitais”)¹ e de redes de transporte.² No Brasil, existe uma verdadeira dinâmica econômica de crescimento ligada ao espaço, essa compensaria, em parte, os “custos sistemas” elevados ligados à vastidão do país. Esse fato explica provavelmente por que as escolhas e as dinâmicas sociais são sempre orientadas no sentido da difusão do povoamento. Às lógicas de ocupação do território por motivos de controle e de soberania (em particular, na Amazônia) que puderam desempenhar um papel determinante na época dos militares, sucede uma lógica de territorialização cujas fontes se alimentam de preferência das causas institucionais e sociais internas.

Poderia formular-se a hipótese segundo a qual as formas mais descentralizadas de gestão dos territórios e de tomada de decisão que acompanham a democratização, nesse último quarto de século, não foram capazes de frear a dinâmica predatória da ocupação do território (BROGGIO-DROULERS, 2005). Além disso, as medidas descentralizadoras teriam contribuído várias vezes para aumentar esse consumo de espaço, provocando nas regiões com os biomas mais vulneráveis, como a Amazônia ou o Cerrado, retomadas aceleradas de desmatamento. Desse modo, na Amazônia, o número dos municípios triplicou entre 1988 e 2000, passando de 153 para 487, o que acarretou um crescimento dos núcleos urbanos e dos loteamentos da reforma agrária.³ As entidades territoriais (Estados federados, *municípios*) são, de fato, conduzidas a fazer as arbitragens que respondem às suas necessidades e àquela de seus habitantes, entre as demandas de desenvolvimento e as obrigações da preservação do meio ambiente. Uma tal dinâmica dos territórios é suscetível de produzir efeitos acentuados de ocupação rural desordenada.

Uma outra razão explica esse movimento de ocupação do território e sua amplificação, a dinâmica não é somente institucional, mas coloca em evidência o comportamento espacial de atores específicos, às vezes apoiado por políticas públicas, como no exemplo da “reforma agrária” ou mais exatamente da *distribuição de terras*.

Tradicionalmente na história brasileira, a aceleração das mobilidades em um espaço em expansão constituiu um elemento regulador das tensões geradas pelo modelo de desenvolvimento. Com efeito, o território permanece esse “bem comum” compartilhado, acessível a todos brasileiros, pelo qual cada um, qualquer que seja seu nível, pode tentar sua sorte e buscar melhorar sua condição. Aqui, a mobilidade social é com frequência sinônimo de mobilidade espacial. No imaginário brasileiro, assim como no “vivido” de

numerosos “migrantes”, os territórios do interior continuam a encarnar essa potencialidade de um melhor futuro que, a qualquer momento, os mais audaciosos podem tentar alcançar. Essa representação permaneceu forte até hoje, ainda que recubra, evidentemente, uma dimensão largamente mítica.

Ela explica particularmente a importância da *representação fortemente enraizada do acesso à terra*. Nesse domínio, às iniciativas individuais e “espontâneas” da colonização se juntaram iniciativas públicas. A democratização das instituições só fez incentivar essa orientação a medida que a democracia favorece a expressão das demandas e os anseios sociais, aos quais os governos devem tentar satisfazer rapidamente sob pena de suscitar descontentamento e frustração, na maioria dos casos sem ter tempo de colocar as cadeias produtivas completas capazes de gerir trabalho e renda (BECKER, 2008).

O movimento de acesso à terra, portanto, acelerou-se com a democratização, mesmo tendo ele começado previamente. Mais do que uma verdadeira reforma agrária, trata-se frequentemente de uma distribuição de terras públicas, chamadas “devolutas”, conhecidas como pertencentes à União, antes de conhecer outras formas de apropriação. O acesso a tais terras dá às categorias sociais desfavorecidas a esperança de uma entrada na economia de mercado, ao menos sob a forma mínima de valorização do preço da terra. Essas famílias dispõem de fracos meios econômicos para valorizar as terras que elas ocupam e tendem, assim, a vendê-las ao termo de um ciclo econômico de alguns anos. Desse modo, elas alargam o espaço do mercado de terras, antes que se repita mais adiante o mesmo processo na frente pioneira ou em outras zonas de colonização, conforme um mecanismo que é ao mesmo tempo extensivo (consumidor de espaço) e, muitas vezes, pouco sustentável, por conta da difícil fixação dos camponeses na terra.

A política de distribuição de terras, apesar de popular, pode ser considerada como desperdício de espaço, sem que os resultados econômicos e benefícios sociais a justifiquem plenamente; ela constitui uma continuação da dinâmica tradicional de incorporação de novas terras no mercado. A esse título, pode-se dizer que, ao mesmo tempo em que responde a uma forte demanda social (aliás, tanto urbana quanto rural), ela parece ser uma política de transição entre as abordagens tradicionais da questão da pobreza e das políticas sociais mais modernas. No fundo, o consumo adicional de espaço constitui sempre uma resposta tipicamente brasileira aos bloqueios da sociedade.

Logo, nota-se finalmente que tanto para o programa do bolsa-família quanto para a “reforma agrária”, uma forte centralização prevaleceu, mobilizando a intervenção do nível federal para políticas cujo impacto é, no entanto, bastante localizado.

Os Paradoxos da Descentralização na França, Isonomia mais que Autonomia dos Territórios

A França empreendeu uma descentralização no decorrer dos anos 1980, sem transgredir as suas tradições e cultura territoriais, da mesma maneira que o Brasil. Ela conserva, em particular, sua temática fundadora desde a Revolução Francesa, de isonomia territorial, que tende a falsear os mecanismos da descentralização e a limitar seu alcance.⁴ Quanto aos mecanismos sociais fundamentais, veremos que eles permane-

cem essencialmente gerados em nível nacional, tirando assim da descentralização uma grande parte dos meios de sua eficácia potencial.

A descentralização, um debate passional na França há dois séculos! A questão da descentralização, na França, constitui um velho debate que suscitou enormemente paixões ao longo dos últimos séculos de sua história, isto é, desde a Revolução Francesa de 1789. Foi em torno dessa questão que se cristalizou a primeira oposição entre o que, desde então, chamamos de “direita” (la droite) e de “esquerda” (la gauche) da representação nacional.⁵

Tradicionalmente, na agenda dos programas e das ideologias políticas da direita francesa (tanto a tradicional quanto a liberal), a descentralização – e esse não é seu menor paradoxo – foi finalmente levada em conta politicamente pela esquerda nos últimos anos, chegando à votação de uma primeira série de leis de descentralização em 1982 e 1983, como consequência da eleição do Presidente François Mitterrand em 1981. Essa situação é bastante original se nos lembrarmos de que a esquerda francesa é estruturada, de longa data, principalmente em torno de um axioma republicano favorável à centralização das instituições, amarrado ao princípio de unidade e de indivisibilidade da República e privilegiando a isonomia territorial (tradução no espaço do princípio de igualdade) em detrimento da diversidade e da autonomia regional.

Para a parte não comunista da esquerda francesa (fundação do partido socialista em 1971), a descentralização pode ser compreendida como forma de autogestão aplicada aos territórios assim como às empresas. Essa nova abordagem permitia também a essa corrente a busca por se desvencilhar da influência dominante da esquerda comunista, cuja doutrina permanecia fundada sobre o princípio da luta de classes. Quando os comunistas franceses abandonam, em 1976, o objetivo da “ditadura do proletariado”, tal abandono abre o caminho para novas estratégias de animação das lutas sociais pela “luta dos territórios”.⁶

Portanto, quando a descentralização foi finalmente adotada em 1982, foi pela iniciativa da esquerda – onde as correntes não comunistas se tornaram majoritárias – e com o apoio da direita, que sempre sustentou a ideia descentralizadora.⁷ Contudo, do lado da esquerda, a descentralização não está isenta de ambiguidades doutrinárias que permitam se levar em conta, em seguida, a lentidão e as contradições de sua instauração e dos resultados obtidos.

Um sistema territorial que se complexifica mais que se reforma. A evolução da organização do território foi considerável na França desde os anos 1980. De uma organização fortemente centralizada, em três níveis (Estado, departamentos, comunas), o Estado francês evoluiu, nas últimas décadas, sob o duplo impulso do fato europeu e da regionalização interna. Esse duplo impulso introduziu na prática territorial francesa uma dimensão de “subsidiariedade” que até então ela ignorava.

O princípio de “subsidiariedade” que está nos fundamentais das instituições europeias, postula a legitimidade dos níveis territoriais de proximidade para definir, da maneira mais autônoma possível, seus fins e seus meios.⁸ As escalas territoriais de nível mais elevado são, por sua vez, delegatórias de competências e não fonte primeira ou exclusiva do direito. Tais princípios divergem profundamente da concepção centralizada francesa e, ao penetrar nela, perturbam sua organização territorial. Por não conseguir chegar ao mecanismo “ascendente” de delegação de competências, a França está engajada, há

trinta anos, em uma conduta original dita de “descentralização” – ou seja, uma redistribuição de competências – a partir do alto, em direção aos níveis territoriais julgados mais apropriados, convergindo com a organização dos territórios observada em outros países europeus. Essa redistribuição das competências se dá, entretanto, de maneira sempre centralizada, a partir do Estado.⁹

A inscrição da França no quadro europeu se traduz também pela **emergência de novos níveis territoriais que não existiam antes (local, regional)**, correspondentes aos definidos na nomenclatura das unidades territoriais estatísticas da União europeia e que a organização territorial francesa tinha, até então, em grande parte ignorado.

O paradoxo francês se caracteriza então pelo fato de que a regionalização está restringida a uma simples “descentralização” (*topdown*) sem transferir a fonte do direito e da autonomia às regiões. Contata-se assim que, desde que a França está regionalizada, ela nunca legiferou tanto, notadamente em matéria de organização e desenvolvimento do território, competência, no entanto, delegada às regiões desde 1982. Podemos citar, como exemplo, a lei de 1985 sobre o desenvolvimento e a proteção de montanhas, a lei de 1986 sobre a planejamento do litoral, a lei de 1992 sobre a administração territorial da República e a intercomunalidade, a lei de orientação de 1995 sobre a organização e o desenvolvimento dos territórios, as leis de 1999 que retomam e precisam aquela de 1992 sobre a intercomunalidade e aquela de 1995 sobre o desenvolvimento durável dos territórios, a lei de 2000 dita de “solidariedade e renovação urbana”, SRU que reforma a governança urbana, a lei de 2002 relativa à democracia de proximidade e as leis que enquadram o “ato 2” da descentralização em 2003-2004 etc. Como resultado, a descentralização francesa teve como consequência paradoxal *um aumento das leis nacionais emoldurando a ação das regiões tornadas, a princípio, mais autônomas*.¹⁰

A escolha da isonomia mais que da autonomia territorial. O Estado francês repartiu de outro modo as competências nos territórios, a fim de que cada espaço pudesse revelar da melhor maneira suas capacidades de competitividade em um quadro melhor adaptado. Entretanto, a regionalização francesa ainda não atinge verdadeiramente – ou mal atinge – os principais domínios da governança econômica, política e social (políticas sociais, políticas de saúde, educação...). Todos os grandes dispositivos da distribuição (“péréquation”) de renda social foram mantidos nacionalmente. Se tomarmos o caso da “Renda mínima de inserção” (RMI), dispositivo que foi transformado para se tornar “Renda de solidariedade ativa” (RSA), constatamos que, como no caso do bolsa-família brasileiro, o plano de ação manifesta diretamente a vontade – e o engajamento – do governo central como garantidor (“garant”) do pacto socioespacial nacional. A hipótese de que as políticas sociais podem ser abordadas de maneira descentralizada, não foi submetida a opinião pública, deixando às regiões instaurar ou não tal dispositivo segundo as modalidades que elas desejariam.¹¹

Observa-se o mesmo fenômeno para o “Salário mínimo interprofissional de crescimento” (SMIC). Esse dispositivo é, com efeito, largamente percebido pela opinião pública francesa como uma aposta maior de igualdade social. No entanto, poderia ser visto que tal medida – que interfere diretamente sobre o funcionamento do mercado de trabalho e reflete arbitragens entre trabalho e não trabalho em função da estrutura das atividades, variável segundo as regiões – poderia ser deixada à livre apreciação destas. Tal transferência se apoiaria na ideia de que cada região constitui a escala mais apropriada

da de arbitragem entre competitividade territorial, emprego, impostos sociais e satisfação dos eleitores (particularmente no plano do sistema fiscal).

A questão do SMIC, em termos de justiça socioespacial, aparece como uma questão complexa. O salário mínimo parece garantir uma igualdade formal na remuneração mínima do trabalho sobre o conjunto do território nacional, e isso será mais verdadeiro quanto mais elevado ele for. Contudo, essa escala do território nacional é ainda pertinente em um quadro de regulação econômica e de mercado europeu daqui em diante? Em segundo lugar, tal escala sabe que poder aquisitivo e custo de vida variam segundo as regiões de um mesmo território?

Além disso, os efeitos induzidos do SMIC podem ser de barrar o acesso ao mercado de trabalho aos assalariados cuja produtividade não atinja o nível requerido (definido pelo salário mínimo e o custo de um posto de trabalho), de favorecer o trabalho clandestino e, enfim, no plano territorial, de penalizar as regiões (francesas, neste caso) para as quais a vantagem comparativa do custo do trabalho seria ainda um atalho. Ao desfavorecer certas regiões francesas que conservaram especializações econômicas para as quais o fator trabalho permanece determinante (ex.: turismo), favorece-se assim deslocamentos de atividades, notadamente em direção às regiões de novos países membros da União Europeia (Europa Central e Oriental).

A regionalização francesa parece apresentar um balanço contraditório depois de três décadas de existência. Observa-se, com efeito, “um divórcio geográfico entre as forças produtivas e as dinâmicas de desenvolvimento” (DAVEZIES, 2008), o que gera novos tipos de conflitualidades, complementaridades e dependências territoriais e sociais. Além disso, os “territórios que perdem” não seriam mais, por causa da economia residencial, os menos produtivos, mas os mais produtivos perderiam vantagens de competitividade. Os territórios motores do crescimento devem ser repensados, e até mesmo confortados, na perspectiva de um desenvolvimento sustentável.

De maneira geral, a maioria dos territórios regionais franceses conheceu um aumento de seu PIB por habitante, levando a pensar que a regionalização teria atingido bem o objetivo que lhe era determinado, a saber, estimular a competitividade dos territórios. No entanto, segundo as análises conduzidas por L. Davezies parece que o crescimento dos PIB regionais se apoia, na maioria dos casos, sobre a geografia das transferências sociais, da distribuição dos salários públicos e das lógicas de localização residencial dos titulares de uma pensão de aposentadoria. Quanto aos salários públicos, nota-se um aumento de 20% da quantidade de funcionários públicos desde 1982, passando de quatro a mais de cinco milhões, enquanto, no mesmo período, a população francesa aumentava em proporção bem menor.

Resulta dessa situação um *“custo sistema” nacional pesado*, cujos encargos retornam aos territórios mais produtivos. Assim, essa situação, apesar de difundir o crescimento econômico a todo o território nacional, não gera dinâmicas econômicas e sociais suficientes dentro dos territórios locais. Determinados territórios vivem assim relativamente bem a partir da produtividade gerada por territórios vizinhos os quais, pelo contrário, recuperam pouco os frutos de sua contribuição ao crescimento global, tendo ao mesmo tempo prejuízos ambientais agravados. Desse modo, não existe um debate transparente sobre as transferências entre as unidades territoriais.

Emblemático é o caso das regiões periféricas e insulares, tradicionalmente mal desenvolvidas e largamente dependentes das políticas de ajuda social ou territorial. Se observarmos os casos dos Departamentos de Ultramar (DOM) ou da Córsega, perceberemos que esses territórios figuram em uma boa colocação dentre o conjunto das regiões francesas segundo o crescimento da população e do PIB regional entre 1995 e 2005.¹² Contudo, essas regiões figuram também dentre as que possuem a parte mais importante de lares que não pagam o imposto de renda e dentre as regiões onde a quantidade dos salários públicos e as transferências sociais ocupam um lugar determinante na constituição da renda no território.

Será que a regionalização francesa permitiu então uma retomada da competitividade dos territórios, autorizando o país a sair do tradicional desequilíbrio entre Paris e o “interior”? Um primeiro balanço deixaria entender que a sociedade francesa, diante de um contexto de mudança, voltou-se para os fundamentos de sua cultura territorial e, com efeito, encorajou uma *acentuação da dinâmica de transferências entre unidades territoriais, caminhando no sentido de uma isonomia territorial reforçada*. Tem-se, desde a regionalização, uma impressão enganadora de uma verdadeira dinâmica das regiões levando todos os territórios. Na verdade, essa dinâmica está devida, como já dissemos, às transferências sociais, mais do que ao aumento da base produtiva de riqueza dos territórios regionais. Poderia explicar esse fenômeno pela recusa, até hoje, em levar a regionalização até uma concordância mais acentuada das escalas do desenvolvimento econômico, da ação social e do engajamento político e fiscal. Entretanto, certamente tal concordância seria também a condição de uma verdadeira responsabilização dos territórios, mesmo se dinâmicas de diferenciações regionais devessem resultar dessa ação. Por falta disso, pode-se somente sublinhar o paradoxo que há em acordar, ao mesmo tempo, mais autonomia política e institucional aos territórios regionais ao passo que sua dependência econômica e social não se reduz – e até aumenta.

Tal esquema seria sustentável? Poderia constatar que a regionalização ainda não conseguiu funcionar como um mecanismo que permita frear, em benefício do investimento futuro, as fortes e imediatas demandas de redistribuição. Desse modo, ela não desenvolve todos seus efeitos “sustentáveis” esperados e, por conta disso, talvez ainda seja chamada a conhecer, na França, evoluções significativas.

Considerações Finais

Elemento principal de adaptação às condições da terceira revolução industrial e da sustentabilidade, a descentralização no Brasil e na França apresenta pontos em comum, apesar da diferença dos contextos. Ela reflete, em cada país, a herança da cultura territorial do povo e os aspectos singulares da sua resistência às mudanças. No Brasil, ela favoreceu, em um primeiro tempo, o “espraçamento” territorial, em um país que dispõe ainda de importantes reservas de espaço; na França, ela encorajou o “empilhamento” territorial, em um país onde a cultura administrativa permanece forte. Em ambos os casos, parece que ela foi, desde seu início, mais um acelerador de consumo de recursos do que um moderador: consumo adicional de território e de bens naturais para o Brasil, consumo adicional de bens sociais e de recursos públicos para a França.

A aplicação da *descentralização reflete assim as características próprias de cada país e da sua cultura particular do território*. Descentralização paradoxal, portanto, que invoca o princípio de responsabilidade, mas que tem como consequência a continuação – e até mesmo o agravamento – das utilizações predatórias da natureza, em um caso, e do aumento dos custos públicos, cuja gestão e eficácia ela deveria melhorar, no outro caso. Isso mostra que, localmente, os mecanismos culturais próprios a cada sociedade e o jogo dos atores, em níveis agora multiplicados de territórios operacionais, contornam e adaptam os objetivos determinados ao dispositivo. No Brasil, a mobilidade social continua se dando, em larga medida, pela mobilidade espacial no cerne de um vasto território (tão grande quanto a Europa inteira) com oportunidades múltiplas. Resulta disso uma dificuldade em frear a dinâmica de consumo de espaço da sociedade brasileira, estreitamente ligada à sua dinâmica de desenvolvimento social. Na França, a regionalização não questionou a orientação do país para certa concepção da igualdade e da isonomia territoriais, nem os custos, a rigidez e a falta de autonomia dos territórios que resultam dessa situação, mas que conferem à sociedade francesa um sentimento de segurança e de coesão em um período de incerteza.

A regionalização é, portanto, muito mais que uma reorganização institucional dos territórios e das competências. *Ela envolve a sociedade profundamente* e não se decreta. Ela constitui, ao contrário, um lento e progressivo processo de mudança coletivo, lentamente incorporado por cada sociedade e sua cultura territorial. As regionalizações iniciadas tanto no Brasil quanto na França ainda permanecem, atualmente, muito inacabadas, mas o processo de mudança social que elas induzem é vigoroso e certamente durável.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, P. R. *Une perspective du Brésil vers 2022*. Revue Diplomatie, n° 8, juil-sept., 2012, p. 90-95.

BECKER, B. *Um futuro para Amazônia*. São Paulo: Oficina de textos, 2008, 152p.

BECKER, B.; EGLER, C. *Brazil, a new regional power in the world economy*. Cambridge University Press: PUF, 1992, 219p.

BENKO, G.; LIPIETZ, A. *Les régions qui gagnent. Districts et réseaux, les nouveaux paradigmes de la géographie économique*. Paris: PUF, 1992, 424p.

BONNET, J.; BROGGIO, C. *Entreprises et territoires*. Paris: Ellipses, 2009, 238p.

BROGGIO, C.; DROULERS, M. *L'espace et le développement au Brésil: de la géophagie à la géosophie?* Revue Tiers Monde, n° 167, juil-sept., 2001, p. 673-688.

BROGGIO, C. ; DROULERS, M. *Démocratisation et territoire au Brésil*. Géocarrefour, v. 81, n° 3, 2006, p. 223-233.

BROGGIO, C.; DROULERS, M. *Le Brésil*. Paris: PUF, coll. «Que sais-je ?», 2013, 126p. (3ème édition refondue, 1e édition 2005).

DAVEZIES, L. *La république et ses territoires, la circulation invisible des richesses*. Paris: Seuil, 2008, 112p.

D'ARCY, F. *Le premier mandat de Lula, un bilan contrasté. Amérique Latine, les surprises de la démocratie*. Paris: La Documentation Française, 2007, p. 35-47.

De PLANHOL, X. *Géographie historique de la France*. Paris: Fayard, 1988, 635p.

DELSOL, C. *L'Etat subsidiaire. Ingérence et non-ingérence de l'Etat: le principe de subsidiarité au fondement de l'histoire européenne*. Paris: PUF, 1992, 233p.

DROULERS, M. *Brésil: une géohistoire*. Paris: PUF, 2001, 308p.

DROULERS, M.; VELUT, S. *Votes urbains, vote rural, analyse des élections présidentielles de 1989 et 1994 au Brésil*. Cahiers des Amériques latines. IHEAL, 1997, n° 24, p. 107-130.

GIBLIN, B. *La région, territoires politiques. Le Nord Pas de Calais*. Paris: Fayard, 1990, 449p.

GIBLIN, B. (coord.) *Nouvelles géopolitiques des régions françaises*. Paris: Fayard, 2005, 976p.

GIRAUD, Pierre-Noël. *L'inégalité du monde. Economie du monde contemporain*. Paris: Gallimard-Folio, 1996, 352p.

GRANDJEAN, P. (coord.) *Construction identitaire et espace*. Paris: L'Harmattan, 2009, 204p.

GRAVIER, Jean-François. *Economie et organisations régionales*. Paris: Masson, 1971, 215p.

LAUTIER, B. *Les politiques sociales du Brésil durant le gouvernement de Lula: aumône d'Etat ou droits sociaux?* Problèmes d'Amérique Latine, n° 63, 2007, p. 51-76.

LOUAULT, F. (coord.) *Brésil, municipales 2008. Des élections de positionnement?* Paris: OPALC, 2009, 165p.

MERLIN, P. *L'aménagement du territoire en France*. Paris: La Documentation Française, 2007, 176p.

MIOSSEC, Jean-Marie. *Géohistoire de la régionalisation en France. L'horizon régional*. Paris: PUF, coll. «Quadrige», 2009, 602p.

Broggio, C. e Droulers, M.

CORTES, N.M. (coord.) *Os emergentes dos emergentes, reflexões globais e ações locais para a nova classe média brasileira*. The bright side of the poor. Rio de Janeiro: FGV, 2010, 101p.

OHMAE, K. *The end of the nation-state. The rise of regional economies*. New York: The Free Press, 1995, 224p.

OHNET, Jean-Marc. *Histoire de la décentralisation française*. Paris: Poche, 1996, 351p.

REYNAUD, A. *Société, espace et justice*. Paris: PUF, coll. «Espace et liberté», 1981, 320p.

RIST, G. *Le développement, histoire d'une croyance occidentale*. Paris: Presses des Sciences Politiques, 1996, 483p.

ROUQUIE, A. *Le Brésil au XXI^e siècle. Naissance d'un nouveau grand*. Paris: Fayard, 2006, 395p.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

STOFFAES, C. 1987. *Fins de mondes, déclin et renouveau de l'économie*. Paris: Odile Jacob, 1987, 444p.

SUBRA, P. *Géopolitique de l'aménagement du territoire*. Paris: Armand Colin, 2008, 326p.

SULEIMAN, E. *Le démantèlement de l'Etat démocratique*. Paris: Le Seuil, 2003, 401p.

TOLMASQUIM, M. *Novo modelo do setor elétrico brasileiro*. Rio de Janeiro: Synergia, 2011, 290p.

WEBER, E. *La fin des terroirs. La modernisation de la France rurale 1870-1914*. Paris: Fayard, 1983, 839p.

Recebido em: 23/11/2013 Aceito em: 15/12/2013

¹ Além de Brasília (1957), algumas capitais estaduais foram criadas com cidades novas: Belo Horizonte (1895), Goiânia (1936), Boa Vista (1943), Palmas (1990) ou reurbanizadas para a nova função: Porto Velho (1945), Campo Grande (1977).

² O Brasil conta campeões mundiais no setor da construção civil (Odebrecht, Camargo Correa e Andrade Gutierrez).

³ Dos 800.000 lotes atribuídos pelo INCRA entre 1995 e 2007, 65% se localizam na Amazônia.

⁴ A França apresenta hoje o aspecto de uma sociedade que levou bem longe os mecanismos de transferências em um olhar igualitário, mas onde, ao mesmo tempo, cerca de 50% das famílias não pagam o imposto de renda que, no entanto, é, a princípio, o ato fundador da participação na vida democrática.

⁵ A direita reúne os que permanecem favoráveis às liberdades regionais e se declaram logo, ou progressivamente, hostis às consequências da Revolução Francesa, e a esquerda reúne os que pregam a centralização das instituições e a redução das autonomias regionais em virtude da afirmação do princípio de igualdade.

⁶ Lembraremos o exemplo do conflito de Larzac, que representa o episódio fundador dos métodos militantes dessa “nova esquerda” (1971-81).

⁷ Sem entrar nos detalhes a esse respeito, lembraremos simplesmente que o referendo organizado em 1969 pelo General de Gaulle tratava da questão da regionalização.

⁸ O princípio de subsidiariedade consiste em deixar as competências de cada um dos domínios da ação pública (ex: social, educação, meio ambiente, desenvolvimento econômico) para o primeiro nível territorial – partindo dos mais próximos do território e das sociedades locais – que esteja apto a exercer esse princípio da melhor maneira. Essas competências podem, em seguida, ser delegadas a um nível superior da organização territorial se isso parecer mais apropriado (DELSOL, 1992).

⁹ A intercomunalidade oferece, entretanto, um exemplo de conduta “ascendente” de delegação de competências desde o nível de base da comuna até o nível intercomunal, mais elevado, associando várias comunas em um código de desenvolvimento territorial local. Mais de 2.000 comunidades de comunas foram assim criadas desde a lei de 1992.

¹⁰ Ao contrário, durante todo o governo De Gaulle (1960-69), que correspondeu à política mais ambiciosa da organização do território à francesa, não foi preciso nenhuma lei para colocá-la em prática.

¹¹ Apenas a gestão do RMI foi descentralizada e confiada aos Departamentos em 2004, mas as regras que regem sua atribuição permanecem nacionais.

¹² Quanto às taxas médias anuais de variação da população no período, verificam-se taxas respectivamente de 1,6% e 0,7% para esses territórios, ao passo que a média nacional é 0,55%. Quanto às taxas médias anuais de variação do PIB regional, os resultados no período são, respectivamente, 4,8% e 4,3%, ao passo que a média nacional do mesmo período é 3,65%.

Estrada do Pacífico na Integração Sul-Americana e o Acre

The Pacific Highway in South American Integration and the State of Acre

Ana Maria de Souza Mello Bicalhoⁱ
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: Em julho de 2011 foi concluída a Estrada do Pacífico, conectando o Acre a portos do sul do Peru, parte do projeto de Iniciativa de Integração Sul-Americana - IIRSA. Além de visar a integração econômica e social dos países da América do Sul, é esperado que a Estrada do Pacífico facilite o comércio do Brasil com a Ásia através dos portos peruanos. Regionalmente, há dúvidas sobre os impactos da estrada, estimulando a economia regional ou, como outras rodovias na Amazônia, sendo sinônimo de desmatamentos, conflitos e expulsão de população. Este trabalho contextualiza a posição do Acre na região de fronteira Brasil-Peru-Bolívia, que será diretamente afetada pela nova rodovia e apresenta uma reflexão sobre as características do Acre, estado que se distingue na Amazônia pelas efetivas ações de proteção florestal e manutenção de população em comunidades agroextrativistas com controles sob a floresta. É uma reflexão apoiada em uma missão de trabalho de campo com contato com lideranças regionais dos países da fronteira, principalmente autoridades no estado do Acre.

Palavras-chave: Estrada do Pacífico, Integração sul-americana, fronteira, Acre, Amazônia.

Abstract: In July of 2011 the Pacific Highway was completed. The new road was part of the South American Integration Initiative (IIRSA) and connects Acre to the ports of southern Peru. In addition to promoting the economic and social integration of South America, the Initiative was also meant to enhance commerce between Brazil and Asia by way of the Peruvian ports. A number of doubts are expressed in the region as to whether the highway will actually stimulate the regional economy or like other highways of the Amazon will provoke deforestation, social conflict and rural exodus. This article contextualizes Acre in the tripartite region of the Brazil-Peru-Bolivia border which will be directly affected by the new highway. The study is a reflection on the possible social, economic and environmental impacts of the new scenario in Acre. The research was based on field work involving government authorities and regional and local leaders in the border region of the three countries.

Keywords: Pacific Highway, South American integration, border region, Acre, Amazon.

ⁱ Professora Associada do Departamento de Geografia, anabicalho@hotmail.com

Introdução

A construção de rodovias “transoceânicas” do Atlântico ao Pacífico, uma delas a BR 317 no estado do Acre na fronteira tripartite Brasil-Peru-Bolívia, representa mais um passo em direção à consolidação de políticas de integração sul-americana. A BR 317, do Acre segue em direção a portos do Pacífico no Peru como *Carretera Interoceânica* e o último obstáculo vencido foi a construção da ponte sobre o rio Madre de Dios em Puerto Maldonado no Peru, inaugurada em julho de 2011. Essa ponte completa a rodovia do Pacífico e torna-se um símbolo do projeto de integração sul-americana em sua porção norte, eixo Brasil-Peru-Bolívia no oeste da Amazônia.

Como é de se esperar de projeto dessa magnitude, a proposta de integração da América do Sul por via terrestre na Amazônia com a implementação de novas rodovias trará consigo profundas mudanças regionais e impactos em áreas até então remotas da fronteira. Mudanças que, se não bem administradas, podem levar à reprodução de desmatamento e marginalização da população, a exemplo de outras áreas da Amazônia afetadas com a construção de estradas.

No caso da rodovia do Pacífico no Acre, o impacto pode ser mais intenso uma vez que é uma estrada internacional esperando circulação de mercadorias com a Ásia e não apenas com os países vizinhos e por ser uma estrada totalmente pavimentada, com pontes, transitável o ano todo, ao contrário de outras realidades da Amazônia com estradas das mais precárias.

Tendo em vista o papel da nova rodovia perante aos quadros regional e macroeconômico do Brasil e da América do Sul e, ainda, às características do Acre, um estado bastante florestado e com tradição política na preservação ambiental, foi despertado o interesse de pesquisadores do Laboratório de Gestão do Território da Universidade Federal do Rio de Janeiro com experiência em estudos na Amazônia para realizar uma missão de campo no estado do Acre, para tomar conhecimento de medidas e políticas que vêm sendo adotadas de forma a preparar o estado às perspectivas de mudanças.

Este trabalho é fruto dessa missão de campo realizada com a participação pessoal da professora Bertha K. Becker em setembro de 2011 que envolveu entrevistas com representantes e autoridades de diferentes agências do governo estadual, com lideranças e representantes dos municípios de Brasiléia e Etipaciolândia e da fronteira, na Bolívia e no Peru, sobretudo, em Cobija, Departamento de Pando na Bolívia. Além dos depoimentos nas entrevistas, foram obtidos documentos e dados estatísticos complementando e confrontando com as informações verbais.

Para Bertha, além de seu interesse como estudiosa da região, as intensas atividades de campo, sem horários e em situações precárias representaram um desafio pessoal para ela que vinha de um restabelecimento de problemas de saúde. Com seu entusiasmo no contato com a realidade empírica da Amazônia, ultrapassou qualquer esforço físico, fosse com relação a dúvidas quanto à saúde, fosse com relação à sua idade avançada. Demonstrava-se feliz com a pesquisa e com a vida, e, como ela mesmo afirmava, vencida a fragilidade que o tempo nos impõe. E era admirada entre os entrevistados não apenas por sua sagacidade intelectual, mas também por

ser uma senhora se embrenhando por áreas tão remotas. Mesmo que não muito delicado, ouvimos comentários sobre os seus cabelos brancos que contrastavam com a população da região, população “jovem” de fronteira. Ao mesmo tempo, despertava fascínio intelectual e nesses momentos sua fala tingia seus cabelos, escondia qualquer idade.

À parte desse preâmbulo, as informações obtidas nos diferentes fóruns visitados durante o trabalho de campo, demonstraram que entre as lideranças locais domina a percepção e preocupação com processos contraditórios a advir na região com os impactos das rodovias. Se por um lado, veem as rodovias como um estímulo econômico, por outro, há grande preocupação com a degradação ambiental e a marginalização social, requerendo antecipar ações para minorar e controlar os problemas. Fica em aberto saber de que forma os novos interesses econômicos que acompanham a abertura da região na integração econômica dos três países e no acesso do Brasil ao Pacífico impactarão a região e, especificamente a nosso interesse, o estado do Acre.

Serão os controles e a regulamentação de ocupação e uso da terra no estado do Acre suficientes para a manutenção de um modelo de desenvolvimento territorial sustentável? Quais as potencialidades e riscos das estradas para o estado do Acre? Será o estado apenas um ponto de passagem ou há condições de se tornar um ponto de conexão e convergência de atividades trazendo reais benefícios à região? Como serão os efeitos sociais, sendo a população em grande parte rural, explorando agricultura de pequena escala e o extrativismo? Com tais questionamentos, o objetivo deste trabalho é apresentar uma reflexão de contextualização do estado do Acre no novo cenário, considerando as características sociais e econômicas do estado e suas ações de proteção florestal.

É também intenção deste, o registro de informações e impressões da missão de campo realizada junto com Bertha Becker, do qual ela não teve tempo para explorar e integrar em seus trabalhos antes de nos deixar. Pretendeu-se, inicialmente, a publicação de seu relatório de campo, porém o mesmo não estava organizado de forma a ser publicado sem grandes interferências para transformá-lo em um artigo.

Este trabalho analisa parte do material coletado pela equipe de pesquisa na missão de campo, integrando as entrevistas a fontes de dados e informações bibliográficas. É uma análise preliminar, na qual se pretende apresentar uma síntese sucinta do contexto do estado do Acre na perspectiva da abertura da estrada do Pacífico. São esperadas grandes mudanças na região pela maior mobilidade de capital, recursos e da população. A título de ilustração, na figura 1 pode-se visualizar e comparar o grau de alteração da infraestrutura rodoviária a impactar essa região de fronteira à qual se reporta este trabalho.



Figura 1 – Ligação Brasil-Peru no rio Madre de Dios em Puerto Maldonado, Peru.
A - Rodovia não pavimentada com travessia fluvial de veículos por balsas precárias.

Fonte: Foto cedida por Pe. Renné Salazar (arquivo particular), Peru.

B – Travessia fluvial de mercadorias e pessoas por balsas.

Fonte: Trabalho de campo, setembro 2011.



Figura 1 – Ligação Brasil-Peru no rio Madre de Dios em Puerto Maldonado, Peru.

C - Estrada do Pacífico / Carretera Interoceânica; na divisa Brasil-Peru.

D - Ponte em Puerto Maldonado, Peru.

Fonte: Trabalho de campo, setembro de 2011.

Estradas de Integração Sul-Americana e o Acre

Tradicionalmente, as ligações comerciais mais intensas da América do Sul com os mercados internacionais, foram por via marítima pelos portos do Atlântico. Com o crescimento da economia asiática, países na costa pacífica ficaram melhor posicionados e torna-se interessante ao Brasil, buscar rotas mais curtas, integrando-se a uma nova logística de transportes via portos do Pacífico nos países vizinhos.

A nova opção de circulação de produtos de exportação e importação via Pacífico, reativa e fortalece a política de integração sul-americana. Áreas e regiões remotas e marginais têm sua posição alterada no quadro nacional e continental, caso da fronteira do Brasil-Bolívia-Peru, com destaque ao estado do Acre, nosso interesse. Expressa bem essa nova posição as várias menções de representantes e autoridades locais, de que o Acre, “antes, o último estado do Brasil, torna-se, agora, o primeiro e o coração do país” ao ligar-se aos portos de países do Pacífico pela nova rodovia transoceânica.

São planejadas duas opções de conexão do Acre e Rondônia com o Pacífico através do Peru e da Bolívia. Uma, a rodovia do Pacífico – BR 317, com percurso que se inicia em Rondônia na rodovia BR 364 e que chegando em Assis Brasil, inflexiona-se para oeste e penetra no Peru, rodovia pronta e com trânsito liberado. Outra conexão prevista é nas cidades gêmeas de Epitaciolândia no Acre e Cobija no Departamento de Pando na Bolívia, de onde se adentra pela rede viária boliviana com várias estradas planejadas e em construção.

No trecho da Amazônia boliviana, contudo, há forte reação de movimentos indígenas das *Tierras Bajas* (terras amazônicas e florestadas) que pressionam contra obra de uma estrada que corta o Parque Nacional Isiboro Sécuire, território indígena onde vivem povos TIPNIS (MONTAÑO, 2011). Presenciamos em Santa Cruz de la Sierra grande passeata e manifestação popular do movimento indígena com apoio de vários setores da sociedade civil em setembro de 2011 contrários à estrada que corta terras indígenas, ao mesmo tempo que atrai etnias do altiplano, populações indígenas das *Tierras Altas*, etnicamente diferentes e com outros modos de vida. Nossos entrevistados e informantes de campo relacionaram enfaticamente o conflito social e ambiental em torno da estrada da “integração”.

Ao defenderem seus territórios, os indígenas das *Tierras Bajas* defendem a floresta e se colocam contrários ao desmatamento, uma vez que a população é dispersa e composta por povos coletores e caçadores com pequena agricultura itinerante (MONTAÑO, 2011). Fato também ecologicamente relevante pela posição das terras baixas circundadas pelos Andes em uma posição que barra ventos do sistema de circulação atmosférica de maneira a se formar no local um bolsão de chuvas, tornando as terras baixas da Bolívia uma área coletora de chuvas, com 6.000 mm de precipitação anual cujo escoamento das águas e rios se direcionam, e são parte da formação da bacia hidrográfica Amazônica. A interferência das estradas no desmatamento e adensamento populacional pode ser visto como risco ao desequilíbrio do ecossistema.

Do ponto de vista econômico, acrescenta-se, que intelectuais bolivianos contatados comungam a visão de que as estradas nas terras baixas da Amazônia boliviana e mesmo outras ligações com o Brasil na direção da região Centro-Oeste atendem, na verdade,

interesses do agronegócio brasileiro e não aos interesses de raízes bolivianas. Todavia, as estradas de “integração” fazem parte de um projeto transnacional de países da América do Sul e, tanto no Peru quanto na Bolívia, como também no Brasil, estão presentes nos planos governamentais.

A rodovia do Pacífico é parte de um projeto territorial de âmbito continental abrangendo todos os doze países sul-americanos, discutido na Reunião de Presidentes da América do Sul em 2000 e formalizado no documento denominado “Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana - IIRSA”. Em 2011, o IIRSA passou a ser coordenado pelo Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento – COSIPLAN - da União das Nações Sul-Americanas - UNASUL –, esta criada em 2008. Desde as primeiras discussões, o IIRSA se propôs à integração física dos países com projetos conjuntos de infraestrutura, transporte, energia e telecomunicações, promovendo integração econômica e sociocultural (Reunião de Presidentes da América do Sul, 2000, UNASUL/COSIPLAN, 2011, 2013).

Não se pode negar a força dos processos da globalização e o crescimento das economias asiáticas nas últimas décadas, alterando as estratégias de locais e de logística do comércio internacional. Segundo Becker (2012, p.54): “A construção dessas estradas vincula-se ao novo contexto da globalização e da integração continental que visam facilitar a competitividade nacional nos mercados globalizados. A infraestrutura física tem, assim, papel central nesse processo, através do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) no Brasil e da IIRSA (Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana) no continente”.

Todavia, segundo Pecequillo (2008) o IIRSA faz parte de um projeto geopolítico do Brasil de enfraquecimento das relações bilaterais com os Estados Unidos, enfraquecidas nas décadas de 1990 e 2000, quando o governo americano prioriza as relações com a Europa e Ásia, afastando-se do continente americano. Aprofundam-se crises políticas e econômicas no continente, são revistas prioridades, buscam-se estratégias comuns e criam-se agências agregando países, como a UNASUL e a IIRSA. São instituições que “possuem uma dimensão política e estratégica que visa estabelecer laços que ultrapassem a livre troca de mercadorias, concentrando-se na complementaridade das economias, sua identidade cultural e problemas sociais comuns, associando a somatória de vantagens estratégicas comparativas nos setores energético, de infra-estrutura e produção de bens (industriais, agrícolas e matérias primas)” (PECEQUILO, 2008 p.148).

A política do país, contudo, não permaneceu restrita às articulações do continente sul-americano, tendo havido “uma evolução por meio da convergência dos níveis bi e multilateral da política externa, focando na ampliação e combinação das dimensões horizontais e verticais das parcerias estratégicas ... Existe, assim, um salto qualitativo neste processo, ainda em construção, e que se desenvolve a partir de uma percepção positiva do país, sua opção por uma ação de alto perfil e a realidade de um sistema que transita do uni ao possível multipolarismo” (PECEQUILO, 2008 p.151). A IIRSA, que é mais que um projeto comercial e promove a parceria e estratégias para a ampliação dos mercados sul-americanos e desses na economia global, se beneficia dessa mudança nas relações internacionais.

No projeto IIRSA, a estrada do Pacífico, eixo Peru-Brasil-Bolívia, possivelmente não é a iniciativa mais prioritária, uma vez que outros eixos conectam áreas economicamente mais dinâmicas como Centro-Oeste do país à Bolívia e o Sul com o Paraguai, Argentina, Uruguai e Chile¹.

É arriscado sustentar a real relevância da estrada do Pacífico na conexão com os portos peruanos que através do Acre atingiria o Centro-Oeste e os portos do Sudeste no Brasil como expõem os documentos de governo. Mas significativo seria o papel da estrada para Rondônia, mesmo assim, até o presente, com reservas, pois a exploração agrícola intensiva e o volume de *commodities* desse estado está aquém e não se compara com os de outras regiões produtoras do país. E a fronteira agrícola segue em ritmo mais rápido da região Centro-Oeste do Brasil para Santa Cruz de la Sierra na Bolívia, em outra direção, outro eixo do IIRSA e sem passar e depender de estradas via Rondônia e Acre. “Para uns, o projeto funcionará para integrar a região de Madre de Dios ao restante do Peru, impulsionar o turismo e o comércio regional. Nada mais, pelo menos a curto prazo. Mas favorecerá a venda de produtos agrícolas como cebola e batata ao Acre, processo já iniciado..., bem como a venda de insumos para a construção civil – cimento e pedra – que não existe no Acre. O Acre, por sua vez, poderá vender carne, milho e soja para o Peru” (BECKER, 2012, p.55). No Peru, segundo informantes locais, a estrada vem ainda estimular a extração perniciososa de madeira na Amazônia peruana com firmas estrangeiras, principalmente chinesas, e com pouco controle do estado.

São muitas, pois, as dúvidas quanto aos benefícios da estrada, seja nas ligações inter-regionais ou intrarregionais ou locais. Governos e representações não-governamentais na região estão cientes de muitos dos problemas, mas também esperançosos, haja vista uma região tão remota receber investimentos e constar da pauta de prioridades nacionais, como fica claro nos contatos com agentes municipais e estaduais do Acre. E procuram tirar proveito da nova posição do estado no contexto nacional e internacional revendo e delineando ações, que mesmo se de pouco significado nacional, podem trazer expressivas contribuições locais em um estado com poucos recursos econômicos.

Acre, o Estado e a Floresta

Localizado no extremo noroeste do Brasil, visto como uma das áreas mais distantes e remotas do país, o estado do Acre, detém grandes extensões de terras em florestas e segue uma nítida política estadual centrada na preservação florestal de controle da expansão da fronteira agrícola e das populações da floresta, com parques nacionais e estaduais, reservas extrativistas e reservas indígenas. O estado tem tradição de movimentos ambientalistas das décadas de 1970 e 1980 que influenciaram e ainda hoje influenciam políticas de proteção e preservação ambiental. A intenção primeira tem sido conter a expansão de áreas pastoris e a extração de madeira, típicas do avanço do processo da fronteira econômica pela Amazônia. Com a criação de áreas protegidas e o controle do uso da terra no estado, a proteção das florestas tem sido bem sucedida uma vez que cerca de 89% da superfície estadual está em florestas, 45% são áreas na-

turais protegidas, distribuídas em parques nacionais e estaduais, reservas extrativistas, florestas nacionais e reservas indígenas (ACRE, 2010 e 2011). Por volta de 15% de florestas estão em estabelecimentos agropecuários, havendo outros 28% indiscriminados (Tabela 1).

Tabela 1 - Áreas em floresta por tipo uso da terra no estado do Acre – 2006.

Uso da Terra	Hectares	%
Área de proteção	7 497 948	45,66
Proteção integral	1 563 769	9,52
Uso sustentável	3 544 067	21,58
Reservas indígenas	2 390 112	15,39
Estabelecimentos rurais	3 736 714	22,75
Lavoura	177 732	1,08
Pastagem	1 032 431	6,29
Floresta	2 526 551	15,39
Outro/Floresta não discriminada	4 701 776	28,63
Área total em floresta	14 726 275	89,67
TOTAL DO ESTADO	16 422 136	100,00

Fonte de dados: Acre (2010) e IBGE (2006).

Os governos estadual e federal atuam em parceria na criação das unidades de conservação, havendo três Unidades de Conservação de Proteção Integral e dezesseis Unidades de Conservação de Uso Sustentável, várias RESEX e Florestas Nacionais e Estaduais (Tabela 2). As maiores extensões de florestas se encontram nas unidades de conservação de uso sustentável. Porém, nem todas são aproveitadas e exploradas, o que é possível mediante autorização. É importante a exploração e beneficiamento da madeira no estado. Há recursos potenciais para a exploração legalizada, mas estudos apontam a viabilidade econômica apenas para florestas estaduais, estando as florestas nacionais mais distantes e com difícil acesso limitando a logística para a extração (ACRE, 2010).

Tabela 2 - Discriminação das áreas naturais protegidas no estado do Acre.

Categoria	Área (ha)	Estado (%)
Unidades de Conservação	5 107 836	31,10
U.C. de Proteção Integral	1 563 769	9,52
Estação Ecológica do Rio Acre	84 387	0,51
Parque Estadual Chandles	695 303	4,23
Parque Nacional da Serra do Divisor	784.079	4,77
U.C. de Uso Sustentável	3 544 067	21,58
Área de Proteção Ambiental Igarapé São Francisco	30 004	0,18
Área de Proteção Ambiental Lago do Amapá	5 224	0,03
Área de Proteção Ambiental Raimundo Irineu Serra	909	0,01
Área Seringal Nova Esperança	2 576	0,02
Floresta Estadual do Antimary	45 639	0,28
Floresta Estadual Mogno	143 897	0,88
Floresta Estadual Rio Gregório	216 062	1,32
Floresta Estadual Rio Liberdade	77 303	0,47
Floresta Nacional São Francisco	19 139	0,12
Floresta Nacional Macauã	177 047	1,08
Floresta Nacional Santa Rosa do Purus	152 575	0,93
Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade	320 118	1,95
Reserva Extrativista Alto Juruá	538 492	3,28
Reserva Extrativista Alto Tarauacá	151 199	0,92
Reserva Extrativista Cazumbá - Iracema	733 680	4,47
Reserva Extrativista Chico Mendes	930 203	5,66
Terras Indígenas	2 390 112	14,55
Total Áreas Protegidas	7 497 948	45,66
Total Área do Estado	16 422 136	100,00

Fonte: Acre (2011).

Apesar das políticas ambientais, a posição marginal do Acre em uma frente de fronteira pouco intensa no seu processo de expansão, corroborou para a efetividade da manutenção de grandes áreas florestais. A dúvida e o desafio do momento é quanto à mudança desse contexto. Por décadas, o Acre foi um exemplo na defesa da floresta por ações iniciadas e resultantes do movimento social dos seringalistas, com enfrentamento e conflito por terra e recursos em decorrência da construção das primeiras estradas no estado e explorações de madeira; ameaça à expropriação da população pela perda de terras e de recursos florestais por desmatamento (ACRE, 2010). À iminente ruptura da estrutura social, seguiu-se resistência e conflito, situação amenizada por leis e decretos de regularização fundiária de ocupações de populações extrativistas e pequenos agricultores. A criação do primeiro assentamento e na forma de reserva extrativista, a Reserva Extrativista Chico Mendes, foi estabelecido em 1988/90, garantindo permanência da população, terra e proteção florestal com sistemas extrativistas não madeireiros (ACRE, 2010). Com as RESEXs, manteve-se a floresta, garantiu-se terra e recursos à população e de certa forma controlou-se o avanço especulativo da fronteira. Mas isso, tendo o estado uma posição marginal ao avanço do agronegócio pela fronteira.

Atualmente, as novas rodovias e ligações fronteiriças aceleram mudanças, requerendo outras estratégias para lidar com as questões ambientais e sociais, agora acirradas. No contexto atual, projeta-se para o Acre sua rápida incorporação aos macroprocessos nacionais e continentais, haja vista os investimentos nas novas estradas com traçado moderno e pavimentadas do projeto de integração sul-americana, como também, o avanço do agronegócio via estado vizinho de Rondônia. Os agentes de mudança são muito mais fortes do que os do passado e dificilmente a população terá condições de enfrentar de maneira rápida um novo risco de expropriação. Ciente da precária condição e da ameaça que ronda a população e a floresta, o governo do Acre, sai à frente e projeta ações antecipatórias visando instituir um novo modelo de governança com interação entre os municípios e a população. Porém, os apelos da cidade e da economia industrial moderna versus a economia da floresta são fortes e persistentes e o Acre aponta para o desafio de buscar o difícil equilíbrio dos dois modelos em suas políticas territoriais.

O Acre na Rota da Economia Global

O Acre é um estado de florestas e rural. Um rural caracterizado por baixa densidade demográfica, predomínio de pequenos produtores de base familiar com uma economia agrícola-extrativista. Os principais produtos são da agricultura de pequena escala com características de subsistência para abastecimento local. Há exploração de madeira por extrativismo e manejo florestal, produto mais importante no estado. A indústria em geral é incipiente, porém tem destaque a madeireira. Dos produtos de origem extrativista tradicionais só tem importância hoje em dia a castanha-do-brasil. O látex da borracha ainda é explorado, mas em baixa quantidade².

Comparando os setores econômicos, observa-se que os valores da economia agrícola têm sido superiores aos da indústria (Tabela 3). O setor de serviço apresenta, evidentemente, valores maiores, porém, os serviços públicos dominam e correspondem a

50% dos valores do setor, demonstrando dependência de empregos no serviço público. Proporcionalmente, comparado os setores, a indústria vem aumentando sua participação em relação à agropecuária – em 2003 o valor da indústria correspondia a 47% do valor produzido na agropecuária e em 2008 eleva-se para 66%.

Tabela 3 – Valor da produção por setor de atividade econômica no Acre (R\$ milhão).

Setor de atividade	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Agropecuária	599	666	822	739	906	1150
Indústria	283	526	473	567	773	770
Serviços	2160	2433	2812	3081	3368	4032
Total do estado	3041	3626	4108	4388	5047	5952

Fonte: Acre (2011).

A indústria mais representativa é a madeireira que depende de produção primária, e parte da matéria prima é oriunda de exploração de comunidades de RESEX, além de alguns empreendimentos verticalizados (ACRE, 2010). A indústria da madeira se diversifica com serrarias, marcenarias e laminados. Outro setor que sobressai é o de indústrias da construção civil, cerâmicas, revestimentos, tintas.

O Distrito Industrial de Rio Branco, implantado em 2003, associado a uma política de incentivos fiscais e já se pensando em efeitos da estrada do Pacífico, está estimulado com a conclusão da rodovia, atraindo novos investidores e a instalação de novas indústrias. Grande otimismo com a estrada e com as possibilidades de exportação foi demonstrado por representante do setor industrial entrevistado.

As exportações do Acre, ou via estado, para mercados internacionais, contudo, não se iniciam com a inauguração da ponte de Puerto Maldonado sobre o rio Madre de Dios, concluindo a ligação terrestre com o Peru. Registros de exportação-importação do estado demonstram a direção das mudanças desde o início dos anos 2000 (Figura 2). No período de 2002 a 2010, o valor das exportações do Acre quadruplicou, passando de US\$ 3.827.000,00 para US\$ 20.734.000,00, o que equivale a um acréscimo de 441%. Ainda que modesta em volume se comparado a outras praças, a balança comercial apresenta nova tendência com crescimento das exportações, especialmente após 2005 e é possível uma nova curva ascendente em futuro próximo com a conclusão da nova rodovia.

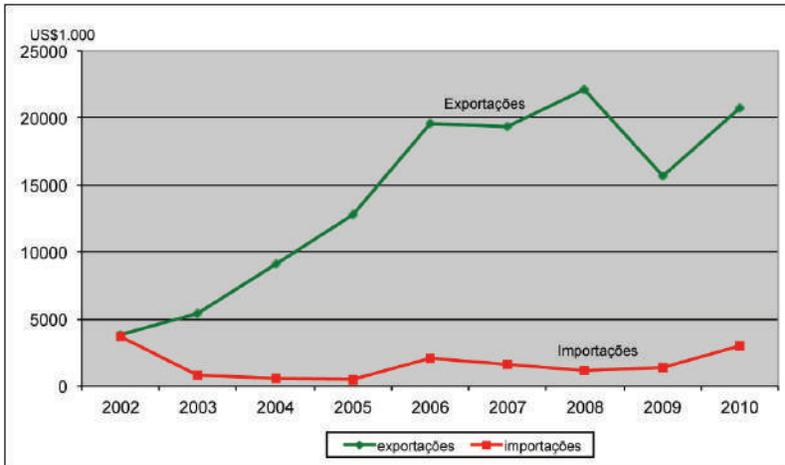


Figura 2 – Evolução da balança comercial no Acre, 2002 – 2010.

Fonte dos dados: Acre (2011).

Todavia não se pode dizer que essas exportações vão para além da América do Sul, via portos do Peru. Parte, pode-se assumir que sim, principalmente, nos produtos do setor madeireiro com grande demanda internacional e da Ásia. Mas, outra parte das exportações pode estar relacionada às trocas do comércio regional seguindo a proposta do projeto de integração sul-americana.

Os produtos mais exportados são produtos de madeira que perfazem 71% das exportações. Inclui produtos diversos, desde a madeira serrada e cortada em folhas até laminadas. A castanha-do-brasil, ocupa o segundo lugar correspondendo a 12%. Em seguida está o arroz e produtos da indústria de materiais de construção (Tabela 4). Os produtos exportados correspondem aos principais produtos produzidos nos setores agrícola e industrial do estado.

Há, contudo, grande desequilíbrio entre exportação e importação, indicação de uma economia de base primária com pouco poder de consumo e fraca industrialização. Enquanto se exportou em 2010 US\$ 20.734.285,00 pelo Acre, as cifras das importações atingiram apenas US\$ 2.957.315,00. Em maioria foram exportados produtos primários ou beneficiados e importados produtos industrializados especializados, como máquinas industriais, equipamentos médicos especializados, motores, etc. (Tabela 5).

Tabela 4 – Principais produtos exportados do Acre para outros países – 2010.

Produtos	US\$	%
Produtos de madeira – compensada, folheada, serradas, cortada em folhas, etc.	14 858 212	71,65
Castanha-do-brasil, fresca, seca, c/casca	2 626 732	12,67
Arroz - descascado, semibranqueado, polido, etc.	1 026 268	4,95
Material de construção – ladrilhos, fios, tubos de polímeros, chapas fibrocimento, etc	843 546	4,06
Couro e peles	468 131	2,26
Outros	911 392	4,41
TOTAL	20 734 285	100,0

Fonte: Acre (2011).

Tabela 5 – Principais produtos importados de outros países pelo Acre – 2010.

Produtos	US\$	%
Máquinas, ferramentas industriais para embalagens, trabalho frio em vidro	504.034	17,04
Peças de motores a diesel	349.930	11,84
Aparelhos computadorizados de diagnóstico médico	346.000	11,7
Equipamento de carregamento e de transportadora	274.170	9,27
Recipientes para gases comprimidos	239.952	8,11
Farinha de trigo	210.525	7,12
Avião, equipamentos de aviação	200.550	6,78
Bomba de líquidos	190.886	6,45
Material de construção	189.949	6,42
Outro	451.319	15,27
TOTAL	2.957.315	100,0

Fonte: Acre (2011).

Mesmo que não muito significativo o valor das importações, os dados parecem indicar que os produtos importados atendem a uma demanda regional, não apenas do Acre, para setores da indústria e transporte, mas também de estados vizinhos. Há produtos

altamente especializados e apesar de não se ter informações sobre sua origem, com certeza, são oriundos de países fora da América do Sul, possivelmente da Ásia.

A balança comercial demonstra um embrião de fluxos da economia global em conexão direta com o Acre, fluxos que deverão ser estimulados com a estrada do Pacífico, porém, não se visualizam amplas e diversificadas negociações. Para a madeira, produto de exportação de maior força econômica tendo em vista a demanda internacional, há recursos florestais em potencial passíveis de exploração por manejo sustentável para aumento da produção e estímulo governamental para a extração e beneficiamento empresarial. No caso de produtos não madeireiros a castanha-do-brasil é o único que já se destaca nas exportações. Essências medicinais, óleos vegetais de alto valor e típicos da Amazônia não aparecem nos dados. Se explorados são para consumo local e em pequena escala. São produtos altamente valorizados no mercado internacional, mas têm grandes restrições de órgãos ambientais o que limita a extração.

As transações regionais da fronteira em si podem trazer benefícios econômicos mais amplos e descentralizados por estimular produção e consumo de produtos regionais e não aqueles em número reduzido do rol dos interesses dos mercados globais e dominado por grandes empresários e grandes comerciantes. Se por um lado, em termos nacionais essas negociações não parecem ser tão interessantes, localmente elas o são, por estimular a indústria e a produção agrícola local.

Difícilmente o Acre, em curto período de tempo, se transformará numa plataforma do comércio internacional do Brasil com outros países. A economia regional/local é restrita, não há demandas pelo pouco contingente populacional e das indústrias e são grandes as distâncias para outras regiões produtoras e consumidoras do país. Se por um lado a posição locacional de contato de fronteira e de proximidade com o Pacífico parecem positivas, por outro lado, esse posicionamento tem sua importância diluída face às distâncias a mercados nacionais supridas por outras vias de maior competitividade. Em suma, os fluxos de exportação-importação do Acre para a economia global são pouco intensos e a maior circulação de mercadorias parece provir do incremento das trocas do comércio regional interfronteiriço. Esse quadro pode, evidentemente, ser alterado, mas a curto prazo a resposta mais imediata da estrada é o incremento das trocas do comércio regional, uma meta do projeto de integração sul-americana.

A Economia Agrícola no Acre

A economia agrícola no Acre é importante na geração renda e emprego, e participa em 17% do valor total das atividades econômicas do estado, conforme registros das contas nacionais em 2008 (ACRE, 2011). A ocupação rural do Acre nas últimas décadas ocorreu com a constituição de unidades familiares por via de projetos de assentamento rural promovidos pelo governo federal desde os anos de 1970. Há variação nos tipos de assentamentos desta década aos dias de hoje, havendo assentamentos de colonização dirigida, agroextrativista, agroflorestal, de desenvolvimento sustentável, etc. que totalizam 1.955 870,66 hectares de terras e 21.044 famílias (ACRE, 2010). Exploram o extrativismo, a pesca, agricultura e pecuária. A produção destina-se ao abastecimento local/regional, em grande parte a própria área rural. Há poucas unidades empresariais rurais que são mais voltadas à pecuária bovina,

como também o são os poucos estabelecimentos médios ou grandes. Apenas o gado bovino de corte é comercializado para outras regiões do país (ACRE, 2010).

O total da população do Acre em 2010 foi contabilizado em 733.559 habitantes, sendo que 308.545 residiam na capital do estado, Rio Branco, o que equivale a 42 % da população estadual. Nos registros consta que apenas 27% da população é rural, uma vez que o critério de definição de urbano no país é a sede municipal. Todavia, há “cidades” muito pequenas integradas às características rurais com poucos serviços e um pequeno comércio (Tabela 6).

Tabela 6 - Distribuição das sedes municipais do Acre por grupos de total de população residente na sede (excluindo Rio Branco).

Número de residentes na sede municipal - 2010			
Até 5000	5000 - 10000	10000 – 20000	20000 - 55350
Santa Rosa do Purus Porto Acre Jordão Porto Walter Assis Brasil Bujari Capixaba March.Thaumaturgo Porto Rodrigues	Manoel Urbano Acrelândia Mâncio Lima	Plácido de Castro Xapuri Epitaciolândia Senador Guiomard Brasiléia Feijó Tauracá	Sena Madureira Cruzeiro do Sul

Fonte de dados: IBGE (2010a).

Das vinte e duas sedes municipais, 50% delas têm menos de 10.000 habitantes, sendo 41% com menos de 5 000. Excluindo Rio Branco cujo porte é de 733 559 habitantes, a maior sede municipal do Acre, apresenta-se com pouco mais de 55 mil habitantes³. A Secretaria de Planejamento de Estado do Acre, agrupa os municípios pela predominância dos setores econômicos na participação da renda municipal e apenas Rio Branco se distingue tendo o setor de serviços como predominante. Sete dos municípios têm o setor agropecuário como predominante e os demais quatorze municípios dependem da administração pública (ACRE, 2011)⁴.

Esse contexto, confirma que as cidades não têm força econômica por si mesmo sendo mero apoio de serviços administrativos à população e nem mesmo atuam como centros coletores de produção. Em si, seriam mais característicos de povoados ou vilas rurais, somando-se seus residentes à população rural e predominando o caráter rural em todo o estado. Um rural em um ambiente florestado com 87% de terras em florestas, baixa densidade demográfica e fraca produção agrícola.

O sistema agrícola é o de queimada com pousio, sendo os produtos alimentícios básicos que junto com a pecuária bovina os principais produtos do estado. Porém, comparado com o estado vizinho de Rondônia, de certa forma seu concorrente, a produção agrícola do Acre é bem menor, à exceção da produção de mandioca. Diferente também do estado vizinho, o Acre não é produtor de *commodities* (Tabela 7). Somente o gado bovino, comercializado para outras regiões do país e para Manaus, tem maior valor econômico (ACRE, 2006).

Tabela 7 - Principais produtos agrícolas do Acre comparados com Rondônia – 2010.

Produtos	Acre		Rondônia	
	Quantidade/t	Valor/R\$1000	Quantidade/t	Valor/R\$1000
Mandioca	849 667	284 211	505 004	242 682
Milho	81 125	31 533	365 980	118 537
Banana	65 623	19 741	53 037	34 876
Arroz	25 826	14 709	164 701	89 877
Castanha Br.	12 362	14 083	1 797	2 492
Feijão	6 551	15 223	8 747	18 752
Bovinos*	2 634 467	-	12 218 437	-

* número do efetivo animal

Fonte de dados: IBGE (2010b, 2010c, 2012).

No conjunto, visualiza-se que os principais produtos agrícolas do estado são de subsistência e que não há produção suficiente para o abastecimento local e ao mesmo tempo para comercialização externa. A importância histórica do látex da seringa e caucho para produção de borracha, que estão nas bases da própria criação e história do estado (MIRANDA, 2013), atualmente é insignificante economicamente (Tabela 8). Dos produtos do extrativismo, em um estado que preza por uma política florestal, os únicos produtos com destaque são a castanha-do-brasil e a madeira. A madeira é o mais importante por passar por processo industrial de beneficiamento e transformação das toras (IBGE, 2009, 2010b).

Tabela 8 - Produção extrativista do Acre -2010.

Produtos	2010		2009	
	Quantidade/t	Valor/R\$1000	Quantidade/t	Valor/R\$1000
Açaí	1 674	924	1 658	914
Castanha-do-Brasil	12 362	14 083	10 313	8 475
Látex	507	1 640	533	1 355
Carvão vegetal	2 212	3 009	1 824	999
Lenha	704 737	7 301	685 240	6 758
Madeira em tora	121 947	7 816	120 566	6 500

Fonte de dados: IBGE (2009, 2010c).

O único produto extrativista não madeireiro com aumento de produção um tanto expressivo é a castanha-do-brasil e o Acre é um dos mais importantes produtores. Em 2010, o Acre produziu 12.362 toneladas de castanha-do-brasil contra as 16.039 toneladas do Amazonas que é o principal estado produtor. Seis municípios acreanos se posicionam entre os vinte municípios mais produtivos do Brasil. O aumento da produção da castanha-do-brasil em toda a Amazônia responde à procura de firmas do comércio exterior atendendo ao aumento da demanda internacional (IBGE, 2010c).

Todavia, os produtos agrícolas no Acre ultrapassam os valores do extrativismo e tanto a agricultura quanto o extrativismo são explorados pelos mesmos produtores que combinam diferentes atividades e até mesmo a pecuária. A pecuária é a única atividade com aumento de produção e de produtividade, sendo explorada por pequenos, médios e grandes produtores. Mas há concentração do rebanho nos grandes produtores - 2,0% dos produtores criam de 1000 a 2000 animais e detêm 36,4 % do rebanho do estado. Restrições ambientais efetivas vêm diminuindo a expansão de áreas de pastagens de médios e grandes produtores que intensificam o sistema produtivo, incluindo plantio e rotação de pastagens. Ao contrário, as propriedades menores têm sido responsáveis por degradação das pastagens (ACRE, 2010).

Nesse quadro geral da economia agrícola, a maior parte da população tem baixo retorno de capital de suas atividades, o que é refletido na qualidade de vida da população, expresso pelos baixos índices de sustentabilidade de todos os municípios do estado (Tabela 9). Recentemente, o governo do estado incorpora a questão social na política ambiental e cria um indicador de sustentabilidade. O índice visa não só um diagnóstico, mas fornecer bases para a gestão territorial sustentável. “O sistema de indicadores fornece elementos para a discussão dos problemas locais, trazendo informações fundamentais para a busca do desenvolvimento com inclusão social e melhoria da qualidade de vida na região” (ACRE, 2010, p.319).

O valor máximo dos indicadores é 1 e observa-se que em todos os indicadores parciais e no indicador final os valores são muito baixos, significando baixa qualidade de vida em todo o estado. Apenas Rio Branco tem valores um pouco mais elevados. O índice mais baixo de todos, com valores próximos a zero, é o relativo à economia. Sem geração de renda para a população e arrecadação sobre produção e comercialização, o estado vive de repasses do governo federal e compromete toda e qualquer intenção de desenvolvimento territorial sustentável e põe em dúvida a capacidade em absorver as oportunidades surgidas com a estrada que poderiam ser canalizadas e direcionadas em benefício da população.

Tabela 9 – Indicador de sustentabilidade dos municípios do Acre (ISMAC).

Município	Infra-estrutura	Demografia	Intensidade de uso	Social	Economia	Ocupação da terra	ISMAC
Acrelândia	0,162	0,124	0,276	0,362	0,005	0,248	0,1961
Assis Brasil	0,113	0,043	0,450	0,378	0,003	0,326	0,2189
Brasileia	0,164	0,106	0,362	0,381	0,016	0,279	0,2181
Bujari	0,159	0,074	0,612	0,347	0,002	0,392	0,2645
Capixaba	0,098	0,066	0,416	0,350	0,008	0,266	0,2006
Cruzeiro do Sul	0,191	0,413	0,622	0,389	0,046	0,341	0,3334
Epitaciolândia	0,104	0,075	0,416	0,369	0,022	0,222	0,2014
Feijó	0,054	0,561	0,422	0,288	0,013	0,526	0,3110
Jordão	0,044	0,271	0,400	0,354	0,000	0,284	0,2254
Mancio Lima	0,085	0,261	0,457	0,373	0,003	0,327	0,2510
Manoel Urbano	0,037	0,077	0,406	0,353	0,001	0,272	0,1910
Marechal Thaumaturgo	0,204	0,225	0,400	0,362	0,003	0,303	0,2496
Plácido de Castro	0,177	0,160	0,430	0,367	0,007	0,287	0,2380
Porto Acre	0,134	0,166	0,432	0,363	0,004	0,336	0,2392
Porto Walter	0,015	0,076	0,494	0,341	0,001	0,327	0,2091
Rio Branco	0,910	0,660	0,435	0,569	1,000	0,296	0,6452
Rodrigues Alves	0,127	0,112	0,447	0,355	0,000	0,316	0,2264
Purus	0,096	0,299	0,394	0,375	0,001	0,229	0,2322
Sena Madureira	0,187	0,305	0,321	0,359	0,018	0,581	0,2952
Senador Guiomard	0,232	0,192	0,454	0,355	0,048	0,263	0,2573
Tarauca	0,232	0,549	0,379	0,353	0,014	0,402	0,3055
Xapuri	0,143	0,108	0,100	0,381	0,007	0,259	0,2348

Fonte: Acre, 2010.

Considerações Finais

O governo “da floresta”, bem sucedido na preservação florestal tem agora o desafio da questão social que pode ser agravada com as novas estradas do projeto de integração sul-americana se o estado do Acre se tornar apenas um ponto de passagem e não conseguir estimular atividades econômicas aproveitando as oportunidades de trocas comerciais internacionais e regionais.

Não há uma estrutura produtiva e comercial capaz de aparelhar de imediato o Acre para uma economia globalizada que não seja com retornos concentrados e restritos ao setor urbano. As trocas entre os três países fronteiriços são as mais viáveis e podem estimular a economia local e regional beneficiando a maioria da população, integrando setores produtivos urbanos e rurais. Em um estado tão rural como o Acre é importante o equilíbrio ao estímulo tanto das cidades quanto do rural, sendo neste que se encontra a maioria da população e em regime de explorações. De outro modo, a estrada e uma política concentrada em setores selecionados, com certeza desencadeará migração rural-urbana, desemprego e forte disparidade social. Problemas sociais e pobreza se relacionam com problemas de degradação ambiental por falta de recursos e de investimento em capital humano.

Há uma nova postura do governo estadual em procurar estimular atividades econômicas de comunidades rurais junto à prestação de serviços sociais, mantendo a prioridade na floresta que é a base dos recursos da população e revendo zoneamentos ecológico-econômicos, da metodologia de Becker e Egler (1996) aplicada ao Acre. Uma nova fase do zoneamento do estado introduz programas confirmando ações de conservação e de recuperação ambiental, e inova com o Programa de Desenvolvimento de Comunidades - PDC, com diagnóstico e prognóstico participativo de investimentos sociais e planejamento de atividades produtivas.

Uma gestão de governança local com interação do estado com municípios e comunidades é criada, unindo comunidades menores a comunidades polo para maior efetividade das ações e gestão municipal e estadual. Porém, o uso restrito da terra e dos produtos da floresta, madeireiros e não madeireiros e complexos planos de manejo para algumas explorações limitam sistemas produtivos agrícolas e extrativistas mantendo pequena escala de produção sem competitividade. É preciso inovação para valorização de produtos e serviços rurais, tornando-os economicamente viáveis e competitivos gerando retornos à população com produtos de valor no mercado.

A introdução de sistemas intensivos e de produção de escala com investimentos tecnológicos da agricultura moderna, como visto ser desejado em alguns municípios, a exemplo de granjas de avicultura, são sistemas exógenos, de base urbana e totalmente desvinculados da floresta, como também desvinculados dos ricos recursos locais e dos saberes das populações da floresta. Não responderão por sustentabilidade social, e quebrarão as tradicionais relações de integração social com a floresta, abrindo as portas do estado para a fronteira agrícola diretamente associada ao agronegócio.

Com a estrada se acelera o tempo e as mudanças serão rápidas. Investir nas cidades, na sua diversificação econômica de serviços e indústria é apenas uma parte das necessidades e um caminho mais conhecido. O maior desafio do Acre, entretanto, e para man-

ter a postura do governo da floresta, é em como definir a via para valorizar os produtos da floresta com os povos da floresta, criar alternativas próprias mesmo que combine tecnologias e saberes, mas sem cair nas armadilhas da agricultura moderna com todas as mazelas já conhecidas de concentração de terras, capital e exploração do trabalho, inchaço e favelização de cidades.

Agradecimentos

Ao CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo apoio financeiro a projetos de pesquisa. À Bertha K. Becker por ter me atraído a desenvolver pesquisas na Amazônia e a pela convivência participativa em vários projetos de pesquisa.

Referências Bibliográficas

ACRE, GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. *Zoneamento Ecológico-econômico do Acre - Fase II*. Rio Branco: Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, 2006.

ACRE, GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. *Acre em Números 2011*. Rio Branco: Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN, 2011

BECKER, B. K. Cidades, redes, técnicas, logística e desenvolvimento. In: BECKER, B. K. (org.), *As Cidades Como Locus do Desenvolvimento Sustentável do Território na Amazônia*, Relatório de projeto de pesquisa ao CNPq. Rio de Janeiro, 2011, p.52-92 (mimeo).

BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. *Detalhamento da Metodologia para Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico pelos Estados da Amazônia Legal*. Brasília. SAE-Secretaria de Assuntos Estratégicos/ MMA-Ministério do Meio Ambiente, 1996.

BRASIL. Reunião de presidentes da América do Sul. Comunicado de Brasília. Brasília: Presidência da República, 2000. <http://www.oei.es/oeivirt/cimeira1.htm>.

IBGE. *Recenseamento Agropecuário 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. *Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

_____. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a.

_____. *Produção Agrícola Municipal*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b.

_____. *Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010c.

_____. *Produção da Pecuária Municipal*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

Bicalho, A. M. S. M.

MIRANDA, M. Experimentos alternativos em assentamentos no Acre. In: BICALHO, A. M. S. M. e HOEFLE, S. W. (Orgs.). *A Dimensão Regional e os Desafios à Sustentabilidade Rural*. Rio de Janeiro: LAGET-UFRJ/CSRS-IGU, 2003, p.383-395.

_____. Surtos de Crescimento de Rio Branco. *Espaço Aberto* 3(1), p.101-128, 2013.

MONTAÑO, J. A. M. "Sinfonia en rojo amarillo y verde" Tipnis: la carretera y las justificaciones de la depredación de bosques en Bolivia. Santa Cruz: Centro de Planificación Territorial Indígena (CPTI) de la CIDOB, 2011 (mimeo)

PECEQUILO, C.S. A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. *Revista Brasileira de Política Internacional* 51(2), p. 136-153, 2008.

UNASUR. *Integration Priority Project Agenda*. Progress Report. COSIPLAN, 2013.

UNASUR. *Project Agenda Portfolio 2013*. COSIPLAN, 2013.

UNASUR. *Agenda de Projetos Prioritários de Integração*. IIRSA-COSIPLAN, 2011.

Recebido em: 10/12/2013

Aceito em: 28/12/2013

¹ São oito os eixos de integração do IIRSA: Amazonas, Andino, Capricórnio, Escudo Guiano, Hidrovia Paraguai-Paraná, Interoceânico Central, Mercosul-Chile, Peru-Brasil-Bolívia. A estrada do Pacífico é parte desse último.

² Veja Miranda (2013) sobre história da economia acreana e detalhes sobre a exploração da borracha e surtos de crescimento e estagnação no Acre.

³ Veja Miranda (2013) sobre a criação de cidades no Acre e crescimento de Rio Branco.

⁴ Grupos de municípios por setor econômico predominante: Agropecuária predominante: Acrelândia (44,7%), Assis Brasil (37,9%), Bujari (63,6%), Capixaba (41,7%), Plácido de Castro (42,4%), Porto Acre (49,1%), Sena Madureira (43,8%). Serviços predominante: Rio Branco (49,4%). Administração Pública predominante: Brasiléia (36,3%), Cruzeiro do Sul (39,8%), Epitaciolândia (33,0%), Feijó (48,9%), Jordão (43,7%), Mâncio Lima (50,6%), Manoel Urbano (44,4%), Marechal Thaumaturgo (58,6%), Porto Walter (55,7%), Rodrigues Alves (43,1%), Santa Rosa do Purus (55,5%), Senador Guimard (31,2%), Tarauacá (43,2%), Xapuri (35,2%) (Acre, 2011).

